

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ELEANDRA RAQUEL DA SILVA KOCH

**REEXISTÊNCIA QUILOMBOLA E DISPUTAS ONTOLÓGICAS
DIANTE DAS POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO”:
A LUTA DO QUILOMBO ANASTÁCIA (VIAMÃO/RS)**

Porto Alegre

2022

ELEANDRA RAQUEL DA SILVA KOCH

**REEXISTÊNCIA QUILOMBOLA E DISPUTAS ONTOLÓGICAS
DIANTE DAS POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO”:
A LUTA DO QUILOMBO ANASTÁCIA (VIAMÃO/RS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury

Coorientadora: Profa. Dra. Marília Luz David

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Koch, Eleandra Raquel da Silva
Reexistência quilombola e disputas ontológicas
diante das políticas de "desenvolvimento" : a luta do
Quilombo Anastácia (Viamão/RS) / Eleandra Raquel da
Silva Koch. -- 2022.
191 f.
Orientadora: Lorena Cândido Fleury.

Coorientadora: Marília Luz David.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Quilombolas. 2. Rio Gravataí. 3. Paisagem. 4.
Disputas ontológicas. 5. Anastácia. I. Fleury, Lorena
Cândido, orient. II. David, Marília Luz, coorient.
III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELEANDRA RAQUEL DA SILVA KOCH

**REEXISTÊNCIA QUILOMBOLA E DISPUTAS ONTOLÓGICAS
DIANTE DAS POLÍTICAS DE “DESENVOLVIMENTO”:
A LUTA DO QUILOMBO ANASTÁCIA (VIAMÃO/RS)**

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury - Orientadora
UFRGS

Profa. Dra. Marília Luz David - Coorientadora
UFRGS

Profa. Dra. Ângela Camana
UFPR

Profa. Dra. Cíndia Brustolin
UFMA

Profa. Dra. Flávia Marques Charão
UFRGS

Profa. Dra. Vera Rodrigues da Silva
UNILAB

À dona Cida (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui, isto é, à conclusão desta tese, somente foi possível graças à trajetória da minha mãe, das minhas tias e tios que, em condições extremamente adversas e enfrentando a pobreza e a fome que os rodeavam, lutaram para estudar, mesmo que tardiamente. Com muita determinação, chegaram até a universidade e, debelando todos os percalços do não acesso à universidade pública e da necessidade de trabalhar o dia todo e estudar à noite, se formaram e se tornaram professoras e professores. Essa referência, de que era possível e necessário estudar e se formar, foi crucial para a minha formação e trajetória de vida.

Mas a minha mãe não me deu apenas esse legado de apreço pelos estudos, pois ela também me ensinou, pelo seu exemplo, a lutar desde pequena. Lembro-me de inúmeras vezes em que minha avó a questionava se valia a pena investir tanto tempo de seu descanso na participação na Associação de Moradores, na alfabetização de adultos, no fazer política, etc. E ela sempre respondia que sim, que queria construir um mundo melhor para eu viver, mesmo que ela não visse acontecer as mudanças pelas quais lutava. Felizmente, cresci e pude participar de muitas lutas com ela. Quando criança fazia questão de anunciar que ela era a minha mãe: – oi, sou a filha da Flávia. Ser filha da Flávia Marlene Gomes da Silva é uma honra para mim, ao mesmo tempo em que sempre representou um chamado a seguir lutando para “mudar o mundo”. Neste momento, ela luta (lutamos juntas) pela retomada da sua consciência e saúde após ter sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em janeiro de 2022. Obrigada, minha mãe, por tanto. Seguimos juntas!

Agradeço à universidade pública, gratuita e de qualidade, pois foi somente quando eu a acessei que pude finalmente me formar. Da universidade, além do legado da aprendizagem e da construção do conhecimento, trago também a herança de ter aprendido a lutar em defesa de sua existência e do seu papel social a cumprir. Sou muito grata à minha formação no curso noturno de Ciências Sociais, ao mestrado em Sociologia e agora ao doutorado em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Rural (PGDR) é um exemplo não somente de excelência acadêmica, mas de experiências de construção do conhecimento que conseguem transpor as barreiras disciplinares e as políticas de “reservas de mercado”, pois se busca pensar o desenvolvimento rural de uma forma transdisciplinar e não pluralista. Isto é, afastando-se das visões anódinas e universalistas que desconsideram a existência de inúmeras desigualdades econômicas e políticas envolvidas no fazer do rural. Muito obrigada a todas as professoras,

professores, servidoras e trabalhadoras terceirizadas do PGDR, do CISADE e da Faculdade de Economia da UFRGS. Obrigada pelo ambiente acadêmico acolhedor e solidário.

Sou muito grata às inúmeras amizades que fiz neste caminho trilhado na minha formação acadêmica, pois elas foram decisivas para eu encontrar sentido cotidiano na minha formação. Muitas conversas compartilhadas e conhecimentos que somente foram possíveis por serem construídos coletivamente. Nesse sentido, me sinto muito privilegiada pela turma de doutorado que tive e tive, pois vou levar a amizade das minhas e dos meus colegas para a vida toda. Uma pluralidade de formações, de regiões, de gostos musicais, de sonhos e de sabores culinários que pudemos compartilhar neste tempo do doutorado. E como fez falta na pandemia comer com vocês, dançar, ouvir novas músicas, discutir textos e estratégias para “ir levando” e dando conta do processo, muitas vezes solitário, que é a construção de uma tese de doutorado.

Igualmente, ter um grupo de pesquisa acadêmica ativo, participativo e de muita excelência, como é o TEMAS, fez muita diferença nas minhas possibilidades de produção acadêmica, de formulação teórica e foi um porto seguro para mim, pois sempre tive certeza de que esse grupo, coordenado pelo professor Jalcione de Almeida, alia rigor analítico, com posicionamento sobre questões cruciais à construção do conhecimento e à transformação da realidade.

Compartilhar a vida, no contexto de escrita de uma tese, não é fácil, pois muitas vezes um sentimento de “falta” ganha força. Falta de tempo para conviver com as pessoas, para dedicar mais atenção às outras dimensões da vida. Às vezes parece que ser uma estudante de doutorado nos define absolutamente. Mas isso é só uma aparência, pois a jornada acadêmica é apenas uma parte do existir. E nem sempre é fácil lembrar-se disso. Sou muito grata a você, meu companheiro de vida e de sonhos Marcelo Dal Pai, pois a gente é tão diferente, em tantas coisas, e isso é tão crucial para que eu “não me confunda com as coisas” e não deixe que elas me definam. Obrigada, minha enteada Carol Dal Pai e sua companheira Greice Campos, pelos churrascos, pelas dicas de séries, por me atualizarem sobre o que é “*cringe*” e, especialmente, por serem parte da minha família. Junto com o meu amado irmão Jean Luís da Silva Hornung, que é o melhor presente que a vida me deu, quando eu já era quase adulta, e que hoje é um homem justo e um profissional muito competente. Obrigada por existir na minha vida, meu irmão, e por compartilhar esse amor infinito que temos pela nossa mãezinha, que, aliás, está sempre conosco.

Obrigada às minhas cunhadas Simone Dal Pai e Daiane de Oliveira, admiro muito vocês duas e, de formas diferentes, vocês são cruciais em minha jornada neste momento. Obrigada a todos os meus familiares. Obrigada, meu pai Hélio Glicério Koch, temos visões de mundo muito distintas, mas saiba que não deixo de te amar e te admirar. Obrigada às minhas irmãs e irmãos paternos (Camile Íris Koch, Simone Koch Sabo, Gustavo Koch e Éder Koch), vocês vivem no meu coração e tenho certeza que um dia a vida nos dará mais possibilidades de convivência. Obrigada, meu padraсто Selvino Hornung, que também é um pai para mim e a quem sou muito grata e, bem como, aos meus irmãos e sobrinhos afetivos. Obrigada, minha sogra Tânia Silva Kroeff, temos algumas visões distintas sobre a realidade que nos cerca, mas não deixo de admirar a sua força e a sua trajetória, de uma mulher protagonista de sua profissão e de seu destino. Obrigada, pequeno Heitor, por me chamar para ver os passarinhos e beija-flores quando eu estava muito estressada com o cotidiano da escrita.

Obrigada às minhas amigas Andréia Meinerz e Maurício Manjabosco, vocês são as minhas amigades de uma vida inteira e tantas vezes “me salvaram de mim mesma”. Vocês seguem sendo, em muitos aspectos, a melhor referência do “meu eu”, pois é com vocês que sinto e recordo coisas a meu respeito, que eu já nem mais saberia se vocês não fossem parte de mim. Obrigada, minhas amigas de “confraria” Edi Lourdes Girardi e Graciele Mafalda, que juntas possamos lutar por novos ventos em 2022. Obrigada, meu amigo Loivo Dalvan de Castro, não sei o que seria de mim se eu não soubesse que posso contar sempre com a tua amizade e com o teu discernimento acerca das lutas que importam e merecem o nosso engajamento, além do teu humor perspicaz e sagaz. E você tem me ajudado a perceber que, neste momento, lutar pela saúde da minha mãe é a luta que mais importa. Obrigada, minha amiga Joci Rodrigues Hallberg, por sermos tão diferentes e tão próximas, ao mesmo tempo. Aliás, as pequenas Lua e Sol são “mundos suaves” para mim neste momento de tantas provações. Querida afilhada Valentina Mafalda Dias, vamos recuperar o tempo perdido e se divertir juntas! Obrigada Carolina Duarte, pelo apoio no processo de seleção do PGDR e pela sua curiosidade, á época, pelo meu campo.

Obrigada às minhas e aos meus colegas de trabalho no serviço de regularização quilombola no Incra (especialmente José Rui Cancian Tagliapietra, Naira Correa Daubermann, Mário Stringhini, Vanessa Flores dos Santos, Sebastião Henrique Lima e Vítor Py Machado). É muito difícil e até mesmo dolorido trabalhar e cumprir as nossas atribuições em defesa dos direitos quilombolas diante de um governo nefasto e negacionista. Tentam criminalizar nosso trabalho, mas na verdade sabemos que isso é apenas um pretexto para

ganharem tempo e ataquem os direitos quilombolas. Mas resistiremos como nos ensinam as quilombolas que, desde sempre, reexistem e que reafirmam que não estão dispostas a desistir de seus direitos. Obrigada, igualmente, à minha colega (e companheira de tantas jornadas, desde a Unijuí e da Filosofia) Maristela Ebert, hoje extensionista da Emater e doutora em Ciências Sociais. Teu conhecimento do cotidiano da comunidade Anastácia e teu apoio na tese foram fundamentais para mim.

Muito obrigada às e aos quilombolas da comunidade Anastácia pelo acolhimento, apoio e engajamento na pesquisa. Foi uma grande alegria conhecer as e os familiares de Anastácia; ouvir as histórias e conhecer os documentos guardados com tanto esmero. Caminhar tantas e tantas vezes pelo quilombo, conduzida pelo seu Francisco de Deus (Chico), ficar em volta do fogão à lenha da dona Berenice, ser recebida e atualizada pela dona Reinilda e pelo seu Osvaldo foram momentos de muitos aprendizados. Foi um privilégio ter tido momentos de convivência com a mais velha do quilombo, dona Cida (*in memoriam*). Aliás, Jhonatan Gomes, seu neto, conhecê-lo foi decisivo para a minha pesquisa, pois me possibilitou outros olhares para os acontecimentos do presente da luta quilombola, a exemplo do seu documentário. Mas essa relação de afeto não acaba aqui, seguirei apoiando a luta urgente e necessária que vocês fazem por seus direitos negados.

Obrigada às minhas orientadoras Lorena Cândido Fleury e Marília Luz David. Que alegria poder contar com a potência e o brilhantismo de vocês duas, cada uma à sua maneira. Sou grata pelo acolhimento da minha pesquisa e pela disponibilidade de tempo dedicado às discussões e correções do meu trabalho, que é permeado pelos nossos diálogos e reflexões em comum.

Obrigada a todas as pessoas que dedicaram seu tempo para colaborar com esta tese, pois todas as contribuições foram decisivas.

“Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que Anastácia era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento”

(KILOMBA, 2019, p. 23).

RESUMO

Esta tese versa sobre disputas ontológicas protagonizadas pela comunidade quilombola Anastácia (Viamão/RS) em defesa do direito de coexistir no território ancestral herdado pela matriarca, nas margens do rio Gravataí. Com a chegada das chamadas políticas de “modernização”, essas terras se tornaram alvo das políticas de desenvolvimento que expandiram a rizicultura em direção às águas do rio Gravataí, ao banhado e às várzeas adjacentes. Esses projetos, para efetivar seus propósitos, realizaram inúmeras intervenções e transformações sociotécnicas na paisagem. Dessas modificações emergiram ruínas, tais como a da lagoa Anastácia, a mortandade dos peixes e inúmeras outras espécies e vidas humanas e outras-que-humanas passaram a ter as suas existências ameaçadas. Nesse contexto, as inúmeras gerações quilombolas, lideradas pelas mulheres, têm buscado formas de compor e de realizar alianças com os outros viventes da paisagem, os quais são igualmente afetados pelos efeitos dessas políticas. Nesse contexto, o rio Gravataí e o banhado tornaram-se os principais aliados e testemunhas da luta quilombola pelo direito de continuar existindo no lugar. Inúmeros dispositivos e aparatos sociotécnicos, ao longo do tempo, materializam a racialização dos usos das terras e água, no sentido de que essas técnicas escamoteiam as desigualdades envolvidas, ao mesmo tempo em que operacionalizam a negação de direitos, a exemplo do não acesso da comunidade à inscrição de seu território no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar), o que facilita que a “cerca ande”, mesmo que o território quilombola já tenha sido reconhecido. Diante desse contexto nefasto, as quilombolas da Anastácia, em luta pela regularização fundiária do território quilombola, acionam laços de parentescos, alianças políticas e relações de pertencimento étnico-racial para sustentar a luta em defesa de seus direitos territoriais e existenciais.

Palavras-chave: Quilombolas. Rio Gravataí. Paisagem. Disputas ontológicas. Anastácia.

ABSTRACT

This dissertation addresses the ontological disputes played by the quilombola community of Anastácia (Viamão/RS, Brazil). They defend their right to coexist in the ancestral territory inherited from their matriarch, on the banks of the Gravataí River. The arrival of the so-called “modernization” policies turned these lands into targets for the development and expansion of rice cultivation towards the waters of the Gravataí, the wetlands, and the adjacent floodplains. This project’s social actors carried out numerous interventions and socio-technical transformations in the landscape to accomplish their purposes. From such interventions, ruins emerged, such as those in the Anastácia lagoon, the death of fish and countless other species, as well as human and non-human lives began to be threatened. Led by women, innumerable generations of quilombolas have sought ways to make alliances with the other inhabitants of the landscape who are equally affected by the effects of these policies. In this context, the Gravataí and the wetlands have become the main witnesses of the quilombola struggle for the right to continue existing there. Over time, countless socio-technical devices and apparatuses materialize the racialization of land and water uses. These techniques conceal the inequalities involved and racism while operationalizing the denial of rights. One example is the community’s lack of access to the registration of their territory in the Rural Environmental Registration System (Sicar), which makes it easier for the “fence to move”, even though the quilombola territory has already been recognized. Faced with this disastrous context and in the struggle to regularize their quilombola territory, the quilombola women of Anastácia use kinship ties, political alliances, and relationships of ethno-racial belonging to sustain the defense of their territorial and existential rights.

Keywords: Quilombolas. Gravataí River. Landscape. Ontological disputes. Anastácia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do território quilombola Anastácia.....	19
Figura 2 – Fluxograma quilombola no Incra.....	20
Figura 3 – Rio Gravataí em perspectiva.....	52
Figura 4 – Localização do Rio Gravataí e do Quilombo Anastácia	53
Figura 5 – Anastácia e seus descendentes (década de 1950)	54
Figura 6 – Dona Berenice e Seu Chico (alguns anos atrás)	55
Figura 7 – Candidata a vereadora	55
Figura 8 – Capim Santa Fé.....	59
Figura 9 – Lagoa Anastácia e a declividade do Rio Gravataí	60
Figura 10 – O Gravatá (Bromelia antiacantha) nomeia o rio	64
Figura 11 – Vista aérea de parte da Bacia do Rio Gravataí	65
Figura 12 – Poluição no Rio Gravataí.....	66
Figura 13 – Trabalho no arrozal quilombola.....	67
Figura 14 – Arroz quilombola no Vale do Ribeira	68
Figura 15 – Barragens e drenagens no banhado e no Gravataí	70
Figura 16 – Apresentação da Sema no Conselho da APBG	79
Figura 17 – ITR do quilombo Anastácia.....	97
Figura 18 – Dona Cida, a mais antiga quilombola	105
Figura 19 – Taquaral ao lado das ruínas da casa da Anastácia	105
Figura 20 – Capa do módulo PCT Quilombola.....	110
Figura 21 – Manual CAR quilombola.....	111
Figura 22 – Espelho do Sicar.....	112
Figura 23 – Barramento no Rio Gravataí.....	118
Figura 24 – Placa de identificação do Quilombo.....	121
Figura 25 – Destruição da estrada em plena pandemia.....	136
Figura 26 – Barramento/cortes do Rio Gravataí.....	137
Figura 27 – Dona Berenice na Expointer	142
Figura 28 – As irmãs envelhecem juntas no Quilombo	144
Figura 29 – “Nego” deitado.....	145
Figura 30 – Questionamentos da Dona Reinilda	147
Figura 31 – Frente da etiqueta da boneca Anastácia.....	148

Figura 32 – Boneca Anastácia e o verso da etiqueta	149
Figura 33 – Dona Berenice com seu turbante	150
Figura 34 – Caminhando em direção ao Rio Gravataí.....	151
Figura 35 – Casa da Anastácia	152
Figura 36 – Tijolos da casa Anastácia	153
Figura 37 – A “casinha” por fora.....	153
Figura 38 – A “casinha” por dentro	154
Figura 39 – Conjunto de uniforme da cozinha	156
Figura 40 – Tenda de artesanatos	156
Figura 41 – Quilombo Peixoto dos Botinhas na tenda quilombola	157
Figura 42 – Panos de prato e crochês.....	157
Figura 43 – Bonecas e ervas medicinais	158
Figura 44 – Diálogos entre quilombolas e apoiadoras.....	158
Figura 45 – Tia e sobrinhas, após a roda de conversas	159
Figura 46 – Árvore genealógica em construção	160
Figura 47 – Jhonatan com sua avó Cida na janela da antiga casa da Anastácia.....	161
Figura 48 – A telha quilombola	162
Figura 49 – Barco do projeto “Rio Limpo”.....	163
Figura 50 – Certificação ecológica do Capim Santa Fé.....	167
Figura 51 – Viveiro de mudas do Capim Santa Fé	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A importância da Lagoa Anastácia.....	61
Quadro 2 – Explicações de um vizinho e da filha da Anastácia.....	61
Quadro 3 – A expansão da rizicultura alagada (1965) e modificações na paisagem do Rio Grande do Sul.....	70
Quadro 4 – Drenagem do Rio Gravataí e o surgimento de um canal artificial	70
Quadro 5 – Drásticas modificações no Rio Gravataí.....	70
Quadro 7 – Declarações das netas da Anastácia.....	92
Quadro 8 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2005-2006).....	119
Quadro 9– Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2007 A 2009).....	122
Quadro 10 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2010 A 2012).....	123
Quadro 11– Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2014-2015).....	125
Quadro 12 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2016- 2018).....	129
Quadro 13 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no Quilombo Anastácia (2018-2020).....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ADCT	Ação das Decisões Contrárias e Transitórias
AGU	Advocacia Geral da União
APA	Área de Proteção Ambiental
APABG	Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande
APN-VG	Associação de Proteção da Natureza Vale do Gravataí
APP	Área de Proteção Permanente
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BHRG	Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CD	Conselho de Decisão
CDR	Conselho de Decisão Geral
CONAQ	Confederação Nacional das Associações Quilombolas
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CTS	Ciência Tecnologia e Sociedade
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
DPU	Defensoria Pública da União
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESCTs	Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Estadual Henrique Roessler
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IC	Inquérito Civil
IN	Instrução Normativa

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP/RS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PRAD	Projeto de Recuperação de Área Degradada
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RA	Relatório Antropológico
RL	Reserva Legal
RS	Rio Grande do Sul
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SARS-CoV-2	Novo Coronavírus
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SICAR	Sistema do Cadastro Ambiental Rural
SR	Superintendência Regional
TAR	Teoria Ator-Rede
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO INCRA	19
1.2	DA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RIO GRAVATAÍ PELA RIZICULTURA...	21
1.3	DAS COSMOPOLÍTICAS QUILOMBOLAS EM AÇÃO.....	23
1.4	JUSTIFICATIVA	25
1.5	CAMINHOS METODOLÓGICOS EMPREENNIDOS	28
1.6	SOBRE OS CAPÍTULOS DA TESE	31
2	PRÓLOGO ANALÍTICO	33
2.1	ANTROPOCENO E DISPUTAS ONTOLÓGICAS.....	33
2.2	REDES SOCIOTÉCNICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA.....	39
2.3	MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO	41
2.4	RACIALIZAÇÃO, RACISMO E TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS	44
2.5	FRICÇÕES ANALÍTICAS, JUSTAPOSIÇÕES, ENCONTROS E A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	46
2.6	PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	49
3	RIO GRAVATAÍ: O PRINCIPAL ALIADO E TESTEMUNHA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANASTÁCIA.....	51
3.1	AS POTÊNCIAS DAS MULHERES NA LUTA POR EXISTIR COM O GRAVATAÍ	52
3.2	VIVENDO E REEXISTINDO COM O RIO GRAVATAÍ NAS RUÍNAS DA “LAGOA” ANASTÁCIA	57
3.3	MODO DE SER DO RIO E SEUS DILEMAS DIANTE DAS INTERVENÇÕES SOCIOTÉCNICAS NA PAISAGEM.....	64
3.4	CARACTERIZAÇÃO DO RIO GRAVATAÍ.....	65
3.5	A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANASTÁCIA NO COMITÊ DA APA DO BANHADO GRANDE.....	72
3.6	CONCLUSÃO.....	81
4	TERRA: LUGAR DE “FINCAR OS PÉS”, EDIFICAR MEMÓRIAS E COMPARTILHAR MUNDOS.....	83
4.1	QUILOMBOS: MODOS DE EXISTÊNCIA QUE RESISTEM DESDE A ESCRAVIZAÇÃO NEGRA	86
4.2	VIAMÃO NEGRO	89

4.3	A LUTA DA COMUNIDADE ANASTÁCIA PELO SEU TERRITÓRIO.....	90
4.4	LUTAR CONTRA A AUSÊNCIA: É PRECISO!	93
4.5	OS DOCUMENTOS QUE “CONFIRMAM” AS VIDAS E AS TERRAS QUILOMBOLAS ANASTÁCIA	94
4.6	LUTAS PELA TERRA DIANTE DE INÚMERAS VULNERABILIDADES E DE INTERVENÇÕES SOCIOTÉCNICAS NO AMBIENTE.....	99
4.7	HOJE “A CERCA ANDA” POR MEIO DOS REGISTROS IRREGULARES NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)	106
4.8	CONCLUSÃO.....	114
5	CONFLITOS SOBRE O QUE PODE EXISTIR NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ANASTÁCIA	117
5.1	E NO MEIO DE TANTA ÁGUA, A COMUNIDADE QUILOMBOA NÃO TEM ÁGUA	131
5.2	CONCLUSÃO.....	138
6	UMA FESTA É UMA LUTA E NA LUTA SE FAZ FESTA	140
6.1	A PREPARAÇÃO DA FESTA.....	141
6.2	A REUNIÃO COORDENADA PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IF) DE VIAMÃO.....	143
6.3	E A FESTA ACONTECEU	155
6.3.1	Equipe da cozinha	155
6.3.2	Artesanato quilombola	156
6.3.3	Roda de conversas	158
6.3.4	Trabalhando na árvore genealógica	159
6.3.5	As crianças.....	160
6.3.6	A telha nas coxas	161
6.3.7	O projeto “Rio Limpo” e o turismo étnico quilombola.....	162
6.4	SURPREENDIDA ANTES DA CONCLUSÃO.....	165
6.5	CONCLUSÃO.....	168
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
	REFERÊNCIAS.....	177
	ANEXO A – ÁRVORES GENEALÓGICAS DA FAMÍLIA ANASTÁCIA	187

1 INTRODUÇÃO

Num contexto político de reabertura democrática, em que foi estabelecido um rol ampliado de direitos sociais e coletivos que estavam até então invisíveis (BRASIL, 1988; JARDIM; LÓPEZ, 2013), a partir da luta do movimento negro, foi estabelecido o direito à titulação definitiva das terras dos remanescentes de quilombos (os e as quilombolas). A partir do marco constitucional, o Estado brasileiro avançou no reconhecimento e na efetivação de algumas políticas públicas quilombolas. Entretanto, há um hiato entre a garantia constitucional e o cumprimento do Estado brasileiro em titular as terras dos remanescentes de quilombos. Na inter-relação da luta pelos direitos quilombolas, a temática de pesquisa desta tese se refere à investigação dos processos de reexistências quilombolas diante de políticas de “desenvolvimento”¹ que transformam territórios de ocupação ancestral e tradicional em objetos de especulação e apropriação fundiária. Assim, o trocadilho na palavra “resistência” marca uma diferença teórica e analítica deste trabalho com outros que discutem as lutas quilombolas, pois o que está em questão neste caso estudado é a própria existência daqueles corpos e modos de vida no lugar, no sentido de disputas sobre o que pode coexistir num local que passou a ser considerado funcional às políticas de desenvolvimento.

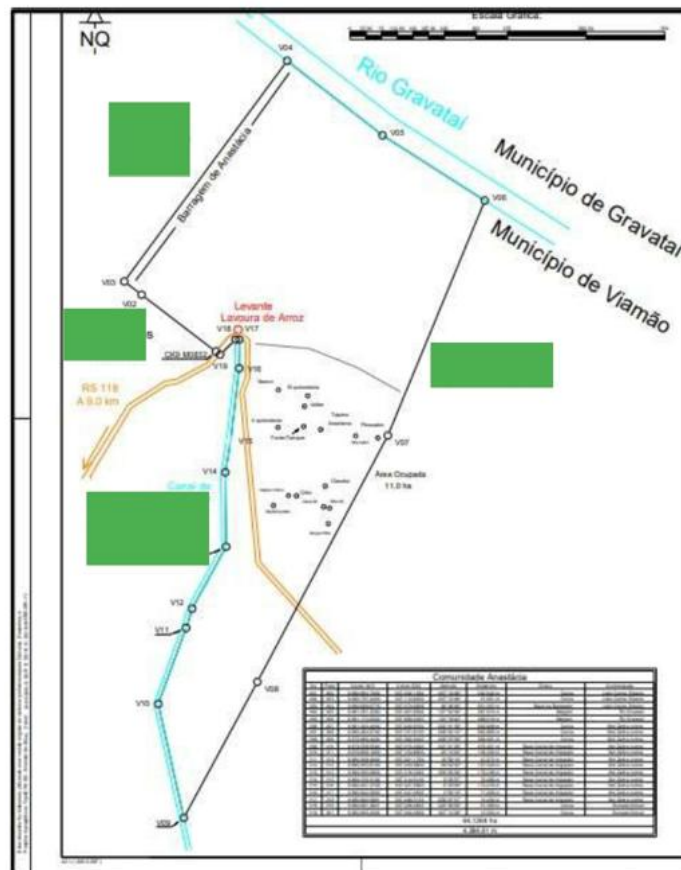
A trajetória de resistência de de inúmeras gerações da comunidade quilombola Anastácia (Viamão/Rio Grande do Sul) é exemplar das disputas ontológicas diante das políticas de desenvolvimento, que emergiram a partir dos anos 1950 com a expansão da fronteira agrícola do arroz no estado do Rio Grande do Sul. Lá, nas margens do rio Gravataí, desde a escravização negra, há uma ocupação ancestral e tradicional quilombola que é sustentada por várias gerações que reexistem a partir da presunção de uma origem comum: suas ancestrais (O'DWYER, 2002) e a luta pelo legado de terras da quilombola Anastácia de Oliveira Reis. Ela que, mesmo no período da escravização, era proprietária das terras quilombolas. Contudo, a partir da década de 1950, esta região passou a ser alvo de políticas de superexploração do rio Gravataí, que transformaram a paisagem e as condições de existência no lugar.

¹ O termo aqui está grafado entre aspas com o intuito de problematizar a sua suposta universalidade de igualdade de oportunidades.

1.1 DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO INCRA

De acordo com o processo administrativo de regularização fundiária e titulação do Incra, Incra/SR/11/Nº54220.00082-2005-40, a comunidade quilombola Anastácia localiza-se dentro da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande,² num território com uma área de 64,12 hectares. Atualmente, a maioria das famílias que conseguem permanecer no quilombo, sem ter que se deslocar para trabalhos externos, vive das aposentadorias, da comercialização de produtos das pequenas roças e hortas e das atividades de turismo rural que têm sido realizadas pela comunidade nos últimos anos. Em 2016 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado (DOE) do Rio Grande do Sul o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola Anastácia, o qual publicita o pleito dessa comunidade.

Figura 1 – Mapa do território quilombola Anastácia

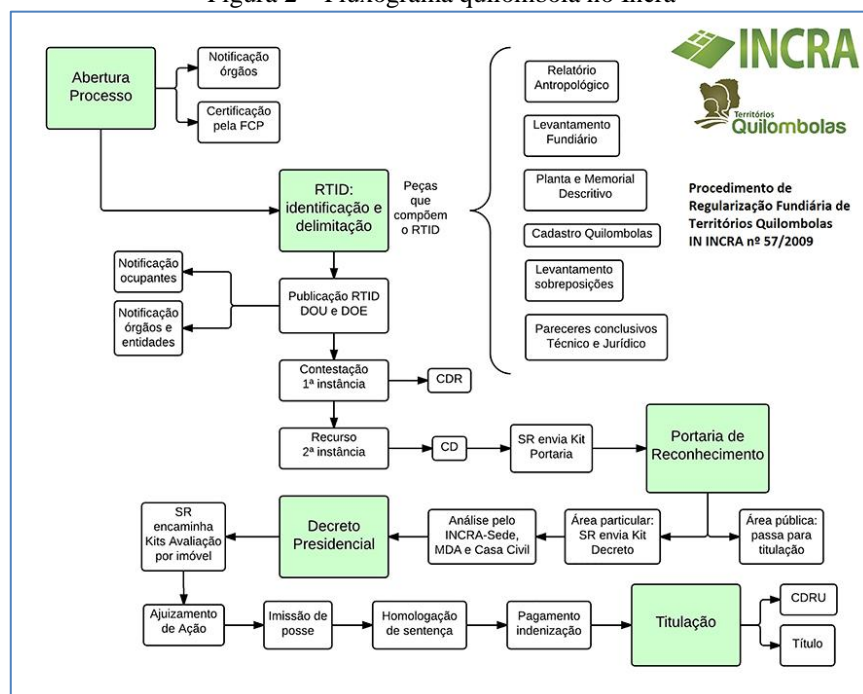


Nota: O tarjamento em verde foi usado para proteger informações pessoais.
Fonte: Incra (2005).

² A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande é uma das Unidades de Conservação do governo do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Está localizada entre os municípios de Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha.

Apenas 4,8 hectares do território de 64,12 hectares são de propriedade de não quilombolas, no caso dos arroteiros que circundam as terras quilombolas. Esse perímetro, de menos de cinco hectares, fica inserido no território delimitado pelo RTID publicado pelo Incra, sendo que parte dessas áreas de terceiros só podem ser acessadas pela área de posse e dominialidade quilombola, atualmente em processo de regularização fundiária.³ No entanto, os proprietários da fazenda lindeira ao quilombo contestaram o referido relatório técnico do Incra. Eles ofertaram contestações administrativas que foram analisadas e indeferidas pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) da Superintendência Regional do Incra/RS. Considerando o indeferimento, em 2018, os contestantes apresentaram um recurso ao Conselho de Decisão (CD) do Incra-Sede que ainda não foi julgado. O processo de regularização fundiária quilombola – que inicia com a abertura de processo no Incra, com a certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP) e que é finalizado com a titulação coletiva do território – é um processo longo, minucioso e com vários momentos para contraditório, conforme podemos ver no detalhamento na figura a seguir.

Figura 2 – Fluxograma quilombola no Incra



Fonte: Site do Incra (2022).

³ Considerando os valores que são despendidos pelo Incra, para a indenização de títulos de domínios e/ou benfeitorias de áreas não quilombolas (INCRA, 2009), pode-se considerar que essa desapropriação, incidente no território quilombola Anastácia, seguramente seria uma das que menos despenderia orçamento para ser realizada no estado gaúcho, devido à diminuta área a ser desapropriada e às escassas benfeitorias incidentes.

Após a elaboração e a aprovação pelo Conselho de Decisão Regional (CDR) do Incra, o RTID, composto pelas inúmeras peças técnicas acima detalhadas na imagem, é publicado nos diários oficiais da União e do Estado e são notificados os proprietários dos imóveis incidentes no território de pleito quilombola, que têm 90 dias para apresentar contestação ao CDR. Se julgadas improcedentes, com base na IN 57/2009, os contestantes podem remeter recurso de caráter devolutivo ao Conselho de Decisão (CD) do Incra-Sede. Após o julgamento no CD, caso o recurso seja rejeitado, na fase seguinte é expedida a Portaria do Incra que delimita o território quilombola e antecede ao Decreto da presidência da República, que visa desapropriar os imóveis não quilombolas incidentes no território decretado.

1.2 DA EXPANSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RIO GRAVATAÍ PELA RIZICULTURA

Do ponto de vista histórico da expansão da fronteira agrícola da rizicultura, em direção às águas do rio Gravataí e às várzeas adjacentes, observa-se que a partir da década de 1950 passaram a incidir variadas políticas de “desenvolvimento”. No caso do território quilombola Anastácia, tal processo de tecnificação para a expansão agrícola começou pela construção da barragem do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) nas águas do rio Gravataí – na área do quilombo. Como consequência de tal intervenção, partes das terras quilombolas ficaram permanentemente submersas, o que levou à perda de parcelas de suas áreas ancestrais (SILVA, 2006). Posteriormente, na década de 1980, no contexto de expansão dos ideários da “revolução verde” e da “modernização” da agricultura, foi implementado o Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Pró-Várzea Nacional) que institucionalizou o entubamento e a represa dos rios, charcos e banhados em benefício do cultivo do arroz (BRASIL, 1981).

A partir dessa política pública,⁴ houve um grande incentivo institucional para a construção de inúmeras barragens e cultivos de extensas áreas de arroz não ecológico dentro do que hoje é delimitada como a APA do Banhado Grande (APBG), nas proximidades e/ou sobre o território quilombola. Tais programas de represamento das águas eram propagados como “naturalmente benéficos” a todos e como evidentes indutores de “progresso”.⁵ Entretanto, tais políticas desconsideraram o fato de que os e as quilombolas realizavam plantios ecológicos de arroz em seu território, pois os ancestrais quilombolas não obtiveram

⁴ O conceito de política pública, aqui aludido, refere-se a um conjunto de ações e decisões do governo (KINGDON, 1984). No entanto, tal abordagem teórica não será objeto de análise desta pesquisa.

⁵ Assim como o termo desenvolvimento, progresso é grafado entre aspas com o intuito de relativizar a conotação positiva que usualmente lhe é atribuída.

qualquer incentivo à sua produção. Aqui podemos sinalizar um marcador de racismo, na medida em que as pessoas negras e seus conhecimentos foram desconsiderados pelas políticas de rizicultura que emergiram. Assim, com o impulsionamento da mecanização do arroz, além de perderem parte das áreas que ocupavam, viviam e trabalhavam, também foram afetados pela redução drástica do emprego nas lavouras vizinhas, já que parte significativa da “mão de obra” foi substituída por máquinas (SILVA, 2006).

Como consequência dessas políticas de desenvolvimento⁶, houve a valorização monetária das terras onde está situado historicamente o quilombo, pois essas áreas de várzea e banhado se tornaram alvos da especulação para a produção do arroz em grande escala, devido ao acesso à margem do rio. Dessas intervenções sociotécnicas (e de outras que as antecederam ou as sucederam) derivaram processos de modificações arbitrárias do curso das águas dos rios e da paisagem. Essas intervenções surtiram diversos efeitos sobre as vidas das quilombolas⁷ e dos inúmeros não humanos que também passaram a ter as suas vidas ameaçadas de extinção naquele local. Em tal contexto, advieram inúmeras dificuldades das quilombolas se manterem no local, mediante a falta de emprego e da ampliação dos encharcamentos pela formação de represas para estocagem de água para o cultivo do arroz (SILVA, 2006; INCRA, 2014).

Assim, sobrevieram processos de desterritorialização de algumas famílias quilombolas que precisaram se deslocar em busca de emprego. Contudo, os familiares mais antigos permaneceram no local ininterruptamente. Em 2005, a partir da abertura do Processo Administrativo no Incra por iniciativa da comunidade quilombola Anastácia, surgiram melhores condições para o retorno de vários familiares para o local, pois os seus direitos territoriais, até então desconsiderados, foram visibilizados. Com isso, naquele período, a comunidade passou a ter condições mínimas de denunciar as barragens que seguiam sendo edificadas pelos arroteiros, que ignoraram a devida consulta aos quilombolas (OIT, 2011).⁸ A fazenda de arroz vizinha não realizou o correspondente licenciamento ambiental, conforme veremos nesta tese. O Ministério Público Federal (MPF), à época, a partir da denúncia da comunidade sobre a colocação de estacas para novas barragens, chamou os arroteiros e os

⁶ As aspas anteriormente utilizadas na grafia da palavra desenvolvimento tiveram por propósito contestar a visão naturalmente progressista e universalista atribuída ao desenvolvimento. Isso feito, a partir de agora passo a referir-me sem a grafia das aspas, já que penso que demarcação analítica já foi situada.

⁷ A desinência “a” empregada nesta tese, ao me referir genericamente às pessoas quilombolas, explica-se porque as principais protagonistas da luta quilombola são as mulheres desse quilombo que leva o nome da ancestral Anastácia. Assim, tal escolha é de natureza política, enquanto um marcador de diferença, pois neste caso, e em muitos outros que acompanho, são as mulheres que sustentam a luta quilombola.

⁸ A Convenção 169 da OIT estabelece a consulta às comunidades tribais e tradicionais mediante empreendimentos que afetem o local ou seu entorno (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011).

informou sobre a obrigação de consulta à comunidade quilombola sobre essas construções. Esse tratamento dado pelo MPF à questão levou o conflito sobre as barragens a ser evidenciado. Entretanto, diante de inúmeras vulnerabilidades sociais, a exemplo da falta de água encanada no quilombo e da não conclusão da titulação quilombola, os familiares foram tendo dificuldades de permanecer no local, o que num dado período levou a um processo de desarticulação política e comunitária, facilitando com que o conflito fosse escamoteado.

Os fazendeiros vizinhos, que tinham mais condições econômicas e políticas, no sentido de receberem o apoio à expansão de suas lavouras, aproveitaram esse “esfriamento” da questão e construíram barragens/açudes sem considerar tanto as condições mínimas de segurança necessárias e a obrigação de consulta aos povos tradicionais preconizadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Normativa essa que, aliás, sustentou a própria mediação do MPF, ao notificar os fazendeiros de tal obrigação, mediante a construção de uma nova barragem. O não atendimento do licenciamento ambiental e a desconsideração da existência do território quilombola – o qual é diretamente afetado por tais empreendimentos – fez com que os represamentos de águas construídos pela fazenda de arroz lindeira inundassem a estrada de acesso, os caminhos internos e roças do quilombo, em vários momentos do ano. Tal circunstância, além de inúmeros constrangimentos gerados, ampliou a dificuldade de permanência no local àquelas pessoas, que precisavam se deslocar diariamente para o trabalho. A necessidade de ausentar-se do quilombo em busca de trabalho levou a um processo de desarticulação quilombola. Contudo, a partir de 2012, o processo de titulação no Incra foi retomado e naquele período algumas pessoas da parentela quilombola se aposentaram e tiveram condições de retomar a moradia, juntamente com as mais antigas que lá permaneciam.

1.3 DAS COSMOPOLÍTICAS QUILOMBOLAS EM AÇÃO

Na elaboração do RTID do território quilombola, publicado em 2016, os conflitos em relação à exploração das águas do rio Gravataí reapareceram, na medida em que a associação quilombola não aceitou uma suposta proposta de acordo dos arroteiros, que retirava do pleito territorial quilombola o local onde estão as bombas de captação de água da fazenda. Tal área é compreendida pelas quilombolas como parte do território tradicional quilombola e localiza-se, justamente, no acesso do quilombo, conforme veremos mais adiante. Nesses termos, restou intensificada a disputa pelo que pode continuar existindo à beira do rio Gravataí, no Banhado Grande.

Por um lado, as quilombolas têm buscado formar e destacar publicamente as inúmeras associações que compõem a sua forma de existência, especialmente com os elementos que compõem a paisagem do local: outros-que-humanos (TSING, 2019), tais como o rio Gravataí, os maricás, o capim Santa-Fé, as ervas medicinais e os sítios antigos (a exemplo das ruínas da casa da ancestral Anastácia, conforme será discutido adiante). Nesse contexto, observa-se que essas conexões e alianças híbridas são acionadas pela Comunidade em defesa de seus direitos. Por outro lado, os arroteiros lindeiros buscam impor a sua dominialidade sobre as terras quilombolas permanentemente. Exemplar disso foi o registro indevido pelos arroteiros das terras quilombolas no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar), como se fossem suas (INCRA, 2005), conforme discutirei nesta tese.

A tese situa-se na intersecção dos debates sobre conflitos ontológicos em que estão inseridas as lutas territoriais da comunidade quilombola Anastácia e os debates decoloniais críticos às políticas de desenvolvimento e ao racismo. Dedicar-se a estudar a luta quilombola por reexistência frente às políticas de “desenvolvimento”, tomando como caso-exemplar o quilombo Anastácia. Por isso, o foco analítico privilegia as alianças historicamente construídas entre quilombolas e elementos outros-que-humanos, sobretudo os que compõem as paisagens vivenciadas por essa comunidade quilombola, considerando que tais associações e alianças híbridas constituem as diferentes formas de existência e cosmovisões. Tais alianças e coexistências persistem desde as ancestrais, pois, como veremos, ainda na época de Anastácia foi construída a primeira barragem pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em 1950, que ocasionou a mortandade de peixes. Desde o advento da rizicultura, ou da sua intensificação na década de 1970, tanto os quilombolas quanto os elementos da paisagem, como o rio Gravataí, dentre outros, convivem com os venenos oriundos dos cultivos das lavouras.

Assim, no caso da comunidade Anastácia, e de outras que já acompanhei devido ao meu trabalho no Incra, onde atuo desde de 2012 como antropóloga⁹, é notório que a luta pelo reconhecimento territorial é sustentada nos modos de ser e de se relacionar com o ambiente, pois a defesa desse território ancestral e étnico-racial está intrinsecamente vinculada à manutenção de modos de vidas e um entrelaçamento entre humanos e outros-que-humanos, que coexistem nesses espaços comuns desde as ancestrais quilombolas. Logo, o fenômeno da luta por direitos territoriais não é um objeto de análise pouco estudado, mas poucas

⁹ Exerço o cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário-Habilitação Antropologia no Incra, atuo no Setor Quilombola da autarquia. No período de dezembro de 2018 a dezembro de 2021 estive afastada para cursar o doutorado em Desenvolvimento Rural.

privilegiam a análise dessas lutas como disputas ontológicas. A perspectiva que proponho permite reconhecer as lutas quilombolas enquanto lutas pelo reconhecimento de certas formas de ser e de se relacionar com o mundo, a partir de formas de teorizar o social, que incluem o imbricamento entre humanos e não-humanos. Prioriza-se, assim, a análise das alianças heterogêneas entre as quilombolas e outros elementos que compõem a paisagem que habitam (por exemplo, o rio Gravataí) e artefatos sociotécnicos (por exemplo, documentos e documentários sobre o quilombo), que são constitutivos de suas reivindicações e formas de existir.

1.4 JUSTIFICATIVA

Importantes estudos no campo das Ciências Sociais abordam aspectos como etnicidade, políticas de reconhecimento, territorialidade e direitos políticos quilombolas (ALMEIDA, 2002; ANJOS, 2003; O'DWYER, 2002; JARDIM; LÓPEZ, 2013). Contudo, existem escassas análises sobre os conflitos territoriais sobre a ótica da ameaça à existência de populações tradicionais e de não humanos, enquanto resultado das políticas de desenvolvimento. Ou seja, da caracterização enquanto disputas ontológicas sobre o que pode coexistir diante de tais projetos.

Busco uma “fricção” (TSING, 2019) entre as abordagens da socioantropologia do desenvolvimento e dos estudos decoloniais com as abordagens da Teoria Ator-Rede (TAR), pois considero que é possível promover um encontro entre essas diferentes perspectivas analíticas, no que diz respeito às análises atinentes ao campo empírico desta tese. As justaposições dessas abordagens podem possibilitar complementações analíticas às diferentes teorias, na medida em que as análises das redes sociotécnicas preconizadas pela TAR podem contribuir para pensar a dimensão material das práticas racistas, coloniais e de imposição de políticas de desenvolvimento salvacionistas, e serem descritas e pormenorizadas. Igualmente, a crítica decolonial à Modernidade e à colonização pode trazer mais “realidade” às abordagens da TAR, as quais em muitos momentos, na busca por “simetrias generalizadas”, ficam um tanto quanto plasmadas ou inodoras, no sentido de que desconsideram a relação intrínseca entre a Modernidade e a Colonialidade do poder.

Acredito que uma abordagem possa “trazer luz” à outra. Explico: os estudos decoloniais e críticos ao desenvolvimento não têm como propósito focalizar as redes sociotécnicas implicadas nos processos de dominação incidentes nas Políticas. Por outro lado, as teorias ator-rede ignoram as implicações da colonialidade do poder adjacentes às redes

sociotécnicas que ensejam relações desiguais. Destacadamente, as abordagens que consideram a racialização¹⁰ e o racismo¹¹ nos conflitos territoriais e ambientais são imprescindíveis à costura das duas perspectivas teóricas antes referidas, pois o racismo é uma característica da política ontológica dessas redes. Busco explicitar o efeito das práticas e valores racistas nas redes sociotécnicas e políticas afetas aos direitos quilombolas.

No que diz respeito à justificativa social e política da minha pesquisa, destaque-se que, embora seja importante que na Constituição Federal de 1988 tenha incluído a obrigação do Estado brasileiro em titular os territórios quilombolas (BRASIL, 1988) – o que foi uma conquista da luta do movimento negro¹² – a morosidade da regularização fundiária dos territórios quilombolas forjou um abismo entre a garantia constitucional e o devido cumprimento por parte das diferentes instâncias do Estado no Brasil. Tal omissão conforma uma situação absurda que é indicada pelos dados que demonstram que, a depender do ritmo atual, o Estado brasileiro demoraria mais de 600 anos para titular as comunidades com processos abertos no Incra, conforme denúncia apresentada na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que aconteceu em 2019 na Bolívia (SCHRAMM, 2019).

Tal situação, de atraso e omissão do Estado brasileiro com a titulação das comunidades quilombolas, revela que a perspectiva de reparação que sustentou o direito constitucional não refletiu até o momento numa mudança efetiva na estrutura escravocrata em que se assentou a sociedade brasileira. Tais reparações e reconhecimentos de direitos e valorização histórica das culturas afrodescendentes são obstaculizadas pelo racismo

¹⁰ O conceito de racialização é aqui empregado na perspectiva do racismo institucional trazida por Silvio de Almeida, isto é, enquanto “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar numa dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 308).

¹¹ Racismo é tomado nos termos definidos pela professora Vera Rodrigues da Silva, na banca da defesa desta tese, isto é da retirada da humanidade das pessoas negras a partir de critérios aleatórios.

¹² Lélia Gonzalez realizou uma importante cartografia e análise da formação do movimento negro no Brasil. Desde as associações negras, as chamadas “entidades”, que tinham funções recreativas, mas também políticas-culturais e da formação, no pós-abolição, da Frente Negra (1931-1938), que, de acordo com ela, foi “um sucesso de organização, pois conseguiu trazer milhares de negros para os seus quadros (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 22). A seguir, o período de 1945-1948 é definido por ela como um período de “intensificação das agitações intelectuais e políticas do movimento negro”. Em 1978 destaca-se o surgimento dos Cadernos Negros, que buscavam retratar as imagens da África em nosso continente. Dentre os inúmeros projetos de resistência cultural negra, ela destaca o Teatro Experimental Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento e ainda ela presta a atenção nos movimentos musicais como o *Soul*, o *Black Rio* e posteriormente os bailes como expressões culturais relevantes, pois nas palavras dela essas atividades promoviam formas de aglutinação e de tomada de consciência: “se eu posso me unir para fazer isso, eu posso me unir para fazer uma questão mais produtiva” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 32). Bem como o destaque para a organização do Movimento Negro Unificado a partir de 1978. Nessa trajetória, o processo constituinte de 1988 representou um momento em que as inúmeras lutas do movimento negro travadas desde a luta contra a escravidão se expressaram na nova carta constitucional, a exemplo dos artigos 215 e 216 e 68 da Ação das Disposições Contrárias e Transitórias (ADCT) (BRASIL, 1988).

institucional, na medida em que as instituições brasileiras foram erigidas e se mantêm normalizadas em valores e estruturas racializadas e racistas. Nesse contexto, as pessoas negras, reiteradamente, precisam produzir provas de suas existências e de suas humanidades. No caso das pessoas quilombolas, isso é evidenciado no fato de que, após mais de 30 anos da promulgação do direito constitucional, há uma luta permanente pela afirmação dessas coletividades de pessoas negras enquanto “sujeitos de direitos” (LEITE, 2005), garantias essas que foram historicamente usurpadas. Assim, considero que o estudo da questão quilombola se sustenta como uma questão social e teoricamente relevante e urgente.

Acredito que a minha experiência de trabalho no Incra me deu condições de construir uma pesquisa diferenciada, pois ela pode “beber” das minhas práticas com as comunidades quilombolas há mais de uma década, as quais não gostaria de dispersar. Por fim, espero que a pesquisa e a análise empreendida possa ter sido tocada pelos sentidos de justiça das minhas interlocutoras e que a minha tese contribua para a elucidação das condições de existência que estão abrangidas nas lutas que essas pessoas fazem pelo direito de existir no território.

Esta é uma pesquisa assumidamente implicada (WAGNER, 2014) na construção de mais condições para que a luta dos quilombolas da Anastácia prospere. Do ponto de vista da minha implicação existencial com a pesquisa, sublinhe-se que, embora, em muitos momentos a miscigenação da minha pele (filha de uma mulher afro-indígena e de um homem de origem germânica) tenha-me levado a experimentar a racialização do meu corpo, numa região do interior do Rio Grande do Sul de predomínio da “colonização” alemã e italiana, tenho consciência de que o meu fenótipo mestiço difere do de uma pessoa negra (até mesmo de minha mãe que não é mestiça com brancos). Dessa forma, não tenho condições de vivenciar os efeitos do racismo da mesma forma que uma pessoa preta. Entretanto, a minha consciência de que as ancestrais de meus avós maternos foram escravizadas, mobiliza o meu interessamento e desejo pelo campo da(s) minha(s) pesquisa(s) com comunidades quilombolas.

Pois, interessa-me fortalecer redes que invistam em contar histórias invisibilizadas e silenciadas pelo racismo estrutural, nas suas mais diversas camadas e formas. Nesse ponto, reconheço-me como uma investigadora inserida no contexto de interação que estudo e, dessa forma, assumo que os meus valores e as minhas concepções (cosmo)políticas fazem parte do meu processo de reflexão e construção de conhecimento (SAUTU *et al.*, 2005). Antes de apresentar os caminhos metodológicos percorridos, apresento o objetivo geral da tese: Investigar a cosmopolítica exercida pela comunidade Anastácia (Viamão/Rio Grande do Sul) na luta por continuar existindo em seu território ancestral, diante das políticas de

“desenvolvimento” que pressupõem que essa coletividade negra e as suas relações na paisagem devem deixar de existir naquele lugar.

1.5 CAMINHOS METODOLÓGICOS EMPREENDIDOS

Quando iniciei a pesquisa havia um acúmulo de conhecimento já empreendido em relação à trajetória de ocupação e resistência territorial da comunidade Anastácia, por meio dos estudos acadêmicos (SILVA, 2006; COSTA, 2007), do Parecer Técnico 05/2013 do Inbra sobre os estudos realizados por esses pesquisadores – os quais foram recepcionados no processo administrativo de regularização fundiária da comunidade. Por conta da análise do contrarrelatório¹³ ofertado pelos contestantes, o qual foi indeferido por não atender os quesitos técnicos definidos pela Instrução Normativa 57/2009 do Inbra e por conter alegações im procedentes e contrárias aos direitos territoriais quilombolas, já havia ido a campo no quilombo três vezes anteriormente ao início do doutorado. No entanto, não havia trabalhado na elaboração do Relatório Antropológico (RA), o qual foi acompanhado por outras duas colegas. Assim, precisei construir laços de confiança com a comunidade. Ou, talvez, ao iniciar a construção desses vínculos, em situações tais como o acompanhamento de uma perícia do MPF no quilombo, decidi realizar a minha pesquisa da tese naquela comunidade. Realizei uma consulta às quilombolas dirigentes da Associação¹⁴ sobre o meu desejo de realizar pesquisa junto ao quilombo, e após obter o consentimento, passei a conviver com parte do cotidiano da comunidade, e desde então (julho de 2018) acompanhei reuniões, festividades e algumas lutas políticas que a comunidade está envolvida.

As urgências que se apresentavam diante dos inúmeros constrangimentos à presença da comunidade quilombola Anastácia no seu território – como, por exemplo, o contrarrelatório antropológico apresentado pelos contestantes; o registro indevido pelos arroseiros das terras quilombolas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar); ou a inundação pelas barragens – instigaram-me a escolher aquele campo para a pesquisa de doutorado.

¹³ Nos últimos anos têm surgido contrarrelatórios contratados conjuntamente com escritórios de advocacia e que têm um autor em comum, ele que é cientista social. O primeiro surgiu na comunidade quilombola de Palmas (Bagé) em 2013. Isso se repetiu nas contestações ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola do Morro Alto em 2015, dentre outros processos. Nesses e em outros casos que analisei no Inbra, essas peças não atendiam aos quesitos técnicos definidos pela Instrução Normativa 57/2009 do Inbra e não resultaram de pesquisas etnográficas.

¹⁴ É a organização jurídica da comunidade quilombola Anastácia.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se constitui, sobretudo, numa etnografia, pois busquei a inserção em parte do cotidiano do quilombo, primando por seguir as ações das quilombolas nas redes afetadas aos direitos territoriais quilombolas; nas quais as quilombolas estão presentes e em luta. Em termos gerais, posso definir que o objeto da pesquisa são as práticas cosmopolíticas quilombolas exercidas em defesa de seus direitos territoriais, nas inúmeras redes em que a disputa por tais direitos é exercida. Assim, desde o início, busquei realizar uma observação participante dos processos de coexistência da comunidade quilombola diante das políticas e dos aparatos sociotécnicos de desenvolvimento¹⁵ (por exemplo, as barragens) que buscam se apropriar ou turbar¹⁶ a posse da área quilombola. Isto é, procurei etnografar como as quilombolas fazem frente aos projetos de expansão da fronteira agrícola em direção ao rio Gravataí e ao banhado onde se situa o quilombo. Busquei informações sobre o acesso no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, a pedido da comunidade, participei de audiências na Justiça Federal sobre o abastecimento de água, bem como das reuniões do Comitê Gestor da APA do Banhado Grande. Além das relações de empatia que foram sendo construídas neste período.

Em várias ocasiões tive a oportunidade de participar de caminhadas guiadas pelas quilombolas para apresentar o território aos visitantes. Momentos esses em que pude ouvir explicações acerca das inúmeras modificações que o rio Gravataí sofreu e continua sofrendo. Tive a oportunidade de realizar entrevistas semiestruturadas com ambientalistas e técnicas que atuam na conservação da APA e do rio Gravataí. Várias dessas pessoas têm se constituído em aliados da continuidade da existência quilombola no território. Por meio do mapeamento genealógico, tive a oportunidade de ampliar o contato com os familiares quilombolas.

Durante a pandemia, no período em que não foi possível estar em “campo” presencialmente, mantive contato com as minhas interlocutoras por meio do telefone e do WhatsApp. Em alguns momentos, fui chamada pelas lideranças quilombolas a acompanhá-las em algumas redes, nas quais estavam defendendo os seus direitos. Isso possibilitou-me participar remotamente de algumas reuniões, por exemplo, com o Ministério Público Federal e o movimento negro quilombola, ou nos debates que envolveram a aprovação do Plano de Manejo da APA do Banhado Grande.

Segui as quilombolas a naquelas redes que estão associadas à defesa de seus direitos, pois cheguei àqueles atores e artefatos que são acionados pela coletividade quilombola como participantes de relações que reconhecem a sua existência, a legitimidade e a elegibilidade de

¹⁵ As barragens são exemplos de tais aparatos sociotécnicos.

¹⁶ No sentido jurídico, é a conduta que impede ou atenta contra o exercício da posse por seu legítimo possuidor.

seus direitos existenciais e territoriais. Logo, não fez sentido analítico a esta pesquisa entrevistar ou se aproximar daqueles que são detratores desses direitos (e das existências quilombolas propriamente ditas). Também não me coube observar e entrevistar os pescadores artesanais que ocuparam parte do território quilombola em regularização fundiária e que possuem conflitos com a comunidade quilombola.

Entretanto, a principal razão para que esta rede contrária, ou contraditória, à afirmação dos direitos quilombolas não seja seguida ou acionada é de ordem analítica. Porque esta é uma pesquisa assumidamente situada, no sentido definido por Donna Haraway (2009). Seguir a comunidade nas redes sociotécnicas que elas acessam me possibilitou mapear as diferentes associações e mediações que ocorrem nessas redes. Assim, do ponto de vista dos procedimentos de pesquisa, a descrição das associações e mediações, envolvidas nas disputas cosmopolíticas exercidas pela coletividade negra, somente foi possível a partir da imersão em campo. Neste ponto, inspiro-me na perspectiva de Marilyn Strathern, que advoga que é a escrita etnográfica – a qual se viabiliza pela imersão em campo – que nos habilita a reconstituir aspectos das relações tecidas no cotidiano, as quais normalmente não são consideradas (STRATHERN, 2013; LIMA, 2013).

Esse “mergulho” no campo é considerado mais profundo que a própria observação participante (LIMA, 2013), pois ele pressupõe o envolvimento e o comprometimento com as relações sociais que as pessoas nos propõem, diante das várias negociações que nos apresentam e vice-versa, bem como da antropologia reversa¹⁷ que as nossas interlocutoras nos propiciam (WAGNER, 2014). Manter um diário de campo é uma forma de registrar os momentos mais significativos da pesquisa, através das anotações dos *insights*, dos questionamentos e das surpresas da pesquisa. Considero a autorreflexão sobre o campo e escrita essencial ao processo de inspiração etnográfica, especialmente neste momento de pandemia do Covid-19, onde o campo assume outros contornos.

Na inserção etnográfica na comunidade quilombola e no acompanhamento de algumas redes sociotécnicas afetas à luta por seus direitos, apostei na inter-relação com os sujeitos sociais da minha pesquisa, recorrendo primordialmente à observação direta, realizando conversas informais e formais e vivenciando aspectos possíveis das ações cotidianas e habituais, nos termos do ofício etnográfico definido por Cornélia Eckert e Ana Luiza Rocha (2008, p. 25). Assim, do ponto de vista dos procedimentos da pesquisa, a metodologia é a

¹⁷ Roy Wagner, ao abordar a “invenção da cultura”, destaca a centralidade da noção de alteridade no exercício antropológico, no sentido de que os nossos interlocutores também escrutinam a nossa “cultura” e modos de ver o mundo.

qualitativa, sendo que a imersão no cotidiano das lutas da comunidade por seus direitos foi o principal investimento analítico. De forma complementar, realizei algumas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de aprofundar alguns aspectos suscitados pela observação participante e pela imersão em campo.

As imagens registradas em campo, ou as fornecidas pelas minhas interlocutoras, foram destacadamente importantes para mim, especialmente pelo afastamento físico do campo imposto pela pandemia durante mais de um ano. Pois, se antes da Covid-19 tais registros cumpriam de alguma forma o papel de demonstrar que “estive lá”, durante a pandemia elas foram uma fonte de memória, de visualização de marcadores espaciais da paisagem no processo de escrita no período de distanciamento.

Nesse contexto, as imagens que apresento na tese emergiram da interlocução com as quilombolas, a partir das suas percepções da paisagem, pois os registros fotográficos são familiares às quilombolas da Anastácia. São formas de demonstrar os frequentes alagamentos da estrada, por exemplo, como “pedidos de socorro”, como elas assim os definem. Exemplo dessa relação com os registros fotográficos foi o relato de um quilombola sobre as várias fotografias que ele fez no seu celular, as quais, de acordo com ele, demonstram em sequência os alagamentos e as mudanças que ocorreram no lugar por conta destas barragens/açudes não licenciadas e sem outorgas legais.

1.6 SOBRE OS CAPÍTULOS DA TESE

Quanto à estrutura argumentativa, esta tese inicia com esta Introdução que, além de apresentar a temática da pesquisa, traz os objetivos percorridos e situa a perspectiva metodológica. Antes dos quatro capítulos que compõem o trabalho, apresento um prólogo teórico, que tem por objetivo situar os marcos analíticos no âmbito das Ciências Sociais no qual proponho uma inter-relação entre as abordagens da Teoria Ator-Rede (TAR) com a crítica ao desenvolvimento e debates decoloniais e combate ao racismo.

No Capítulo 3, “Rio Gravataí: o principal aliado e testemunha da comunidade quilombola Anastácia”, busco seguir, descrever e analisar as inúmeras relações que perpassam a existência do rio Gravataí, que é o principal aliado e testemunha das quilombolas na luta por continuar existindo no lugar. Busco evidenciar a inter-relação entre as ameaças ao rio com os constrangimentos à existência da comunidade quilombola no lugar. Procuro também evidenciar as práticas quilombolas que são justificadas a partir da coexistência com as águas e a paisagem.

No Capítulo 4, “Terra: lugar de ‘fincar os pés’, edificar memórias e compartilhar mundos”, descrevo as inúmeras associações a partir da terra – ou banhados – que são ocupadas historicamente por inúmeras gerações quilombolas e que são disputados pelas riziculturas. Traço um breve panorama do andamento da titulação dos territórios quilombolas no Brasil e no Rio Grande do Sul. São descritas as diversas agências do Racismo na não efetivação da titulação dos territórios quilombolas, após mais de 30 anos da garantia constitucional.

No Capítulo 5, “Conflitos sobre o que pode existir no território quilombola Anastácia”, pormenorizo os conflitos das quilombolas com a existência das barragens que surgem uma depois da outra. Também cartografo algumas redes sociotécnicas onde os direitos quilombolas são disputados, a exemplo de um processo judicial pelo direito à água potável no quilombo.

No Capítulo 6, “Uma festa é uma luta, e na luta se faz festa”, tematizo sobre o retorno parcial das atividades no quilombo Anastácia, o que propiciou vários encontros. Descrevo momentos de preparação da festa da Consciência Negra que ocorreu em novembro de 2021, com destaque para as relações diplomáticas exercidas pelas quilombolas na relação com diferentes atores que atuam nas redes em que as cosmopolíticas quilombolas são exercidas.

Por fim, faço as considerações finais e aponto alguns aspectos que poderiam ser abordados em pesquisas futuras, a partir de novas imersões em campo e/ou a partir de outros prismas. Finalizo argumentando que as lutas territoriais quilombolas estão inseridas em lutas mais amplas, que são as disputas ontológicas que são travadas pelas quilombolas diante do racismo ambiental que “normaliza” a apropriação forçada de territórios negros biodiversos.

2 PRÓLOGO ANALÍTICO

Esta seção tem por objetivo apresentar os principais conceitos da pesquisa, bem como os marcos analíticos. Por marcos analíticos desta tese, refiro-me àquelas abordagens que me situam epistemologicamente, isto é, fundamentalmente a partir das quais penso a construção do conhecimento em Ciências Sociais. Precisei sistematizá-las em alguns tópicos: Antropoceno e Disputas Ontológicas; Redes Sociotécnicas e Modos de Existência; Modernidade e Desenvolvimento; e Racialização, Racismo e Territorialidades Quilombolas. Na última parte desta seção, apresento uma proposta de ‘fricção analítica’ entre as diferentes abordagens tematizadas neste prólogo. Por fim, sistematizo a problemática da pesquisa.

2.1 ANTROPOCENO E DISPUTAS ONTOLÓGICAS

Neste momento, em que há mais de dois anos atravessamos a pandemia do SARS-CoV-2 (Coronavírus), diante de três “ondas” de contaminação (até então) e do constante surgimento de novas variantes, vivenciamos literalmente o exercício pessoal e coletivo do que significa “viver nas ruínas”¹⁸ (TSING, 2019). No caso, nas ruínas do que se transformou a Modernidade, pois se revela de forma trágica a falta de conhecimento das consequências e dos riscos do Antropoceno, conceito esse que será mais bem tratado adiante. Não temos como dimensionar a ação da “vida feral” (TSING, 2019) que deriva dos processos de superexploração do ambiente e das mudanças climáticas (BECK, 2009). Por outro lado, fica evidenciado o esgotamento da narrativa do “Desenvolvimento” enquanto uma realidade irrefutável, progressiva e incontornável, pois se evidencia o caráter intrinsecamente insustentável de suas Políticas¹⁹ e a incapacidade daquilo que convenciamos chamar de desenvolvimento de resolver os problemas criados pela lógica da superexploração e superacumulação econômica (STENGERS, 2015).

Bruno Latour, ao tematizar sobre um mundo pós-pandemia possível, sustenta que “a crise da pandemia está embutida em algo que não é uma crise – algo sempre passageiro –, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível” (LATOURE, 2020a). Ele sustenta que vivemos um momento sem precedentes, que estamos diante da erupção da Terra como um ator político, pois “não se trata de pequenas flutuações climáticas, mas de uma perturbação

¹⁸ Referência aos estados degradados da vida na terra, que resultam das forças de exploração do Capitalismo, mediante a contaminação e perturbação das paisagens.

¹⁹ Grafada com p maiúsculo por ser tomada no sentido foucaultiano de formas de governo das vidas e da morte.

que mobiliza o próprio sistema terrestre” (LATOURE, 2020b, p. 52). Como decorrência de tal situação, ele adverte que não podemos mais contar as mesmas histórias, pois a própria ideia de Antropoceno foi reformulada, visto que:

[...] é claro que os humanos sempre modificaram o meio ambiente, mas isso se referia apenas ao seu entorno, aquilo que precisamente os circundava. Eles seguiam sendo os personagens centrais [...]. Os humanos não são mais os únicos atores, ainda que acreditem desempenhar um papel muito mais importante do que realmente possuem” (LATOURE, 2020b, p. 56).

Neste contexto, o “objeto” analítico desta tese, as lutas por reexistências quilombolas, pode ser considerado como uma forma heurística de conhecimento, descrição e análise de práticas sociais que reexistem diante de políticas de “desenvolvimento”, as quais acarretam transformações drásticas da paisagem. O conceito de paisagem é acionado aqui no sentido tal e qual é proposto por Tsing (2019): encontros e interdependências entre humanos e não humanos no(s) lugar(es), não abarcando apenas uma dimensão física, mas sobretudo social, na medida em que o social surge exatamente destes encontros que não são determinados somente pelo *design* humano. Ao contrário, a autora critica a hierarquização dos humanos, mesmo naquelas teorias que reconhecem as agências dos não humanos, as quais, ao hierarquizar, não se afastam da excepcionalidade antropocêntrica. Sua noção de paisagem comporta uma assembleia desierarquizada, com biografias diversas que compõem as formas plurais de vida do lugar. Pois, na sua proposição, de uma descrição crítica, todos os acontecimentos – todas as movimentações – são relevantes. Inclusive, as degradações da paisagem compõem estas interlocuções e possibilidades de construção de novas formas de habitabilidade, justamente edificadas a partir da heterogeneidade que resulta das perturbações e das próprias contaminações. Esse é o sentido que a autora propõe de “ocupar as ruínas”.²⁰

Nessa linha argumentativa, esta pesquisa aborda os conflitos e as disputas ambientais e cosmopolíticas desde as perspectivas socioantropológicas, que buscam se afastar da partição Natureza e Cultura²¹ (LATOURE, 1994; STENGERS, 2005; STRATHERN, 2014) e das concepções fraturadas de ambiente. Ao contrário, a ideia de ambiente emerge nesta análise

²⁰ Para mim, que tive uma iniciação na formação filosófica, diante desse não niilismo da Tsing, me ocorre pensar na célebre frase de Jean Paul Sartre: “não importa o que fizeram de nós, e sim o que faremos do que fizeram de nós”.

²¹ Latour e outras autoras da Teoria Ator-Rede (TAR) atribuem o fracasso do “edifício moderno” à ilusória separação entre natureza e cultura que foi realizada pela Modernidade.

enquanto um espaço de hibridização²² entre sociedade e natureza (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). Do ponto de vista do debate sobre o desenvolvimento, esta análise se situa no campo teórico crítico a ele enquanto uma realidade inexorável e um desejo irrenunciável. Para tanto, me associo àquelas abordagens que visam demonstrar que é exatamente a naturalização dos enunciados (LATOURET, 2016; STENGERS, 2015) das políticas de desenvolvimento que constrói a estabilização delas.

Busco analisar as disputas das quilombolas por existir no território ancestral, no qual são mantidas e atualizadas relações de identidade e reciprocidade com os não humanos da paisagem. Destaque-se que, em tal contexto, o território quilombola assume a característica de um “projeto” (ESCOBAR, 2000), pois o “lugar” comporta incontáveis lutas e resistências de inúmeras gerações de pessoas negras que lutaram por suas existências diante das políticas de “modernização” e de desenvolvimento. No caso da comunidade quilombola Anastácia, tais políticas, além de excludentes, causaram drásticas modificações na paisagem, conforme veremos no decorrer desta tese.

Notoriamente, neste momento de pandemia, mais do que nunca, fica evidenciada a vigência de uma “diversidade contaminada”,²³ enquanto resultado das inúmeras perturbações em massa que emergem do projeto humano de transformação da terra, água e mares (TSING, 2019, p. 106) na chamada era do Antropoceno. Na perspectiva de Tsing (2019), o Antropoceno pode ser caracterizado enquanto uma época de grandes emergências das paisagens multiespécies, momento esse em que vivemos nas ruínas resultantes de processos de contaminação da diversidade e da extinção em massa de incontáveis espécies. Donna Haraway (2016) assinala que a crise atual ultrapassa a própria ideia de “mudanças climáticas”, pois diz respeito à simplificação e ao achatamento de inúmeros ecossistemas, através da contaminação por produtos tóxicos (tais quais os da mineração) e do esgotamento das fontes naturais, bem como do “genocídio de pessoas e outros seres” (HARAWAY, 2016, p. 139)²⁴. Para ela, a importância de nomeação, por exemplo, como Antropoceno ou Capitaloceno, “tem a ver com a escala, a relação taxa/velocidade, sincronidade e complexidade (HARAWAY, 2016, p. 139), visando demonstrar as graves discontinuidades que vivenciamos.

²² Diz respeito a não separação dos domínios de natureza e cultura e ao entremeamento entre atores humanos e não humanos, bem como a mistura de ambos. Aqui podemos pensar no sentido de que “somos todos ciborgues”, tematizado por Haraway (2009).

²³ Tsing (2019) define o termo “diversidade contaminada” enquanto “os modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram nos últimos milhares de anos de difusão da perturbação humana” (MARCHIORI, 2020, p. 17).

²⁴ Chakrabarty (2009, p. 15) assinala, ainda, que o acelerado aquecimento global coloca em risco as próprias condições biológicas e geológicas das quais depende a continuidade da vida.

Logo, se a Modernidade é caracterizada pela exaustão da racionalização da apropriação da “natureza”, o Capitaloceno pode ser definido como outra forma de denominar o que comumente é chamado de Antropoceno, onde ocorrem inúmeros processos de extinção em massa e em que a própria sobrevivência da vida, da forma tal qual a conhecemos, se torna ameaçada. A especificidade deste momento histórico é a que agora nos defrontamos com situações em que os refúgios, que até então eram capazes de serem reconstituídos após eventos externos, estão sendo extintos, já que “as reservas da terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas e, de várias outras formas, exauridas” (HARAWAY, 2016, p. 140).

Da inter-relação material entre humanos, evidenciada por Tsing na definição do conceito de paisagem (encontros de humanos e não humanos), emerge a abertura ontológica para a compreensão da própria ideia do que é o social. Considera-se, nesse ponto, que a capacidade material de mudanças dos não humanos, muitas vezes, se dá na mesma escala de tempo que os humanos. Adverte-se, assim, que não podemos desconsiderar a capacidade dos não humanos de responder às práticas humanas de diversas maneiras, inclusive considerando que a vida feroz tira proveito da perturbação humana. Portanto, faz-se necessário o alargamento da compreensão sobre o que é o social e até mesmo a ampliação do conceito de história natural, considerando a adaptação colaborativa dos diferentes ecossistemas à perturbação humana. Logo, há de se considerar as diferentes performances das ecologias humanas e não humanas. Dessa forma, não se trata simplesmente de exercícios de catalogação da diversidade das paisagens e, sim, de “narrar histórias em que a biodiversidade emerge”. Coloca-se em questão, portanto, o modo como agimos com as outras espécies para fazermos o mundo (TSING, 2019, p. 76). Mundo(s) esse(s) em que os não humanos possuem história (CHAKRABARTY, 2009) e agem²⁵ no presente.

As ideias de multiespécies, pluriversos, conexões parciais com materialidades humanas e não humanas são abrigadas pelo “guarda-chuva” epistemológico da virada ontológica nas Ciências Sociais. Esse conceito é explicitado por Costa e Funck (2017, p. 904) como “um movimento em direção às coisas, aos corpos, aos organismos, o qual não se reduz apenas aos seres humanos”. Dessa forma, sublinhe-se que as abordagens da chamada sociologia pragmática são aquelas que melhor operacionalizam as disputas ontológicas e as multiespécies envolvidas na constituição do social – que do ponto de vista da Virada

²⁵ Para Latour (2018), a agência dos atores é sempre pensada em relação, ou melhor, na relação em que está associada. Logo, não se trata de uma agência em si dos humanos, não humanos ou artefatos e, sim, das conexões e mediações exercidas.

Ontológica é constituído por humanos, não humanos e híbridos correspondentes. Este campo sociológico, também conhecido por “sociologia das provas”, considera que as pesquisas empíricas são insubstituíveis e imprescindíveis, pois elas são o próprio ponto de entrada para a abordagem da “ordem do social”.

Barthe *et al.* (2016) definem algumas exigências que permitem produzir uma pesquisa significativa de estilo pragmático. Dentre as quais destaco: a não dissociação dos processos e operações em que os fatos são produzidos, buscando reconstituir cadeias de causalidade, a articulação entre o “micro” e o “macro”, o que distancia de outras teorias que consideram que a sociedade é formada por estruturas e que tal constituição é a chave explicativa absoluta. Igualmente, na forma da análise dos fatos do passado, isto é, buscando entender os seus efeitos no presente, ou seja, na perspectiva de descrever e analisar dinâmicas históricas que informam situações do presente (BARTHE *et al.*, 2016, p. 86). Outro aspecto a ser sublinhado é a intenção de que as justificações dos atores e atrizes sejam levadas a sério e que, a partir desta postura na pesquisa, a pesquisadora – que se torna parte do processo que está analisando – possa seguir os atores, descrever e analisar como eles formulam as suas estratégias e a partir de quais materialidades e provas/justificações o fazem.

Tais guinadas epistemológicas trazem implicações significativas na produção do conhecimento em Ciências Sociais, pois alargam a visão sobre a constituição daquilo que no senso-comum da Sociologia é definido como social, ao abarcar as diversidades das materialidades que edificam o mundo. Nesse ponto, as teorias feministas têm trazido contribuições decisivas, pois elas partem de um posicionamento epistemológico que não busca edificar uma teoria transcendente e, sim, assumem que necessitamos de uma “teoria crítica para entender a construção dos corpos” (HARAWAY, 2009), pois a corporização é tomada como específica e partida (parcial e localizada). Dessa forma, se colocam como alternativas ao relativismo e materializam a refutação das chamadas visões pluralistas da realidade. Ao contrário, os saberes localizados, reivindicados pelas teorias feministas, concebem os “objetos” do conhecimento como atores que têm agência num mundo constituído por contingências, logo, os humanos não têm o comando do mundo (HARAWAY, 2009). No caso da comunidade Anastácia, como veremos nesta tese, são evidentes as reciprocidades e as alianças das quilombolas com os não humanos que resistem na paisagem e que também têm as suas existências ameaçadas diante das políticas que são intentadas.

Neste contexto analítico, o conceito de cosmopolítica, protagonizado por Isabelle Stengers, é muito significativo, pois se refere a disputas pelo que pode existir. Isto é, ao questionamento sobre: quais são as coexistências possíveis? Latour sintetiza de forma bem

didática o sentido do termo proposto pela filósofa belga: enquanto uma inter-relação entre cosmos e política.

[...] reutilizo a palavra “cosmos”, mas tomando no sentido que costumam lhe dar os antropólogos: o arranjo de todos os seres que uma cultura particular reúne em formas de vida prática. E quando os antropólogos dizem “todos os seres”, devemos ter um espírito amplo e o coração aberto: são os deuses, os espíritos, os astros, tanto quanto as plantas, os animais, a parentela, os utensílios ou os rituais (LATOURE, 2016, p. 116).

Stengers sustenta que “nós não estamos sozinhos no mundo” (STENGERS, 2003, p. 355) e, portanto, a proposição cosmopolítica afirma-se enquanto uma disposição ao reconhecimento e ao diálogo, pois, como ela explica, “ao termo cosmopolítica corresponde aquilo que não é nem uma atividade, nem uma negociação, nem uma prática, mas o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas” (STENGERS, 2003, p. 355). Ela aposta na construção de uma ecologia das práticas que possa emergir como um modo de inter-relação possível diante da multiplicidade do cosmos, ao ser capaz de possibilitar o reconhecimento e o diálogo entre diferentes mundos que compõem o “pluriverso”. E nesse diapasão insere-se a sua crítica à conversão da ciência em uma economia do conhecimento, na qual não há espaço para a existência de produções públicas e coletivas dos saberes.

Ao abordar o contexto da chamada crise da modernidade e do capitalismo, Mario Blaser (2013) assevera que tais crises do momento atual podem ser mais bem explicadas a partir dos conflitos ontológicos – no sentido de disputas por quais existências são possíveis – os quais são evidenciados nas crises ambientais, políticas e econômicas. Nesse sentido, para o autor, as lutas dos povos indígenas são emblemáticas de ações imbricadas nas dimensões cosmológicas a que são vinculadas essas práticas sociais, as quais são divergentes e/ou contrastivas com os projetos sociais da Modernidade, pois são calcadas em territorialidades e experiências singulares que não podem ser abarcadas na pretensão universalista e planificadora dos “tempos modernos”.

A partir do reconhecimento das diferenças e da diversidade ontológica, Marisol De La Cadena (2010) resgata a ideia de cosmopolítica de Stengers (2003), enquanto uma possibilidade de aberturas de novas interpretações, a exemplo das práticas que emergem dos movimentos sociais andinos, os quais revelam o estar ‘entre mundos’ de diferentes imaginários e cosmovisões. Tais movimentos têm características comuns no que diz respeito à evocação da Pachamama enquanto uma realidade não dual e, sim, como um lugar onde todos os seres da terra (*Earth-beings*, no original em inglês) encontram uma abertura ontológica. Ela

sustenta que o banimento dos chamados seres da terra da política, e a desconsideração das suas existências e aos seus eventuais direitos, explica-se pelo fato de que eles trazem consigo – ao serem visibilizados – a disputa pelos lugares apropriados pela tecnociência. E, assim, a visibilidade de existências ameaçadas coloca em questão o monopólio da ciência em definir o que é natureza e, ao mesmo tempo, explicita o rastro das tecnociências como aparatos para a apropriação dos territórios.

2.2 REDES SOCIOTÉCNICAS E MODOS DE EXISTÊNCIA

Desde as perspectivas analíticas, acerca dos encontros entre humanos e aqueles não humanos que edificam o “social”, oriento-me teoricamente por aquelas abordagens que concebem que o ‘social’ não é dado *a priori*, e sim que se faz e é entremeado em associações entre humanos, não humanos e artefatos nas redes sociotécnicas formada por esse conjunto de atores.²⁶ Para a TAR, inúmeras conexões e inúmeros atores compõem as redes sociotécnicas que produzem o “social”, e é da subtração das análises desses inúmeros agenciamentos e associações (que acontecem nas redes²⁷) que decorrem as traduções.

As traduções podem ser compreendidas como a interpretação dada pelos atores a tais associações híbridas, sem considerá-las na construção dos enunciados. Nesses marcos analíticos, os enunciados científicos são compreendidos como resultados dos processos de tradução que ocorrem nas redes sociotécnicas, nas quais os próprios artefatos técnicos e práticas sociais coexistem. Para que tal exercício analítico e prático se realize, Latour nos propõe a desnaturalização dos enunciados da ciência, pois ele assevera que “aquilo que é conhecido como um enunciado é [na verdade] a etapa final da controvérsia e, de maneira alguma, o seu início” (LATOURE, 2016, p. 81). Michel Callon, ao realizar um balanço sobre os estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), reafirma a compreensão de que a ação humana é impossibilitada se não levarmos em conta “a materialidade, a tecnologia e os não humanos” (CALLON, 2008, p. 309).

Evocar o conceito de “modos de existência”, no âmbito desta pesquisa, tem como propósito referir à pluralidade de vidas que coexistem e sustentam a defesa do território

²⁶ Latour (2018), na obra *Modos de Existência*, amplia e, de alguma forma, revisa o seu conceito de “redes”. Ele afirma que da mesma forma que o conceito de domínio é insuficiente, o de redes também o é. Nesse ponto, ele propõe o desafio de cartografar e qualificar os valores que circulam nas redes. No caso desta pesquisa, cartografia dos valores é uma necessidade evidente, na medida em que sigo as justificações que embasam as cosmopolíticas exercidas pelas minhas interlocutoras.

²⁷ Redes não tomadas enquanto lugares físicos, mas como associações híbridas entre os diferentes atores humanos e outros-que-humanos.

quilombola Anastácia. Diferentes modos de vida que, ao resistirem, tensionam a expansão do Desenvolvimento, no sentido de que essas populações vivenciam os seus efeitos e “danos colaterais”, os quais são escamoteados nos enunciados acerca dos ganhos dessas políticas. Latour (2019, p. 15) advoga que seguir a pluralidade ontológica é uma maneira de nos “libertarmos da divisão sujeito-objeto”. Tal perspectiva coaduna com o desafio analítico de superar a separação natureza/cultura. Do ponto de vista “operacional”, tal visão epistemológica permite identificar uma simetria entre as quilombolas, o rio Gravataí, por exemplo, no que diz respeito aos modos que essas existências são significativas e se retroalimentam na justificação da conservação da paisagem heterogênea – que constitui o território quilombola.

Um dos limites apontados à TAR é o fato dessa abordagem não se reconhecer como fruto do próprio processo de dominação colonial que é engendrado pela Modernidade, na medida em que surge no âmago da produção moderna considerada como válida e universal: a Ciência Europeia. Outro ponto crítico apontado é o de que a busca por “simetrias generalizadas”, postulado analítico da TAR, pode plasmar as desigualdades envolvidas. Retomarei esta crítica, com mais vagar, na seção final deste capítulo, mas antes disso, apresentarei algumas abordagens de autoras e autores que buscam assumir e, de alguma forma, responder a essa crítica. Especialmente, a partir do apontamento de inter-relações possíveis entre a TAR e os Estudos decoloniais e/ou “sobre o Sul”. Autores como Arellano-Hernández e Morales-Navarro (2019) sustentam que a literatura pós-colonial transmite a perda de universalidade de um modelo de vida euro-americano que se descentra, num processo simultâneo de relativização desses conhecimentos. Por outro lado, uma das chaves da TAR é a noção de que os modernos também podem ser antropologizados. Ou seja, um processo de relativização interna. Nesse sentido, os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCTs) focalizam a relativização dos próprios conceitos de ciência, de tecnologia e sociabilidades (ARELLANO-HERNÁNDEZ; MORALES-NAVARRO, 2019, p. 23).

Esses autores sustentam que tais estudos, sobre o “Sul”, possibilitam uma relativização da ciência como conhecimento universal e absoluto e visibilizam os conhecimentos “regionais e temporários”. Igualmente, dessa perspectiva, os conhecimentos definidos como científicos podem ser localizados dentro das próprias condições em que são produzidos. Por outro lado, Kervran *et al.* (2018) assinalam que a globalização dos ESCTs está longe de ser concluída e destaca que há uma indiferença deste campo de conhecimento para o “Sul”. Eles referem o desafio de uma espécie de “crioulização” desses estudos, pois advogam que as análises sobre o “Sul” trouxeram luz à dimensão psíquica do poder colonial, através da crítica ao viés

eurocêntrica da modernidade, com vista a restaurar a visibilidade dos atores subordinados da história e seus saberes.

Trata-se, assim, do desafio de reconhecermos as diferentes pluralidades epistêmicas, a partir do reconhecimento da existência de múltiplas naturezas e, conseqüentemente, pluriversos e ontologias. Trata-se, contudo, de não somente repensarmos as epistemologias do Sul, mas repensarmos os laboratórios do Norte (KERVRAN *et al.*, 2018, p. 295). Nessa perspectiva, de renovações epistêmicas, considera-se que o chamado pensamento pós-colonial fornece ferramentas que podem nos dar uma compreensão das diferentes formas de modernidade que estão moldando os fenômenos como a globalização e, especialmente, possibilita pensarmos formas alternativas de modernidade e cosmopolíticas. Trata-se, portanto, de escolhas sobre quais histórias queremos seguir e descrever. Sobretudo, acerca da consideração de mundos, epistemologias e filosofias que versam sobre como a vida pode ser (existir) de outras maneiras, nesses lugares biodiversos onde a paisagem é constantemente reescrita. Isto é, a respeito de equilíbrios e desequilíbrios possíveis diante das políticas de destruição e dos efeitos dos projetos de desenvolvimento que são intentados.

2.3 MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa seria analiticamente incompleta se não desse relevo – ou desconsiderasse – às abordagens críticas ao que se convencionou chamar de Modernidade, Desenvolvimento e Capitalismo. Diante dos “tempos de catástrofes” (STENGERS, 2015), desastres e pandemias, evidencia-se um esgotamento da narrativa do desenvolvimento enquanto uma realidade irrefutável e progressiva. Dessa forma, “o caráter intrinsecamente insustentável do desenvolvimento, o qual alguns anunciavam há décadas tornou-se agora um saber comum” (STENGERS, 2015, p. 8), pois é notória a incapacidade dessas Políticas de resolver os problemas criados pela lógica da superexploração e superacumulação econômica.

Autores como Arturo Escobar associam à crítica ao discurso do desenvolvimento o exame da Modernidade/Colonialidade (RADOMSKY, 2011). Abordagens decoloniais salientam que elas são construções sociais de dominação que estão imbricadas desde a gênese. O sistema de colonização/colonialidade - engendrado pelo capitalismo e por suas políticas de desenvolvimento - é uma edificação etnocêntrica na qual se sustentam as ideias (e ideários) de ‘Civilização’ e de Modernidade. Assim, importa suplantá-las não apenas a separação entre natureza e cultura, mas a própria separação colonializante entre modernos e não modernos (BLASER, 2013; STRATHERN, 2014).

Radomsky adverte que “o pós-desenvolvimento, enquanto crítica e contraposição ao desenvolvimento, dificilmente poderia ser considerado um programa unitário e homogêneo de pensamento” (RADOMSKY, 2011, p. 154), pois para ele os consensos existentes têm a ver com um movimento intelectual em que as aproximações dos autores se dão a partir da crítica (variada) ao modelo de desenvolvimento planejado, que efetivou transformações sociais radicais desde meados do século XX. A posição epistemológica, sustentada na crença eurocêntrica de uma verdade lógica como o único atributo válido do conhecimento, é definida por Arturo Escobar (2000) enquanto parte importante do problema e basilar das necessárias críticas à modernidade e ao desenvolvimento. Para ele, a escolha de uma epistemologia e de um quadro teórico é sempre um processo político com consequências objetivas. Ele busca resguardar a chamada crítica pós-estruturalista com a ideia de que não se postula um pós-desenvolvimento como um fim a se chegar, pois tal projeto seria uma armadilha (“*una trampa*”, no original em espanhol), normativa que iria contra o espírito do pós-estruturalismo (ESCOBAR, 2000, p. 20). Vários autores e autoras do campo que tem sido denominado por ‘pós-desenvolvimento’ têm problematizado o chamado pensamento oficial sobre o desenvolvimento e evidenciado algumas de suas limitações teóricas e metodológicas (RADOMSKY, 2011; ESCOBAR, 2000; CHARÃO-MARQUES *et al.*, 2019).

No caso desta pesquisa, os debates sobre Pós-desenvolvimento e Colonialidade são relevantes na medida em que o racismo e as diversas tentativas de subalternização epistemológica (SPIVAK, 2010; MBEMBE, 2017; GILROY, 2001) são chaves importantes para a compreensão dos processos de apropriação e expropriação de territórios ancestrais negros. Como podemos verificar, as políticas modernizantes de desenvolvimento que incidiram sobre o território ancestral Anastácia desconsideraram solenemente as existências e a ocupação quilombola desde a escravização, como se fossem não existências em meio a uma espécie de vazio cartográfico. Ou mesmo, como se as terras não tivessem histórias de usos, ocupação e propriedade quilombola. Tal situação é reveladora das inúmeras tentativas de apagamento da materialidade fática do território que é a ocupação e dominialidade ancestral negra quilombola.

Contemporaneamente, vivenciamos a intensificação de “acumulação por espoliação” (LUXEMBURGO, 1985; HARVEY, 2004), via a expropriação do ambiente e dos chamados “recursos naturais” que são tomados como ativos de acumulação econômica. As políticas de desenvolvimento emergem na égide da superexploração do ambiente e de apropriação forçada, as quais são justificadas em nome da “racionalização”, da ciência e do crescimento econômico. Essas promessas despolitizam as inúmeras desigualdades que atravessam tais

projetos (FERGUSON, 1990). Programas esses que são, justamente, materializados a partir de aparatos sociotécnicos que exercem governo das vidas e do ambiente. Como destacou Cíndia Brustolin na banca desta tese, considerando quilombos enquanto “modos de vida, filosofias e acontecimentos”, é necessário nos atentarmos para os limites das classificações da Modernidade e do Desenvolvimento para traduzir a pluralidade das formas de organização, ações políticas e alianças com humanos e não humanos - as quais, aliás, possibilitam a continuidade das existências dessas populações. Tais modos de vida acontecem na fronteira da expansão neoliberal que reproduz um habitar colonial. Dessa forma, essas populações vivenciam as ruínas dos projetos de destruição e transformação nesses lugares, ao mesmo tempo em que constroem alternativas, alianças e acordos para continuar existindo.

Outro ponto de apoio comum, entre as várias posições que criticam a pretensão ocidentalizante, é a identificação de que a Modernidade está relacionada às expansões europeias e às suas narrativas que tentaram nos convencer de que no fundo “todo mundo quer ser moderno”. Como assevera Blaser, “as chamadas sociedades tradicionais nunca foram imutáveis, isoladas, atrasadas e sem história, pois nunca foram da forma tradicional como a imaginação moderna vê” (BLASER, 2013, p. 571). Portanto, urge o reconhecimento de que múltiplas ontologias povoam o mundo, pois – diferentemente do que a Modernidade e seus aparatos (tais como a ciência) seguem tentando nos convencer –, “as diferenças culturais não são folclóricas e superficiais” (BLASER, 2013, p. 578). Trata-se, assim, de resgatar e proteger os diferentes mundos que coexistem em situações de Modernidade e cavar espaços para ouvir essas histórias, pois, mais do que nunca, importa pensarmos acerca de “quais histórias vale a pena contar” e quais mundos são invisibilizados e/ou achatados?

Arturo Escobar (2007), ao retomar a perspectiva do desenvolvimento como um discurso, a partir de Foucault (1991), destaca que diferentes aparatos são erigidos para sustentar a narrativa do desenvolvimento como uma ordem de verdade, a partir da produção do conhecimento e do exercício do poder sustentados nessas estruturas. O autor propõe contrastar essas perspectivas a partir da abordagem do “desenvolvimento como uma experiência historicamente singular, como criação de um domínio de pensamento e ação” (ESCOBAR, 2007, p. 29) numa inter-relação entre formas de conhecimento e estruturas técnicas de poder. James Ferguson (1990) argumenta que as técnicas, as quais emergem a partir das políticas de desenvolvimento, planificam as situações sociais envolvidas e reduzem o debate político sobre as razões das desigualdades. E, nesses termos, se convertem em “máquinas de antipolítica”. O autor argumenta que mecanismos e soluções técnicas são vendidos e importados como a resolução para situações designadas de subdesenvolvimento e

são utilizados como uma espécie de panaceia capaz de oferecer saídas para as situações que envolvem diferentes conflitos.

No caso da comunidade Anastácia são evidentes os efeitos das políticas inspiradas nos ideários da “revolução verde”, que propugnavam a mecanização da agricultura, como foi o caso do Pró-Várzea que institucionalizou o barramento das águas na década de 1980. Tais políticas e aparatos técnicos despertaram o interesse de apropriação do local, antes apenas ocupado pela população quilombola e pelos vizinhos originários de localidades próximas. Em tal contexto da emergência do “desenvolvimento”, a população quilombola sofreu a apropriação de suas terras por terceiros que detinham capital econômico, pois as áreas envolventes passaram a ser consideradas ‘ativos econômicos’. Assim, o território, que anteriormente encarnava um sentido de projeto, passou a ser associado ao dinheiro. A lógica do lucro se impôs a todas as demais relações sociais (SANTOS, 2006), no sentido de que a naturalização da ideia de que a exploração das águas abundantes do rio Gravataí deveria servir a uma necessidade imperativa do desenvolvimento subordinou todos os demais processos sociais envolvidos. Dessas formas, os projetos de desenvolvimento são estabilizados como verdades e, justamente, assim se mantêm na exata medida em que as controvérsias que os envolvem são encobertas e negadas.

2.4 RACIALIZAÇÃO, RACISMO E TERRITORIALIDADES QUILOMBOLAS

Com o decorrer da pesquisa, fica cada vez mais nítido que é impossível discutir as lutas ontológicas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas sem abordar a racialização dos corpos, das pessoas negras, das terras, das águas e das instituições. Especialmente, como observou Mbembe, neste momento em que “os conflitos sociais tomaram cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais” (MBEMBE, 2017). Sílvio de Almeida destaca que, para Achille Mbembe, o colonialismo foi um projeto de universalização cuja finalidade era “inscrever os colonizados nos processos de Modernidade” (ALMEIDA, 2019). É importante sublinhar a inter-relação entre Modernidade e Colonialidade, pois se trata de escrutinar a “cumplicidade entre o projeto econômico e científico da modernidade europeia com as relações coloniais de poder” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 27). A estreita relação entre modernidade ocidental e escravização é uma questão-chave, pois do escrutínio e da compreensão desta inter-relação emerge “uma firme rejeição à ideia hipotética da história como progresso” (GILROY, 2001, p. 122).

Cada vez mais, diante de reiterados ataques racistas às pessoas negras, é notório que o edifício da chamada Modernidade é assentado em diversas formas de “terror racial”, que ora se manifestam em exploração das forças de trabalho, ora como apagamento dos saberes ancestrais e potências de vida e na violência direta (e mortes) contra os corpos negros (GILROY, 2001). Nesse sentido, evidencia-se que o racismo deve ser compreendido e definido enquanto estrutural e não como uma atitude meramente individual. Para tanto, faz-se necessário considerar o caráter sistêmico do racismo, diante da “aplicação de decisões políticas que consideram a raça com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre o grupo” (ALMEIDA, 2019, p. 366).

Seguindo esse fio, Almeida (2019) sustenta que os conflitos raciais são parte das instituições constituídas pela Modernidade e, dessa forma, o racismo compõe a ‘normalidade’. Nesse ponto, a racialização das pessoas negras constitui-se fundamentalmente um modo de exercício de poder que opera em todas as esferas do governo das vidas. Sublinha-se que – embora não haja uma espécie de compartimentalização do racismo que é estrutural e, portanto, age em todas as esferas da vida – é importante, no âmbito dos debates desta tese, demarcar a dimensão ambiental do racismo, que não é diferente das outras esferas da existência da comunidade Anastácia, mas que possui a especificidade de estar diretamente relacionado à naturalização da apropriação forçada de territórios biodiversos negros.

Como observa Cíndia Brustolin, mesmo diante de vastos documentos e normas que regulamentam os direitos, “as identidades dos grupos que reivindicam a titulação de determinados territórios permanecem questionadas e gerando suspeitas” (BRUSTOLIN, 2009, p. 26). Há uma espécie de diminuição ontológica das pessoas negras que têm suas existências colocadas em suspensão e suspeita. A identificação da “normalidade” da racialização das pessoas negras descortina a dimensão estrutural que conforma o racismo (ALMEIDA, 2019). Exemplar disso, no caso da comunidade negra quilombola Anastácia, é o fato de que – mesmo que inúmeras “provas de vida” já tenham sido exigidas, que haja inúmeros estudos, pareceres, relatórios, etc. - reiteradamente as quilombolas tenham as suas existências e ocupação do território ancestral questionadas.

Portanto, as relações territoriais específicas quilombolas devem ser consideradas a partir de processos de resistência étnica, territorial e existencial ao racismo. Essas territorialidades são erigidas a partir de afinidades e parentescos étnico-raciais em situações de resistência à escravização dos ancestrais e à espoliação econômica desses lugares que, em muitos casos, são abundantes em “recursos naturais”. Portanto, são lutas e resistências em prol de lugares conquistados (ou em luta para recuperá-los), perpetuados ao longo do tempo

pelas sucessivas gerações de famílias, ligadas por consanguinidade e pela manutenção de seus hábitos nos mesmos lugares que seus antepassados negros (ALMEIDA, 2002; O'DWYER, 2002). O que marca a abordagem socioantropológica nesta questão é, fundamentalmente, a ideia de que essas relações de luta e pertencimento territorial são atualizadas no presente pelos sujeitos sociais e grupos étnicos (BARTH, 1998) em luta por seus direitos.

2.5 FRICÇÕES ANALÍTICAS, JUSTAPOSIÇÕES, ENCONTROS E A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O desafio analítico da minha pesquisa situa-se no horizonte de uma “fricção” (TSING, 2019; CAMANA, 2020) entre as abordagens da socioantropologia do desenvolvimento e dos estudos decoloniais com as abordagens da Teoria Ator-Rede (TAR). O próprio sentido do termo fricção pode ajudar a explicitar a provocação que me propus. De acordo com a definição gramatical, o termo refere-se ao “atrito de dois corpos que se esfregam”. Anna Tsing, conforme sistematiza Letícia Cezarino, deslocou o trajeto da antropologia no debate sobre a globalização ao apontar para “composições sempre contingentes e emergentes” entre agendas e interesses heterogêneos, alguns dos quais lograram universalizar, embora de modo sempre instável, seus “projetos de globalismo” particulares através do processo que ela viria a chamar de “fricção” (CEZARINO, 2014).

Inspirada nas composições de fluxos analíticos que se friccionam, busco encontrar convergências entre as abordagens da TAR e as teorias decoloniais críticas ao desenvolvimento e à Modernidade, pois considero que é possível promover encontros entre essas diferentes abordagens, no que diz respeito às análises atinentes ao campo empírico da minha tese. As justaposições podem possibilitar complementações analíticas a ambas perspectivas, na medida em que as análises das redes sociotécnicas preconizadas pela TAR podem contribuir para que as práticas racistas, coloniais e de imposição de políticas de desenvolvimento salvacionistas sejam descritas e pormenorizadas. Igualmente, a crítica decolonial à Modernidade, à colonialidade e ao desenvolvimento possibilita que as abordagens pragmáticas não se eximam de ocupar o lugar de crítica às Políticas dos governos da vida e da morte.

As disputas ontológicas, sobre quem pode existir diante dos projetos de superexploração dos bens naturais comuns, decorrem de conflitos gerados pelas políticas de

apropriação forçada (*land grabbing*)²⁸ (BORRAS JR.; FRANCO, 2011), relativas a lugares e paisagens que são apropriados pelas políticas de desenvolvimento. No caso desta pesquisa, tais disputas territoriais são tomadas do ponto de vista das imbricações ontológicas destes conflitos. Busca-se cartografar quais formas de vidas podem continuar existindo, ou devem ser extintas, para que as políticas de desenvolvimento sejam implementadas e gerem lucro privado?

Nesse sentido, a estratégia do apagamento da história de ocupação, trabalho, habitação e conservação erigida pelas quilombolas objetiva anular a existência quilombola – no passado e no presente – para que não tenham futuro (no lugar). Para tanto, são empregadas inúmeras tentativas de desqualificação da trajetória de ocupação e dominialidade quilombola e de seus modos de vida.

Portanto, além de seguir e descrever os atores, actantes, agenciamentos e cadeias de causalidade, faz-se necessário que a crítica que os atores fazem a esses projetos seja visibilizada, pois os aparatos sociotécnicos das políticas de desenvolvimento cumprem o papel de invisibilizar as desigualdades que atravessam as políticas de Desenvolvimento. Em tais processos, os próprios conhecimentos dos atores em luta por continuar reexistindo na paisagem são desconsiderados, racializados e subalternizados. Entretanto, esses saberes, que muitas vezes não encontram condições de existência nas redes que estamos descrevendo, são possibilidades epistemológicas de grande valia, pois nos permitem elucidar as situações envolvidas. Sobretudo, para esta pesquisa, não basta cartografar os enunciados e os postulados do Desenvolvimento, faz-se necessário criticá-los. E essa crítica só é possível se sustentada na pesquisa empírica, que visa descrever e evidenciar a forma como as associações entre os diferentes atores humanos e outros-que-humanos são exercidas.

Não pretendo fazer nem uma microssociologia nem tampouco uma macrossociologia, isto é, não desejo descrever as situações isoladamente dos contextos políticos e econômicos que estão situadas nos sentidos das políticas que engendram as desigualdades, as vulnerabilidades e a racialização que a comunidade quilombola Anastácia enfrenta, mas também não quero falar de “estruturas” estritamente; ao contrário, opto por mirar as práticas concretas e cotidianas das quilombolas. Trata-se, assim, de apostar na capacidade dessas atrizes sociais de formular julgamentos sobre a realidade que vivem e de construir justificações que sustentam as críticas à realidade social que estão lutando para mudar.

²⁸ Esta pesquisa não focaliza a temática do *land grabbing*, pois as disputas territoriais nesta tese são tomadas do ponto de vista das imbricações ontológicas deste conflito. No entanto, tais situações de apropriação forçada dos territórios tradicionais na América Latina são “panos de fundo” essenciais para situar o contexto da região.

Busquei levar “a sério” tais discursos, os quais são evidenciados nas práticas exercidas pela comunidade quilombola em busca de seus direitos, em alianças com não humanos da paisagem.

No decorrer da pesquisa, dois questionamentos sobre as minhas aproximações teóricas foram especialmente decisivos para que eu pudesse estabelecer os argumentos de minha tese. O primeiro refere-se à possível subordinação das quilombolas nas redes sociotécnicas que estou descrevendo e igualmente ao caráter “institucional” delas. Isto é, do que vale cartografar redes em que as quilombolas não têm possibilidades de disputá-las? O outro foi, mais ou menos, assim: diante do poder dos arroteiros que disputam o território da comunidade quilombola Anastácia, como falar em disputa, “não há um verdadeiro massacre”?

Em relação à primeira indagação, advirto que eu cheguei às redes abordadas nesta tese a partir das minhas interlocutoras quilombolas, pois foram elas que me acionaram para acompanhá-las, ou mesmo para agir em apoio aos seus direitos. Não se trata de uma escolha minha sobre quais são as disputas principais ou as perdas, mas, levando a sério minhas interlocutoras, trato de investigar as disputas nas quais elas se envolvem porque acreditam que são importantes e têm chances de fazer frente e ter parte de suas reivindicações atendidas. Logo, não são “redes sem as quilombolas”, e sim estão imbricadas nas disputas pelos direitos territoriais e existenciais da comunidade quilombola Anastácia; as quais as quilombolas (minhas interlocutoras) julgam importantes e as disputam.

Pois, em tais redes, muitas delas de características institucionais, as quilombolas formulam estratégias de resistência e estabelecem inúmeras alianças em defesa de seus direitos – a exemplo das ações do Ministério Público Federal em defesa dos preceitos e garantias constitucionais à população quilombola, ou, especialmente, na aliança com não humanos que não podem coexistir diante das modificações drásticas e espoliação da paisagem que são produzidas pela exploração dos bens naturais. Exemplo disso é o rio Gravataí, que desde as ancestrais quilombolas alimenta e provê a comunidade, coletividade essa que assume a luta pela conservação desse rio como uma missão de vida, conforme veremos no decorrer desta tese.

Com essas justificativas também respondo a segunda interpelação: é uma disputa ou um “massacre”? Acredito que não há um “massacre”, pois mesmo diante de condições tão adversas, da sonegação dos direitos territoriais, da inconclusão da titulação devida deste território e de inúmeras vulnerabilidades econômicas e territoriais, a comunidade quilombola Anastácia segue existindo e se relacionando na paisagem em que vive. Mesmo diante da poluição por agrotóxicos e de barramentos de água irregulares por parte dos arroteiros do

entorno e da possibilidade de rompimento de barragens indevidas, a coletividade quilombola segue preservando e atualizando a história de luta étnico-racial e de resistência política e cultural no território existencial. Segue reescrevendo a paisagem, pois inúmeras gerações exercem, ao longo do tempo, uma cosmopolítica que tem por base a cosmovisão de que há uma multiplicidade de vidas e mundos que habitam a beira do rio Gravataí. Para tanto, para além das alianças com os não humanos, com quem compartilham o território, estabelecem inúmeras alianças externas em defesa de seus direitos e de seus aliados da paisagem.

2.6 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Como veremos mais detalhadamente, no decorrer desta tese, as políticas de desenvolvimento, a exemplo da expansão da rizicultura, se apropriaram de lugares de uso tradicional onde prevalecem relações de alteridade entre humanos e não humanos, pois no caso da comunidade Anastácia (e de outras que já acompanhei no trabalho no Incra), é notório que as lutas pelo reconhecimento territorial são sustentadas nos modos de ser e de se relacionar com o ambiente. Tais situações tecnicizam os locais, vide o entubamento das águas, o uso de agrotóxicos e de tratores de esteira, que destroem as curvas dos rios e os transformam em alvo da especulação fundiária.

No entanto, constata-se que, mesmo diante de inúmeras dificuldades e das diversas formas de turbção e usurpação da posse de suas terras, a comunidade quilombola Anastácia se mantém existindo no lugar, ainda que em alguns momentos algumas pessoas tenham que se desterritorializar em busca de empregos fora do quilombo. Considera-se que a defesa do território ancestral e étnico-racial está intrinsecamente vinculada à manutenção de modos de vidas humanas e não humanas que coexistem nesses espaços comuns. Assim, as disputas territoriais assumem natureza ontológica, na exata medida em que dizem respeito ao que pode existir no lugar.

Retornar ao território permanece sendo um projeto compartilhado pela maioria dos descendentes de Anastácia. As ideias de “destinos compartilhados”, a partir da presunção de origem comum na escravização (O'DWYER, 2002) e na resistência das ancestrais, sustentaram (e sustentam no presente) as lutas de inúmeras gerações que, ao longo do tempo, têm buscado meios de assegurar a permanência do lugar como um território quilombola. Assim, a pergunta de pesquisa se desdobra em dois questionamentos:

- a) quais são as condições de existência da população quilombola e dos inúmeros não humanos que reexistem na paisagem diante das políticas de “desenvolvimento”?

- b) quais são as práticas cosmopolíticas empregadas pelas quilombolas em defesa de seus direitos territoriais e existenciais?

3 RIO GRAVATAÍ: O PRINCIPAL ALIADO E TESTEMUNHA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANASTÁCIA

Figura 3 – Rio Gravataí em perspectiva



Fonte: Rio Grande do Sul (2021).

Este capítulo tem o propósito de ilustrar a antiguidade da convivência da comunidade quilombola Anastácia com o rio Gravataí e com a paisagem onde ele se situa. Ou seja, o ambiente envolvente: as águas, os peixes, a vegetação, as atividades de pesca artesanal, a navegação do rio, dentre outras práticas. Busca-se, igualmente, demonstrar os efeitos das intervenções sociotécnicas advindas da expansão da rizicultura alagada e da exploração do rio Gravataí. Essas políticas de desenvolvimento, que foram financiadas e apoiadas pelo Estado brasileiro, promoveram modificações drásticas na paisagem e incidiram decisivamente sobre as condições de existências de inúmeras formas de vida e das práticas no lugar.²⁹ Busco caracterizar as inúmeras associações que entrelaçam as vidas quilombolas ao rio Gravataí e a outras inúmeras existências que a ele estão conectadas ou emaranhadas.

²⁹ Lugar aqui é entendido no sentido de um “projeto”, conforme proposto por Arturo Escobar (2000).

Figura 4 – Localização do rio Gravataí e do quilombo Anastácia



Fonte: Google Earth (2021).

Para tanto, relaciono tais intervenções na paisagem com os efeitos das políticas de desenvolvimento que investiram na superexploração das águas do Gravataí. Nesta pesquisa, tal abordagem foi possível a partir da descrição da inter-relação entre as vidas quilombolas, outras-que-humanas e o rio Gravataí. Observa-se, conforme será descrito nesta parte da tese, relações de convivência, companhia e usos comuns das quilombolas no território ancestral. Nessa paisagem são exercidas coexistências cotidianas e convívios corporais das quilombolas com o rio³⁰. Nessas lutas existenciais e territoriais quilombolas, destaca-se o protagonismo das mulheres que emprestam os seus corpos para a luta coletiva, conforme pode ser observado na seção a seguir, em que abordo a trajetória da dona Berenice Gomes de Deus, que é a presidenta da Associação Quilombola Anastácia.

3.1 AS POTÊNCIAS DAS MULHERES NA LUTA POR EXISTIR COM O GRAVATAÍ

Escrever sobre a trajetória de reexistência da comunidade quilombola Anastácia é narrar sobre inúmeras gerações de mulheres em luta e resistência contra o racismo e o machismo, pois, historicamente e no presente, as descendentes de Hortência – mãe de Anastácia – dedicam suas vidas, suas atividades cotidianas e “emprestam” o seu corpo à luta coletiva. Anastácia de Oliveira Reis, que nomeia o quilombo, nasceu em 1896 e faleceu em 1983. Seus pais eram Hortência Marques de Oliveira e Patrício de Souza Reis. Ela era casada com Olympio Antônio Gomes, com quem teve 8 filhos e aproximadamente 30 netos; ela foi a

³⁰ Lima (2020), na sua pesquisa densa sobre contextos de resistência à expansão da megamineração na região do rio Camaquã (Caçapava/Rio Grande do Sul), demonstra que diferentes populações e outros-que-humanos exercem inúmeras associações com aquele rio. Existem inúmeros agenciamentos dos seus modos de vida com a existência daquele corpo d’água, o rio Camaquã, que pode ser entendido como uma extensão de seus corpos (LIMA, 2020, p. 139).

parteira de muitos desses nascimentos. Nasceu, viveu e morreu no quilombo, nas terras que ela recebeu aos 23 anos como herança de sua mãe (SILVA, 2006; INCRA, 2014).

Figura 5 – Anastácia e seus descendentes (década de 1950)



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Anastácia.

Atualmente, dona Berenice, que é a criança no colo ao lado da sua avó Anastácia (na foto anterior), juntamente com outras primas e familiares, lidera o quilombo. Ela tem 62 anos, é cozinheira profissional, casada com seu Francisco, 64 anos, – também referido nesta pesquisa como seu Chico. Eles têm três filhos, duas filhas e sete netos.

Figura 6 – Dona Berenice e seu Chico (alguns anos atrás)



Fonte: Extraída da rede social de Berenice Gomes.

Como muitos outros familiares, eles precisaram sair para trabalhar e para garantir escola para os filhos. Entretanto, em 2012 conseguiram voltar a morar no quilombo, quando a dona Berê assumiu a presidência da Associação Quilombola Anastácia e, desde então, tem lutado todos os dias para manter a comunidade unida em defesa de seus direitos e alcançado êxitos.

Ela, na vida cotidiana, é também chamada de Berê, Bereni ou Neca. Essas diferentes nomeações, que a ela são atribuídas, são pistas da diversidade de relações e de mediações que ela realiza nas diferentes esferas: da vida pública, da família, da comunidade. Nos termos definidos por Stengers (2018), podemos pensar na dona Berenice como uma “diplomata”, ou seja, aquela figura cuja prática é produtora de mediações (STENGERS, 2018; VALLE, 2019). Como veremos ao longo desta pesquisa, ela compõe e constitui diferentes redes sociotécnicas em que disputa o direito da comunidade quilombola continuar vivendo e tendo uma vida melhor na beira do rio Gravataí, no território ancestral. Em alguns momentos, em nossas conversas ela relata o quão difícil é continuar, mas ela não desiste, pois tem a convicção que está lutando por aquilo que é seu e de seus familiares. Ela enfrenta percalços, pois

cotidianamente os detratores dos direitos quilombolas do entorno tentam criar inúmeros constrangimentos e obstáculos à vida quilombola no lugar.

Nesse contexto penoso, ela busca brechas diante das práticas de normalização do racismo que agem o tempo todo, nas mais diversas políticas e por meio de distintos artefatos e coisas. Ela participa em diversas redes³¹ sociotécnicas em que as políticas públicas e as decisões políticas são engendradas, como por exemplo, na elaboração do Plano de Manejo da APA do Banhado Grande, em diversos Conselhos de Direitos no município de Viamão e no âmbito dos municípios abrangidos pelo rio Gravataí e pela APA do Banhado Grande, além da sua participação na Federação de Associações das Comunidades Quilombolas (FACQ) do Rio Grande do Sul. Elucidativa da sua participação política foi a sua candidatura a vereadora em 2020, no município de Viamão.

Figura 7 – Candidata a vereadora



Fonte: Extraída da rede social de Berenice Gomes de Deus.

³¹ Redes compostas por associações entre atores e actantes humanos, não humanos e híbridos.

A campanha foi no primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, o que ocasionou inúmeras dificuldades de reuniões e de visitas, de acordo com o que ela me relatou. Do que pude observar pelas redes sociais, pois naquele período eu estava desautorizada pela minha orientação a estar em campo (até que a comunidade e eu estivéssemos vacinadas), ela não teve o apoio suficiente do partido e da coligação pela qual era candidata, que venceu a eleição. Contudo, devido às limitações de campo nesse período, não tenho elementos suficientes para analisar sua campanha, tampouco as razões que levaram a tomar esse caminho, dentre elas a escolha da sigla partidária e seus desdobramentos. Reconheço que não cabe a mim, nem à minha pesquisa, tentar resumir a multiplicidade das redes que ela atua. Importa à análise o fato de que a sua candidatura foi o meio que ela encontrou (naquele momento) de se expressar politicamente, de se fortalecer e de encontrar algum resguardo diante dos inúmeros constrangimentos que enfrentam cotidianamente. Considerando, que, como veremos nesta tese, inúmeros artefatos advindos dos projetos que são tentados agem sobre as condições de existência no quilombo, o tempo todo. O que, aliás, se agravou com a pandemia.

Esta pesquisa tem como base analítica as disputas ontológicas envolvidas nos conflitos territoriais em defesa do território quilombola Anastácia, logo, não têm como “objeto” e campo empírico a análise dos marcos sociais das diferenças. Assim, a discussão sobre o racismo, por exemplo, ancora-se na discussão sobre os efeitos da racialização da vida e dos conflitos que repercutem nas existências quilombolas em luta. Igualmente, no que diz respeito à questão de gênero, a análise empreendida não busca seguir, no campo, as mediações que são exercidas desde a perspectiva de gênero. Entretanto, embora não se pretenda aprofundar a análise neste sentido, a dimensão de gênero, isto é, da condição de ser mulher negra em luta, perpassa as trajetórias das quilombolas do quilombo Anastácia. Pois, como vimos desde Hortência (mãe de Anastácia), as mulheres exercem o protagonismo da resistência no quilombo.

No caso da dona Berenice, a identidade com a trajetória da avó, que era uma mulher que “arremangava a saia e lutava”, é acionada como uma forma de reafirmar a existência de conhecimentos e práticas, desde as ancestrais. Esses saberes a respeito da vida na paisagem são salvaguardados e agem no presente, pois viver nas ruínas no presente – que resultam das drásticas modificações realizadas no rio Gravataí – exige que esses aprendizados sejam praticados e atualizados. Tais saberes sustentam as ações nas diferentes frentes de batalhas que são empreendidas na luta quilombola.

E, nesse sentido, “a ligação de cada mulher quilombola com seu território e sua ancestralidade [...] é um elemento marcante” (DEALDINA, 2020, p. 15). Assim, a referência às antepassadas tem uma dimensão política que é marcada pelas experiências de resistência dos corpos das mulheres negras que tiveram que enfrentar o machismo e o racismo para defender os seus territórios. Isso fica muito nítido nas inúmeras vezes que a dona Berenice refere que a sua avó levou várias “tundas de laço” porque não aceitava vender as suas terras³².

Em sentido semelhante, Ferreira (FERREIRA; EITERER; MIRANDA, 2020) assinalam que a “ancestralidade” para as mulheres negras quilombolas se constitui num referente de resistência, pois, para além da rememoração das práticas e conhecimentos ancestrais, os legados das que vieram antes são acionados como “um recurso discursivo engajado em uma luta social, fornecendo as bases emocionais, políticas e legítimas para as ações de luta pelos direitos” (FERREIRA; EITERER; MIRANDA, 2020, p. 7).

3.2 VIVENDO E REEXISTINDO COM O RIO GRAVATAÍ NAS RUÍNAS DA “LAGOA” ANASTÁCIA

“Fazem de tudo para a gente desistir, seguem explorando o nosso território e destruindo o rio. Já abrimos mão de tanto e nunca chega” (Berenice Gomes de Deus, 2 de fevereiro de 2019, comunicação pessoal).

Desde o período da resistência à escravização, a coletividade negra coexiste com o rio Gravataí, dele se alimenta e o protege.³³ Nas margens do território quilombola existia uma planície de inundação que era conhecida como lagoa Anastácia. Ou seja, levava o nome da proprietária das terras que margeavam esse corpo d’água. Hoje, naquele lugar existe uma ruína (TSING, 2019), pois o rompimento da barragem do DNOS,³⁴ em 1962, levou ao desaparecimento da lagoa tal e qual ela existia (APN-VG, 2014). Tal acontecimento causou inúmeros efeitos no ambiente, que repercutem até hoje nas condições de existências humanas e outras-que-humanas no território quilombola. Emblemática dos efeitos dessas modificações é, por exemplo, a existência do capim Santa Fé no lugar.

³² Aliás, no documentário “Olhos de Anastácia – Conexões Quilombolas” ela explicitou isso quando declarou que o último pedaço de terra restou porque sua avó resistiu a uma surra de correntes e não permitiu a venda.

³³ Esta proteção diz respeito ao manejo de baixo impacto e produção de pequena escala praticados pelos usos quilombolas.

³⁴ De acordo com a Fepam (2020), tal edificação se caracteriza como um trecho em canal artificial que inicia no final do Banhado Grande até próximo da Olaria Velha, percorrendo cerca de 20 km.

Figura 8 – Capim Santa Fé



Fonte: Acervo da autora, novembro de 2018.

Em 2018, numa ocasião de campo, testemunhei o depoimento de um quilombola sobre a afetação do rio e da paisagem pelos agrotóxicos utilizados pela rizicultura, com os quais eles involuntariamente convivem cotidianamente.

Todo o dia de manhã que tu vir aqui vai ver todas as cores que tu podes imaginar, aqui nesta água. Pode vir aqui amanhã de manhã que vai enxergar [...] é por causa dos venenos que colocam na plantação do arroz. Vocês estão vendo essa rosetinha rala aqui? Aqui era para ter **capim** e grama como tem lá em cima [próximo à área das casas quilombolas], mas não nasce por causa do veneno que vai na água (Seu Chico, entrevista em 18 de novembro de 2018, grifo nosso).

Silva (2006, p. 89) dedica atenção à presença do capim Santa Fé nas redes sociotécnicas que envolvem a paisagem no território quilombola, pois, como narraram as quilombolas à Vera Rodrigues da Silva, o capim era utilizado em “coberturas paisagísticas e construções” (SILVA, 2006, p. 89). Além desses usos, conforme me contou seu Chico, eram também cortados e vendidos para a fabricação de colchões.³⁵ A especificidade desse trabalho, conforme destaca Silva (2006), era de que não era somente uma atividade de “subsistência”, mas também uma fonte alternativa de renda praticada predominantemente pelas mulheres.

³⁵ Aliás, o capim Santa Fé é recorrentemente acionado pelas quilombolas em várias comunidades. No trabalho do Inkra, ouvi narrativas em várias comunidades sobre inúmeras associações exercidas com esse vegetal. Inclusive, na Comunidade da Chácara da Cruz (Tapes/RS), eles sustentam que a propriedade que possuem, e a própria alforria do ancestral, foram conquistadas a partir do cultivo do capim Santa Fé.

Nas proximidades das terras de Hortência, herdadas por Anastácia, localizava-se uma planície de elevação do rio Gravataí. O rio Gravataí possui o seu declive a partir do banhado em direção ao leito, assim a chamada lagoa Anastácia, que ficava entre o banhado e o leito do rio, fazia um “barramento natural da água” (APN-VG, 2014).

Figura 9 – Lagoa Anastácia e a declividade do rio Gravataí



Fonte: *Print* do documentário Olhos de Hortência (APN-VG, 2014).

Tecnicamente, de acordo com Ruckert e Trindade ([2019]), trata-se de uma planície de inundação. No entanto, os familiares quilombolas, alguns vizinhos e ambientalistas se referem ao lugar como a lagoa Anastácia.³⁶ Outras áreas de banhado no rio Gravataí também são nomeadas como os “meandros Anastácia”. Meandros, no caso, diz respeito às características do rio, conforme é descrito no trecho da entrevista transcrita a seguir.

O Gravataí se caracteriza por ser um rio de planície, ou seja, não estamos falando de um rio encaixado com um leito definido, mas sim, de um rio que chamamos de anastomosado composto por várias redes de meandros. Ainda chamamos de lagoa Anastácia os meandros ativos encontrados na margem direita do Rio, em Gravataí. Porém, sabemos que essa denominação tem origem no quilombo Anastácia, que fica na margem esquerda, em Viamão (Bióloga da Sema, 27 de maio de 2021).³⁷

³⁶ A ideia deleuziana de afecção (DELEUZE, 2002) pode nos ajudar a pensar sobre essa nomeação e/ou classificação, no que diz respeito aos modos como nossos corpos e pessoas são afetados pelos outros e pelas materialidades.

³⁷ Entrevista com bióloga da Sema, realizada via e-mail em 27 de maio de 2021.

A nomeação oficial pelos órgãos ambientais como “meandros Anastácia” é elucidativa das relações de pertencimento quilombola desde Anastácia com o lugar e reforça de sobremaneira o domínio de suas terras. Observa-se que as distintas nomeações demonstram as diferentes afecções que estão envolvidas. Não interessa a esta análise a precisão da especificação deste corpo d’água. Para as quilombolas, a represa de água era vista como uma lagoa; para alguns técnicos era concebida como uma planície de inundação e para os arroteiros era compreendida como uma barragem. Isso a depender das associações e diferentes práticas que são exercidas. Práticas essas que comportam diferentes modos de existência que podem vir a assumir o corpo d’água. O que evidencia que as diferentes associações e conexões nas redes sociotécnicas, afetas aos seus usos, produzem diferentes efeitos, nomeações e materialidades.

Durante a pesquisa, encontrei um vídeo produzido em 2006 pela Associação de Preservação da Natureza – Vale do Gravataí (APN-VG) sobre a lagoa Anastácia e o quilombo. Participaram desse vídeo quilombolas, ambientalistas e vizinhos da Anastácia. A descoberta do vídeo *Olhos de Hortência* se tornou uma importante chave de pesquisa, pois possibilitou contato com a narração e a análise dos conflitos das pessoas mais antigas, a exemplo do vizinho que conheceu a mãe de Anastácia. Em campo costumava ouvir, predominantemente, as narrações sobre a Anastácia, avó das minhas interlocutoras quilombolas. Foi salutar também ter um contato audiovisual com a Noerci, filha de Anastácia, que já é falecida. O vídeo ela trouxe explicações valiosas sobre os conflitos envolvidos, evidenciando as implicações ambientais advindas das intervenções sociotécnicas que foram realizadas no Rio Gravataí.

Com o intuito de evidenciar os efeitos dessas políticas sobre a população quilombola, vizinhos e o rio Gravataí, a seguir trago algumas passagens do documentário *Olhos de Hortência*, as quais são elucidativas e trazem luzes às análises desta pesquisa.

Quadro 1 – A importância da lagoa Anastácia

A lagoa tinha função ecológica fundamental de contenção das águas montantes, garantido um efeito esponja
Local privilegiado por contar com uma elevação que contava com um casamento natural do rio
A água acumulava e ia sendo liberada nos períodos mais secos, hoje sofre com as cheias no inverno e a seca no verão
A construção da barragem e o rompimento da lagoa Anastácia causou um desequilíbrio ecológico em relação à vazão do rio Gravataí
Essa barragem foi feita, mesmo tendo a lagoa, para aumentar o volume da água para que ali na fazenda Embreira pudessem bombear água para a lavoura.

Fonte: Elaboração própria com base no vídeo *Olhos de Hortência* (APN-VG, 2014).

As explicações supracitadas sobre a importância desse antigo corpo d'água para o rio Gravataí são descritas pelo ambientalista Paulo Muller, no documentário *Olhos de Hortência*. As passagens selecionadas elucidam um conjunto de mediações que estavam associadas à existência da lagoa Anastácia, pois conforme é referido no vídeo, a água que ia sendo acumulada era dispensada aos poucos em benefício da vazão do Rio. No quadro acima, podemos observar os diferentes efeitos produzidos pelas mudanças advindas com a implantação da barragem do DNOS e com o posterior rompimento dela. Observa-se que a construção da barragem do DNOS na década de 1950 tinha como ponto de partida os potenciais da lagoa/planície Anastácia, no entanto, pretendeu-se mudar a geografia do rio. Para isso, foi construído um “canal reto” que rompeu em 1962 e levou ao desaparecimento desta área de elevação e “represa natural” que era a chamada lagoa Anastácia. Essas mudanças ficam evidenciadas na transcrição a seguir das falas de um vizinho antigo do quilombo e da quilombola Noerci, filha de Anastácia.

Quadro 2 – Explicações de um vizinho e da filha da Anastácia

Um vizinho antigo	Quilombola Noerci
Eles fizeram retos no rio. Aí acabou tudo. Acabaram os peixes também. Secaram tudo. O rio não tinha um canal reto e era cheio de aguapés, então pescavam peixes no verão e no inverno ali. Os peixes ficavam naqueles canais tortos e eram pescados de caniço.	E era peixe assim [mostrando com as mãos], de todo o tamanho tinha peixe e vinha muita gente pescar. E vinham com um saco, e invés de levar tudo o que queriam, escolhiam só o que era bom. Escolhiam só o que era grande, aí os peixes ficavam ali e aí vinham os urubus e tomavam conta daquilo ali. E era muita coisa. Agora não tem mais peixe, é só essas coisinhas miudinhas.

Fonte: Elaboração própria com base no vídeo *Olhos de Hortência* (APN-VG, 2014).

Anastácia era conhecida nas redondezas como uma mulher que sabia lidar com as enchentes e que era um porto-seguro em situações de intempéries climáticas. Nesse documentário, um dos ambientalistas explica que quando chovia a lagoa “ficava perigosa” (APN-VG, 2014) e conta que a quilombola ajudava a fazer a travessia na lagoa. Observa-se que ela era uma pessoa muito conhecida na região, seja por suas comidas – “ela fazia pão caseiro, ela era muito boa, aí ela alcançava uma fatia de pão para a gente” (ambientalista da APN-VG, no documentário *Olhos de Hortência*, APN-VG, 2014) –, seja porque ela acolhia no quilombo as pessoas que não conseguiam voltar para casa nas cheias do Rio. Como conta a sua filha Noerci: “era cheio de caíque. Diziam que não era para deixar passar, mas ela deixava passar e ajudava todo mundo que ela podia” (entrevista no documentário *Olhos de Hortência*, APN-VG, 2014).

No contexto de mudanças drásticas na lagoa e no rio Gravataí, a população quilombola passou a reconhecer a si mesma enquanto “gente de barragem” (SILVA, 2006). Esses processos sociotécnicos, que tecnificaram o rio e modificaram as condições naturais das águas, culminaram em inúmeras perdas territoriais quilombolas, pois as suas terras passaram a estar permanentemente alagadas. Contudo, incidiram especialmente na cosmovisão e política quilombola, na medida em que parte significativa da paisagem, a exemplo da lagoa, foi suprimida. Tais circunstâncias implicaram em modificações imediatas nas vidas humanas e não humanas. Outras materialidades resultaram desses acontecimentos de destruição de parte da paisagem. Do ponto de vista da discussão sobre “impactos ambientais”, fica evidente a gravidade da situação envolvida. Contudo, há uma dimensão cosmológica que é afetada, pois parte do cosmos deixou de existir, no caso a lagoa, os peixes e as relações envolvidas nesses convívios. Logo, são variadas as formas e os tipos de ruínas que emergem a partir dos efeitos das políticas de desenvolvimento intentadas.

As conversas com as quilombolas, a observação participante, os depoimentos no vídeo *Olhos de Hortência*, ou ainda, as principais polêmicas no I Plano de Manejo da APA do Banhado Grande – sobre o qual tratarei no final deste capítulo – evidenciam que os conflitos ambientais e ontológicos que tiveram origem na década de 1950 seguem sendo vivenciados no presente, pois, além das ruínas do DNOS, com o passar do tempo, muitas outras barragens foram e seguem sendo irregularmente construídas. A arbitrariedade que marcou a construção do canal do DNOS ficou patente nas informações trazidas numas das entrevistas que realizei nesta pesquisa, conforme demonstra o trecho transcrito a seguir.

Os impactos provindos dessa drástica alteração hídrica, promovida através de uma drenagem e construção de um canal – que antigamente era estreito e profundo e hoje vem se alargando e assoreando –, são refletidos, de forma muito potente, nos conflitos pelos múltiplos usos da água. A canalização do rio foi realizada de jusante (foz) à montante (nascente), e **quando o DNOS chegou lá na altura do Banhado Grande, um estudo elaborado por alemães contratados pelo governo federal, indicou a inviabilidade de continuação do mesmo pelas características do banhado. Na altura da Fazenda Capão Grande (Glorinha) houve então a suspensão da construção por parte do DNOS, porém, proprietários das terras locais decidiram, por conta, dar continuidade às drenagens e instalaram um canal em forma de “V” invertido, de uma forma não planejada, o que causou, somado a toda a alteração jusante, um processo erosivo intenso, as voçorocas do banhado grande, que a cada ano vem aumentando para o interior do banhado, causando inclusive sua drenagem** (Bióloga da Sema, 2021, grifo nosso).

Observa-se que inúmeras afecções sofridas pelo rio Gravataí são pormenorizadas pela bióloga da Sema. Sublinhe-se que, já à época da construção da primeira barragem (canal do DNOS), os estudos contratados pelo governo federal demonstravam que era inviável ambientalmente a drenagem do rio Gravataí, naquela altura da lagoa Anastácia e do Banhado Grande. Entretanto, mesmo assim, os proprietários (à época) das terras próximas ao quilombo Anastácia decidiram fazê-lo “por conta própria”. Esse relato demonstra que, desde o princípio, as barragens construídas nas margens do quilombo são irregulares e ilegais. Essa situação é elucidativa da colonialidade de poder que envolve essas relações e, bem como, do exercício do racismo, pois a coletividade quilombola foi ignorada, invisibilizada e, dessas formas, desde o início as intervenções no rio Gravataí foram normalizadas. Tais desconsiderações e tentativas de apagamento produziram efeitos que colocam em risco as existências quilombolas e de inúmeras outras vidas que coexistiam no lugar. Essas redes sociotécnicas, por meio das quais as Políticas são exercidas, são racializadas, pois as práticas exercidas mantêm a racialização da terra, dos rios e da paisagem como uma “normalidade” da Modernidade (GILROY, 2001; ALMEIDA, 2019). No sentido de privilégios, vantagens ou perdas de direitos, ocorrem a depender da cor da pele de quem será afetada e atingida pelas mudanças drásticas a serem exercidas.

3.3 MODO DE SER DO RIO E SEUS DILEMAS DIANTE DAS INTERVENÇÕES SOCIOTÉCNICAS NA PAISAGEM

Figura 10 – O Gravatá (*Bromelia antiacantha*) nomeia o rio



Nota: Em língua indígena, o rio Gravataí é o rio dos gravatás.³⁸
 Fonte: Gravatá (2015).

A devastação da lagoa Anastácia, tematizada na seção anterior, é elucidativa das drásticas transformações no rio Gravataí advindas das políticas de “modernização”. Nesta seção, abordo mais especificamente os modos de existências das políticas que afetaram e ainda afetam o rio Gravataí e os demais viventes a ele vinculados. Para tanto, situo alguns efeitos da superexploração das águas pela rizicultura alagada, na região de Viamão/Rio Grande do Sul, especialmente a partir da década de 1950. Momento esse em que os interesses econômicos envolvidos foram estabilizados como os portadores das “soluções” necessárias ao desenvolvimento, isto é, para a obtenção de lucro e “progresso”. Contexto esse em que foi normalizado o enunciado de que “as águas do rio Gravataí, na região do Banhado Grande, os charcos, as várzeas e os banhados eram funcionais ao desenvolvimento da rizicultura”. Esta tradução³⁹ (LATOIR, 2016) da realidade resultou na invisibilização e no escamoteamento das inúmeras desigualdades que continham tais políticas. As técnicas praticadas e os respectivos discursos sobre os seus benefícios foram os dispositivos acionados para que essas políticas fossem realizadas.

³⁸ A etnia Guarani remonta aos povos originários que primeiro tiveram contato com o rio Gravataí.

³⁹ Resultado das inúmeras associações e mediações produzidas pelos actantes nas redes.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO RIO GRAVATAÍ

A bacia hidrográfica do rio Gravataí (BHRG) localiza-se na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas de 29°45' a 30°12' de latitude sul e 50°27' a 51°12' de longitude oeste, com uma área aproximada de 2.020 km². É delimitada a leste e a sul pela Região Hidrográfica das Bacias Litorâneas, ao norte com a Bacia do Rio dos Sinos, e a oeste pela Bacia do Lago Guaíba (RIO GRANDE DO SUL, 2021). As suas nascentes estão nos banhados Grande e dos Pachecos, que percorrem a bacia no sentido leste para oeste, desaguando no delta do Jacuí, percorrendo uma distância de 61,4 km aproximadamente. Segundo a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2021), o Gravataí é um rio de planície, de baixa velocidade, originalmente sinuoso e com muitos meandros. Entre o Passo dos Negros,⁴⁰ na divisa entre Glorinha e Gravataí, até o delta do Jacuí, percorre 39 km.

Figura 11 – Vista aérea de parte da Bacia do rio Gravataí



Fonte: Rio Grande do Sul (2020).

Mesmo com apenas 39 quilômetros, uma extensão considerada pequena em relação a outros rios do estado do Rio Grande do Sul, o Gravataí tem muita relevância para a sociodiversidade envolvente (MARTINELLI, 2017). Ao mesmo tempo, é considerado um rio significativamente afetado pela poluição, sendo que em 2016 foi considerado o quinto rio mais poluído do Brasil (ESGOTO..., 2015; FERREIRA, 2022). A seguir uma imagem de uma

⁴⁰ Interessante essa nomenclatura do lugar, pois faz referência direta à presença das populações negras e as suas áreas que delimitam o rio Gravataí.

reportagem do canal de notícias G1 sobre uma investigação sobre três produtores de arroz responsáveis pela poluição do rio Gravataí.

Figura 12 – Poluição no rio Gravataí



Fonte: Reproduzido do G1 (ESGOTO..., 2015).

Martinelli (2017) traça uma espécie de caricatura do rio Gravataí nos seguintes termos: “[...] jaz um esqueleto que joga na nossa cara a morte – nem tão lenta – do rio”. As informações da Fepam (que atua como reguladora de vazão do rio), sobre a situação do Banhado Grande, corrobora tal caracterização. De acordo com os dados desta Fundação, a área de extensão desse banhado originalmente era de 450 km² e hoje está reduzida para apenas 50 km² em função do uso da água para irrigação das culturas de arroz (FEPAM, 2020). De acordo com Scheren (2014), a expansão da “mancha urbana”, que em 1975 era de 75 km², passou para 183 km² em 2009, proporcionalmente houve uma redução da área inundável de 58 km² na década de 1970 para 33 km² em 2009. Especialmente a partir dos anos 1950, o rio Gravataí passou a ser visto como o meio de viabilização das lavouras de arroz, a rizicultura. Essas monoculturas emergiram apoiadas em políticas de Estado. Como já foi tratado nesta tese, em 1950 foi construído um barramento para represamento das águas do rio Gravataí pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), destinado à irrigação das lavouras de rizicultura emergentes. Antes disso, em 1940, houve um amplo financiamento das lavouras de arroz, que além de terem créditos abundantes para a mecanização da produção, tiveram garantidos e assegurados, pelo Banco do Brasil, o “preço mínimo” da safra.

A expansão da irrigação mecânica no Rio Grande do Sul ocorreu a partir de 1904, com o início das grandes lavouras no estado, por meio da implantação em Pelotas da primeira lavoura irrigada por bombeamento mecânico (IRGA, c2022). O próprio Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA) é exemplar do poder político e econômico envolvido na

expansão da rizicultura alagada no Rio Grande do Sul, pois o Sindicato dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul nasceu em 1938 e em seguida, em 1940, foi encampado pelo estado do Rio Grande do Sul, quando se tornou IRGA, que é uma das mais antigas autarquias gaúchas e que passou a ter políticas de Estado e amplos investimentos (IRGA, c2022). Essas políticas foram decisivas para que as intervenções sociotécnicas fossem realizadas, na expansão da fronteira da rizicultura em direção ao rio Gravataí e a várzeas e banhados da região. Foi possível acionar uma rede sociotécnica ampla que viabilizou a exploração das águas: investimentos governamentais, tratores-esteiras, taipas, barragens, dentre outros, até chegar nos agrotóxicos que são empregados nos cultivos de arroz das lavouras lindeiras do quilombo Anastácia.

Quando as políticas da rizicultura chegaram, o estado brasileiro ignorou os plantios e os conhecimentos quilombolas com o manejo do arroz no rio Gravataí. Durante o campo, ouvi depoimentos das quilombolas sobre o cultivo de arroz ecológico que era realizado pelas ancestrais antes da canalização do DNOS, na década de 1950, o que é ilustrado na foto abaixo, em que o pai da dona Berenice (sentado na roda do trator) e seus irmãos estão trabalhando no arrozal.

Figura 13 – Trabalho no arrozal quilombola



Fonte: Acervo do quilombo Anastácia.

Há exemplos de outras comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul e no Brasil que conseguiram manter ou retomar o cultivo do arroz. Um exemplo potente de

conhecimentos e manejos com o arroz é o caso das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (São Paulo). Após ficarem 40 anos sem condições de produzir arroz, conseguiram resgatar os cultivos e colheitas por meio de regimes de mutirão. No depoimento para a Confederação Nacional das Associações Quilombolas (Conaq), um dos mais antigos e porta-voz da comunidade quilombola Pedro Cubas, o senhor Antônio Jorge, declarou que a retomada do cultivo dos arrozais representa a oportunidade de “reviver a antiga tradição da cultura quilombola e de restabelecer a preservação do Sistema Agrícola Quilombola” (NASCIMENTO, 2017). E é exatamente no processo de lutas pelo reconhecimento e pela titulação do território ancestral que as e os quilombolas do Vale do Ribeira estão resgatando os seus conhecimentos e práticas coletivas, que vêm desde seus ancestrais. A seguir uma foto do mutirão quilombola no Vale do Ribeira para a colheita.

Figura 14 – Arroz quilombola no Vale do Ribeira



Fonte: Instituto Socioambiental (2021).

No caso da comunidade quilombola Anastácia, com a mecanização das lavouras de arroz, muitos empregos foram perdidos. Assim como já se observou anteriormente, partes das terras quilombolas ficaram permanentemente alagadas e espécies-companhias das quilombolas, como os peixes, passaram a ter a coexistência ameaçadas. Nesse contexto, importa sublinhar que os posicionamentos analíticos aos quais me associo concebem criticamente as chamadas políticas de desenvolvimento, pois as consideram como soluções que são pensadas externamente, e aludidas como medidas de “salvação” para as situações “locais”. Esses projetos são sustentados por meio de aparatos, discursos, práticas e técnicas e as populações envolvidas, invariavelmente, não são consideradas elegíveis a opinar

(FLEURY, 2013) e a decidir sobre esses projetos que prometem lucro e “progresso” e que mesmo quando não se realizam, produzem efeitos (FERGUSON, 1990). Entretanto, fazer a crítica ao desenvolvimento não significa ignorar inúmeras ambiguidades que perpassam essas políticas e, mesmo, a capacidade das populações que resistem a esses projetos de criar alternativas nas suas margens e/ou fronteiras.

Quando são descritas algumas das modificações drásticas no rio Gravataí, fica evidenciado que houve uma fabricação da paisagem, no sentido de que foram promovidas alterações técnicas que modificaram o modo de existir das águas e de seus viventes. Sendo que tais transformações foram viabilizadas a partir da construção de um discurso sobre os supostos benefícios advindos das políticas de crescimento econômico que seriam geradas. Considero a imagem a seguir elucidativa dessas transformações, pois ela se refere a mudanças do curso do rio Gravataí, mediante a construção de canais de irrigação e outras formas de represas das águas em benefício da rizicultura, que é amplamente praticada na bacia hidrográfica, especialmente na APA do Banhado Grande.

Figura 15 – Barragens e drenagens no banhado e no Gravataí



Fonte: Rio Grande do Sul (2020).

Na imagem anterior, observa-se uma separação das áreas de banhado, à esquerda, do rio através da construção das taipas. Aqui, vale lembrar das falas, já transcritas na seção anterior, da quilombola Noerci e do vizinho que conheceu a mãe de Anastácia, pois, de acordo com o que relataram, os arroteiros fizeram “retos” nos rios e acabaram com os peixes. Com esse intuito de ilustrar algumas modificações da paisagem associada à expansão da rizicultura, a seguir apresento quatro quadros com informações sobre as mudanças das paisagens advindas da expansão da rizicultura. O primeiro quadro foi elaborado com base

num texto do geógrafo francês Raymond Pébayle (1965); o segundo foi feito a partir da descrição realizada na tese de Mello (1998), o terceiro foi elaborado a partir da transcrição de trechos de uma entrevista com uma bióloga da Sema, realizada em 2021 e o quarto foi elaborado com base numa entrevista com o Sérgio Cardoso⁴¹, que é um ambientalista e o presidente do Comitê Gravatahy.

Quadro 3 – A expansão da rizicultura alagada (1965) e modificações na paisagem do Rio Grande do Sul

A irrigação afetou as técnicas e as paisagens tradicionais do Rio Grande do Sul. A paisagem, primeiramente, registra esta novidade pelo aparecimento, as margens dos rios e das lagunas de abrigos destinados a proteger a bomba de irrigação e seu motor.
Canalizações aéreas de madeiras, igualmente – as calhas – conduzem a água à parte superior dos campos.
Nos setores desprovidos de reserva d’água em quantidade suficiente para irrigar os campos, durante os três meses de verão, reservatórios de terra batida chamados localmente de açudes desenvolveram-se há 20 anos a ponto de fornecerem, atualmente, um terço da água para a irrigação.

Fonte: Elaborado com base em Pébayle (1965).

Quadro 4 – Drenagem do rio Gravataí e o surgimento de um canal artificial

O rio Gravataí percorre essa unidade de paisagem de leste a oeste, ocupando o centro da área. Devido à drenagem realizada pelo DNOS na década de 1960, ele apresenta-se como um largo canal artificial, acompanhado de diques marginais, nos quais se instalou uma vegetação arbórea, constituída principalmente por maricás.
Durante as cheias de inverno, o nível da água quase alcança o topo desses diques, afogando a vegetação. No verão, a escassez hídrica reduz o rio a um filete d’água, que o gado atravessa sem dificuldade. A fisionomia deste local é marcada pela planura de seus terrenos.
O cultivo de arroz e as pastagens são predominantes, numa área de vegetação rasteira, onde as árvores são escassas e apenas os capões de eucaliptos ou grupos de taquareiras destacam-se à distância.

Fonte: Mello (1998, p. 79).

Quadro 5 – Drásticas modificações no rio Gravataí

Há anos se busca uma gestão de conflito pelos múltiplos usos da água, dentro do Comitê Gravataí, por exemplo. Temos consequências graves pelas cheias de inverno/primavera nas cidades jusantes em virtude do rio não ter mais sua área de planície para se espalhar, e o banhado tampouco consegue desempenhar seu papel de “esponja” de forma plena, segurando a água nas cheias e soltando nas secas.
--

Fonte: Elaborado com base numa entrevista com uma bióloga da Sema (2021).

⁴¹ Entrevista com Sérgio Cardoso, realizada via zoom, em 03 de fevereiro de 2021.

Quadro 6- Canal do DNOS no passado e no presente

Quando o canal do DNOS foi feito na década de 1960/1962 foi construído para cima do banhado, lá para os lados de Glorinha e depois ele foi feito para aqueles lado ali [do quilombo Anastácia e assentamento da reforma agrária], que era para secar aqueles banhados. Então, são dois canais do DNOS, um em direção à Glorinha e outro em direção ao assentamento [Filhos de Sepé, à época fazenda Caldas].
O canal é o que tira água de dentro das barragens: têm os ladrões das barragens, ele entra ali dentro e joga a água dentro do rio Gravataí, tem um “y”, um que vai para Glorinha e outro para o assentamento.
Então, esse papel que tinha uma lógica hoje a gente percebe que a lógica era boa só para quem produzia arroz, porque ele secava as águas todas, mas a lógica de acumular água é ruim, mas hoje o barramento, por si só, ele é responsável por garantir um mínimo de vazão dentro do rio Gravataí.
Porque hoje na produção de arroz as fazendas ficam com todas as águas, elas represam as águas e ela não chega no canal. O único canal que está vindo água ainda é do canal do barramento do assentamento, de lá que está vindo água para manter o mínimo de vazão do rio Gravataí, senão o rio Gravataí tinha secado, como secou em 2004/2005. Hoje o que se defende é que se tenham mínimos barramentos.

Fonte: Elaborado com base numa entrevista com Sérgio Cardoso (03 de fevereiro de 2021).

Nos quadros acima, em três momentos diferentes, podemos observar que desde o princípio da expansão da rizicultura (em 1963, no Quadro 4), já eram verificadas modificações significativas no rio Gravataí e na paisagem envolvente. Observam-se as mudanças ocasionadas pelo entubamento e drenagem do Gravataí, por meio do canal do DNOS. Exemplo disso é o destaque que Mello (1998), da tese citada, dá “a planura dos lugares”. No terceiro quadro, da bióloga da Sema, há uma descrição técnica pormenorizada sobre os efeitos dessas transformações na crise hídrica que assola o rio Gravataí nos dias de hoje. Entretanto, no quarto quadro o ambientalista trás informações sobre a relação atual do canal com a vazão do rio Gravataí. Esses dados evidenciam que os próprios usos que podem ser dados ao canal podem lhe conferir diferentes modos de existência, pois, mediante as modificações exercidas pelo represamento das barragens, o próprio canal pode servir para propiciar alguma vazão do Gravataí. O que, de acordo com o entrevistado, ocorre em relação aos usos que são feitos pelo assentamento da Reforma Agrária Filhos de Sepé (Viamão) ⁴².

Além do que, um Inquérito Civil Público do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul (MP/RS) evidenciou, em 2017, que o rio Gravataí sofre o envenenamento por 17 agrotóxicos – 9 associados a doenças crônicas – utilizados nas lavouras de arroz. Os dados que instruíram esse processo foram coletados pelo Ministério da Saúde no período de 2014 a 2017. Esses venenos estão associados às pulverizações aéreas nas lavouras. O inquérito foi instaurado após o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano verificar o uso em arrozaís limítrofes do rio Gravataí do ‘defensivo agrícola’ Aldrin,

⁴² Essa observação não tem por propósito de desconhecer que o Assentamento também represa as águas do rio Gravataí para o cultivo de arroz ecológico, mas, sim, visa demonstrar que as técnicas produzem diferentes efeitos, a depender dos usos que são exercidos.

a época caracterizado pelo Sisagua como “extremamente tóxico”, porém atualmente autorizado pelo governo federal. Como resultado do Inquérito, além de manter as chamadas ‘zonas de exclusão’, o MP determinou que o Sindag entregue para a APA do Banhado Grande a lista completa das empresas, pilotos e aeronaves que atuarão na safra 2019/2020; a relação das propriedades alvo da pulverização aérea com base no histórico dos últimos cinco anos e o calendário designando meses e tipos de pulverizações (MARTINELLI, 2017).

Diante das informações sobre a poluição do rio Gravataí, das drásticas modificações técnicas e sobre as tentativas de apagamento da existência da população quilombola, resta evidente que a disputa pelo que pode existir no território quilombola se caracteriza igualmente como um conflito ambiental. Isto é, no sentido ampliado em que esta tese aborda o “ambiente”, buscando se afastar de uma externalização da “natureza”. Pelo contrário, compreendendo o ambiente e a paisagem como o encontro entre humanos e outros-que-humanos que coexistem em lugares compartilhados, os quais são dotados de significados (FLEURY, 2013). Referindo-se, assim, a disputas e desacordos sobre os usos e ações desenvolvidas no espaço comum em que está implicada a ameaça de continuidade da ocupação. Neste ponto, apoio-me nas perspectivas sumarizadas por Fleury, Almeida e Premevida (2014) que sustentam que os conflitos ambientais são imbricados em disputas ontológicas pelo que pode coexistir diante das Políticas incidentes.

3.5 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ANASTÁCIA NO COMITÊ DA APA DO BANHADO GRANDE

De acordo com os relatos da comunidade quilombola, seus registros fotográficos, audiovisuais e o RTID do Incra, a liberação das comportas das barragens, especialmente no inverno, leva à inundação e à interdição da estrada de acesso ao quilombo, além de gerar inúmeros alagamentos na área quilombola. Com o propósito de observar uma vistoria realizada pela Sema, em 15 de maio de 2019, acompanhei a visita dos técnicos do Comitê Gestor da APA do Banhado Grande ao quilombo Anastácia.

Enquanto caminhava no percurso conduzido pelo seu Chico, acompanhei o diálogo do meu interlocutor quilombola com a bióloga e o guarda-parque da Sema. Ela, ao chegar à margem do rio Gravataí, fez um conjunto de considerações sobre “onde ficava o DNOS” e, após algum tempo, compreendi que ela estava se referindo à primeira barragem. Foi significativo observar o diálogo e a troca de conhecimentos entre seu Chico e a bióloga, acerca do curso do rio Gravataí, pois pude observar que seu Chico prestou informações

técnicas sobre o funcionamento e o modo de existência dele. E ele o fez com a propriedade de quem convive e, literalmente, estuda o rio há muito tempo. Como dizia Evans-Pritchard, a própria vida social é a matéria-prima do etnógrafo (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 121). Dito isso, sublinhe-se que o fazer da pesquisa social acontece imerso nas relações que são tecidas no cotidiano. O que nos convoca a realizar trocas, engajamentos e nos coloca em situações de dependência em relação aos outros (LIMA, 2013, p. 12).

Durante a caminhada com o seu Chico e a bióloga da Sema, na observação dos diálogos e interações, me senti uma aprendiz. Após o almoço no quilombo, a bióloga informou aos quilombolas presentes que estava prevista a realização de um diagnóstico socioambiental das populações tradicionais que viviam na APA do Banhado Grande, o qual subsidiaria a elaboração do Plano de Manejo da APA. Naquele momento, dona Berê se manifestou dizendo que gostaria de acompanhar a elaboração desse projeto. Então, a bióloga informou que havia uma vaga em aberto para uma representação quilombola no Comitê Deliberativo da APA do Banhado Grande. A partir de então, a comunidade quilombola Anastácia passou a compor o Conselho da APA na vaga que estava em aberto.⁴³ A comunidade quilombola do Cantão das Lombas está na vaga de suplente.

A APA do Banhado Grande abrange parte dos biomas Pampa e Mata Atlântica e ocupa 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí.⁴⁴ O Conselho deliberativo da APA está em funcionamento desde 2009, realizando assembleias ordinárias bimestrais. Compõe o Conselho órgãos governamentais dos municípios afetos, do estado do Rio Grande do Sul e da União, além de entidades ambientalistas e federações, tais como a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e representações dos quilombos que se encontram dentro da área da APA, bem como comunidades indígenas.

Em 4 de novembro de 2019, acompanhei a 51ª Assembleia do Comitê Deliberativo da APA do Banhado Grande. As comunidades quilombolas Anastácia e Cantão das Lombas estavam presentes. Aliás, ambas já haviam acompanhado várias reuniões desde o ano anterior. Fui de ônibus de Porto Alegre até Glorinha, onde é a sede administrativa da APA. Ao chegar deparei-me com uma reunião representativa, pois o salão da igreja onde acontecia a assembleia estava lotado. A pauta da reunião era justamente o I Plano de Manejo que estava sendo elaborado. Ao retornar, ganhei uma carona com a agrônoma da Associação

⁴³ Igualmente a comunidade da Anastácia passou a compor o Conselho da Bacia do rio Gravathay, que no caso deste conselho é grafado dessa forma.

⁴⁴ Na APA, a vegetação original é composta predominantemente de banhados e matas de restinga, sobre o solo arenoso da Coxilha das Lombas. O objetivo de criação da APA, segundo a Sema, é a proteção dos banhados formadores do rio Gravataí, “compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico como proteção dos ecossistemas naturais preservados e recuperando as áreas degradadas” (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), com quem eu já havia feito uma visita ao quilombo enquanto técnica do Incra. Contei-lhe que havia sido feita uma inspeção das barragens pela Fepam nos açudes da fazenda lindeira e que havia sido constatado que eles não possuíam outorga. Logo, eram irregulares e, desde então, os arroteiros estavam mantendo as comportas fechadas, assim a água, naquele momento, não estava alagando o quilombo e a estrada. Ela imediatamente perguntou-me: “– e se essa barreira romper para onde vai a água?” Na ocasião, dei-me conta de que, independentemente da gestão que se possa fazer dessas represas irregulares de água, o simples fato de essas barragens existirem ameaça constantemente inúmeras vidas humanas e não humanas no lugar.

Várias questões relativas às diretrizes do Plano de Manejo foram debatidas naquela reunião. Dentre elas, destaco uma que é ilustrativa das temáticas que estão diretamente relacionadas aos modos de vida e usos na paisagem das comunidades quilombolas e demais populações tradicionais: a definição dos “alvos de preservação”. Por um lado, o quilombo, ao ser considerado enquanto uma área de “alvos de preservação”, pode ser beneficiado, no sentido de possíveis “investimentos” em políticas de conservação e de preservação. Situação que (hipoteticamente) poderia vir a constranger a espoliação do ambiente pela rizicultura. Por outro lado, isso poderia impor manejos que, eventualmente, poderiam não coadunar tal e qual com as práticas exercidas pelos quilombolas e outras comunidades tradicionais na APA do Banhado Grande. Não creio que haveria esse choque no que diz respeito ao manejo, pois a conservação e preservação são práticas exercidas pelas quilombolas da Anastácia. Contudo, dependendo da abrangência e dos vieses do debate, a análise poderia incorrer no aprisionamento em questões técnico-científicas que desconsiderassem a trajetória de ocupação e de usos coletivos no território.

Em 4 de dezembro de 2019 eu participei de uma nova assembleia do Conselho Gestor da APA, que aconteceu na sede do Jardim Botânico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Naquela ocasião, a consultoria contratada pela Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs) realizou uma apresentação sobre o estado dos estudos contratados. Do que pude observar, os trabalhos seguiam em andamento, entretanto, numa etapa anterior à expectativa do Conselho Deliberativo da APA e ao cronograma tratado com a Sema. Após vários questionamentos, a Procuradora do Ministério Público Estadual (MP/RS) do setor de Meio Ambiente, onde tramita a Ação que exige que a Sema conclua o Plano de Manejo, se manifestou dizendo que os prazos para a conclusão não deveriam ser dilatados, pois “enquanto não existe o plano de manejo, nos vemos obrigados [o MP/RS] a negociar, cada situação em particular, com os arroteiros”.

A comunidade quilombola Anastácia participou daquela assembleia em que um dos pontos abordados foi a participação das comunidades quilombolas na elaboração do diagnóstico que iria subsidiar o Plano de Manejo da APA do Banhado Grande. Uma representante da prefeitura de Viamão, a exemplo do que já havia acontecido na audiência na Justiça Federal sobre o acesso da comunidade quilombola à água potável, alegou que não havia como saber qual era a situação dos quilombos, pois eles “ainda não estavam regularizados”. Novamente, fica nítida a ignorância sobre a política pública, pois, sim, os quilombos daquele município já são “regularizados”, reconhecidos e em processo de titulação. Igualmente, evidencia-se o preconceito racial, que a todo tempo aparece na forma de questionamento sobre essas populações, agindo sobre as suas existências propriamente ditas. Os questionamentos sobre a “regularidade” dos quilombos expressam a tentativa de suspensão das existências e territórios dessas populações o tempo todo: “será que elas existem mesmo”? Ou, ainda, “será que são tão quilombolas assim”?

Justamente, esses valores racistas geram obstaculizações práticas e objetivas das quilombolas ao acesso de seus direitos. Contudo, felizmente, na sequência da discussão dessa reunião, o representante da ONG Curicaca no Conselho Deliberativo da APA declarou que não havia possibilidade da consulta quilombola não ser realizada, pois de acordo com ele: “é simples, se não houver consulta às comunidades quilombolas, considerando o que preconiza a Convenção 169 da OIT, não haverá Plano de Manejo” (afirmação do conselheiro Alexandre Krob, representante da ONG Curicaca, na reunião em 4 de dezembro de 2019. Anotação do diário de campo da autora).

Após essa reunião, a comunidade quilombola Anastácia foi procurada pelos professores da Faurgs que estavam atuando na elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da APA do Banhado Grande, estudo esse preliminar à elaboração do plano de manejo. Assim, por indicação da comunidade, um dos professores que elaborou o texto sobre os quilombos me procurou. A sensação que tive foi a de que “o campo estava vindo até mim”, pois, devido ao meu trabalho no Incra e à pesquisa com a comunidade quilombola, fui entrevistada pelo geógrafo Aldomar Ruckert e tive a oportunidade de ouvir e ler acerca das caracterizações geográficas do Banhado Grande que ele descreve. E, mais especialmente, sobre a pesquisa com as três comunidades quilombolas que existem em Viamão: Anastácia, Cantão das Lombas e Peixoto dos Botinhas, além da comunidade Manoel Barbosa, em Gravataí. Todas essas comunidades estão situadas na APA do Banhado Grande (RUCKERT; TRINDADE, [2019]). Também tive a oportunidade de fornecer informações sobre a importância do direito ao autorreconhecimento e à autodeterminação preconizados pela

Convenção 169 da OIT. Bem como busquei sublinhar que essas quatro comunidades quilombolas têm um percurso longo de luta, resistência e organização nestes lugares ancestrais.

No início da pandemia do coronavírus, em 2020, o Conselho Gestor da APA do Banhado Grande, juntamente com a Sema, dedicou-se a conter um incêndio que se alastrou pela mata de inúmeras áreas protegidas durante mais de um mês. Após tal situação ser resolvida, passaram a acontecer reuniões virtuais do Conselho Deliberativo da APBG. Nas primeiras reuniões, dona Berenice conseguiu participar, mas posteriormente a Sema adotou um sistema para entidades corporativas, o Teams, e ela passou a não conseguir acessar o aplicativo, pois “sempre dava erro” e ela não conseguia permanecer nas reuniões. Essa dificuldade cibernética pode ser explicada pelo fato de que esse aplicativo é mais robusto e exige uma quantidade maior de dados de internet. Busquei acompanhar as reuniões remotas do conselho da APA, mesmo sem a presença do quilombo, com o propósito de não perder o “fio” da discussão e com o intuito de estar minimamente informada, caso a comunidade quilombola precisasse das informações e me pedisse apoio. Assim, na observação realizada remotamente no início da pandemia, ficou nítido que havia desacordos importantes entre o chamado setor produtivo, representado especialmente pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), versus as ONGs ambientalistas e a própria Sema. Notoriamente, os prazos das definições eram arbitrados pelo Ministério Público Estadual, que em várias reuniões alertou que o cronograma acordado entre o MP/RS e a Sema deveriam ser cumpridos, pois os prazos não seriam estendidos novamente.

Em junho de 2021 o Plano de Manejo da APA do Banhado Grande foi aprovado. Antes da reunião da aprovação fui procurada pela minha interlocutora da Sema. Ela queria saber se eu poderia ir até a comunidade Anastácia para ajudar a dona Berê a acessar o aplicativo Teams. Expliquei que não tinha autorização para ir a campo naquele momento, e que somente poderia retornar após a aplicação da segunda dose nas quilombolas e a minha própria imunização com as duas doses. Ou seja, em agosto de 2021. Conversei com a dona Berenice por telefone e ela sugeriu que fizéssemos uma reunião remota com a servidora da Sema, usando outro aplicativo. Assim, em 4 de junho participei da conversa com elas. Na ocasião, a servidora informou que haveria duas reuniões do Conselho da APA do Banhado Grande: em 7 e em 14 de junho. A primeira delas teria o propósito de apresentar as principais questões (polêmicas) a serem levadas à votação na semana posterior. Na nossa conversa, uma

das principais preocupações aventadas pela dona Berê foi com o tema das pulverizações de agrotóxicos.⁴⁵

Feito os esclarecimentos solicitados pela dona Berê, passamos a conversar com a servidora da Sema sobre de que modo poderia ser viabilizado o acesso à reunião. Dona Berenice afirmou que: “é só esse daí, da Sema e da Emater [ambas usam o Teams], que eu não consigo usar”. Eu me propus a conversar com a extensionista da Emater - com quem já realizei trabalhos conjuntos - sobre a possibilidade de apoio no escritório para acolher a quilombola e para auxiliá-la a entrar no sistema. Conversei com ela, que aceitou realizar o apoio. Isso ocorreu na sexta-feira à noite. No entanto, na manhã da segunda-feira seguinte ela me informou que acordou com sintomas gripais e que por isso não poderia comparecer ao trabalho, pois iria fazer um teste de Covid-19. Dessa forma, não foi possível a participação da comunidade quilombola Anastácia na reunião. Aquele era também um momento delicado para a dona Berê e seu Chico, pois o filho deles estava internado no hospital do município de Gravataí e estavam lutando para conseguir um leito num hospital especializado para que ele pudesse fazer uma cirurgia vascular na perna. Ela estava muito apreensiva com essa situação.

Então, organizei-me para assistir a reunião, com o intuito de conhecer as propostas. Ao questionar a minha interlocutora da Sema, ela me informou que eu poderia participar da reunião como “ouvinte”. Para minha surpresa, a primeira questão que foi apresentada na reunião foi a proposta de mudança do zoneamento da Anastácia (nome dado às áreas de banhado próximas ao quilombo), conforme demonstra a imagem a seguir.

⁴⁵ Esse assunto, da contaminação das águas devido à pulverização dos agrotóxicos, conforme relato da dona Berenice, havia sido objeto de debate na reunião do Comitê do Gravathay, ocasião em que ela havia se manifestado contra tais práticas.

Figura 16 – Apresentação da Sema no Conselho da APBG

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO

PROPOSTA 1 Inclusão da área úmida de interesse da Anastácia na zona de Uso Restrito

Zona de Adequação Ambiental (ZAA)



Objetivos ZUR
Garantir a conservação de remanescentes de banhado, propiciando a manutenção de ambientes e espécies alvos de conservação, bem como a manutenção de uma extensa área úmida que auxilia na regulação da vazão do rio

Objetivos ZAA
Promover a recuperação e a conectividade das áreas úmidas ao longo da planície de inundação do rio Gravataí, visando à melhoria da segurança hídrica da bacia e regeneração dos ecossistemas



Justificativa
Área inserida na ZAA por ser um dos principais locais objeto de propostas de intervenções para recuperação do rio Gravataí, e, por consequência, da conectividade entre as áreas úmidas. No entanto, foi proposta a inclusão da área dentro da Zona de Uso Restrito (ZUR), tendo em vista a importância da mesma como remanescente de área úmida, e o grau de naturalidade da mesma, considerando que na ZUR estão permitidas intervenções para fins de recuperação ambiental.

Fonte: Apresentação do Comitê Gestor da APA do Banhado Grande, em 07 de junho de 2021.

A imagem acima foi a possível de obter no acompanhamento de uma reunião virtual, no contexto de pandemia. A imagem é especialmente significativa devido ao tracejado do zoneamento em discussão sob o rio Gravataí.

Considerando o conteúdo da foto do *slide* acima, observa-se que já no título da proposta, “inclusão da área úmida de interesse da Anastácia na zona de uso restrito”, é demonstrado que tais áreas dizem respeito diretamente à existência da comunidade quilombola. O que reafirma, mais uma vez, as materialidades dessa coletividade negra que existe com o rio Gravataí ancestralmente e no presente. Na justificativa, reproduzida no quadro acima, é ressaltado que a motivação da mudança do zoneamento dos “meandros Anastácia” – que hoje são definidos como uma Área de Adequação Ambiental para Área de Uso Restrito – deve-se ao fato de que aquele local é “objeto de maiores intervenções para a recuperação do Gravataí” e que é um local remanescente da área úmida do Gravataí. Isso diz muito sobre as modificações realizadas no rio por meio das inúmeras transformações sociotécnicas que ocorreram, desde o canal do DNOS, conforme discutimos na seção anterior.

Dentre os pontos não consensuais abordados no Plano de Manejo, a proposta 1 (zoneamento da Anastácia) era a que estava diretamente relacionada com o quilombo, embora questões relacionadas à pulverização de agrotóxicos também fossem consideradas muito importantes pela dona Berenice, conforme ela expressou em várias ocasiões. Confesso que tive um pouco de dificuldade de entender o pormenor da discussão técnica envolvida na

proposta sobre a mudança do zoneamento dos “meandros Anastácia”, pois na reunião em que participei com a Sema a servidora não havia referido a existência dessa proposta. Assim, fui buscar informações sobre zoneamento ambiental (BRASIL, 2002) e conversei com a minha interlocutora da Emater. Dona Berenice, como ela já havia me informado, seguia envolvida com a luta para que seu filho fosse transferido e pudesse fazer a cirurgia na perna. No caso da minha interlocutora da Sema, eu não me senti à vontade para questioná-la sobre o assunto, pois o processo de construção do Plano de Manejo havia sido exaustivo, mais de dois anos de debates, e ela estava totalmente absorvida na organização das reuniões do Conselho que viriam. Um dos questionamentos que a minha interlocutora da Emater fez foi: “o fato de passar para uma área de uso restrito, não afeta o turismo étnico ecológico realizado”?

Na tentativa de compreender as implicações envolvidas na proposta de mudança de zoneamento ambiental, ouvi de outro aliado das quilombolas, um ambientalista, que era importante que os “meandros Anastácia” fossem definidos enquanto área de uso restrito, pois a captação das águas da fazenda lindeira que superexploram o rio é localizada naquele local. Tratei de retomar o contato com a Emater para ver a possibilidade de que dona Berenice fosse recebida e apoiada no escritório de Viamão para poder participar da reunião de deliberação no dia 14 de junho de 2021. Evitei falar com ela naquele momento sobre outro assunto que não fosse relacionado à saúde de seu filho, que somente uma semana após conseguiu ser transferido para outro hospital e que, felizmente, teve uma boa recuperação da cirurgia realizada. No dia da reunião deliberativa, a segunda reunião sobre o tema, dona Berenice conseguiu entrar no aplicativo com o auxílio da Emater/Ascar.

No entanto, conforme ela me declarou posteriormente, a proposta que afetava a Anastácia não estava bem explicada e ela teve dúvidas sobre qual seria a melhor proposta. Considerando as questões que ela conseguiu ouvir e apreender, ela votou pela proposta 1 (da Sema), que mantinha os “meandros Anastácia” na zona de adequação ambiental. Acredito que pelo fato de não ter conseguido acompanhar as reuniões anteriores, ela não se sentiu segura em relação à proposta apresentada pela ONG Curicaca, pois havia dúvidas sobre se tal mudança no zoneamento ambiental não afetaria o turismo étnico quilombola, por exemplo.

Contudo, ela lamentou não ter os esclarecimentos suficientes antes da votação. O que me fez perceber que a ONG que havia feito a proposta de tornar a área de uso restrito – e que em outros momentos se posicionou em defesa dos direitos quilombolas – não havia conseguido conversar previamente com ela sobre a proposta a ser apresentada. Igualmente, a interlocutora da Sema, na conversa prévia realizada, não referiu que esse tema iria a voto. Por

fim, neste ponto, venceu a proposta da Sema, isto é, os “meandros Anastácia” permaneceram na zona de adequação ambiental.⁴⁶

Chamou-me a atenção que a minha interlocutora da Sema, quando foi defender a proposta de manter como uma área de adequação ambiental, destacou que se tratava de uma região “sensível” do rio e que isso deveria ser considerado no debate. Essa ideia de uma região crítica ou sensível, no entanto, era um dos argumentos que sustentava a proposta de modificar para área de uso restrito, acionados na defesa da proposta da ONG Curicaca.

Dona Berenice não conseguiu participar de toda a reunião que se estendeu para além das 17 horas, horário de fechamento do escritório da Emater, mas ela participou da votação de questões importantes. Na maioria dos casos as votações foram polarizadas entre a Sema e o chamado “setor produtivo” (especialmente pela Farsul e Fiergs). Essas questões envolveram assuntos caros ao Plano de Manejo da APA, tais como a obrigação do reaproveitamento da água pelas lavouras, a necessidade de comunicado prévio ou não da pulverização aérea de agrotóxicos, bem como a definição ou não dos corredores ecológicos do Cervo do Pantanal. A maior parte das propostas foi vencida pela Sema. Já o setor produtivo polarizou o debate com a Sema e manteve como principal argumento a defesa de “áreas agrícolas consolidadas”. Sublinha-se que a consolidação da exploração das barragens no rio Gravataí não muda o fato de que esses manejos são prejudiciais. Pelo contrário, os enunciados sobre os supostos benefícios desses arranjos de desenvolvimento são “pacificados”, justamente, por meio de inúmeras arbitrariedades que são desconsideradas ou escamoteadas, desde sempre e o tempo todo.

A rede sociotécnica do Conselho Deliberativo da APA do Banhado Grande, onde foi elaborado o Plano de Manejo da APA, é uma rede diversa composta por diferentes domínios (técnicos, jurídicos e políticos). Participam dessa rede órgãos governamentais estaduais, municipais, entidades ambientalistas, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, federações da indústria e do comércio, dentre outros. Essa composição evidencia que se trata de associações heterogêneas que têm em comum a responsabilidade sobre a política de conservação ambiental da APA do Banhado Grande. No entanto, os atores têm diferentes interesses e recursos que posicionam as condições de participação e atuação. Assim, as condições de participação passam não só pela garantia formal da vaga de representação, mas também levam em conta as possibilidades reais e práticas de participação.

⁴⁶ A proposta de mudança de zona de adequação ambiental para zona de uso restrito implicaria em maiores restrições de manejo.

Como vimos neste capítulo, além das dificuldades de acessos às reuniões e à obtenção das informações a tempo de elaborar as melhores decisões a serem tomadas, as comunidades quilombolas, muitas vezes, têm que enfrentar os efeitos do racismo institucional e da racialização da terra. Pois, mesmo que sejam territórios reconhecidos e delimitados, elas necessitam o tempo todo provar as suas existências e disputar os seus direitos à consulta prévia sobre as políticas exercidas. Invariavelmente, as próprias decisões favoráveis aos seus direitos e à conservação ambiental do quilombo são insuficientemente informadas e debatidas com as quilombolas. Entretanto, isso não faz com que dona Berenice, que percebe essas dificuldades e diferenças, desista de participar, de disputar e de exercer uma ação diplomática com diferentes atores que compõem essas redes. Portanto, ela considera que esse é um espaço em que é possível realizar acordos pragmáticos⁴⁷ e exercer (cosmo)políticas.

3.6 CONCLUSÃO

As políticas de desenvolvimento agiram sobre o rio Gravataí e levaram à tecnificação e espoliação das suas águas. Disso, decorreram inúmeras modificações drásticas na paisagem, afetando e ameaçando inúmeras vidas humanas e outras-que-humanas que a ele estão associadas. Os enunciados dessas políticas foram estabilizados a partir das ideias de que esses projetos propiciaram o progresso e o lucro. Ou seja, como verdadeiras panaceias para situações e populações tidas como não desenvolvidas. Inúmeras desigualdades e violências que caracterizam essas políticas são plasmadas pelas mediações técnicas exercidas (FERGUSON, 1990), pois os efeitos de tais projetos salvacionistas não são debatidos e as populações desses lugares não são consideradas como elegíveis para definir o que será implementado. Isso ficou evidente desde o início da expansão indiscriminada da fronteira agrícola do arroz em relação ao rio Gravataí, quando a população quilombola foi ignorada.

Como podemos observar, desde os tempos dos pais da Anastácia até os dias atuais, a coletividade quilombola exerce relações de alteridade com os outros-que-humanos, os quais também têm as suas vidas ameaçadas pela tecnificação do rio Gravataí e da paisagem. Igualmente essas populações, reiteradamente, seguem tendo que justificar e afirmar as suas existências e humanidades, pois a estratégia dos arroteiros que incidem sobre o território quilombola é a de negar a existência do quilombo. Aliás, o que é nitidamente expresso na não

⁴⁷ Acordos sobre condições de existência no lugar. Retomarei esse conceito mais detalhadamente no capítulo seguinte.

realização de qualquer consulta ou diálogo sobre as atividades “produtivas” que afetam o quilombo e o rio Gravataí.

Em meio às ruínas na paisagem, provocadas pelas drásticas modificações que afetam o rio, a comunidade quilombola busca exercer disputas cosmopolíticas nas redes em que atua, nas quais, graças ao protagonismo das mulheres quilombolas, são construídas algumas alianças em defesas dos direitos quilombolas. Contudo, essas redes são marcadas por assimetrias, desde as condições de acessos às mesmas, especialmente neste momento da pandemia, mas não somente neste contexto. Evidencia-se, assim, que o rio Gravataí e a paisagem envolvente seguem sendo os principais aliados das quilombolas, pois a defesa desses não humanos pelas quilombolas afirma uma concepção de ambiente que se mantém afastada da partição entre natureza e cultura e humanos de não humanos. Constata-se isso na medida em que a defesa dos outros-que-humanos, como o rio Gravataí, o capim Santa Fé, os peixes, dentre outros, são parte da luta por continuar existindo e reexistindo no lugar e das justificações da comunidade quilombola. Destaca-se que a superexploração das águas do Gravataí e a subordinação da comunidade quilombola aos interesses econômicos acontecem de forma simultânea.

Do ponto de vista analítico fica nítido que as perspectivas teóricas da Teoria Ator-Rede são importantes para o rastreamento dos atores e actantes envolvidos nos conflitos, bem como tal abordagem permite rastrear as inúmeras associações e conexões que ocorrem nas redes onde os conflitos ambientais e ontológicos, relacionados ao rio e à paisagem, se desenrolam. Igualmente, tal perspectiva corrobora para demonstrar como os enunciados do desenvolvimento são estabilizados. No entanto, sem que seja rastreada e discutida a Colonialidade e o Racismo que sustentam a espoliação das terras quilombolas e a superexploração ilegal do rio Gravataí – justamente nas margens das terras quilombolas – a análise fica incompleta, pois é necessário compreender o quanto a racialização dos corpos, das terras, águas e da paisagem são decisivas para que a coletividade quilombola siga sendo subalternizada pelo exercício das políticas de desenvolvimento.

4 TERRA: LUGAR DE “FINCAR OS PÉS”, EDIFICAR MEMÓRIAS E COMPARTILHAR MUNDOS

“[...] O povo negro é lutador,
mas é um povo que tem cultura e tem muito amor.
O povo negro é sofredor,
mas não desiste, não, de sua objeção.
O povo negro é trabalhador,
é pescador para sua família alimentar.
O povo negro quer terra para morar,
quer terra pra plantar, mas não tem lugar.”
(extrato da poesia da quilombola Ana Cleide da Cruz
Vasconcelos em: DEALDINA, 2020).

Este capítulo tem o propósito de realçar as inúmeras relações que são tecidas entre a terra e as existências quilombolas e outras-que-humanas na comunidade Anastácia. Terra aqui é tomada em dois sentidos: no estrito, isto é, das relações com o solo que situa as paisagens (TSING, 2019) e, igualmente, é considerada da perspectiva de Gaia (STENGERS, 2015; LATOUR, 2016), ou seja, como uma alternativa para pensarmos a superação da partição natureza e cultura. A intrusão de Gaia, no sentido tematizado por Stengers, emerge como uma história simultânea – a das mudanças climáticas – que coexiste com a “primeira história”, ou seja, a história do capitalismo. Para a autora, o desenvolvimento cego das consequências desse sistema econômico leva à brutalidade da intrusão; não por uma intencionalidade de Gaia, vingança, ou mesmo benevolência, mas enquanto decorrências e efeitos de tais mudanças. Latour (2020b), por sua vez, nomeia o período das graves mudanças que estamos vivenciando como um Novo Regime Climático. Época essa em que os hábitos adquiridos na modernização convivem com novos a serem criados diante das mutações que as intervenções sociotécnicas modernas produziram.

Nesse contexto, nos encontramos diante das “ruínas e de uma guerra multiforme” e é, justamente, desse lugar que “devemos enfrentar Gaia”. Ou seja, manusear a vida diante das “consequências das sucessivas invenções dos viventes que acabaram transformando completamente as condições físico-químicas da terra geológica inicial” (LATOUR, 2020b, p. 30). Neste ponto, relativo aos efeitos gerados pelas intervenções exercidas sobre os lugares e ecossistemas, ele aproxima-se da formulação de Tsing (2019) acerca das ruínas que emergem da diversidade contaminada do Antropoceno.

Durante a pandemia, Latour fez uma espécie de autoatualização teórica e metodológica, pois na obra *Onde Aterrar - Como se orientar politicamente no Antropoceno*, ao se questionar como nomear este momento em que “cada vez mais estamos suspensos entre

o passado e o futuro” (LATOURE, 2020b, p. 51); ele busca um termo que dê conta “da surpreendente originalidade e longevidade desse agente” (LATOURE, 2020b, p. 51). No caso, ele se refere ao que denomina (talvez provisoriamente) como o Terrestre (T). O T emerge como um novo ator-político relevante, pois não diz respeito a uma dimensão de “pano de fundo” ou a um cenário em que as ações de outros atores são desenvolvidas e, sim, trata-se de um agente que participa inescapavelmente da vida pública, pois esse ator

[...] reage às ações dos homens e impede os modernizadores de saberem **onde se encontram, em que época** e, sobretudo, qual o papel que devem representar a partir de agora (LATOURE, 2020b, p.53, grifo do autor).

No caso desta pesquisa, as relações que as quilombolas da Anastácia estabelecem na (e com a) paisagem (TSING, 2019) contém perguntas e respostas sobre as relações possíveis com Gaia ou com o Terrestre (T), pois se busca, o tempo todo, formas de experimentação diante das consequências da intrusão de Gaia. Buscam-se, igualmente, alternativas para compor, isto é, para reexistir em meio às ruínas da (e na) paisagem. Advirto que, do ponto de vista analítico, não se trata de fazer uma equivalência entre o conceito de Terrestre de Latour e o de paisagem de Tsing, pois para ele o “T” refere-se a um ator, já para ela a paisagem não é tomada como um ator e, sim, enquanto um lugar no qual atores heterogêneos (humanos e outros-que-humanos) interagem em diferentes temporalidades.

Entretanto, penso que no caso desta pesquisa, embora o foco seja nas diferentes inter-relações que são produzidas a partir dos múltiplos encontros na paisagem, é possível uma “conversa” entre esses dois conceitos, na medida em que a terra é concebida pelas quilombolas em sentido bivalente. Isto é, emicamente entendida como o solo onde os “pés são plantados no chão” e enquanto um lugar de encontros e convivências com outros-que-humanos que coabitam e coexistem no lugar. Mas, igualmente, é concebida como um lugar em que, para habitá-lo, faz-se necessária a coabitação com os próprios riscos e efeitos das modificações já exercidas pelos encontros na paisagem. Isto é, os efeitos sobre a terra, sobre Gaia, que ao reagir às mudanças na paisagem, torna-se um ator extremamente relevante no sentido proposto por Latour.

Após essa contextualização analítica, do sentido polissêmico e cosmopolítico que o termo terra possui nesta pesquisa, passo a tratar mais especificamente dos inúmeros conflitos que envolvem a paisagem no quilombo Anastácia. Seja no sentido de uma demarcação territorial e das possibilidades de produção da vida na “terra”, ou seja, no que diz respeito às

relações de coexistência que são possíveis na paisagem (ou no ambiente) diante de uma diversidade contaminada, no sentido que propõe Anna Tsing (2019).

Desse modo, primeiramente busco contextualizar os quilombos de hoje como modos de existências, os quais são remanescentes da luta contra a escravização negra no Brasil. Para tanto, faz-se necessário tematizar a racialização das terras na formação fundiária brasileira, pois os quilombos – enquanto lugares em que as cosmopolíticas negras em luta contra a opressão à escravização eram edificadas e exercidas – surgem como formas de resistência à racialização das terras. Fenômeno esse que possibilitou, e ainda possibilita, a naturalização e estabilização da expropriação dos corpos, das vidas e territórios negros. Sendo que essas mesmas terras somente existiam, no sentido dos usos possíveis, a partir das relações concretas que eram estabelecidas pelas pessoas negras que nelas trabalhavam e desenvolviam aprendizagens sobre suas características (ou modos de ser) e manejos possíveis.

Para situar esse contexto, no caso do Rio Grande do Sul, e mais especificamente do município de Viamão,⁴⁸ apoio-me nos estudos historiográficos sobre os “Campos de Viamão”, região onde se situa o território quilombola da Anastácia, nos quais são demonstrados a presença forte da escravidão negra na formação do estado do Rio Grande do Sul. Na sequência, discuto o acionamento que a comunidade quilombola Anastácia faz dos documentos oficiais relativos à posse e à propriedade das terras quilombolas, com o intuito de demonstrar a materialidade das existências negras ao longo do tempo, desde as ancestrais de Anastácia até o presente.

Após, trago a discussão sobre o não acesso da comunidade quilombola Anastácia ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Entretanto, essa costura da luta territorial e cosmopolítica são mais bem entendidas se considerarmos os processos de construção da memória e de futuro que permeiam as disputas cosmopolíticas que são exercidas pela comunidade quilombola Anastácia. Veremos que inúmeros artefatos, atores e fatos são acionados como formas de inscrição das opressões sofridas e resistências exercidas, no passado e no presente.

⁴⁸ Viamão é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul, do qual é o sétimo mais populoso, com população estimada de 256.302 habitantes em 2020. É o maior município em extensão territorial da Região Metropolitana de Porto Alegre (VIAMÃO, 2022).

4.1 QUILOMBOS: MODOS DE EXISTÊNCIA QUE RESISTEM DESDE A ESCRAVIZAÇÃO NEGRA

Com base no direito constitucional estabelecido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias e Contrárias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigação do Estado brasileiro de titular as terras dos remanescentes de quilombos, atualmente existem 1.715 processos abertos no Incra. Desses processos de regularização fundiária quilombola, 278 territórios chegaram à fase de RTIDs, 157 portarias foram expedidas, dessas 86 evoluíram para decreto e 124 foram titulados⁴⁹ (INCRA, 2021). A área total trabalhada no conjunto de processos que tramitam no órgão agrário é de 2.571.551,1106 hectares e o número de famílias atendidas é de 35.206. Desse total de famílias, a fase atual do processo é a seguinte: 33.333 em Edital (RTID), 14.032 em portaria da presidência do Incra e 10.408 em decreto da presidência da república do Brasil.⁵⁰

No caso do Rio Grande do Sul, existem 109 processos abertos e, desses, quatro comunidades já foram tituladas parcialmente:⁵¹ Família Silva, situada em Porto Alegre; Chácara das Rosas, situada em Canoas; Casca, situada em Mostardas; Rincão dos Martimianos, situada em Restinga Seca.

Tendo como marco o quilombo de Palmares, que tem sua origem em aproximadamente 1590, podemos considerar que, desde Palmares até a época da Lei Áurea, que aboliu a escravidão, transcorreram mais de três séculos de luta e organização negra contra a escravidão. Naquele contexto, em meados da virada do século XVIII, a escravização negra no Brasil se tornou politicamente insustentável para os poderes instituídos.⁵² Importa considerar que a mão de obra escravizada era a força produtiva realmente existente, pois a população negra era quem produzia a agricultura, a pecuária, trabalhava na mineração e

⁴⁹ O número total de títulos é maior do que o número de decretos por duas razões: a) alguns territórios de quilombos possuem mais de um título de domínio (matrícula) incidente sobre a área; b) algumas comunidades possuem processo abertos apenas na Fundação Cultural Palmares e não no Incra.

⁵⁰ Insiro um passo a passo aqui do caminho para acessar esses dados, pois muitas vezes eles também são invisibilizados ou desconhecidos e tenho conhecimento da luta e da dedicação que fazem minhas colegas do Incra-Sede e das regionais para garantir que esses dados sejam monitorados e mantenham-se públicos: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf.

⁵¹ O processo de regularização fundiária quilombola é um longo rito que culmina na titulação dos territórios quilombolas, após a indenização dos títulos de domínio e/ou benfeitorias de terceiros, incidentes sobre os territórios delimitados como terras quilombolas (INCRA, 2009).

⁵² Ilustrativo dessa situação de tensão contra a escravidão, como descreve Chalhoub (2012), era a realização de sessões legislativas clandestinas no Império, que visavam revogar as leis que restringiam ou proibiam o tráfico de pessoas escravizadas.

gerava os excedentes. Além disso, ocupava parte das terras e nelas produzia, empregando tecnologias de trabalho e manejos com a agricultura vindas do continente africano.⁵³

No que diz respeito à ocupação das terras quilombolas – desde a escravização – considere-se que, além dos aquilombamentos e da dependência estrutural da mão de obra escravizada na formação econômica do Brasil⁵⁴ (IANNI, 1988), outros fatores também explicam a situação que era a ocupação e a vida quilombola nas terras colonizadas desde o início do tráfico e da escravização. Dentre os quais é elucidativo a origem do termo “terras devolutas” como àquelas que seriam devolvidas ao Império caso não fossem colonizadas, pois na concessão, de largas extensões de terras, elas eram “transpassadas com a obrigação, a estes, de medi-las, demarcá-las e cultivá-las, sob pena de reversão das terras à Coroa”. Assim, com vistas a não serem terras passíveis à devolução, inúmeras porções de terras foram concedidas ou conquistadas pelas pessoas negras escravizadas e seus descendentes. Além do que, havia alforrias que ocorriam diante da pressão social, ou mesmo situações de compra das liberdades, os chamados “negros forros”.⁵⁵ Monsma (2016), na sua pesquisa sobre a situação do pós-abolição na região de São Carlos (São Paulo), sustenta que a mão de obra das pessoas negras era especializada nos trabalhos das lavouras e que existiam inúmeras disputas pelos postos de trabalhos entre negros e imigrantes italianos, por exemplo.

No Rio Grande do Sul, no que diz respeito à localização das terras de quilombos, destaca-se que muitas delas são localizadas em áreas pedregosas, de difícil acesso, de várzeas ou com solos considerados de baixa produtividade. Isto é, aquelas terras vistas como menos interessantes para a apropriação, cultivo e pastoreio no período colonial. Este, aliás, é o caso da área de banhado onde se localiza o quilombo Anastácia. Nesse contexto, no trabalho com comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul, são recorrentes os achados de testamentos e legados de terras (LEITE, 2002) a famílias negras escravizadas. Isso representa o reconhecimento de parte da situação fática⁵⁶ da ocupação e o desenvolvimento das terras por essas populações.

⁵³ Muitas histórias já foram contadas sobre o transporte de sementes e de grãos nos cabelos africanos. Bem como postula-se que as tranças dos cabelos eram feitas como mapas de localização de seus lugares de onde foram arrancados e conduzidos acorrentados. Abro um parêntese para compartilhar uma constatação que vem da minha experiência profissional de uma década com comunidades quilombolas no trabalho no Incra. Refiro-me à percepção de que as quilombolas “têm os mapas na cabeça”. Isto é: possuem uma grande capacidade de descrição da localização territorial de suas terras ocupadas ou perdidas.

⁵⁴ Ianni (1988) destaca que o trabalho no período colonial era visto como subalterno, de casta inferior destinado às pessoas negras.

⁵⁵ Pessoas negras que possuíam alforria.

⁵⁶ Tomo emprestado este termo “situação fática” que no campo jurídico é empregado para se referir a “algo que pode ser considerado real ou uma situação de fato”, o faço por duas razões: a) considero que o termo expressa a ideia de materialidades das situações envolvidas, isto é, fenômenos que podem ser rastreados,

Seguindo o fio do contexto em que emergiu a adoção de leis restritivas ao tráfico de pessoas escravizadas, cabendo aqui destacar que em 1850 foi promulgada a lei n. 601, de 18 de setembro, que dispunha sobre as “terras devolutas”. Notoriamente, a lei cumpriu o papel de impedir que negros e negras libertas ou escravizadas, que mantinham uma posse permanente de suas terras, pudessem formalizar a sua propriedade (BENEDETI, 2020; BRUSTOLIN, 2021). Isso fica explicitado no artigo primeiro da lei: “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Logo, a terra não poderia mais ser apropriada pelo trabalho, somente por compra do Estado. Nesta mesma lei, ficou previsto, à custa do Tesouro, a imigração e o emprego de “colonos livres” (no caso europeus), nos estabelecimentos agrícolas e para a “formação de colônias” (BRASIL, 1850).

Muitas vezes, alega-se que é difícil analiticamente evidenciar as minúcias das práticas e estruturas racistas, no sentido das dificuldades da “operacionalização” da descrição dos seus efeitos. Pois bem, a começar pela formação agrária do Brasil, a partir dessa lei de 1850, fica cristalizada a racialização das terras. O racismo e a outrificação⁵⁷ das pessoas negras (KILOMBA, 2020) fez com que essas populações, que desenvolviam as terras, nelas trabalhavam e viviam, não fossem consideradas elegíveis a “colonizar” ou a ter a posse de suas terras reconhecidas. A obliteração das terras negras era materializada também no não acesso aos dispositivos de medição e registro das terras, devido às dificuldades de acesso a esses aparatos sociotécnicos. Dessa forma, as terras quilombolas não foram medidas e registradas. Como bem observa Lélia Gonzalez, a formação do Brasil foi assentada na “divisão racial do espaço” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15). Assim, a chamada Lei de Terras, de 1850, foi um meio eficaz de esbulho e sonegação dos territórios negros – pano de fundo em que se configuraram as inúmeras vulnerabilidades do período pós-abolição.

Os quilombos, neste contexto de luta negra contra a escravidão e disputas de mundos, desde Palmares, podem ser entendidos como os modos de existências⁵⁸ individuais e coletivos das pessoas negras em luta e resistência contra a escravidão no Brasil. Nesse sentido, o texto constitucional foi preciso em estabelecer, no artigo 68 da ADCT, o direito das terras dos remanescentes de quilombos. Ao questionar ressemantizações do conceito de remanescentes de quilombos, José Carlos Gomes dos Anjos, no seminário “Luiza Bairros: Escravidão,

evidenciados; b) acionamento jurídico dele nos processos de regularização fundiária quilombola, diante das tentativas recorrentes de negacionismo das existências e territórios quilombolas por parte dos contestantes, nos processos administrativos de regularização fundiária quilombola.

⁵⁷ Outrificação no sentido de que o racismo é a expressão máxima da colonialidade que busca desconhecer e aniquilar outras epistemologias que não sejam a branca. Logo as pessoas negras são tomadas como não ser e quase humanos.

⁵⁸ Referente a diferentes mundos e fazeduras dos mesmos.

Memória e Verdade no Brasil e Estados Unidos”, ocorrido em 2017, em Porto Alegre, afirmou que os quilombos do presente são os “mesmos” que existiram na resistência à escravização negra, pois, de acordo com ele, perduram as relações sociais e raciais advindas da escravização (Anotação pessoal). Igualmente, as lutas contra o racismo e por direitos territoriais são continuidades dos processos históricos das gerações que antecederam as minhas interlocutoras quilombolas que lutam no presente – nos mesmos lugares.

No Rio Grande do Sul, a maioria das comunidades remanescentes de quilombos são negras e vivem em áreas rurais ou em áreas que possuíam essa característica à época de suas formações. Portanto, há uma “origem comum presumida na escravidão” (O’DWYER, 2002), a partir da qual se constrói, ao longo do tempo, “destinos comuns”, os quais são entrelaçados em processos de lutas por continuar existindo em lugares de usos tradicionais e coletivos que foram edificados nos processos de luta étnica e resistência ao racismo e os seus efeitos.

4.2 VIAMÃO NEGRO

No que diz respeito à formação da escravidão no Rio Grande do Sul, destaca-se que a colonização foi iniciada pelos “Campos de Viamão”, que abrangiam uma imensa área no nordeste do estado e que faziam divisa com o rio Mampituba, o oceano Atlântico, com o rio Guaíba e com a lagoa dos Patos. Em 1747 foi criada a freguesia de Viamão, que foi desmembrada de Laguna, hoje Santa Catarina (KÜHN, 2002, p. 45). Fábio Kühn destaca que no Rio Grande do Sul houve a implantação de uma sociedade escravista desde o princípio da colonização. O autor ressalta que, embora tenha ocorrido a escravização indígena em alguns momentos, “a partir dos meados de Setecentos (1700) tornou-se predominante a escravidão africana” (KÜHN, 2002, p.45).

Dessa forma, a primazia dos imigrantes europeus na agricultura no Rio Grande do Sul é uma falácia racista, pois se desconsidera, assim, que já com a colonização portuguesa, negros e negras ocuparam as terras e empregaram saberes e tecnologias de manejo da terra vinda de África, antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus. Assumpção (2013) sustenta que a população negra teve um papel fundamental no desenvolvimento gaúcho, desde antes da oficialização do que veio a ser denominado Rio Grande do Sul, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas. Inúmeras sonegações históricas são expressas na ausência de símbolos e monumentos negros que demonstrem essa presença na formação do estado – o que para o autor é decorrente do racismo sulino. O exemplo mais marcante segue sendo a traição farroupilha aos Lanceiros Negros que lutaram na Revolução Farroupilha

(1835-1845). Naquele acontecimento os Lanceiros Negros foram deixados para morrer numa emboscada no Cerro de Porongos – na região gaúcha de fronteira com o Uruguai – quando foram surpreendidos e aniquilados pelas tropas imperiais. Mais de cem homens negros foram assassinados e os que se refugiaram nos quilombos da região foram enviados à corte, no Rio de Janeiro, onde seguiram escravizados até a Lei Áurea (ASSUMPÇÃO, 2013).

A abordagem da racialização e do racismo e sobre a negação dos direitos territoriais quilombolas é especialmente cara a esta pesquisa, pois eu enquanto servidora do Incra, que trabalha com reconhecimento e titulação quilombola, já me deparei com vários “contrarrelatórios”⁵⁹ socioantropológicos e econômicos e outras peças jurídicas que tentam apagar a história da escravidão no Rio Grande do Sul. Igualmente, algumas narrativas históricas e sociológicas tentam sustentar o argumento falacioso de que aqui no estado não houve escravidão propriamente dita, pois não existiam os mesmos moldes do *plantation* da cana-de-açúcar. Entretanto, pesquisas, como a realizada por Fábio Kuhn, deixam nítido que, “desde o início da colonização do ponto mais antigo do Continente, em 1751, mais de 45% da população dos Campos de Viamão era composta por pessoas cativas de origem africana” (KÜHN, 2002, p. 66). O autor destaca que esse percentual populacional de pessoas africanas e descendentes era muito expressivo e semelhante ao verificado nas zonas mineradoras ou de *plantation*. Os dados levantados pelo historiador gaúcho demonstram que em dois terços das residências havia cativos, praticamente quase todos os colonos tinham mão de obra de pessoas escravizadas.

No âmbito desta pesquisa, a visibilização das diversas formas de racismo são formas potentes de escrutínio das políticas de não existência de populações e de modos de vida específicos que são considerados disfuncionais nos lugares apropriados pelas políticas de desenvolvimento e pela tecnociência para a superexploração do ambiente. Explica-se, igualmente, a apropriação e espoliação desses lugares pelos projetos de desenvolvimento que são tentados e que produzem drásticas modificações na paisagem.

4.3 A LUTA DA COMUNIDADE ANASTÁCIA PELO SEU TERRITÓRIO

Como já referido na Introdução desta tese, a comunidade quilombola Anastácia exerce uma ocupação tradicional, isto é, relativa aos modos de manejos da terra, às relações de

⁵⁹ Contrarrelatórios são apresentados como contestação ao relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da comunidade identificada, ocorre que essa peça técnica está submetida a inúmeros quesitos teóricos e metodológicos que não são atendidos pelos contestantes.

identidade⁶⁰ e reciprocidade⁶¹ com o território ancestral negro à beira do rio Gravataí. Lá se constitui ao longo do tempo um território étnico, forjado na resistência às violências, ao racismo e à racialização das terras e da água.

Considerando as pesquisas historiográficas, que até então foram possíveis de realizar, rastreia-se que já no início do século XVIII havia uma ocupação quilombola no lugar pleiteado como território pelas quilombolas da Anastácia. Entretanto, com o passar do tempo e, especialmente, com o desenvolvimento da rizicultura alagada em meados de 1900 as terras quilombolas passaram a ser objeto de especulação fundiária, ou seja, essas áreas de banhado passaram a ser cobiçadas pela exploração das lavouras de arroz. Essas políticas, que emergiram com financiamento do Estado brasileiro, foram propugnadas como naturalmente benéficas e desconsideraram as populações e o ambiente destes lugares. Inúmeros dispositivos e aparatos emergiram das redes sociotécnicas onde estas políticas foram desenvolvidas, a partir dos quais foram realizadas intervenções drásticas no rio Gravataí, na paisagem envolvente e nas condições de existências das vidas quilombolas e outras-que-humanas, conforme já evidenciado no capítulo 3. De tais modificações e intervenções advieram inúmeras perdas territoriais e esbulhos das áreas quilombolas; o que ocasionou vulnerabilidades econômicas e territoriais que seguem sendo enfrentadas no presente.

Além do alagamento permanente das terras quilombolas, desde o rompimento da barragem do DNOS em 1962, conforme foi abordado no capítulo anterior, a comunidade sofreu esbulhos de suas terras ao longo do tempo. Esbulho, no caso aqui, se refere a inúmeras formas de espoliação e de expropriação das áreas de posse e domínio quilombola ocorridas ao longo do tempo. Infelizmente, essas turbações seguem sendo intentadas no presente, conforme veremos mais adiante neste capítulo, na situação que envolve o Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outras situações e tentativas de constrangimentos.

Do ponto de vista dos marcos fundacionais da trajetória de reexistência das quilombolas da Anastácia, os familiares quilombolas enunciam a herança recebida por Anastácia de Souza Reis como o momento em que o quilombo passa a existir como um lugar de dominialidade (propriedade) negra, o qual foi mantido com o “sangue e o suor” da ancestral. De acordo com documentos oficiais, em 1919, Anastácia recebeu a herança de sua mãe Hortência, o que evidencia que a propriedade quilombola das terras era ainda anterior a essa data. É o que se pode depreender da leitura dos extratos da certidão do registro no livro

⁶⁰ Identidade, por exemplo, com a lagoa Anastácia e com o rio Gravataí.

⁶¹ No sentido que o seu destino está intrinsecamente vinculado ao rio Gravataí, por exemplo.

3.1, às fls. 69, sob o número 3410 (1919). A seguir transcrevo extrato do documento desse documento de partilha, tal qual foi escrito à época.

Certidão de Partilha

[...] Um pedaço de campo, situado no primeiro distrito deste município de Viamão, lugar denominado “Extrema” dividindo-se: pela frente com um beco de servidão; por um lado com terras de Desidério Antônio da Silva Junior; por outro lado com herdeiros de Ernesto Marcos dos Reis e com Germano Leopoldo; e, pelo fundos com o rio Gravatahy, avaliado em um conto e duzentos mil réis; uma casa de moradia avaliada em cento e cinquenta mil reis, e, encravada nas terras acima descripta. Pagamento à herdeira Anastácia. Haverá para seu pagamento no campo acima descripto a quantia de quinhentos e setenta e • cinco mil réis; na casa acima descrita e avaliada somente a quantia de cinquenta mil réis, ficando assim preenchido este pagamento. [...]Nome, domicílio e profissão do adquirente: ANASTACIA DE SOUZA REIS. Viamão. Nome, domicílio e profissão do transmitente: SUCESSÃO DE HORTENCIA DE OLIVEIRA PACHECO. Viamão. Certidão extraída em 2 de novembro de 1919. (Acervo da comunidade quilombola Anastácia, grifo do original).

Esse documento, dentre outros, foi recuperado por ocasião da pesquisa de Silva (2006), conforme narram a neta e o neto da Anastácia nos trechos transcritos a seguir. O neto, na entrevista que realizei, e a neta no documentário *Raízes de um Povo Negro* (VIAMÃO, 2022) deixam isso nítido.

Quadro 7 – Declarações das netas da Anastácia

Neto da Anastácia	Neta da Anastácia
A pesquisa trouxe coisas que eu nunca imaginei. Foi legal a história da gente ser construída, e a gente saber que tem aquela história. A gente não tinha conhecimento que aquilo ali tudo um dia foi da minha avó. A gente foi ter conhecimento depois que a Vera começou a pesquisa. Até então, o pai falava alguma coisa, mas ele também não tinha certeza, porque a avó que contava para ele. A Vera que foi atrás desta história e colocou tudo a limpo para a gente.	O quilombo foi descoberto em 2005 através da Vera Regina Rodrigues. [...] Ela foi fazer um trabalho e ela descobriu que tinha um quilombo aqui. E de lá ela veio atrás para se certificar se era um quilombo. E aí ela chegou aqui e se deparou com todos nós e viu que era um quilombo mesmo, de verdade.

Fonte: Rogério Gomes, entrevista em 8 de julho de 2021 e Berenice Gomes de Deus, em trecho do documentário *Raízes de um Povo Negro* (VIAMÃO, 2022).

Os netos e netas da Anastácia desde a infância ouviram histórias da avó e das mães e pais, que definiam a área quilombola como uma herança recebida pela Anastácia de sua mãe. Contudo, a coletividade negra não tinha acesso aos documentos respectivos. É nesse contexto que deve ser entendida a afirmação acima do neto da Anastácia de que a história sua e de seus familiares foi “construída e passada a limpo”, pois a localização desses documentos

representou uma forma de comprovação oficial da situação fática que era a existência de inúmeras gerações negras naquele lugar, bem como a dominialidade (propriedade) da terra. O que, aliás, fica nítido na fala da neta acima, ela que é muito precisa quando afirma que a pesquisadora “se deparou com todos nós”. Sim, a pesquisadora não “inventou” o quilombo,⁶² ela os encontrou e buscou reconstituir a existência de um “quilombo de verdade”. Isto é, de uma comunidade e uma parentela negra, com uma origem comum presumida na escravidão e que compartilham destinos (O'DWYER, 2010), a partir da opressão racial sofrida e da resistência exercida, no passado e no presente. O trabalho da pesquisadora, contudo, contribuiu para que as trajetórias de resistências no lugar fossem reconstituídas, pois no seu trabalho de campo e escrita etnográfica ela produziu provas, por exemplo, ao recuperar documentos que demonstram o direito da posse e propriedade da terra. Destaca-se também nesse contexto, as inúmeras nomeações que Anastácia dá, seja à comunidade quilombola, aos documentários, lagoa, dentre outros. O seu nome é acionado como um código que está relacionado a diferentes formas de resistência que ela nomeia. Isto é, trata-se de uma inscrição duradoura.

4.4 LUTAR CONTRA A AUSÊNCIA: É PRECISO!

Grada Kilomba, no prefácio da edição recente do livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon, sustenta que há um “princípio de ausência” (KILOMBA, 2020, p. 12) que torna as vidas e historicidades negras ausentes, como se as pessoas e suas trajetórias não existissem. Do que podemos observar até aqui, nesta pesquisa, as lutas das quilombolas da Anastácia são exatamente contra as ausências da consideração de suas existências e, igualmente, contra o negacionismo de seus territórios, no passado e no presente.

Nesse contexto, de lutas existenciais pelo conhecimento daquilo que existiu e não foi considerado e para que aquilo que acontece agora não seja esquecido, há um processo de construção da memória e de restituição da história pelas quilombolas da Anastácia. Não se trata de uma reificação dos acontecimentos do passado, ou de uma repetição, ao contrário, os próprios acontecimentos e trajetórias de resistência no lugar são atualizados no presente. Como assinala Michael Pollak (1989), a construção e a organização da memória são sempre

⁶² Com a Comissão Parlamentar de Inquérito do Inbra e da Funai, instituída em 2016, se intensificou um ambiente de criminalização das pesquisadoras com comunidades quilombolas, por meio de argumentos que tentam desqualificar e desconfigurar os trabalhos técnicos exercidos. Entretanto, embora as acusações sejam dirigidas às pesquisadoras e seus trabalhos, sabemos que os alvos, na verdade, são os direitos quilombolas e que esses expedientes são acionados pelos detratores para “ganhar tempo” e obstaculizar o andamento dos processos de titulação quilombola.

pautadas por preocupações do presente. De acordo com ele, a preocupação com a visibilidade e fixação dos fatos e narrativas não contidas na memória oficial, organiza e seleciona o que deve ser dito para que as “memórias subterrâneas” possam emergir e existir. A construção (ou reconstrução) da memória, no caso desta pesquisa, versa sobre formas de resistência em relação ao que aconteceu e deve ser lembrado, entretanto, sobretudo diz respeito ao que deve ser inscrito no presente.

Ao seguir a comunidade quilombola Anastácia, encontram-se muitos registros que as quilombolas estão construindo no presente. Quando menciono as inscrições, me refiro aos sinais no tempo daqueles acontecimentos e fatos que as quilombolas fazem questão que não passe sem registro. Exemplos disso são as imagens da inundação no quilombo, os documentários, filmes e as inúmeras vezes que a associação quilombola se dirigiu ao Incra e gravou no processo administrativo os alagamentos e as invasões por terceiros do território. Assim como as diversas inconformidades com o uso de parte do território quilombola pelos arroteiros vizinhos para captar água do rio Gravataí para as lavouras. Nesse sentido, podemos pensar que para além da transformação em retrospectiva dos acontecimentos do passado, a partir das relações que os atores estabelecem no presente com o passado (POLLAK, 1989), há uma miragem no futuro. Isto é, uma disputa da memória a ser considerada no devir e da própria possibilidade de amanhã.

Desde a perspectiva da Teoria Ator-Rede, a construção da memória depende do trabalho de diversos atores: dos descendentes, de pesquisadores, de documentos, dentre outros atores e artefatos que compõem um arranjo que é importante que exista para que se possa legitimar o quilombo como “um quilombo de verdade”, conforme referiu a dona Berenice anteriormente. E esta tese pretende contribuir neste âmbito das alianças em defesa da memória, na luta contra o esquecimento e o apagamento da presença negra e quilombola nas margens do rio Gravataí.

4.5 OS DOCUMENTOS QUE “CONFIRMAM” AS VIDAS E AS TERRAS QUILOMBOLAS ANASTÁCIA

O acesso à terra, nos ensina Frantz Fanon (1968), é um momento crucial nos processos de descolonização. Imaginemos, então, o quanto foi significativo aos ancestrais da Anastácia, ainda na época da escravização, a conquista de um registro das terras, a partir de uma compra que conseguiram fazer, mesmo na vigência da escravização. Há uma potência enunciativa no legado de terras desde as ancestrais, que tem sido atualizada no decorrer do tempo pelas

inúmeras gerações em luta pelo direito de existir no quilombo. Como consta no processo do Incra, a matrícula 49547 (Cartório de Registros de Viamão), que é o registro dos lindeiros arroseiros, somente foi registrada, enquanto tal, em 1997. Isto não quer dizer que antes não existisse uma certidão de terras, mas demonstra que, durante muito tempo, as terras dos detratores dos direitos quilombolas também foram sustentadas por certidões ou transcrições.

No entanto, a falta da matrícula do imóvel rural pelos “produtores” não consta ter sido apontada como uma fragilidade da dominialidade delas. Por outro lado, a ausência da matrícula das terras – porque as familiares da Anastácia não tiveram condições de realizar o seu inventário e sucessão – já foi acionada como uma falta de materialidade do domínio (propriedade) quilombola no lugar. É, exatamente, por isso que a localização desses documentos das terras dela se revestem de tamanha importância na disputa pela existências das quilombolas naquele lugar.

Eu já tinha tomado conhecimento da existência desses documentos das terras da Anastácia, por meio do estudo do processo de regularização fundiária do Incra, mas durante a pesquisa da tese tive a oportunidade de ter contato com vários deles que são guardados pela dona Berenice. Pelo passar do tempo, eles estão amarelados, mas, mesmo assim, pude obter informações importantes a esta pesquisa. Sublinhe-se que esta correlação com os documentos, ou mesmo com a pesquisa acadêmica, não tem como propósito reduzir a trajetória de ocupação a “provas oficiais”. Pois, muito antes desses encontros com o Estado, nas suas mais diversas expressões, as quilombolas coabitam o lugar com outras vidas-que-humanas e lá resistem.

A esta análise interessa, por um lado, observar a forma como esses artefatos são acionados pelas quilombolas da Anastácia e, por outro, refletir sobre os efeitos que a existência, ou as faltas destes documentos provocam. Isto é, acerca da dimensão material destes registros gráficos, no sentido de investigar como estão relacionados com a produção do “real”, ou seja, de materialidades (FERREIRA; LOWENKRON, 2020). E assim provocam (ou produzem⁶³) subjetividades nas redes em que estão associados. Os documentos não são artefatos neutros/inócuos, ao contrário, eles têm um peso ontológico, na medida em que produzem realidades e, nesse sentido, esses artefatos gráficos resultam de relações de poder historicamente situadas.

⁶³ A ideia de produção do real se refere às associações exercidas nas redes afetadas, não se trata, portanto, de atribuímos intencionalidades destes artefatos, mas sim investigar como produzem efeitos nas redes sociotécnicas que estão associados.

Um documento mostra como as informações são produzidas em uma determinada época. Nesse sentido, são artefatos que resultam das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver e a ser utilizado. Importa, assim, questionar: o que revelam ou escondem e as razões pelas quais são preservados? Por quem e para quais usos? Novamente, pensando com Pollak, podemos tomar os fatos/realidades que os documentos retratam de uma perspectiva construtivista, isto é, “não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade (POLLAK, 1989, p. 4).

Observa-se que a produção de informação, desde a Lei dos Registros de Terras até os registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) segue uma lógica racializada, na medida em que as pessoas negras não tiveram acesso às medições a partir de 1850, e no caso do CAR, como veremos a seguir, inúmeros pretextos e meandros técnicos fazem com que a maioria das comunidades não tenha acesso a esse registro. Tais situações são reveladoras da presença do racismo nestas ausências, pois as pessoas negras, conforme já foi demonstrado na seção anterior, não eram consideradas elegíveis à propriedade da terra, e a julgar pelo atraso e omissão do estado brasileiro na efetivação deste direito constitucional quilombola, seguem não sendo tomadas efetivamente como “sujeitos de direitos” (LEITE, 2005).

Dona Berenice, por sua vez, guarda com muito esmero os documentos das suas e seus ancestrais. Além dos documentos das terras, acima referidos, ela conserva cópias do Imposto Territorial Rural (ITR) de seu avô Olympio e de seu bisavô Patrício Souza Reis. Aliás, no trabalho com comunidades quilombolas, é muito comum encontrar cópias das guias de ITR pagas pelos quilombolas. Esse é um documento autodeclaratório e não tem valor de uma matrícula de um imóvel rural, mas demonstra a posse e o uso da terra e que pode ser emitido diante da declaração desses usos.

Em muitas circunstâncias, este é o único documento que essas populações – espoliadas do direito da titulação de suas terras – têm acesso. Assim, a valoração conferida a tais documentos é algo importante de sublinhar, no sentido de que eles são tomados como espécies de provas das vidas e do trabalho nos lugares. Ao recolher o imposto, essas populações, além de cumprir com as suas obrigações, buscam encontrar alguma forma de inscrição nos registros oficiais onde, na maioria dos casos, os seus direitos territoriais não estão reconhecidos e/ou considerados.

Figura 17 – ITR do quilombo Anastácia

IMPOSTO TERRITORIAL
EXERCÍCIO DE 1936

Certifico que o Sr. *Oliveira Antonio Gomes*
foi lançado no respectivo livro á fls. *63* para o pagamento
do imposto territorial pela quantia de *4.520*
correspondente a *2* hectares e ao valor venal
de *100.000* de terras sitas no *Viamão*
deste municipio. *1º* distrito
Viamão Collectoria do Estado em
de *Janeiro* de 1936.
O Escrivão

taxa de imposto sobre o valor venal.....	<i>4.520</i>
taxa de cooperação.....	<i>0.000</i>
Multa <i>decelo</i>	<i>1.000</i>
Total.....	<i>4.520</i>

Escripturado á folhas *1* do livro da receita res-
pectiva em *7* de *Março* de 1936.
Antonio L. Pizar
O Escrivão *Antonio L. Pizar*

Fonte: Reproduzido dos documentos do acervo do quilombo em 29 de agosto de 2021.

Chama a atenção os selos e carimbos que constam nesse documento, pois é como se a materialidade fosse certificada por essas marcas que lhe são conferidas como matérias oficiais (FERREIRA; LOWENKRON, 2020). No caso desta pesquisa da tese, penso que a guarda desses documentos das ancestrais quilombolas tem como propósito buscar formas de materializar oficialmente a situação de ocupação e desenvolvimento das terras e de inserir a comunidade na história. Os documentos revelam situações que em muitos momentos são colocadas em suspensão mediante questionamentos que são feitos por aqueles que buscam relativizar a presença quilombola nestes lugares e que, para tanto, tentam construir uma ideia de que a falta de registros oficiais revela que aqueles lugares são espécies de vazios cartográficos.

Considerando a faticidade da ocupação quilombola desde o século XVII, sustentada inclusive por documentos oficiais, ressalta-se que a perda e os esbulhos das áreas quilombolas podem ser compreendidos por várias razões: apropriação das áreas de banhado para construção das barragens, alagamento permanente das terras da comunidade que ficaram submersas pelo rompimento das barragens, bem como pelas vulnerabilidades afetas às dificuldades econômicas evidenciadas. Inclusive porque, com a mecanização das lavouras, inúmeros empregos foram perdidos. Silva (2006), ao contextualizar a situação de pobreza que vivia a comunidade Anastácia, destacou que tal condição resultava

[...] num estreitamento dos laços de dependência em relação aos patrões, isso se evidencia, por exemplo, na prática comum de pagar favores, tais como remédios, transporte de doentes ou pequenas dívidas com parte da terra que lhes pertencia (SILVA, 2006, p. 12).

Além das situações relativas a trocas de parcelas de terras por “sacos de farinha” ou remédios, são narrados acontecimentos de mortes de crianças devido à falta de acesso à saúde. No presente, existem poucas crianças que moram permanentemente no quilombo, pois devido à precariedade das estradas por conta dos estragos feitos pelas barragens, nada garante que uma criança vá chegar à escola no dia seguinte. Em dezembro de 2018, tive a oportunidade de acompanhar uma vistoria de um órgão da Justiça Federal no quilombo para tratar acerca dos alagamentos da área quilombola pelas barragens. Naquela ocasião, o operador do direito arguiu a dona Berê com a seguinte questão: “quantas crianças em idade escolar moram no quilombo”? Ela respondeu que naquele momento nenhuma criança vivia permanentemente lá. Ele a contrapôs afirmando que seria uma questão importante para as alegações judiciais. Entretanto, a quilombola prontamente o questionou:

Me diga como o senhor acha que uma criança vai morar aqui, tendo que ir para a escola sem a garantia de que ela vai poder chegar lá no dia seguinte? Se amanhã, ou depois a estrada pode estar totalmente alagada e nós ilhados por mais de uma semana? (Dona Berenice, dezembro de 2018).

4.6 LUTAS PELA TERRA DIANTE DE INÚMERAS VULNERABILIDADES E DE INTERVENÇÕES SOCIOTÉCNICAS NO AMBIENTE

No que diz respeito às vulnerabilidades econômicas, agravadas pelas modificações advindas das intervenções sociotécnicas das barragens, ainda na época da pesquisa de Vera Rodrigues da Silva, em 2006, ouvia-se os relatos quilombolas de que o rio Gravataí secou. Situação essa que ocasionou inúmeras dificuldades, já que a pesca era um meio de subsistência. A seguir transcrevo um trecho da entrevista que realizei com Rogério Gomes, neto da Anastácia, ilustrativa das mudanças ocorridas com o desenvolvimento das lavouras de arroz do entorno sobre o território quilombola.

Ah, mudou muito, eu me lembro, na minha infância nesta época, inverno, era muita gente. O povo cuidava, escolhiam os peixes, e a gente tinha de tudo, tinha fartura de peixes e hoje não tem mais nada. Hoje nem o peixe tem mais. Foi indo, eles foram destruindo, eles **foram metendo máquinas e acabando com o banhado e a gente não tinha força para impedir ninguém. Hoje a gente não tem mais banhado, tem uma área muito pequena de banhado e peixe não tem mais.** No tempo que a minha avó era viva tinha muito arvoredo, tudo de bom que a gente tinha. Hoje só tem mato e maricá, nem as frutas que tinha no tempo da minha avó não tem mais. Onde nós morávamos, onde eu me criei, tinha mais de 300 árvores frutíferas e hoje a gente chega lá e tem só maricá. Dá um pezinho que outro perdido no meio do matagal (Entrevista com Rogério Gomes, concedida em 8 de julho de 2021, grifo nosso).

Observa-se que as afetações pelas políticas de desenvolvimento e seus aparatos técnicos não dizem respeito somente ao rio Gravataí, mas também dizem respeito às possibilidades de ocupação dos banhados e das terras, pois entram as máquinas e saem, deixam de existir no lugar, as crianças, os peixes e os frutos. Isto é, inúmeras vidas humanas e outras-que-humanas do lugar são afetadas cotidianamente por essas modificações. Exemplar disso também é a referência às cobras, pois, conforme vários relatos que ouvi em campo, depois que passaram a ser usados variados agrotóxicos nas lavouras de arroz, raramente são vistas cobras no quilombo. Não se trata de aludir a afetividades com répteis, por exemplo, mas é interessante observar, por um lado, o quão diversos são os efeitos dos manejos das lavouras de arroz observados pelas quilombolas. E, por outro, que as cosmovisões quilombolas de coexistências possíveis incluem outras vidas que coabitam o banhado, além das humanas.

Retomando a análise das declarações acima citadas pelo neto da Anastácia, em relação às modificações ocorridas no território, fica evidente a relevância do emprego de dispositivos sociotécnicos para a efetivação de tais alterações, pois, conforme ele relata: “foram metendo

as máquinas e acabando com o banhado”. Situação semelhante pode ser observada no capítulo anterior, quando um dos vizinhos mais antigos do quilombo descreveu os “retos” que foram feitos no rio e, assim, destruídos os meandros que lhe eram característicos e que era onde os peixes se reproduziam. Essas intervenções e os esbulhos sofridos afetaram, e seguem afetando, diretamente as condições de sobrevivência (e de existência) da população quilombola.

Por ocasião da pandemia da Covid-19, a 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF produziu o compêndio de documentos periciais “Perícia em Antropologia no MPF: Primeiras contribuições no combate à Pandemia da Covid-19”. O trabalho visa evidenciar as inúmeras vulnerabilidades das populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, bem como de seus direitos, no contexto pandêmico. A conclusão a que chega o MPF é a de que a pandemia agravou e potencializou vulnerabilidades já existentes (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021). Importa à análise aqui desenvolvida tal caracterização e contextualização das situações das comunidades quilombolas no presente para que, então, possamos dimensionar o contexto (e o “passivo” histórico) em que se situam inúmeras vulnerabilidades que atingem e afetam a comunidade quilombola Anastácia, especialmente no contexto diante da Covid 19⁶⁴.

O depoimento a seguir da dona Berê, no documentário *Raízes de um Povo Negro*, é ilustrativo do quanto tais vulnerabilidades foram decisivas para que as terras fossem sendo expropriadas e perdidas. Ela narra diversos momentos em que seus avós tiveram que trocar pedaços de terra por comida e a persistência e resistência de sua avó contra a usurpação de suas terras. É o que fica nítido no trecho transcrito a seguir.

Ele [Olympio, avô de Berenice] entregava uma parte da terra por uma mala de comida. Terminava aquela mala de comida e aí ele ia trocando os outros pedaços. Foi num certo ponto aí que a Anastácia deu em grito. A última surra que Anastácia levou ainda, de corrente, foi porque ela não quis entregar o restos das terras. E ainda, assim mesmo, queriam tirar da velha este pedaço de terra onde nós estamos. Queriam que a velha entregasse e ela apanhou uma surra de corrente porque ela não

⁶⁴ Durante a pesquisa da tese, concomitantemente, trabalhei na elaboração de um artigo que buscou descrever os principais conflitos relativos ao atendimento de direitos sociais das comunidades quilombolas durante a pandemia, num contexto de negacionismo da ciência e de direitos que marcou o governo brasileiro. Para tanto, investigamos as inúmeras situações de vulnerabilidade e de insegurança alimentar que afetaram as comunidades quilombolas. Bem como, as formas de organização que comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul encontraram para resistir e reexistir, a exemplo da luta pela vacinação prioritária e pelo recebimento de cestas básicas. Destacamos que Bolsonaro vetou inúmeras políticas destinadas às populações quilombolas previstas no *Plano de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 para Povos e Comunidades Tradicionais*, tais como máquinas para realizar plantios. Concluímos, na pesquisa realizada por mim e minhas colegas, que as dimensões mais afetadas pela crise sanitária foram as relativas à segurança alimentar, saúde da família e, bem como, o atraso ao andamento de processos administrativos relativos a direitos das comunidades quilombolas (DEL RÉ; SANTOS; KOCH, 2022).

quis entregar e ela disse: - o único pedaço que sobrou para os meus filhos, eu não vou entregar. **Esta parte é onde nós hoje brigamos. Hoje nós brigamos para ficar em pé: o quilombo Anastácia!** Que é onde ela apanhou de corrente para não entregar e deixar para os seus filhos (VIAMÃO, 2022, grifo nosso).

Quando decidi dedicar tempo à atualização genealógica da pesquisa traçada por Silva (2006) – que chegou até os filhos da Anastácia –, por protocolo fui procurar no *software* Family Search, que é um vasto banco de dados genealógicos mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (FAMILY SEARCH, 2022). A minha família, por exemplo, não possui registros nesta plataforma. E eu não tinha expectativa de encontrar registros da parentela da Anastácia. Eis que, para minha surpresa, a árvore genealógica que foi feita em 2006 por Vera Rodrigues da Silva estava lá. Na ocasião em que descobri o registro de dados nesse *site* de parentescos, não localizei a informação sobre quem havia adicionado. Entretanto, quando fiz a primeira reunião presencial com a parentela quilombola, após o início da pandemia (em 29 de agosto de 2021), no momento dos preparativos da reunião e dos equipamentos, ao mostrar para a dona Berenice, para o seu Chico e para o jovem quilombola Jhonatan Gomes o material que estava nesse *site*, ele nos contou que havia feito a inserção dos dados dos familiares de Anastácia, oriundos da árvore genealógica feita por Silva (2006), no *site* Family Search. “Sim, eu fiquei incomodado de ver todos os dados da família do Serapião [Goulart], toda a árvore completa da família dele e não ter nada nosso lá.” (Jhonatan Gomes, diálogo em 29 de agosto de 2021).

Antes de dar prosseguimento à abordagem sobre as árvores genealógicas, faço um ‘parênteses’ para apresentar Jhonatan Gomes, 25 anos, bisneto da Anastácia. Ele é ator e produziu em conjunto com Vanessa Rodrigues e equipe um filme-documentário denominado *Olhos de Anastácia – Conexões Quilombolas*, disponível no Youtube (GOMES; RODRIGUES, 2021). Esse projeto foi desenvolvido no contexto da pandemia da Covid-19 e financiado com recursos da Lei Aldir Blanc.⁶⁵ Antes do lançamento tive a oportunidade de conversar com o Jhonatan sobre as suas expectativas para a exibição do filme (que aconteceu

⁶⁵ Ele relata que a experiência de produzir e dirigir o filme foi desafiadora e extraordinária, inclusive porque tal processo acionou várias memórias de infância no quilombo, onde ele não reside no momento, mas para onde ele e seus familiares retornam com muita frequência. Contou-me também sobre outros projetos de filmes com quilombos que possui, dentre eles um que está desenvolvendo no momento com o quilombo de Casca (Mostardas). Além disso, foi muito animador ouvi-lo dizer que quer colaborar com o fortalecimento da organização quilombola e que, no que depender dele, a luta feita pela Bereni (é como ele se refere à dona Berê), seu pai e tantos outros familiares que vieram antes dele, terão sucesso.

em agosto de 2021).⁶⁶ Ele começou contando como foi o processo de assumir o orgulho de sua negritude:

[...] começou pelos meus cabelos, eu alisava com produtos muito fortes que causavam feridas na minha cabeça. Aí, eu que sempre acompanhei a luta de meu pai, da Bereni, desde cedo, parei e pensei: os meus cabelos são lindos e precisam ficar livres (Jhonatan Gomes, diálogo em 29 de agosto de 2021).

Retomando a abordagem sobre a inserção dos dados genealógicos das quilombolas da Anastácia, a informação de que foi o Jhonatan que os inseriu veio acompanhada de outra que eu também estava me debatendo para conseguir: o sobrenome do “senhor de terras” que, conforme relatam constantemente as quilombolas, era muito temido pelas pessoas negras escravizadas: o Serapião. Informação essa que, igualmente, foi fornecida pelo jovem quilombola. Frequentemente, ouço muitos casos das quilombolas sobre o aparecimento dele no rio, arrastando as correntes, nos dias que têm muito vento. Num *site* chamado “Viamão Antigo” consta uma descrição desta figura lendária de Viamão:

Se algum proprietário não quisesse vender sua terra, Serapião mandava seus capangas assustarem o proprietário, através de assombrações, até ele ficar com medo e querer vendê-la (VIAMÃO ANTIGO, 2020).

Esse personagem histórico, que nomeia localidades, assombra a memória quilombola como uma marca perene de poder, de monopólio das terras e de violências contra as pessoas negras. No quilombo, frequentemente são feitas referências à proteção que os ancestrais de Anastácia davam aos escravizados da senzala de Serapião,⁶⁷ a exemplo do trecho da fala da dona Berê, no documentário *Raízes de um Povo Negro*, transcrito a seguir:

Ela [Anastácia] dizia que matavam os negros, eles enforcavam os negros e enterravam junto com a panela de ouro deles, para que aquele negro cuidasse aquilo ali. A gente sabia dessas histórias. A falecida Anastácia contou para nós que a mãe dela, a falecida Hortência, fazia a travessia dos negros que fugiam da casa de Pedra do Serapião. Eles conseguiram fugir da senzala lá, a Hortência colocava eles no barco e atravessa eles pelo rio para o outro quilombo Manoel Barbosa [em Gravataí] (VIAMÃO, 2022).

É muito significativa esta ação do Jhonatan, que resolveu inserir os nomes de seus familiares nesta rede de informações genealógicas, pois pela justificação enunciada por ele –

⁶⁶ O filme recebeu três prêmios: Prêmio Oliveira Silveira (Júri Popular); Prêmio Desenho de Som e Prêmio Dona de Si.

⁶⁷ Não realizei pesquisa em seu inventário, pois ele morreu em 1923, isto é, no pós-abolição, mas é provável que ele tivesse pessoas negras cativas como propriedades antes da Abolição em 1888.

de que os registros genealógicos contidos naquela rede eram desiguais – é notório que essa foi uma das formas que ele encontrou de desfazer o apagamento das vidas e trajetórias quilombolas que reexistiam nas proximidades das terras que foram do poderoso Serapião. Ele cresceu ouvindo as narrativas sobre esse senhor algoz de vidas negras. Assim, quando ele começou a se pensar como alguém que é remanescente da escravidão e que carrega a negritude e os laços com os ancestrais desde seus cabelos, ele passou a fazer pesquisas e descobriu que aquela figura tão temida e falada se tratava do tenente Serapião José Goulart, nascido em 1855. Ele é considerado o maior proprietário de terras que Viamão já teve.

É como se registros, tais como o do Family Search e o documentário recente feito pelo Jhonatan, fossem formas de restituir existências invisibilizadas e inviabilizadas, pois como vimos até aqui, são recorrentes as tentativas de obstruir a vida e a memória quilombola no lugar. São conflitos permanentes contra projetos de desenvolvimento que realizam formas coloniais de dominação da terra e das populações, pois o racismo estrutura as relações e as políticas de desenvolvimento. Césaire (1978) sublinha que o colonialismo e o racismo caracterizam as pessoas negras como “inferiores, bárbaras e descivilizadas”. Tal racialização é um meio de justificação das múltiplas formas de violência e tem por propósito sustentar a ideia de que negros são incapazes de promover desenvolvimento. Em sentido semelhante, Lélia Gonzalez, ao inter-relacionar o colonialismo e o racismo, demonstra que as tentativas de inferiorização e hierarquização racial e cultural dos “colonizados” são estratégias de dominação, pois, por meio da difusão ideológica da suposta inferioridade, as ações de violência contra as pessoas negras são disfarçadas e são transfiguradas, inclusive, como “benefícios” e concessões (GONZALEZ; HASENBALG, 1982). Nesses termos, é importante a definição de “racismo disfarçado” que Gonzalez traz, pois estas formas de racismo, própria das colonizações latino-americanas, são estabilizadas e normalizadas a partir de teorias da miscigenação⁶⁸ e da alusão a uma suposta “democracia racial”.⁶⁹

A partir do trabalho genealógico realizado com inúmeras famílias quilombolas da comunidade, expandi significativamente a minha rede de interlocução e passei a conhecer muitas pessoas que, até então, eu tinha conhecimento pelos papéis: atas, cadastros, etc.

⁶⁸ Gonzalez sustenta que a crença histórica da prevalência de uma miscigenação cria o mito da inexistência do racismo (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

⁶⁹ No trabalho com comunidades quilombolas do Incra, o negacionismo do racismo é recorrente nas inúmeras tentativas de desqualificação das trajetórias de ocupação, de trabalho e de vida quilombola nos lugares ancestrais. Muitas vezes, são acionadas alegações pelos oponentes dos direitos quilombolas, tais como: antes da chegada do Incra, não existiam conflitos e brancos e negros conviviam em harmonia racial.

Inclusive na feitura das árvores genealógicas,⁷⁰ tive a oportunidade de desfrutar da companhia e de realizar várias conversas com dona Adorintia Gomes (conhecida como dona Cida), 86 anos, tia da dona Berê e nora de Anastácia. Ela, que era a familiar mais velha do quilombo, faleceu logo após a defesa desta tese.

Figura 18 – Dona Cida, a mais antiga quilombola



Fonte: Gomes (2021).

Seus sobrinhos muitas vezes lhe pediam bênção quando ela chegava. Ela tinha uma memória ativa e constantemente narra a sua convivência com a Anastácia. Dona Cida foi uma das entrevistadas do documentário produzido pelo seu neto Jhonatan, em que demonstra grande capacidade e alegria em expressar memórias e reflexões sobre a vida e a luta quilombola no lugar, mediante as inúmeras modificações que ocorreram ao longo do tempo.⁷¹ Igualmente, transparece a admiração que ela preservava pela trajetória da Anastácia, sua sogra, com quem ela compartilhou a vida lá durante muitos anos, conforme podemos observar na transcrição de um trecho de sua entrevista no documentário *Olhos de Anastácia – Conexões quilombolas*:⁷²

⁷⁰ O resultado do estudo genealógico que apresento foi o possível neste contexto da pandemia e da pesquisa da tese. Essa genealogia do quilombo Anastácia pode ser retomada e aperfeiçoada com o detalhamento dos dados contidos nos registros de nascimentos e óbitos. Nesse momento, não tive tempo e nem recursos para isso. Mas, eventualmente, a comunidade pode conseguir algum projeto que possa aperfeiçoar essa genealogia. Além do que podemos encontrar no futuro formas gráficas mais criativas de apresentação da “árvore”.

⁷¹ Ela era uma narradora eloquente e contumaz. Além de nossas agradáveis conversas no quilombo, tive a oportunidade de ler as suas narrativas na dissertação da Vera Rodrigues e em outros dois documentários sobre o quilombo.

⁷² Descrição da imagem da dona Cida no documentário: Ela está sentada na varanda de sua casa em Gravataí, atrás dela tem uma tela de cerca e pés de flores vermelhas. Ela veste uma camisa azul acetinada com botões, muito elegante. Ela usa óculos e está com o cabelo penteado para trás.

A velha era muito boa para mim, ela era como uma mãe e nos acostumamos a ficar juntas sempre, sempre. O café da manhã dela era tomado nas minhas canequinhas. Ela ia para a roça cedo, plantar, fazer as roças dela, trançado de taquara, e eu me levantava da cama, fazia o meu cafezinho e ia levar para ela na roça. E criava aqueles netos com muito carinho sempre, sempre. Adoecia um, ela era a doutora. Era a primeira que chegava junto com a gente para atender as crianças doentes. Ela fazia chá de tudo que era coisa. Ela era daquelas índias velhas do pé rachado, calcanhar rachado, pé no chão, ela não usava calçado. Ela não mostrava idade, era uma pessoa bem conservada, feliz, alegre sempre. Quando ela faleceu ela dizia para gente que tinha 86 anos (passava ano e ela sempre fazendo 86 anos). Depois, quando foram fazer os papéis para enterrar ela, que foram achar ela com 100 e poucos anos nos cartórios de Viamão (GOMES; RODRIGUES, 2021).

Poder fazer a roça, plantar comida e cultivar chás, viver livre e com pés na terra era existir naquelas terras para Anastácia, conforme enunciava dona Cida. No depoimento acima, ela aciona memórias relativas aos cuidados com a terra e aos conhecimentos de seus usos. Ela escolheu enfatizar os aprendizados que eram nutridos na relação cotidiana com o quilombo, os quais demonstram a familiaridade e longevidade da relação das quilombolas com o lugar. De acordo com ela, os cultivos garantiam as condições de reprodução que poderiam ser edificadas, seja nas roças ou artesanatos com taquaras e capins. Aliás, a seguir apresento uma imagem de um taquaral antigo, com muitos emaranhados de raízes e brotos, que se localiza ao lado da antiga casa da Anastácia.

Figura 19 – Taquaral ao lado das ruínas da casa da Anastácia



Fonte: Acervo da pesquisadora, maio de 2019.

Provavelmente esse taquaral existiu e conviveu com Anastácia e talvez com sua mãe e, quem sabe até, com sua avó. Assim como o capim Santa Fé, as taquaras, como relata dona

Cida no depoimento acima, eram manuseadas pelas mais antigas. Vale pensar que não havia acesso a materiais de construção convencionais e, assim, as taquaras, os capins, etc., cumpriam a função de estruturar as edificações realizadas. Destaque-se que mesmo que tenha sido provavelmente muito utilizado, houve um manejo que permitiu que este taquaral continuasse existindo. Essa planta e a conservação dela pelas quilombolas no presente pode ser compreendida como um sinal diacrítico para parentela quilombola. Isto é, um marco territorial que se relaciona diretamente com a comunidade que convive com os modos de existência e memória desses não humanos há muitas e muitas gerações.

Os registros são considerados deveras importantes pelas quilombolas da Anastácia. Até aqui, podemos observar que inúmeras referências da memória individual e coletiva foram produzidas pelas quilombolas. Exemplos disso são vários: os depoimentos das quilombolas, a guarda dos documentos, o filme dirigido por Jhonatan, o registro no Family Search, a relação e conservação de espécies companhias outras-que-humanas, como o taquaral acima ilustrado, a convivência com o rio Gravataí, dentre outros. O próprio engajamento nas pesquisas que buscam registrar a trajetória de resistência no lugar, a exemplo da pesquisa de Silva (2006) e da minha própria pesquisa, são tentativas das quilombolas de tecer alianças para construir um memorial de suas existências e das relações com a paisagem.

4.7 HOJE “A CERCA ANDA” POR MEIO DOS REGISTROS IRREGULARES NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

A comunidade Anastácia, desde 2018, tem feito inúmeros périplos para proceder ao registro do território definido no CAR, mas até então as suas terras não foram registradas no Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Nesse ínterim, parte da área de posse direta quilombola foi inserida no referido sistema pelos arroteiros vizinhos, como se deles fossem. A naturalização com que essas turbações das posses quilombolas ocorrem no presente, mesmo que o território já tenha sido delimitado pelo Incra, demonstra por um lado os espaços ocupados por populações tradicionais, como é o caso da Anastácia, e por outro lado denota que essas populações seguem sendo consideradas como “administráveis” (DOS ANJOS, 2018⁷³ *apud* BRUSTOLIN, 2021). Ou seja, passíveis de terem seus direitos contornados.

Entretanto, antes de descrever a luta da comunidade Anastácia pelo cadastro das suas terras no CAR, trago algumas informações gerais sobre essa política pública e contextualizo a

⁷³ Não consta referência completa no original.

luta que a Confederação Nacional Quilombola (Conaq) tem feito para garantir que os aparatos sociotécnicos disponíveis para a inserção de áreas no CAR incluam os territórios coletivos quilombolas.

O Sicar é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais e é considerado o principal instrumento do Código Florestal aprovado em 2012. De acordo com as informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o objetivo da formação dessa base de dados é a regularização ambiental “através do controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativas do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais” (BRASIL, 2019). No cadastro são levantadas as áreas protegidas, tais como as Áreas de Proteção Permanente (APP), de Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública.

A esse cadastro estão vinculados os acessos a inúmeras políticas públicas e, portanto, a não efetivação deste registro impossibilita o acesso a créditos e à comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo. No caso quilombola, o Inca definiu que procederia o cadastro das comunidades já tituladas. Tal conformação dessa política incompleta tem implicações concretas para as comunidades quilombolas. Como não conseguem acessar o sistema, há uma sobreposição de registros ilegais de suas terras por terceiros, com suas áreas tornando-se ainda mais vulneráveis e, literalmente, invisíveis no Sicar. Este é o caso que afeta o território quilombola da Anastácia, como veremos posteriormente.

A Conaq tem sido protagonista nos debates sobre os efeitos do CAR nos territórios quilombolas, considerando que o cadastro previsto é individual e os territórios quilombolas têm natureza coletiva. Duas implicações dessa dissonância foram imediatamente identificadas pela organização quilombola:

- a) se o credenciamento é feito de forma individual, “o CAR se torna uma ferramenta excludente”;
- b) diferentemente do que é afirmado pelo governo federal, o CAR gera efeitos fundiários sobre as áreas.

Os territórios quilombolas, conforme prevê o Decreto 4887/2003, têm uma natureza jurídica coletiva, no que diz respeito à dominialidade (propriedade) da terra. Isto é, o título, que é emitido no final do processo de regularização fundiária quilombola, é coletivo,

indivisível, inalienável e definitivo (BRASIL, 2003).⁷⁴ Portanto, caso as áreas quilombolas sejam inseridas em parcelas individuais no Sicar, isso fere a natureza do direito quilombola e da política pública exercida. Igualmente, o não acesso a esse cadastro gera restrições no acesso das comunidades quilombolas a políticas públicas territoriais no meio rural e, sobretudo, coloca os territórios em inúmeras situações de ainda maiores vulnerabilidades.

Por um lado, o registro no CAR expõe as informações georreferenciadas dos territórios que muitas vezes são vulneráveis a violências e assédios externos. Por outro lado, o não acesso das comunidades quilombolas ao “sistema” para cadastrar as suas áreas faz com que não apareçam as sobreposições ilegais por grileiros que usam o recibo do CAR para espoliar posses e dominialidades quilombolas em “plena luz do dia”. Ou melhor, no tempo presente, no aqui e agora. O que evidencia que a racialização da terra segue sendo uma “normalidade” absurda da Modernidade (GILROY, 2001) no Brasil. Isto é, do funcionamento das instituições em que essas políticas são intentadas. Esse é o caso do Sicar, pois, no que se refere à espoliação propriamente dita – “a cerca ir andando”, como dizem as quilombolas –, os levantamentos realizados pela Conaq e pelo Instituto Socioambiental (ISA) evidenciam a incidência de uma “grilagem verde pelo uso ilegal do recibo do CAR por espoliadores:

Apesar de o CAR não ter caráter fundiário, há registros de uso na tentativa de apropriação de terras públicas e imóveis rurais. Operações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como a Rios Voadores e a Castanheira, verificaram que criminosos usavam o recibo de cadastro no Sicar como prova da posse de terras (PIRES, 2020).

Em relação às sobreposições, os levantamentos realizados pela Conaq, em parceria com a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), demonstram que a situação é grave, pois em 2019 a área dos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) era de 90% no Espírito Santo, 78% no Mato Grosso e 65% em Santa Catarina. Contabilizando, assim, 12% das áreas PCTs no país. O caso do Rio Grande do Sul é ainda mais dramático, pois como as comunidades quilombolas não tituladas não tiveram acesso ao Sicar, até então, na maioria dos casos desconhece-se as sobreposições, pois apenas duas comunidades quilombolas rurais têm os seus perímetros territoriais cadastrados no CAR,⁷⁵ dentre os mais de 110 processos abertos no estado gaúcho. Assim, a maioria dos territórios quilombolas no Rio Grande do Sul estão, literalmente, invisíveis, pois, ao não

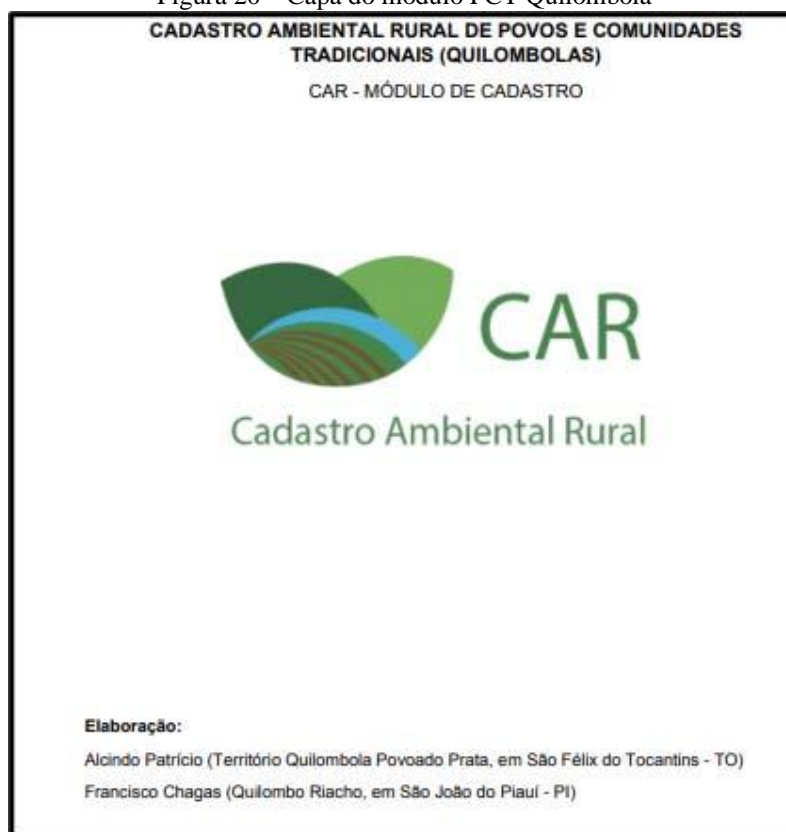
⁷⁴ Brustolin (2021) assinala que em parte a invisibilidade das terras quilombolas deve-se ao não reconhecimento de um sistema de usufruto comum da terra.

⁷⁵ As comunidades quilombolas tituladas no Rio Grande do Sul que têm os seus territórios inseridos no Sicar são as seguintes: Rincão dos Martimianos (Restinga Seca) e Casca (Mostardas).

estarem registrados no Sicar, sequer podem ser registradas as sobreposições. Francisco Chagas, especialista no Sicar e dirigente da Conaq, aponta a questão das sobreposições como uma grande preocupação e desafio para as comunidades quilombolas: “O governo diz que o CAR não pode ser usado [como documento fundiário], mas a realidade é outra. Existem pessoas apresentando recibos do CAR como posse daquela área dentro do quilombo.” (PIRES, 2020).

A Conaq, desde o início da implementação do CAR, luta para que as distorções do CAR sejam corrigidas e modificadas. A entidade foi pioneira no debate sobre os efeitos dos usos do CAR que podem incidir sobre a situação territorial dos povos tradicionais. Para tanto, foram desenvolvidos inúmeros aprendizados pelas lideranças quilombolas a partir da especialização de dirigentes das comunidades na tramitação técnica do Sicar. Esses conhecimentos foram compartilhados com as lideranças quilombolas em várias atividades de capacitação e debate sobre o tema. Em 2019, durante quatro dias, a Conaq realizou um treinamento intensivo entre lideranças quilombolas. Como resultado dos estudos e da mobilização quilombola, em 2019 foi realizada uma modificação no Sicar pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que é o órgão responsável pelo sistema do CAR. A partir de então, o cadastro quilombola do CAR deve ser feito por meio do “Anexo 4 – Apostila passo a passo para a inscrição. Cadastro Ambiental Rural dos Povos e Comunidades Tradicionais (Quilombolas)”, elaborado durante a referida formação promovida pela Conaq.

Figura 20 – Capa do módulo PCT Quilombola



Fonte: Sicar (2022).

Este é um documento oficial do Sicar e a sua existência foi o resultado da referida negociação entre a Conaq e o SFB. Abaixo a imagem da capa do “Guia e Relatório Técnico de Orientação para a inscrição, análise e validação do Cadastro Ambiental Rural em território quilombola”. O material está publicado no portal do Observatório do Código Florestal⁷⁶ e sintetiza os conteúdos produzidos pela Conaq sobre o tema, durante mais de dois anos. Esse guia é uma parceria com o Instituto Socioambiental (ISA).

Nas oficinas surgiram proposições que estabelecem orientações para a inscrição, a análise e a validação do CAR quilombola para a garantia de direitos socioambientais das populações tradicionais, uma vez que os dispositivos legais que tratam do CAR não definem o tratamento diferenciado (PIRES, 2020).

⁷⁶ O Observatório acompanha o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR); avalia continuamente o desempenho dos governos estaduais na implantação da nova Lei Florestal; promove discussões e divulga os dados, subsidiando o trabalho das organizações integrantes, dos parceiros e colaboradores.

Figura 21 – Manual CAR Quilombola



Fonte: Observatório do Código Florestal (2021).

Desde abril de 2019, algumas comunidades quilombolas conseguiram realizar o cadastramento de seus territórios no Sicar, no entanto, como destaca o ISA, a situação não mudou, de fato, pois “Oito anos após a implementação do principal instrumento do Código Florestal (lei nº 12.651/12), os desafios vão desde a falta de informações sobre a ferramenta entre as comunidades até o uso do cadastro para a grilagem de territórios tradicionais.” (PIRES, 2020).

Este é o caso da comunidade quilombola Anastácia que, desde 2018, luta para inserir o seu território no Sicar. O território quilombola Anastácia é um dos que teve parte de suas terras usurpadas no CAR por terceiros, que as registraram indevidamente como se estivessem na posse delas. Assim, mesmo com todos os esforços da Conaq, inúmeras comunidades no Rio Grande do Sul seguem impedidas, na prática, de registrar as suas áreas. Assim, a disputa pela política pública, que segue incompleta e inconclusa, se torna mais uma das “batalhas de papéis” (SALAINI; JARDIM, 2015) para que seus direitos sejam atingidos. Como vimos, mesmo com a existência do módulo PCT – Quilombola no Sicar, inúmeras comunidades quilombolas não conseguiram inserir o seu território no Sicar, vide o quilombo Anastácia.

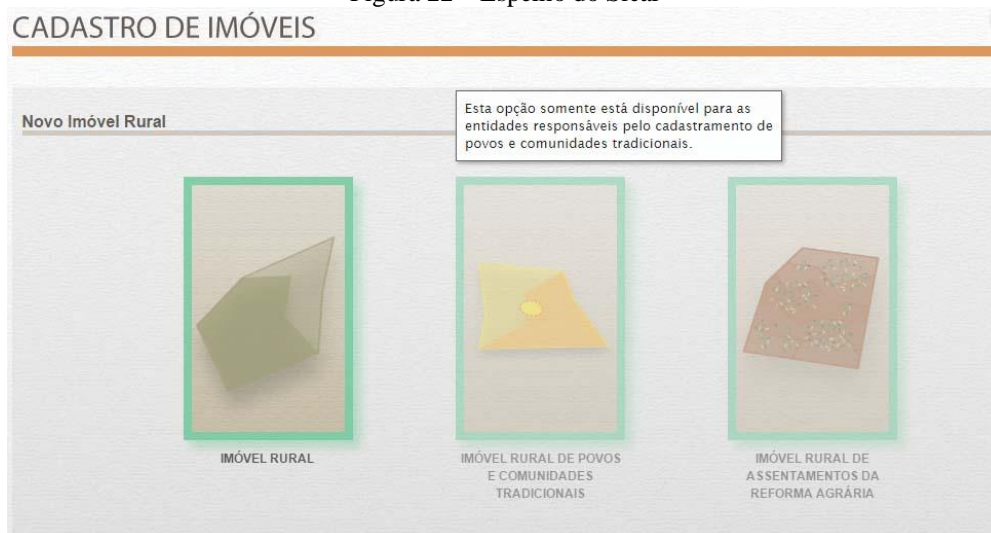
Quando eu já estava em licença de minhas funções no Incra (para cursar doutorado), numa das minhas idas a campo, as minhas interlocutoras quilombolas solicitaram auxílio para a inserção dos dados no sistema do CAR. Topei a ‘missão’ e, com base nos dados do RTID do Incra oficializado pela publicação no DOU, baixei o aplicativo do Sicar. Quando abrimos o *site* do programa, nos deparamos com três abas digitais:

- a) registros individuais de propriedades ou posses;

- b) comunidades tradicionais, ou seja, o módulo PCTs desenvolvido pela Conaq;
- c) assentamentos da reforma agrária.

Entrando na segunda aba, PCT, é informado que as comunidades tradicionais necessitam de uma “entidade responsável” para fazer a inserção, conforme demonstra a imagem a seguir.

Figura 22 – Espelho do Sicar



Fonte: Brasil (2022).

De acordo com o que prevê o Anexo 4 (módulo PCT), “o acesso ao módulo PCTs pode ser liberado por órgãos responsáveis pela análise do CAR em cada estado, como as secretarias de meio ambiente”. Assim, a pedido da associação quilombola, fiz contato com o setor de cadastro da Sema do estado do Rio Grande do Sul para saber como a comunidade Anastácia poderia proceder. A resposta que obtive foi a de que essa era uma situação nova que se colocava àquele órgão e que iriam consultar o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão responsável pela gestão do Sicar.

De tal consulta restou a confirmação de que no caso das populações tradicionais, as secretarias estaduais de meio ambiente seriam as entidades responsáveis (“organizadoras”), mas que, para tanto, necessitaria ser disponibilizado o módulo PCT. No entanto, esse módulo não estava ainda disponível e que “iria ser disponibilizado no futuro”. Alguns meses depois, retomei o contato com a Sema e a situação permanecia a mesma. Isto é, o módulo não havia sido viabilizado e, portanto, as comunidades quilombolas gaúchas seguiam não podendo ter os seus territórios inseridos no sistema.

Como esta questão da inserção no CAR permanece sendo uma questão em aberto para a comunidade quilombola Anastácia – aliás, seguidamente dona Berenice declara que o CAR

“tem que ser feito” –, busquei acompanhar algumas atividades realizadas pela Conaq sobre o CAR. A primeira reunião que acompanhei foi em junho de 2020, a atividade foi conjuntamente organizada pelo Instituto Socioambiental (ISA) e a Conaq. Nessa ocasião, foi feito um retrospecto das ações da Conaq para garantir o módulo PCT quilombola. Algumas comunidades presentes informaram que conseguiram realizar o cadastro. Outras, no entanto, da mesma forma que no Rio Grande do Sul, relataram que não haviam conseguido acessar, pois o módulo não havia sido disponibilizado. Após este primeiro encontro, participei de duas reuniões com as comunidades quilombolas gaúchas sobre o tema. Nessas ocasiões ouvi inúmeros relatos de comunidades que tentaram fazer o cadastro e não conseguiram, até então.

Em situações como essas, os artefatos técnicos podem ser pensados exatamente como “máquinas de antipolítica” (FERGUSON, 1990), pois as respostas sobre as razões dos não acessos são reduzidas a questões “técnicas” fortuitas, exemplificadas por justificativas. Como, por exemplo, “[o problema] é o módulo que não funciona”; “o sistema que não está liberado”; etc. Tais justificativas neutralizam a situação política envolvida, pois a obliteração dos direitos em questão gera inúmeros conflitos e inseguranças para as coletividades, atribuídas a um não funcionamento “acidental” desses dispositivos. Desse modo, as desigualdades que perpassam as relações com esses artefatos sociotécnicos e com as políticas de desenvolvimento são escondidas e escamoteadas. Vejamos que, mesmo quando existem normas que garantem direitos, como é o caso do módulo construído pela Conaq, que passou a ser um documento oficial do Sicar, os direitos não são garantidos e efetivados e, portanto, não chegam a todos.

Outras considerações merecem ser feitas aqui:

- a) o CAR incorpora uma lógica liberal de propriedade (a ideia de propriedade privada em sentido estrito, posse é sempre posse individual/particular);
- b) diante disso, o módulo PCT, a princípio, representou uma vitória da Conaq, que conseguiu introduzir uma lógica de posse coletiva.

No entanto, não basta analisar apenas o Sicar, conforme o que está disponível *online*, mas é preciso seguir os atores e analisar as práticas – como as comunidades quilombolas acessam (ou não) o Sicar. A análise das práticas mostra que, apesar de o registro parecer estar disponível para ser feito no Sicar, não é possível efetuar-lo. Assim, prestar atenção ao funcionamento do Sicar e como as comunidades quilombolas acessam esse sistema permite analisar a racialização da terra em ação.

Considerando que o recibo do CAR, por vezes, é utilizado como prova da posse de terra, o que se percebe é que existe uma continuidade histórica na lógica de registro liberal e

racializada da posse de terra: ocorria no século XIX, com a lei que proibia negros e negras de formalizar a propriedade das terras que ocupavam (e, portanto, não podiam acessar o direito “universal” à propriedade privada), e continua a acontecer com o Sicar. No presente, o funcionamento desse sistema não só impossibilita as quilombolas de oficializar as terras que ocupam como suas, mas também privilegia outros atores que não enfrentam os mesmos problemas para o registro da posse particular da terra – o que ocasiona que grileiros e outros atores registrem áreas ocupadas pelas quilombolas como suas.

4.8 CONCLUSÃO

Se no capítulo anterior fica cristalino que as relações com rio Gravataí e as suas águas são parte do existir para as quilombolas da Anastácia, neste capítulo fica nítido que para além da luta pelos direitos territoriais, que ao serem negados impedem os demais, existem muitas outras dimensões das vivências que estão implicadas nas lutas pela terra. Assim, trata-se de disputas existenciais elementares diante de conflitos pelo que pode continuar existindo no lugar. As cosmopolíticas quilombolas exercidas emergem das relações de reciprocidade e alteridade das quilombolas com a paisagem ancestral, pois pensar o cosmos e a política, para a coletividade negra da Anastácia, diz respeito a inúmeras associações e inter-relações com outros-que-humanos, tais como banhado, rio, terra, peixes, cobras, venenos, taipas, etc. Significa, portanto, coexistir na paisagem e nas suas ruínas.

Observa-se que desde a primeira barragem que foi construída arbitrariamente na década de 1950, passando por muitos outros entubamentos e barramentos das águas, até o CAR, há uma normalização dos malefícios e desigualdades que decorrem das inúmeras intervenções que são efetuadas na paisagem em que está inserido o quilombo Anastácia. Isso ocorre na medida em que esses lugares se tornam alvos da superexploração da paisagem biodiversa e da apropriação pela tecnociência, como é o caso do quilombo Anastácia, do rio Gravataí e do Banhado Grande. Pois tais políticas pressupõem que as populações e vidas outras-que-humanas deixem de existir nos lugares.

É como se as consequências das políticas de “desenvolvimento” fossem justificadas enquanto “um efeito colateral” imperativo às necessidades do progresso e do crescimento. Entretanto, evidencia-se que esses projetos são salvacionistas, seletivos e destinados ao lucro de poucos. Destaca-se que há notoriamente a incidência de racismo ambiental (PAES; SILVA, 2012; ABREU, 2013) nesses programas que promovem injustiças socioambientais, desde a colonização até os dias atuais. Consta-se que existe uma continuidade histórica na

forma de produção dos registros que – formalmente ou não – designam a titularidade da terra: a lógica de funcionamento do Sicar segue a lógica liberal (privilegia a posse individual/particular da terra, em detrimento da posse coletiva). Sublinhe-se que esses dispositivos sociotécnicos somente são conhecidos após serem experienciados, pois desta forma são evidenciados os seus efeitos. Ou seja, os enunciados sobre os seus modos de existência são traduzidos pelas políticas que os originam e não correspondem à realidade de como são acionados e capturados nas redes sociotécnicas em que são agenciados. Salta aos olhos que esses artefatos/dispositivos não são neutros, ao contrário, eles geram efeitos e carregam políticas.

Este capítulo dá seguimento ao argumento visto no capítulo anterior, no qual se arguiu que as relações com o rio Gravataí e as suas águas são parte do existir para as quilombolas da Anastácia. Assim, este capítulo propõe que as lutas pela terra não estão restritas à luta por direitos territoriais, mas situam-se em disputas mais amplas – os conflitos ontológicos – que se relacionam ao que pode continuar existindo naquele lugar.

Além disso, há uma continuidade histórica de práticas racistas na lógica de produção de registros que – formalmente ou não – designam a titularidade da terra. Destaca-se que, apesar da criação do módulo PCT representar uma vitória da Conaq, a abordagem de análise das práticas e de seguir os atores permitiu reconhecer a permanência de dificuldades das comunidades em acessar o Sicar e, com isso, inscrever o seu território. Segundo as justificativas dos órgãos estatais competentes, as dificuldades enfrentadas pelas quilombolas são reduzidas a tecnicidades “acidentais”, que ocorrem involuntariamente. Com isso, o Sicar reproduz o racismo ambiental que impede o reconhecimento do território quilombola e a lógica liberal que privilegia a posse individual/particular da terra – dado que outros usuários não enfrentam os mesmos problemas para se inscrever no CAR –, em detrimento da posse coletiva.

A partir de dados secundários e trabalho etnográfico, argumenta-se que uma dimensão da luta pela terra é a construção da memória, como uma forma de resistir ao apagamento da existência e ocupação quilombola naquela paisagem. A análise da construção da memória combinou discussões da Historiografia com contribuições dos ESCT. Assim, não só se analisou a memória como algo que é construído e organizado a partir de preocupações das quilombolas no presente, mas também se atentou para o que participa dessa construção em termos discursivos e materiais. Nessa perspectiva, a memória pode ser entendida como uma composição sociomaterial que envolve os relatos de quilombolas mais velhas, como dona Cida e dona Berê, nos quais se acionam certas lembranças, a presença de espécies como o

capim Santa Fé e taquaras na paisagem e os registros escritos que foram preservados e são acionados enquanto “provas” da posse da terra e ocupação ancestral da comunidade. Ainda, tal composição tem sido atualizada e expandida pelas novas gerações do quilombo por meio, por exemplo, da inserção de informações sobre a comunidade em plataformas como o Family Search, pela produção de materiais audiovisuais (documentários) e pelo engajamento das quilombolas em pesquisas acadêmicas, como o trabalho de Vera Rodrigues da Silva (2006) e esta tese. Com isso, a memória, enquanto uma dimensão dos modos de reexistir quilombola, está em permanente transformação, resultando das interações heterogêneas entre quilombolas, relatos orais, relações com elementos da paisagem, registros e novas tecnologias.

5 CONFLITOS SOBRE O QUE PODE EXISTIR NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ANASTÁCIA

A primeira identidade coletiva das descendentes da Anastácia – antes das políticas de reconhecimento dos territórios e comunidades quilombolas advindas da Constituição Federal de 1988 – foi a de “gente de barragem” (SILVA, 2006), pois, como já vimos no capítulo 3, há mais de setenta anos essa coletividade é afetada⁷⁷ cotidianamente pela superexploração do rio Gravataí e do Banhado Grande.

Neste capítulo, ao investigar algumas das consequências que as barragens trazem para o quilombo, reafirma-se que os conflitos emergem das diferentes formas de existência na paisagem que se tornam ameaçadas pela existência das barragens. Pretendo evidenciar os principais tensionamentos em relação às coexistências possíveis no quilombo Anastácia, diante dos interesses das políticas de desenvolvimento incidentes sobre as terras quilombolas e especialmente sobre o acesso ao banhado e à água do rio Gravataí. Para tanto, apresento um mapeamento das principais disputas e mediações envolvendo a existência das barragens, a partir da análise do processo de regularização fundiária no Incra, no período de 2006 a 2021. Além disso, realizei observação participante com a comunidade em momentos em que esses conflitos se intensificaram.

No caso da comunidade Anastácia, o conflito das barragens no território quilombola remonta, pelo menos, à década de 1950, quando foi construída a primeira barragem do DNOS e que – como vimos no capítulo 3 – levou a mudanças drásticas no rio Gravataí e às ruínas da lagoa Anastácia, dentre outras consequências.

⁷⁷ Afetar-se neste contexto tem a ver com as “afecções” enquanto signos ou vestígios que um corpo deixa sobre o outro quando de um encontro (DELEUZE, 1997, p. 156).

Figura 23 – Barramento no rio Gravataí



Nota: No lado esquerdo, está uma área que antigamente era um campinho de futebol da comunidade e que após a implantação da barragem se tornou uma área totalmente alagada.

Fonte: Acervo da pesquisadora, maio de 2019.

O antagonismo entre a comunidade quilombola e os arroteiros das lavouras vizinhas permanece existindo e ameaçando essa coletividade negra todos os dias. Busco seguir a trajetória desse conflito para sublinhar os efeitos em termos de condições de habitabilidade (TSING, 2019) da população quilombola e de outros-que-humanos no presente. Para isso, neste capítulo, proponho um exercício de cartografia desde a abertura do processo de regularização fundiária da comunidade quilombola no Incra até 2021. Para facilitar a leitura e a compreensão da análise, dividi o tempo de transcurso do processo em seis quadros, os quais temporalmente buscam reconstituir as principais disputas no período de 2006 até 2021. O primeiro quadro refere-se ao período de 2005 a 2006, o segundo de 2007 a 2009, o terceiro de 2010 a 2013, o quarto de 2014 a 2015, o quinto de 2016 a 2018 e o sexto de 2019 a 2021.

O objetivo desses quadros é o de demonstrar a heterogeneidade de domínios e atores envolvidos nas redes sociotécnicas que estou examinando. Pois considere-se que a trajetória de certos artefatos, ou dispositivos,⁷⁸ contam como fontes de pesquisas, a exemplo do que já vimos em relação aos documentos das terras, no capítulo 4, pois eles são interpretados como ‘coisas’ que agenciam a existência da comunidade quilombola. Tal dimensão relativa às diferentes associações exercidas pelos atores é relevante numa pesquisa que se propõe a analisar as lutas por existência de um grupo como esse. Os artefatos acionados pelos atores

⁷⁸ Brustolin (2021) tematiza sobre processos de desqualificação de pleitos territoriais quilombolas, a partir de “dispositivos que podem ser pensados dentro dos marcos da colonialidade do poder e do saber (BRUSTOLIN, 2021).

provocam mudanças nas situações em questão. Entretanto, não se trata de atribuir agência “em si” a eles, já que eles se tornam significativos na medida em que estão associados a uma rede de relações entre diferentes atores humanos e outros-que-humanos.

Na perspectiva de descrever a trajetória dos conflitos sobre as barragens no quilombo, a seguir apresento um mapeamento das principais disputas e mediações desde a abertura do processo de regularização fundiária quilombola em 2005.

Quadro 8 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2005-2006)

Conflitos	
2005	2006
<ul style="list-style-type: none"> - Abertura do Processo Administrativo no Inkra - Ofício do MPF informou ao Inkra a abertura de processo administrativo em prol da comunidade Anastácia e solicitou informações sobre o andamento do processo administrativo de regularização fundiária no Inkra - Reunião chamada pelo MPF com órgãos afetos à titulação quilombola 	<ul style="list-style-type: none"> - Ofício do MPF ao Inkra informando sobre a pretensão dos arroteiros lindeiros de construir uma barragem nas margens do rio Gravataí - Arroteiros fizeram a proposta de executar um açude entre a área quilombola e seus domínios, entretanto, sob a condição de que passassem a ter livre acesso ao território quilombola - Foi anexado no processo administrativo do Inkra, a pedido do MPF, uma certidão das terras de Anastácia de Souza Reis como adquirente e herdeira de terras no Banhado Grande - O Inkra instalou uma placa de identificação na entrada do quilombo - O MPF definiu vários procedimentos técnicos que deveriam ser adotados para a concessão de qualquer licenciamento dos barramentos propostos pelos arroteiros <p>O processo administrativo da comunidade quilombola Anastácia do MPF foi convertido no Inquérito Civil Público (IC) PR/RS nº 1.29.000.000424/2012-42.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em Inkra (2005).

Observa-se que a ação da Procuradoria do MPF cumpriu um papel de mediação entre a comunidade quilombola (a quem esse órgão passou a representar judicialmente) e o Inkra, a quem o MPF passou a exigir a “obrigação de fazer”, no processo de regularização fundiária da Anastácia. Tais atos foram acionados a partir da abertura de processos administrativos e passaram a agenciar um conjunto de obrigações a partir das normas que os sustentam. Constata-se que este conflito esteve “quente” após a denúncia quilombola que desencadeou

um processo de mediação do MPF, em 2006. Entretanto, não houve uma solução e, assim, considerando as dificuldades que decorrem da não conclusão da titulação quilombola e as inúmeras situações de vulnerabilidades que a comunidade enfrenta cotidianamente, o conflito público “esfriou” e quem detinha mais condições impôs seu programa, no caso a construção de novos barramentos de água pela fazenda de arroz lindeira, de forma irregular.

No quadro anterior, são apresentadas algumas associações exercidas por diferentes atores e artefatos (Inquérito do MPF, placa de identificação, certidão da Fundação Cultural Palmares, Quilombo Anastácia, fazenda de arroz lindeira, dentre outros) que se conectam na rede em que os direitos quilombolas são disputados. Essa rede foi formada a partir do pleito territorial da comunidade Anastácia. A escritura de terras da ancestral Anastácia é um exemplo dos efeitos que advém do acionamento de diferentes artefatos pelos atores que estão agindo nas redes, pois esse documento que estava já amarelado e esquecido ganhou novo sentido nessa rede, já que a existência dele, nessa situação de luta pelos direitos territoriais quilombolas, traz evidências e materialidades aos discursos e enunciados quilombolas sobre a ocupação e o domínio ancestral das terras. Igualmente, a placa de identificação do quilombo, que fica na entrada do território, promoveu uma demarcação física dos limites geográficos e, com isso, pode ser interpretado como um artefato que agencia uma forma de existir da comunidade.

Figura 24 – Placa de identificação do quilombo



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ainda em relação ao quadro anterior, constata-se que a questão das barragens (no período de 2005 e 2006) estava nitidamente conflituosa e a existência de uma rede tecnopolítica compelia os arroteiros a buscar uma negociação com os quilombolas. A denúncia que o quilombo fez ao MPF – a de que a fazenda limdeira havia colocado os marcos (estacas) de instalação das taipas no território quilombola – foi crucial para que inúmeras ações do MPF fossem desencadeadas, pois tais marcadores físicos materializam a mudança de situação: isto é o surgimento de uma nova barragem.

Quadro 9 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2007 a 2009)

Conflitos	
2007	- Foi publicado no Diário Oficial da União da Certidão de Autorreconhecimento e Autoidentificação da Comunidade Quilombola Anastácia como remanescente de Quilombo (BRASIL, 1988), expedida pela Fundação Cultural Palmares após estudos técnicos
2008	<ul style="list-style-type: none"> - O MPF informou ao Inbra que o senhor Antônio renunciou à presidência da Associação com a alegação de que a comunidade Anastácia não queria dar prosseguimento ao pleito territorial quilombola - O MPF se dirigiu ao Inbra e informou que em reunião realizada com as e os quilombolas da Anastácia houve a seguinte decisão: “os moradores [...] manifestam-se pelo seu desejo de prosseguir com o processo de regularização fundiária quilombola” - O Inbra determinou a retomada dos trabalhos de campo na comunidade quilombola Anastácia e notificou os demais órgãos previstos na IN 57/2009.
2009	- O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade responde ao ofício do Inbra afirmando que não há à área de conservação incidente no território quilombola

Fonte: Elaboração própria, com base em Inbra (2005).

A portaria de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares (FCP) é o expediente que melhor caracteriza a política pública quilombola, pois é a partir dela que todas as demais políticas podem ser geridas, portanto, a sua promulgação no Diário Oficial da União gera associações e agenciamentos na rede envolvida na titulação dos territórios quilombolas. No Quadro 9 observa-se que existiu uma controvérsia na comunidade sobre a continuidade do processo de titulação junto ao Inbra, entretanto, posteriormente tal questão foi resolvida e a comunidade reafirmou seu pleito territorial. Muitas famílias quilombolas possuíam, e algumas ainda possuem, dificuldades de se manter no quilombo, pois precisam se deslocar em busca de trabalho. Como já abordado anteriormente, o deslocamento é comprometido diante das dificuldades de acesso às estradas. Coincidiu com o período de dificuldade de mobilização dos quilombolas o esfriamento de debates sobre a construção das barragens.

Como veremos a seguir, foram feitas barragens (e/ou açudes) nos fundos da área quilombola sem o conhecimento do quilombo, do MPF, do Inbra e da Secretaria do Meio Ambiente (RIO GRANDE DO SUL, 2020). À época, na medida em que a comunidade teve

dificuldades de organização política,⁷⁹ aumentaram as condições para que o assunto, até então conflituoso, deixasse de ser debatido. Contudo, a retomada do pleito pela comunidade quilombola, que ocorreu quando algumas quilombolas tiveram condições de retornar para o quilombo, motivou a retomada da atuação do MPF. Igualmente, o Incra procedeu a atos administrativos pertinentes ao prosseguimento do processo de regularização fundiária. Exemplo disso foi a notificação que fez aos outros órgãos, os quais de acordo com a Instrução Normativa do Incra 57/2009 devem atuar na regularização fundiária quilombola em questão. Igualmente, houve uma mudança na ação do MPF, pois o seu procedimento administrativo passou a ser de natureza inquisitiva, com a instalação do Inquérito Civil Público (IC) PR/RS n. 01.29.000.000424/2012-42, que tem por objetivo “colher evidências e provas a serem levadas à Justiça, por meio de ação civil pública” (INCRA, 2005).

Quadro 10 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2010 a 2012)

Conflitos	
2010	- 31/03 – Ocorreu nova reunião do Incra com a comunidade, onde foi reafirmado pela comunidade quilombola Anastácia o desejo de prosseguimento do pleito quilombola
2012	- Após mais de dois anos sem movimentações significativas no processo administrativo por parte do Incra, ocorreu uma nova reunião daquele órgão com a comunidade, ocasião em que as mulheres quilombolas se comprometem a regularizar a situação formal da associação quilombola - A comunidade quilombola após, muitas discussões, votou a favor do prosseguimento do Processo Administrativo
2013	- O Parecer Técnico n. 05/2013 analisou a conformidade das pesquisas acadêmicas recepcionadas no processo administrativo aos quesitos da IN 57/2009

Fonte: Elaboração própria, com base em Incra (2005).

Após um período de incertezas sobre a continuidade do processo de pleito quilombola por regularização fundiária, houve a retomada da organização da associação quilombola, principalmente a partir das mulheres. Assim, novos atos foram executados pelo Incra, a exemplo da Ordem de Serviço de execução do RTID, que designou um conjunto de estudos e procedimentos técnicos a serem desenvolvidos. O primeiro parecer técnico da comissão

⁷⁹ Um dos meus interlocutores do movimento negro e quilombola, em uma entrevista, explicou que em alguns momentos as comunidades quilombolas, diante das pressões externas e assédios, enfrentam momentos de fragilidade de organização. Mas isso é superado a partir do aprofundamento das discussões sobre os direitos envolvidos.

designada foi sobre o Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola identificada (INCRA, 2009), também denominado nesta tese como relatório antropológico, que é a primeira peça do RTID. Essa peça e as demais (levantamento fundiário, cadastro quilombola, planta e memorial) são estudos detalhados e atendem quesitos técnicos e administrativos. Assim, as duas pesquisas acadêmicas que haviam sido desenvolvidas na comunidade por Vera Rodrigues da Silva foram agenciadas pela comunidade, que solicitou que o Incra as recepcionasse no processo administrativo.⁸⁰ Após uma análise minuciosa dos estudos realizados por Vera Rodrigues da Silva (trabalho de conclusão de curso e dissertação), conclui-se que estavam atendidos quesitos técnicos previstos na IN 57/2009 do Incra. Com isso, os trabalhos foram facilitados, pois esse relatório socioantropológico do RTID é uma peça densa que usualmente necessita, em média, de dezoito meses para ser elaborada. Com o acionamento que a comunidade fez dos estudos já existentes, essa etapa foi vencida.

Observa-se, no quadro anterior, que o MPF continuou produzindo atos junto ao Incra em prol do andamento do processo administrativo. Outra contingência característica da rede sociotécnica que envolve esse quilombo foi a alegação do Incra de que parte dos trabalhos não haviam sido concluídos devido aos alagamentos das estradas, o que não permitiu, à época, a realização dos levantamentos em campo. Aqui, novamente, fica evidenciado que as ‘coisas’, ou os artefatos, agem e produzem efeitos nas situações. Não se trata de atribuir alguma intencionalidade aos alagamentos, mas de tomá-los como construídos, ou seja, enquanto efeitos de outras ações na paisagem. Mas, sobretudo, de reconhecer que – ao existirem – eles modificam as relações coletivas⁸¹ que são exercidas.

⁸⁰ O inciso 5º do artigo 10 da IN 57/2009 do Incra prevê que a comunidade quilombola interessada pode apresentar peças técnicas necessárias à instrução do RTID, as quais poderão ser valoradas e utilizadas pelo Incra (INCRA, 2009).

⁸¹ Outra nomenclatura proposta pela TAR para se referir ao social, além de associações, é a de coletivos.

Quadro 11– Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2014-2015)

Conflitos	
2014	<ul style="list-style-type: none"> - Em resposta a um ofício do MPF, o INCRA comunicou que estava com dificuldades de concluir o levantamento fundiário em razão das dificuldades de localizar os detentores de matrículas incidentes em parte da área de pleito quilombola.
2015	<ul style="list-style-type: none"> - Os proprietários lindeiros propuseram que os quilombolas alterassem o território pleiteado e retirassem o ponto de captação de água utilizado pela empresa para irrigação do arroz. Em contrapartida, propunham “a troca de áreas alagadas por terras secas” - A comunidade quilombola decidiu não aceitar a proposta de alteração do território, uma vez que essa decisão do território de pleito encontra-se amplamente embasada na sua história de ocupação e que antes da instalação do ponto de captação de água, a comunidade já utilizava as terras para sua subsistência; - Os proprietários lindeiros tentaram contatar diretamente a comunidade para o fim de “negociar” a exclusão do levante d’água do território de pleito. A proposta foi objeto de discussão e deliberação por parte da Comunidade, que se manifestou contrária por alegar que a utilização do levante d’água já causou problemas para a Comunidade, como a inundação da estrada de acesso; - Foi relatado pela comunidade quilombola a presença de pescadores que indevidamente fizeram casas no território da comunidade e que realizam pesca não autorizada.

Fonte: Elaboração própria, com base em Incra (2005).

Quando o Incra finalmente conseguiu fazer as notificações dos arroteiros, eles propuseram que ficasse fora do pleito territorial quilombola o ponto de captação da água, que é na entrada do quilombo. Nas idas e vindas do campo,⁸² é frequente o relato da comunidade sobre as dificuldades que a instalação das bombas de captação de água causa ao lugar, pois elas foram instaladas na escavação que foi feita na margem da estrada, o que levou à redução da via pública e ao risco de atolamento no vão existente, pois quando chove, por exemplo, o ônibus da Secretaria da Saúde não consegue manobrar o veículo devido ao embarramento e o risco de cair no vão.⁸³

Antes da conclusão do RTID da Anastácia, em 3 de agosto de 2015, ocorreu uma reunião no MPF, no âmbito do Inquérito Civil Público sobre a titulação do território. Na ocasião, o Incra informou que havia solicitado tal encontro porque os proprietários do imóvel incidente dentro do perímetro de pleito e uso quilombola (os arroteiros) haviam procurado a

⁸² Não registrei uma imagem dessas bombas e do buraco no barranco, porque elas ficam na entrada do quilombo, onde também está a casa da capatazia da Fazenda e a chegada é sempre uma situação potencialmente tensa.

⁸³ Em campo ouvi de um bisneto da Anastácia que o corpo do seu avô ficou mais de seis horas dentro de casa, após o óbito, porque o carro funerário não conseguiu passar devido à situação da estrada.

comunidade para “negociar” em separado a retirada do levante d’água do pleito territorial quilombola. Novamente, naquela ocasião, a comunidade se manifestou dizendo que essa área não era negociável, pois, conforme consta nas declarações da ata elaborada pelo MPF, a decisão da manutenção da área em questão “não é por acaso” e, sim, por se tratar de um lugar tradicionalmente ocupado, que não pode ser trocado por outro, ou coisa que o valha. E, como já haviam ocorrido inúmeros problemas de acesso ao quilombo e ao rio Gravataí, devido à posse de terceiros, era importante que ficasse sob o controle da comunidade (INCRA, 2005, fls. 151-153).

No entanto, como o processo de regularização fundiária quilombola ainda não foi concluído, após mais de seis anos da conclusão do RTID, a comunidade permanece sem o controle da área em questão e os arroteiros seguem usufruindo os benefícios da captação da água, sem que a comunidade tenha qualquer contrapartida. Essa situação de injustiça é permanentemente denunciada pela comunidade, conforme podemos observar no trecho da fala da dona Berenice, no documentário *Olhos de Anastácia – Conexões Quilombolas*, transcrito a seguir:

O problema que a gente tem com os lindeiros e com os catarinas [os arroteiros que são de Santa Catarina] que estão à nossa volta. O que eles fazem? Quando chega o inverno eles abrem as comportas que ficam acima da gente. Eles abrem as comportas e vêm para a estrada e inundam a estrada. E nós ficamos ilhados, a base de 15 dias ilhados, porque a gente não tem como sair. O lugar da puxada d’água para o arroz deles faz parte do quilombo e não nos dão um centavo de benfeitoria. Aí eu passei a ser presidente e não admiti mais que isso acontecesse. Vamos colocar respeito. Isso aqui tem dono, não é da prefeitura. Foi sangue derramado por isso aqui. É nosso direito e vamos lutar (GOMES; RODRIGUES, 2021).

Na recusa das quilombolas à (suposta) proposta de negociação feita pelos arroteiros, foram mobilizados um conjunto de valores para justificar a importância de que o ponto de captação de água permanecesse no território, tais como: as relações tradicionais exercidas com a área em questão e, igualmente, as condições de segurança da comunidade. No depoimento da dona Berenice, apresentado acima, evidencia-se o sentimento de injustiça econômica pela exploração dos pontos de captação de água que ficam dentro do quilombo. Ela destaca que o lugar “tem dono”, isto é, pertence à comunidade e à parentela. Logo, não se trata de uma reparação, mas do próprio direito que a comunidade tem em ação.

Quando a Berenice diz: “vamos colocar respeito”, ela está afirmando que elas existem, são donas do lugar e não aceitam serem ignoradas e subalternizadas. Momento esse que ela aciona a ancestralidade e a própria relação com o lugar como justificção para seus direitos existenciais no lugar. Na sequência do documentário, ela diz que “não é feio brigar pelo que é

nosso”. Essa sua afirmação é responsiva a constrangimentos que tentam impelir a quem luta contra os enunciados das políticas de desenvolvimento. Ou seja, impingir aos que lutam a pecha de que estão gerando conflitos (ou alegando desigualdades) que não existem. É frequente no trabalho técnico no Incra nos depararmos com a acusação de que a política pública incidente gerou o conflito, pois “antes do Incra chegar, vivíamos em harmonia racial”. Ocorre que são justamente situações fundiárias notoriamente marcadas por valores e políticas racistas que estruturam as relações sociais e materialidades incidentes.

O acionamento dos valores que as quilombolas da Anastácia atribuem na relação com o lugar, como forma de justificação de seus direitos que não aceitam abrir mão, remete-me analiticamente à (auto)crítica que Latour (2019) faz ao limite da TAR de não identificar os valores que transitam nas redes, pois “[...] a noção de domínio é insuficiente, a de rede, por si só também o é. Ela deve, portanto, ir um pouco mais longe, retomar tudo desde o início e conseguir qualificar os valores que circulam nas redes.” (LATOURE, 2019, p. 62).

Para Latour, a identificação dos valores nas investigações das redes sociotécnicas se concretiza como uma alternativa analítica à separação radical entre a Ciência e a Política e entre fatos e valores, pretendidas pelos Modernos. Nesse sentido, diante de políticas de desenvolvimento que se colocam como projetos puramente “técnicos”, a Teoria Ator-Rede, nesta pesquisa, permite ir além desse senso-comum e reconhecer os valores racistas na lógica de funcionamento dessas políticas de desenvolvimento. Principalmente, descrever como eles “operam”. Sublinha-se que as políticas exercidas pelos projetos de desenvolvimento incorporam e acionam visões de mundo que não reconhecem as formas de existência das quilombolas e as descredenciam do exercício de seus direitos. Neste ponto, no que diz respeito à redescrição dos valores que circulam nas redes, Latour defende que somente a “análise longa e detalhada do curso da ação pode fazer descobrir o verdadeiro sistema de valores” (LATOURE, 2019, p. 50). Para tanto, propõe-se a distinção – graças a uma série de contrastes – dos “valores que desejamos defender do relato que foi feito deles ao longo da história” (LATOURE, 2019, p. 50). Neste sentido, tal abordagem, no âmbito desta tese, ajuda-me a descrever o racismo como parte do sistema de valores que sustentam as políticas de desenvolvimento e que produzem efeitos coloniais no presente.

Mauro Almeida (2021) sustenta que a originalidade dos mundos não impede a realização de acordos pragmáticos entre povos e entes dotados de metafísicas diferentes. Acordos pragmáticos, como define ele, não têm a ver com concordâncias utilitárias, isto é, acordos feitos para obter vantagens. E, sim, dizem respeito ao “reconhecimento de que existem critérios pragmáticos de verdade que são válidos em diferentes visões de mundo”

(ALMEIDA, 2021, p. 22). Isto é, não se trata da negação da possibilidade (e necessidade) de mediações entre diferentes ontologias. Podemos pensar que a relação de convivência e de compartilhamento da paisagem das quilombolas da Anastácia, por exemplo, com o rio Gravataí, com os capins e cobras, diz respeito a acordos entre entes que possuem multiplicidades e diferenças ontológicas.

Mas, vejamos, não é possível visualizar um acordo (uma mediação) com as práticas racistas, no caso da situação pesquisada, relativas àquelas que operam a diminuição ontológica das pessoas negras e de seus direitos. Nem como omitir a análise dos efeitos que a racialização das relações sociais traz para as vidas dessas populações. Elucidativo disso é, por exemplo, a permissividade do uso dos agrotóxicos das lavouras que poluem e contaminam as águas do rio Gravataí todos os dias. O que torna as vidas quilombolas e muitas outras-que-humanas ameaçadas pelos efeitos dos venenos, cotidianamente e há muito tempo. Em tal contexto adverso, a comunidade quilombola Anastácia, ao recusar um acordo assimétrico com os arrozeiros – pois os rizicultores seriam seguramente beneficiados, enquanto as quilombolas para fazê-lo precisavam começar já perdendo –, acionou narrativas que visam demonstrar os “efeitos pragmáticos” (ALMEIDA, 2021) da permanência naquele lugar.

No presente, diante de uma verdadeira guerra ontológica conflagrada e agravada no Brasil, os detratores dos direitos quilombolas tentam negar as existências dessas populações e encontram eco e sustentação na política de um governo que afirmou que “não haverá um centímetro de titulação de terras indígenas e quilombolas” (“NEM UM CENTÍMETRO..., 2017). Na tentativa de desqualificar essas trajetórias negras e apagar os efeitos da escravização no presente, esses grupos contrários acionam constantemente argumentos como “isso nunca foi um quilombo”, ou “essas pessoas nem são tão negras assim”. Essas práticas estão inseridas num contexto em que grileiros e agronegociatas

[...] travam uma guerra para expulsar indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de terras historicamente ocupadas – guerra na qual a violência e a grilagem são acompanhadas pela guerra ontológica, que consiste na negação da existência de tais entes. A truculência física tem continuidade na truculência ontológica, como quando Bolsonaro reduz comunidades quilombolas a indivíduos mensurados por arrobas, como cabeças de gado (ALMEIDA, 2021, p. 24).

Logo, lutar para reexistir, para essas populações, que resistem ancestralmente em seus territórios, diz respeito, sobretudo, ao reconhecimento de suas existências. Por isso, os conflitos ambientais são imbricados nas disputas ontológicas que se realizam em contextos e condições de existência extremamente desiguais e assimétricas. Portanto, não é possível para

essa população cogitar acordos que tenham como pressuposto a sua diminuição ontológica. Não abrir mão, além das terras que já foram tomadas ou perdidas, significa conservar lugares de refúgios em meio a ruínas que já foram feitas pelas políticas intentadas. Diz respeito, portanto, às escolhas sobre as formas que se quer viver e morrer (HARAWAY, 2016; STENGERS, 2015; TSING, 2019).

Quadro 12 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2016- 2018)

Conflitos	
2016	<ul style="list-style-type: none"> - Foi publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado do Rio Grande do Sul o extrato do RTID da comunidade Anastácia - Foram apresentadas contestações pelos proprietários das fazendas lindeiras
2017	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade quilombola Anastácia outorgou à DPU a sua defesa em favor da reintegração da posse de áreas ocupadas por não quilombolas no interior do perímetro do território quilombola - Diferentemente de todos os demais órgãos notificados do RTID, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) emitiu opinião contrária à titulação do território quilombola. Dentre as alegações, destaque-se a de tratar-se de uma área com incidência de “interesses minerários” em nome de uma empresa mineradora.

Fonte: Elaboração própria, com base em Incra (2005).

Em 2016, o trabalho técnico do Incra foi finalizado. Assim, onze anos após a abertura do processo da comunidade quilombola Anastácia, o RTID foi concluído. Embora isso não signifique a conclusão do processo de titulação, é um momento importante, pois tal relatório é resultado de vários estudos de diversas áreas (Ciências Sociais, Agrônômicas e Jurídicas) que precederam a oficialização no Diário Oficial da União (DOU) e Diário Oficial do Estado (DOE). Em relação às contestações dos órgãos públicos, chama atenção que o único órgão contrário ao pleito territorial do RTID foi o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A justificativa do posicionamento pela titulação de apenas a área atualmente ocupada, do território demarcado pelos estudos do Incra, foi a de que havia prováveis interesses minerários sob o rio Gravataí naquela altura do quilombo (INCRA, 2005, fls. 616-617). Chama a atenção, ainda, no posicionamento do GSI, a tentativa de relativização da trajetória de ocupação e existência da comunidade: “[...] a história da Comunidade da Anastácia teria começado em abril de 1928, como o casamento de Anastácia e Olímpio, e a mudança para as terras que ela herdara do avô, um liberto do sistema escravocrata.” (INCRA, 2005, fls. 616-617).

Essa declaração proferida pelo órgão militar é contraditória em seus próprios termos, pois o documento cita o casamento da Anastácia como o “marco temporal”, entretanto, ao mesmo tempo é referido que a terra já vinha de seu avô, por herança, ele que foi escravizado. No parágrafo seguinte desse mesmo ofício do GSI ao Incra (INCRA, 2005, fls. 616-617), fica notório o não reconhecimento do conflito existencial e racial envolvido, pelo contrário, tenta-se negar tais questões e realidades. Isso é o que se depreende do trecho do ofício, citado a seguir:

[...] o RTID não apresenta uma descrição em que seja possível precisar qual o momento histórico relativo à inserção do elemento diferencial advindo da trajetória negra quilombo !!! [sic] na região da área pleiteada; h) não foi possível identificar no documento analisado os elementos diferenciais que possam destacar a Comunidade dos demais grupos que compõem outras comunidades da região onde a área pleiteada está inserida (INCRA, 2017, fls. 616-617).

No trecho acima, observa-se o não reconhecimento de territorialidades específicas (ALMEIDA, 2002) que caracterizam os territórios quilombolas, conforme prevê o direito constitucional e as próprias normas que caracterizam as políticas públicas quilombolas. A exemplo do Decreto 4887/2003 que, no artigo 2, define que

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Além do que tal manifestação desconsidera o inciso segundo da mesma norma, que prevê que as terras ocupadas por remanescentes de quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

Seguindo o fio de um mapeamento possível das associações, capturas e agenciamentos que perpassam as redes sociotécnicas afetas aos direitos quilombolas, ainda no Quadro 12, observa-se que as redes permanecem sendo estendidas. Isto é, frequentemente novos atores são associados. Exemplo disso é a outorga de defesa da comunidade Anastácia à Defensoria Pública da União (DPU) na situação que envolve o acesso à água potável e encanada, que passo a descrever. Observa-se que o contencioso das barragens é perpassado por diferentes temporalidades de um mesmo conflito que é contínuo.

5.1 E NO MEIO DE TANTA ÁGUA, A COMUNIDADE QUILOMBOLA NÃO TEM ÁGUA

Em 19 de agosto de 2019, recebi uma mensagem da dona Berenice informando que ela havia recebido uma ligação avisando que no dia seguinte haveria uma audiência na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Ela me convidou para acompanhá-la e me disse que não possuía informações sobre o assunto a ser tratado.⁸⁴ Fiz um contato com o Ministério Público Federal para me informar se, eventualmente, referia-se a algum processo daquele órgão. Ao que me responderam que da sua parte não havia nenhuma audiência ajuizada.

Bem, no dia seguinte encontrei as minhas interlocutoras quilombolas no prédio da Justiça Federal de Porto Alegre. Quando estávamos solicitando informações no balcão da recepção, fomos abordadas pelo Defensor Público da União do Rio Grande do Sul, que se apresentou e informou que se tratava de uma Ação Civil Pública (ACP) que tinha origem na outorga de defesa da comunidade quilombola Anastácia à Defensoria Pública da União (DPU) no ano anterior, contra a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o município de Viamão, pelo fornecimento de água encanada no quilombo. Então, imediatamente, seguimos para a sala de audiências.⁸⁵

Após a fala do juiz e do defensor público, dona Berenice expôs as inúmeras dificuldades enfrentadas pela falta de acesso à água potável: “[...] no quilombo temos apenas dois pequenos poços artesianos que não garantem o uso de todas as famílias. Quando tem a seca do rio (Gravataí) ficamos sem água para as nossas casas e para os bichos.” (Berenice Gomes de Deus, na audiência da Justiça Federal, em 19 de agosto de 2019).

A seguir se pronunciaram a prefeitura municipal de Viamão e a Funasa, sucessivamente. A prefeitura reconheceu a situação de precariedade que as famílias quilombolas enfrentam no quilombo em relação à água e afirmou que pretendia construir o poço artesiano, mas alegou que eram necessários estudos técnicos e recursos financeiros, até então indisponíveis. Assim, os representantes do município de Viamão postularam que a Funasa teria tais recursos, bem como a atribuição. A Funasa,⁸⁶ por sua vez, afirmou que a

⁸⁴ Após a reunião, dona Berê me explicou que o Correio não chega até lá, devido à distância e especialmente às dificuldades da estrada de acesso ao quilombo.

⁸⁵ Ação Civil Pública n. 5031431-91.2019.4.04.7100/RS na Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

⁸⁶ A Funasa atualmente é a instituição do governo federal responsável em promover o fomento a soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças, bem como formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

liberação de recursos se dava mediante projetos técnicos de viabilidade e do credenciamento em edital aberto para esse fim.

Manifestou-se, na sequência, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a necessidade de pedido de outorga junto à Sema para a utilização da água subterrânea. Após inúmeras discussões entre órgãos governamentais sobre a quem caberia a responsabilidade, a DPU aceitou a solicitação da prefeitura do prazo de 120 dias para “a realização de estudos técnicos sobre a qualidade da água e a execução da obra” (JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019). Assim, ficou definido que o processo judicial ficaria suspenso por 60 dias e que o município de Viamão deveria trazer aos autos um laudo naquele período, o qual deveria considerar as seguintes questões:

- a) que a comunidade está crescendo e que a água deve ser suficiente a todos;
- b) que com a construção da sede da comunidade haverá ações comunitárias e que a água deverá ser suficiente;
- c) que juntamente com o laudo, deverá ser providenciado o pedido de outorga junto à Sema (JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Em 30 de janeiro de 2020, recebi uma mensagem da minha interlocutora quilombola comunicando que no dia 6 de fevereiro haveria uma nova audiência na Justiça Federal sobre a questão do abastecimento da água. Entretanto, em 3 de fevereiro recebi uma nova mensagem em que dizia que iria “baixar” no Hospital de Cardiologia⁸⁷ para um procedimento e me pediu que acompanhasse o seu esposo na audiência. Assim, acompanhei seu Chico na nova audiência na Justiça Federal. Ao chegar, conhecemos a nova defensora que estava responsável pelo processo da Comunidade. Ainda na sala de espera, ela se manifestou com indignação com a situação relatada pelo seu Chico. Ela, então, nos informou que havia solicitado a audiência de conciliação, a qual começaria em breve, considerando o fato de que o município de Viamão havia acostado aos autos um relatório que reconhecia a viabilidade técnica de realizar a captação e a canalização de água potável no quilombo.

Estavam presentes nessa audiência, além da comunidade Anastácia, a DPU, o município de Viamão, a Advocacia Geral da União (AGU), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) do Rio Grande do Sul, a Companhia Estadual de Saneamento (Corsan) e a Funasa. Após a apresentação do estudo do município de Viamão, a Funasa alegou que o projeto “não era tecnicamente adequado e/ou suficiente”, pois não possuíam os necessários estudos

⁸⁷ Ela aguardou 10 dias na emergência do Instituto do Coração, sendo que a maior parte do tempo estava sem cama ou maca. Observe-se que os exames que identificaram o problema cardíaco foram encaminhados pelo médico da família que chegou com o Programa Mais Médicos. Felizmente, ela realizou o procedimento com êxito, após longa espera por um leito.

geológicos, dentre outros. Em seguida informou que o município de Viamão não apresentou projeto para aquela comunidade quilombola no edital que foi aberto após a realização da primeira audiência judicial sobre o tema, que foi em agosto de 2019.

A prefeitura alegou ter apresentado o projeto, mas disse que as servidoras da Funasa ali presentes não tinham as informações corretas. Após, ainda completou que, caso o projeto realmente não tivesse sido apresentado pelo município, talvez fosse porque a comunidade ainda não era “regularizada”. A defensora pública tomou a palavra e demonstrou o quão descabida e improcedente era essa afirmação. Ela sublinhou que já há o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Incra, isto é, havia uma delimitação territorial resultante de vários estudos técnicos e procedimentos administrativos. Além disso, a comunidade quilombola Cantão das Lombas (Viamão), que recebeu o projeto de captação e canalização de águas através de recurso da Funasa, diferentemente da Anastácia, ainda não possuía o RTID. Ou seja, o processo de regularização fundiária estava numa fase anterior. Pois há uma normativa que estabelece que após a abertura de processo no Incra e a certificação da Fundação Cultural Palmares – no território ocupado pela comunidade – podem ser construídas todas as benfeitorias e obras públicas, mesmo que ainda não haja titulação do território.

Vejamos que na audiência foi evidenciado que o município de Viamão não apresentou um projeto técnico de regularização da situação da água da comunidade Anastácia, no edital aberto pela Funasa. No entanto, mesmo assim continuou tentando alegar a ausência de recursos financeiros, exatamente os quais não foram destinados pela falta de projeto técnico.⁸⁸ Dessa forma, a prefeitura reiterou que “não possuía condições financeiras de firmar um acordo naquela audiência”. Considerando que aquela era uma audiência na vara de conciliação, o juiz federal afirmou que não havia como determinar que uma das partes tomasse alguma medida. Sendo assim, diante da não realização do acordo, o feito judicial voltaria a tramitar na vara de origem como um litígio.

Após inúmeras discussões sobre quem deveria fazer o que, chegou-se a um acordo provisório de que a prefeitura providenciaria o fornecimento de “caminhões-pipas” para atender parte do abastecimento necessário para o quilombo. Então, seu Chico advertiu que naquele momento e nos próximos dois meses [março e abril] haveria a maior falta d’água por conta da seca do rio Gravataí, que se intensifica nestas épocas do ano. Ele me pareceu um tanto quanto cético com essa solução provisória de abastecimento e advertiu que seria

⁸⁸ Como observou o seu Chico: “Como assim não tem projeto? Se a prefeitura não tem projeto, quem é que vai ter?”

necessário um reservatório/tanque para o armazenamento, caso contrário não faria nenhum sentido o envio do caminhão-pipa. Após a fala do quilombola, o juiz colocou em questão o fornecimento do “tanque”. E assim foram feitas várias considerações sobre as características e modos de ser (largura, espessura, etc.) que esse artefato deveria ter.⁸⁹

As inúmeras mediações envolvidas na luta da comunidade quilombola Anastácia, pelo acesso à água potável, são exemplares dos inúmeros entrelaçamentos das ações de uma rede heterogênea de atores humanos, não humanos e híbridos, que associados conformam as materialidades do que comumente é chamado do social. Não é possível separar ou purificar as ações dos diferentes atores que atuam nas redes sociotécnicas envolvidas e nem demarcar os domínios, pois há um emaranhamento entre eles e as práticas que são exercidas. Ao seguir essas redes fica nítido que, “saltando de transformação em transformação” (LATOIR, 2019), podemos identificar várias continuidades a partir das descontinuidades.

Por um lado, considerando as lutas que envolvem a exploração do rio Gravataí e, por outro, a luta pelo acesso à água potável pelas quilombolas da Anastácia, constata-se que, assim como no caso da terra, há continuidades da colonialidade da água. Faz-se necessário, assim, identificar e mapear a permanência da racialização que incide no acesso a terra e à água. A forma mais pragmática de fazê-lo é seguindo os rastros de tais políticas nos artefatos e dispositivos que conformam os aparatos sociotécnicos desses projetos. Nesse sentido, a proposição da Teoria do Ator-Rede, de seguir os vestígios de tais práticas nas redes sociotécnicas onde as políticas são produzidas, ajuda-nos a reconhecer e atentar para a ininterrupção das injustiças ambientais que naturalizam e normalizam a superexploração dos bens comuns nas áreas de posse e propriedade quilombola.

⁸⁹ Alguns dias mais tarde, eu estive no quilombo, na festa de 60 anos da dona Berenice, e eis que havia chegado um tanque para o armazenamento da água a ser fornecida pelo caminhão-pipa, mas ainda não havia sido abastecido pela prefeitura. Algum tempo depois, em março de 2020, começou a ser feito o abastecimento da água. Entretanto, em julho daquele ano, em plena pandemia houve um transbordamento das águas represadas e a estrada foi destruída. Naquela ocasião, o caminhão-pipa atolou na estrada e não conseguiu chegar na comunidade por mais de quinze dias. Atualmente há uma continuidade no recebimento da água, que é potável, mas que segue não sendo a quantidade suficiente e não é encanada. Ela fica depositada no reservatório: o tanque que muito deu o que falar na audiência na justiça federal, conforme relatei anteriormente.

Quadro 13 – Associações, mediações e disputas sobre as barragens no quilombo Anastácia (2018-2020)

Conflitos	
2018	- Vistoria do MPF no quilombo - Registro irregular do Sicar pelos arroteiros
2019	- Vistoria da Sema constatou que as barragens/açudes que incidem sobre o quilombo eram ilegais e sem licenciamento ambiental - Ação judicial da DPU em prol do fornecimento de água potável no quilombo Anastácia
2020	- No inverno, em plena pandemia, houve uma grande inundação da estrada pela liberação das comportas das barragens e a comunidade ficou totalmente ilhada por mais de uma semana - No início do verão, foram construídos novos valos, sem licenciamento, que realizaram cortes no rio Gravataí

Fonte: Elaboração própria, com base em Incra (2005).

O conflito das barragens voltou a ser tratado publicamente a partir de uma vistoria realizada pela Fepam em junho de 2019, quando foi identificado que tal e qual a comunidade quilombola Anastácia alegava há anos – as barragens e açudes construídos pelos proprietários das lavouras de arroz não possuíam licenciamento ambiental, portanto, foram construídas de forma irregular (RIO GRANDE DO SUL, 2020). A diligência do órgão licenciador foi realizada após inúmeros agenciamentos⁹⁰ da comunidade quilombola Anastácia, que demonstrou aos diferentes órgãos públicos a gravidade da situação enfrentada. Isso fica evidenciado no trecho a seguir do relatório da Sema:

No percurso do Quilombo à Fazenda Embireira, o analista do DRH coletou os pontos de interesse na estrada municipal, como bueiros e locais danificados. Importante registrar que a vistoria foi realizada após um mês bastante chuvoso, porém, a denúncia dos quilombolas, relatada anteriormente à equipe da APABG (16/05/19), foi de que há meses que isso vinha ocorrendo (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

A partir dessa vistoria foi aberto um Processo de Reconstrução da Área Degradada (PRAD), que estabelece a obrigação de recuperação das áreas e de regularização do licenciamento das barragens/açudes que foram identificados como irregulares.⁹¹ No entanto, embora as irregularidades tenham sido finalmente constatadas pelos órgãos ambientais, tal

⁹⁰ A comunidade quilombola fez inúmeros registros fotográficos e enviou para o Incra e para o Ministério Público Estadual e Federal, bem como buscou apoio do movimento negro quilombola para denunciar a situação que estavam vivenciando.

⁹¹ Inúmeras situações de desastres ambientais já demonstraram que muitas vezes, no cálculo do “empreendedor” é considerado mais vantajoso pagar a multa a prevenir o risco.

conclusão não resultou em cancelamento ou desfazimento dessas edificações ilegais. As irregularidades acabaram sendo tratadas, na prática, como “um fato consumado”. Diante disso, o que foi possível para a comunidade foi a luta para que a água deixasse de ser despejada em direção ao território quilombola. Ademais, o processo junto à Fepam parece não ter coibido o derramamento de água na estrada de acesso ao quilombo, pois no primeiro inverno da pandemia, em 2020, no início do mês de julho, a comunidade ficou vários dias ilhada sem poder se deslocar do território, devido à destruição de uma ponte e a consequente inundação da estrada.

Figura 25 – Destruição da estrada em plena pandemia



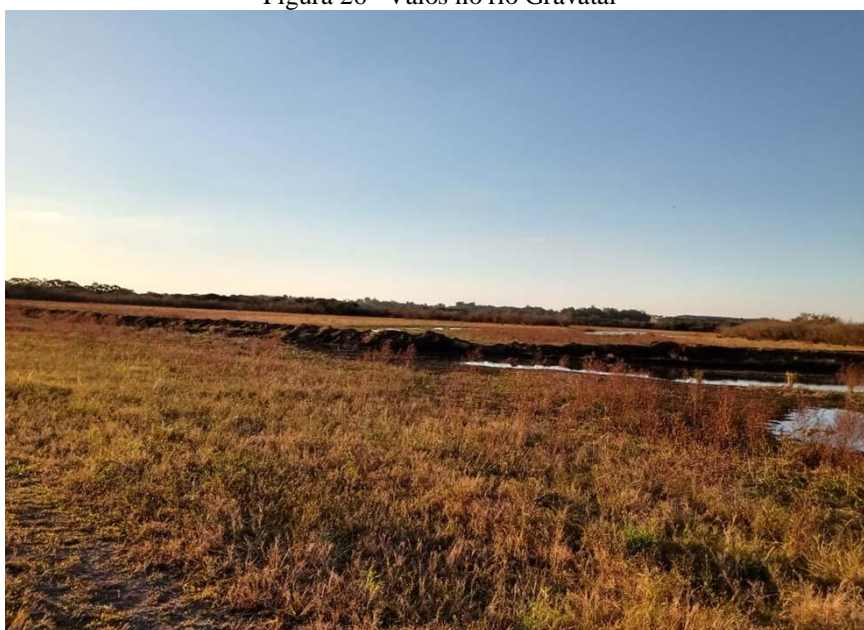
Fonte: Acervo da comunidade.

Em 8 de julho de 2020, dona Berenice acionou uma rede de apoiadores e interlocutores de instituições para denunciar a grave situação do alagamento e destruição da estrada. Ela e um dos seus filhos filmaram a situação, relatada no trecho transcrito a seguir.

A água é a que é solta da lavoura dos Catarinas. A gente precisava levar uma senhora ao médico hoje e não podemos sair por causa disso [o alagamento]. Vocês podem ver que a água corre do sentido dos Catarinas para o nosso lado. A estrada foi arrancada pela água, não temos mais acesso, nem como chegar, nem como sair (Depoimento do filho da dona Berenice, transcrito de um vídeo feito em 8 de julho de 2020).

Levou semanas para a estrada ser consertada. A prefeitura de Viamão alegava que os arrozeiros – os “catarinas” – deveriam pagar pelos canos de concreto que haviam sido rompidos pelas águas liberadas das comportas das barragens. Nessas discussões, sobre de quem eram as responsabilidades, a comunidade permaneceu vários dias com a estrada destruída e, portanto, “ilhada”. Contudo, alguns meses depois, em dezembro de 2020, quando então se aproximava do período de secas, os arrozeiros, de acordo com os relatos das quilombolas, construíram novas taipas/barramentos que cortaram o rio Gravataí, com o intuito de armazenar água. É o que demonstra a imagem a seguir.

Figura 26 –Valos no rio Gravataí



Fonte: Acervo da comunidade.

A partir do apoio do movimento negro em nível estadual e da Conaq, as quilombolas foram atendidas pelo MPF. Em 4 de dezembro de 2020, participei (a convite da comunidade quilombola e de uma liderança do movimento negro) de uma reunião em que a comunidade mobilizou aliados do movimento negro e ambientalistas para denunciar o que estava ocorrendo. Na ocasião, um dos ambientalistas informou que havia sido feita uma denúncia junto à Fepam, que era apurada no processo n. 51429-0576/20-5. Dona Berenice relatou na reunião virtual que elas não foram consultadas ou avisadas sobre os novos barramentos construídos.

Em 11 de novembro de 2021 ouvi um relato de um quilombola em campo que fornece pistas sobre as tentativas dos arrozeiros, mais uma vez, de contornarem a situação de irregularidade dos valos feitos no banhado. De acordo com o relato do quilombola, a Sema

determinou que os buracos mais recentes que os arroteiros fizeram no rio Gravataí fossem fechados (eles são mostrados na Figura 26). Entretanto, os arroteiros contrapropuseram que ao invés de fechá-los, fossem plantadas árvores da espécie corticeira.⁹² Contudo, as quilombolas não aceitaram que isso acontecesse, pois “vão plantar as corticeiras no barranco, mas vão continuar os buracos embaixo para que eles voltem a prender a água quando tiver a seca” (conversa com o quilombola Osvaldo, em 11 de novembro de 2021). Aliás, sublinhe-se que essa planta é acionada e agenciada nesta rede em que as políticas estão sendo disputadas. O que demonstra que essa rede se expande frequentemente e que inúmeros não humanos são acionados nos conflitos em curso. Ao mesmo tempo, reforça a própria heterogeneidade delas, pois artefatos, humanos e não humanos, permanentemente, estão associados e exercem diferentes mediações. Além do que, de qualquer ponto da rede, é possível seguir a rede toda.

5.2 CONCLUSÃO

A disputa com as barragens que afetam o território quilombola é emblemática dos efeitos do racismo e da colonialidade no presente, pois a racialização da terra e da água segue sendo uma realidade contemporânea. O racismo continua sendo suportado com um valor que organiza as relações e que, aliás, se mantém normalizado após mais de um século da abolição da escravidão. Nesse sentido, a inferiorização e a diminuição ontológica das vidas negras estão vinculadas a formas de justificação do Racismo e da Colonialidade. A normalidade em que são operadas drásticas intervenções e modificações nesses lugares é elucidativa do racismo ambiental, na medida em que esses territórios étnicos pretos são tomados como não existentes ou, então, como naturalmente sujeitos à superexploração ambiental.

Do ponto de vista analítico, por um lado, a Teoria Ator-Rede chama a atenção para a necessidade de atentarmos para os recursos materiais acionados para criar assimetrias de poder, pois abrem-se espaços para uma análise sobre o que é acionado materialmente. Assim, possibilita-se descrever, para além dos discursos, como as relações são racializadas. E isso se torna possível na medida em que se atenta, no trabalho em campo, para o arranjo de atores, objetos e técnicas envolvidas nos processos. Entretanto, por outro lado, a crítica a essas “normalidades” precisa ocupar seu lugar. Isto é, não basta mapear os rastros de diversas formas de violência que têm continuidade ao longo do tempo. É preciso relacionar a

⁹² A corticeira (*Erythrina crista-galli*), também chamada eritrina-crista-de-galo, bico-de-papagaio, sapatinho-de-judeu, flor-de-coral, sanandu ou sananduva, é uma árvore da família das leguminosas (*Fabaceae*), nativa do sul do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, podendo atingir 10 metros de altura (CORTICEIRA, 2005).

conveniência dos modos de existências racistas das políticas incidentes. Aliás, evidencia-se que a reprodução do racismo e das mais diversas formas de injustiças (territoriais, ambientais, etc.) é atualizada ao longo do tempo.

6 UMA FESTA É UMA LUTA E NA LUTA SE FAZ FESTA

Neste capítulo, primeiramente, tematizo a retomada do meu campo presencial, em 29 de agosto de 2021, após o início da pandemia do novo coronavírus. Em seguida, descrevo parte da preparação da festa da Consciência Negra que ocorreu no quilombo Anastácia em 21 de novembro de 2021. A retomada parcial das atividades presenciais propiciou novos encontros no quilombo, entre os familiares quilombolas e a rede de pesquisadores, militantes sociais e agentes governamentais que atuam nas políticas públicas envolvidas nos direitos quilombolas.

A comunidade quilombola recebeu a segunda dose da vacinação em julho de 2020⁹³ e, assim, puderam voltar a se encontrar. Foi nesse contexto que ocorreu a primeira reunião na pandemia, convocada com o objetivo da elaboração dos gráficos genealógicos, nesta tese nominada de árvores genealógicas, conforme foi descrito no capítulo 2. O trabalho genealógico expandiu o meu contato e conhecimento dos familiares da Anastácia⁹⁴ e me levou a acompanhar a preparação da Festa da Consciência Negra, conforme relato a seguir. A partir do momento do retorno parcial das atividades, novos atores vincularam-se à rede sociotécnica envolvida com o quilombo, a exemplo dos professores e professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) de Viamão e de gestores da prefeitura municipal de Viamão. Essas novas mediações nas redes possibilitaram que as quilombolas pudessem expressar inúmeras situações e dificuldades que encontram para viver no quilombo, diante das discriminações raciais que sofrem e da desigualdade de oportunidade e de tratamento do poder público em relação aos vizinhos arrozeiros, os quais permanentemente estão em conflito com a existência do quilombo.

Nesse contexto de resistência permanente, a realização da festa da Consciência Negra foi um momento de afirmação da etnicidade⁹⁵ e da negritude quilombola, pois festejar a

⁹³ Não consegui fazer campo presencial quando a comunidade lutou pela vacinação prioritária para quilombolas, conforme previsto no Plano Nacional de Vacinação. Dessa forma, as condições etnográficas para abordar o assunto são reduzidas. O que, aliás, é uma lástima, mas de toda forma, nas conversas com as quilombolas durante a pandemia (via telefone e WhatsApp) pude observar que houve atraso na vacinação e tiveram que lutar para que a imunização ocorresse. Vacinaram-se em abril de 2021, embora a vacinação no Brasil tenha começado em janeiro de 2021. Além disso, o número de doses foi limitado e não atendeu a todos os familiares quilombolas. Contudo, observei que a organização para a vacina, bem como o recebimento de cestas básicas da Fundação Cultural Palmares, ampliou a participação e a cooperação com a associação quilombola Anastácia, pois as quilombolas precisaram administrar as demandas coletivas.

⁹⁴ Até então, eu possuía um contato mais frequente com dona Berê, seu Chico, dona Reinilda, seu Osvaldo, com o primo da dona Berê, o Rogerinho e seu filho Jhonatan.

⁹⁵ O conceito de etnicidade, no contexto desta tese, é compreendido no sentido dos diferentes critérios de pertencimento étnico, os quais são construídos a partir dos próprios atores nas fronteiras das relações exercidas com outros grupos (BARTH, 1998).

consciência negra diz respeito à afirmação do orgulho da negritude. No caso da comunidade quilombola Anastácia, esse evento marca mais um ato de resistência e de luta por continuar sendo e estando num lugar que se constitui um “projeto” (ESCOBAR, 2000) e um território existencial. Dessa forma, a realização dessa festa é emblemática das cosmopolíticas exercidas pelas quilombolas da comunidade Anastácia.

Novamente, a construção, no presente, daquilo que deve ser lembrado e a seleção de fatos do passado que reafirmam a trajetória de reexistência no lugar aparece com força neste capítulo, especialmente nas modificações que envolvem a ruína da casa da ancestral. Para tanto, inúmeros artefatos são acionados pelas quilombolas, conforme veremos a seguir. Igualmente, as diversidades das redes de atores humanos e não humanos envolvidos (e domínios) nos direitos quilombolas são evidenciadas outra vez.

6.1 A PREPARAÇÃO DA FESTA

A reunião marcada para a apresentação da árvore genealógica, ocorrida em 29 de agosto de 2021, virou um evento que reuniu muitos familiares que não se encontravam há muito tempo e que tiveram a oportunidade de estar juntos após a realização da segunda dose de vacinação.⁹⁶ No início da atividade, dona Berenice informou que a Festa da Consciência Negra dos três quilombos de Viamão se realizaria no quilombo, no dia 21 de novembro de 2021. Ela chamou a participação e envolvimento de todos os familiares e declarou que seria uma atividade importante para o fortalecimento e a divulgação do quilombo. Convocou a ajuda de todas e todos adiantando que seriam necessárias várias equipes de voluntários para cobrir todos os serviços.

Coloquei-me à disposição para ajudar no que fosse possível. Passados alguns dias, em 12 de setembro recebi a seguinte mensagem da dona Berenice: “Bom dia. No dia 19 de setembro temos reunião no Quilombo às 13 horas e 30 minutos. Se você puder vir, te espero para almoçar” (Berenice Gomes de Deus, comunicação pessoal). Perguntei a ela se havia pauta definida e ela me respondeu: “é sobre as demandas da festa”. Eu estava no interior do estado, mas desloquei-me para acompanhar a reunião, pois apreciei bastante o convite e tive a sensação de que havia um fio de continuidade com o campo que eu tinha feito há menos de 15 dias, quando iniciamos o trabalho genealógico.

⁹⁶ A segunda dose da vacinação no quilombo foi concluída na primeira quinzena de agosto. No entanto, somente foram fornecidas 30 doses, o que não contemplou todos os participantes da associação quilombola.

Então, no dia 19 de setembro de 2021, ao chegar ao quilombo, me deparei novamente com a presença de vários familiares, especialmente mulheres. Antes de entrar na divisão das tarefas da festa houve um informe sobre a nova data da entrega das cestas básicas da Fundação Cultural Palmares,⁹⁷ recebidas pelas quilombolas no primeiro ano da pandemia. Na reunião, as equipes da Festa foram divididas entre: a cozinha, as trilhas até o rio, o trator tobata com caçamba para as crianças e a equipe da churrasqueira. Dona Berenice destacou que seriam seguidas “todas as normas” e teriam *kits* com aventais, toucas e camisetas, para que todas as pessoas que fossem trabalhar estivessem identificadas e em condições sanitárias adequadas. Seu filho Juliano destacou a importância de ter álcool em gel disponibilizado e que todos usassem máscara para se proteger da Covid-19. Nessa reunião, restou indefinido quem cuidaria dos doces a serem servidos e vendidos na festa.

Dona Berenice, com o intuito de mobilizar os presentes, fez um depoimento entusiasmado sobre a sua participação na Expointer, que havia ocorrido recentemente. Essa é uma feira agropecuária promovida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, na qual algumas comunidades quilombolas, com o apoio da Emater, expõem no pavilhão da Agricultura Familiar seus artesanatos. Na imagem a seguir é registrado um momento em que a dona Berenice está expondo artesanatos feitos no quilombo.

Figura 27 – Dona Berenice na Expointer



Fonte: Regina Miranda.

⁹⁷ Do que pude acompanhar, a distribuição de cestas básicas da Fundação Cultural Palmares foi importante para a subsistência de várias famílias quilombolas que tiveram os seus empregos afetados pela pandemia do coronavírus e, inclusive, a organização da distribuição delas aumentou a coesão do grupo. Entretanto, durante vários o fornecimento foi descontinuado.

Na ocasião dessa reunião, dona Reinilda, 60 anos, contou-me que aconteceria uma festa de Cosme e Damião no quilombo, em 17 de outubro daquele ano, organizada pelo seu filho que mora em Gravataí. Ainda no mês de setembro de 2021, uma colega cientista social da Emater fez contato comigo e me disse que estava ajudando o quilombo a desenvolver uma etiqueta para colocar na boneca “Anastácia”, exposta na Expointer e feito bastante sucesso. A colega pediu que eu fizesse uma sugestão de texto que retratasse a história do quilombo, com base na pesquisa. Fiz uma proposta que relacionava a história da comunidade ao rio Gravataí e ela submeteu à dona Berenice, que fez algumas alterações. Mais adiante, volto a abordar sobre essa inscrição⁹⁸ por meio da boneca.

6.2 A REUNIÃO COORDENADA PELO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IF) DE VIAMÃO

Duas semanas antes da data da Festa fui convidada pela comunidade e pelos professores do IF de Viamão para participar de uma reunião sobre um projeto de extensão que o Instituto iniciaria no quilombo. Houve um certo debate com os colegas se me convidariam como servidora do Incra ou pesquisadora. Eu os esclareci que ainda estava em licença para capacitação e que me propunha estar lá como pesquisadora. Fui de carona em parte do trajeto com os colegas e, assim, tive a oportunidade de conversar com eles.

Embora já tivesse reunido vários dados sobre os parentescos e tivesse uma primeira versão da árvore genealógica, cheguei ao quilombo com certa sensação de falta, ou melhor, de estar em falta, pois era dia 11 de novembro e a última vez que eu havia estado no quilombo tinha sido em 19 de setembro.⁹⁹ Ao chegar no quilombo, as irmãs Reinilda e Berenice estavam na entrada e eu e os colegas do IF fomos recebidos por elas. A seguir uma imagem de Reinilda – em outra ocasião – assoprando a vela de seu aniversário, ao lado de sua irmã Berenice.

⁹⁸ Como já observamos no decorrer da tese, a comunidade quilombola encontra diferentes maneiras de materializar a sua trajetória de luta e de evidenciar a sua existência no lugar. Seja através do acionamento dos documentos, das fotos, das memórias, etc.

⁹⁹ Uma sensação de “falta” relativa ao momento intenso de imersão que eu estava experienciando, entretanto, que era uma ausência muito menor do que a imposta pela pandemia.

Figura 28 – As irmãs envelhecem juntas no quilombo



Fonte: Extraída da rede social de Berenice Gomes de Deus (09/10/2021).

Mostrei a elas que estava com o esboço da árvore genealógica. Dona Berenice estava envolvida com a organização da reunião, então Reinilda sentou comigo e interessadamente verificou o que eu tinha registrado. Ela já tinha me fornecido informações detalhadas e completas sobre o seu núcleo familiar e nesse dia corrigiu algumas informações e adicionou outras em relação aos demais descendentes da Anastácia. Tive a sensação de que ela estava satisfeita com o esforço que eu tinha feito, até então, com os parentescos já identificados, ainda que faltassem inúmeros dados.

Antes de começar a reunião, fiquei sabendo que a comunidade quilombola Peixoto dos Botinhas (também de Viamão) traria os doces para vender na Festa. No caso do café coletivo dessa reunião preparatória, eu tinha levado uma cuca (bolo) e, quando fui deixá-la na mesa, descobri que a nossa anfitriã tinha feito o prato “nego deitado” para servir com café.

Figura 29 – “Nego” deitado



Fonte: Registro feito em campo (11/11/2021).

O “nego deitado” é um bolo frito característico da comunidade Anastácia. Ele pode ser entendido como um sinal diacrítico¹⁰⁰ para a comunidade, pois este prato é uma tradição culinária desde os ancestrais da Anastácia e segue sendo cultivado como uma comida típica daquele lugar. Ele é acionado pela comunidade como uma marca da escravização dos ancestrais, contexto esse em que o quitute surgiu. No documentário *Raízes de um Povo Negro*, dona Berê explica como ele surgiu e o porquê desse nome:

Nego deitado é um prato típico dos negos no café, que é uma coisa que se faz bem rapidinho. Coloca um pouco de farinha dentro de uma cumbuca, um pouquinho de açúcar, água e bate para botar na frigideira. E quando eles estavam fazendo o nego deitado, entrou o Serapião (proprietário de terras que teve uma senzala) na porta e perguntou: - o que tu estás fazendo nego deitado. O que ele quis dizer é que os negos estavam deitados e ele entrou e os outros ainda não tinham levantado. Como o Serapião era um bicho brabo, ficou o nome do nego deitado (VIAMÃO, 2022).

Com o início da reunião, passou-se a discutir o projeto de extensão “Planejamento Territorial Participativo” do IF Viamão¹⁰¹ com a comunidade quilombola Anastácia. O professor e coordenador do projeto informou que o contato com o quilombo se dava desde março de 2020. Retomando a descrição de alguns aspectos significativos dessa reunião com o IF Viamão, é importante registrar que o secretário da Agricultura do município estava nesta atividade. Do que entendi, ele estava conhecendo o quilombo naquela ocasião. Em relação à construção da sede comunitária, ele alegou que o primeiro projeto previa a construção em pau

¹⁰⁰ Sinais que marcam a formação cultural de um indivíduo ou dos grupos.

¹⁰¹ Os quatro eixos do projeto de extensão a ser desenvolvido: a) preservação ambiental; b) referências materiais e imateriais; c) saber e fazer quilombola; d) educação ambiental.

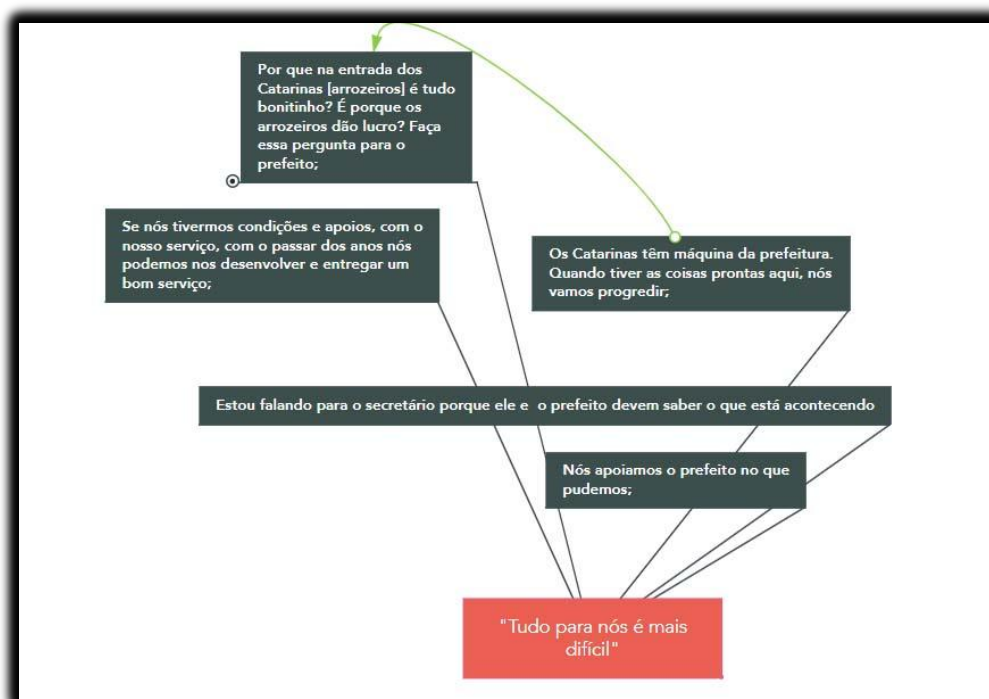
a pique, o que, de acordo com ele, não era viável para ser feito na área de banhado. Registre-se que a proposição desse material partiu da equipe técnica da prefeitura, que considerou que a construção com esse material seria mais “tradicional”. No entanto, a comunidade não fazia questão de que fosse construída dessa forma e tal escolha técnica, bem intencionada, foi usada para atrasar a solução da construção da sede.

De acordo com o Secretário municipal, o novo projeto é “mais simples e conta com mão de obra própria da comunidade”.¹⁰² Ao final, relatou o valor do referido convênio, que incluía a aquisição de uma bomba para o quilombo do Cantão das Lombas. Diante dessa informação, dona Berenice o questionou afirmando que o projeto acordado era diretamente para o quilombo Anastácia. A técnica da Emater inscreveu-se para dizer que desde o início do convênio existia a previsão de uma parte, em torno de 15% do projeto, que seria destinado à referida bomba hidráulica para o outro quilombo. Acredito que essa informação não tenha ficado nítida por parte do poder público e que dona Berenice, ao ouvir essa informação de que os dois projetos estavam vinculados, teve o receio de que, mais uma vez, os recursos não chegassem.

Nesse momento, a sua irmã mais nova, dona Reinilda, em apoio aos seus argumentos, tomou a palavra e assumiu a posição de porta-voz da comunidade. O seu primeiro questionamento foi: “Por que com as famílias negras estão pouco se lixando”? Então, o secretário disse algo sobre ser do prefeito à atribuição da solução das questões. Diante disso, dona Reinilda foi didática com ele: “o senhor é o secretário dele, deve saber das atividades e responsabilidades que ele tem”. Prosseguiu, então, com inúmeros questionamentos que pareciam estar entalados em sua garganta há muito tempo, transcrevo alguns desses trechos a seguir.

¹⁰² Nas conversas com seu Chico, novamente ficou nítida a sua contrariedade com os inúmeros pretextos sobre a falta de “projetos”, novamente alegada pela prefeitura de Viamão, sendo que o próprio recurso financeiro já estava disponível e poderia ser perdido pela falta do projeto técnico.

Figura 30 – Questionamentos da dona Reinilda



Fonte: Elaborado a partir das declarações da dona Reinilda Gomes, em 11/11/2021.

Os questionamentos da dona Reinilda, por si só, são emblemáticos do conhecimento e da inconformidade com a situação de discriminação e desprovidimento das condições para o desenvolvimento da comunidade quilombola. Desenvolvimento, nesse ponto, é tomado enquanto aquele que é gerado no âmbito dos modos de viver e de trabalhar existentes no lugar. Marques-Charão *et al.*(2019) realizaram um esforço analítico coletivo para pensar as múltiplas práticas produzidas em diferentes espaços sociais, indo além das lógicas binárias de “tipo causas e efeitos”. Busca-se evidenciar possibilidades de “revalorizar diversas práticas técnicas, impedindo a desqualificação de outras existências e fazendo visíveis outros protagonistas” (MARQUES-CHARÃO *et al.* 2019, p. 9). As autoras, a partir da consideração cosmopolítica que caracteriza as ações dos atores associados em redes híbridas (STENGERS, 2001), desafiam-se a pensar sobre “contra-desenvolvimentos” que são edificados nas intersecções entre as resistências e inovações sociotécnicas que emergem, justamente, do (e no) tensionamento das políticas e Modernidades vigentes.

Considerando esse diapasão analítico que visa mirar outras práticas, técnicas e modos de desenvolvimento possíveis, os argumentos acionados pela dona Reinilda no quadro acima são emblemáticos de outras práticas possíveis nas margens ou fronteiras das Políticas vigentes. Observa-se que ela escolhe não se referir à existência de vulnerabilidades inerentes às condições daquela população e, sim, aos efeitos que são gerados pelas políticas de

desigualdade e discriminação racial em diversos âmbitos. Nos trechos acima, ela relaciona as dificuldades enfrentadas com o fato de serem pessoas negras que lá vivem. Isto é, as políticas exercidas, ou a falta delas, no caso das políticas públicas, dependem da cor da pele a quem se destina. Por outro lado, ela reitera que, sim, podem ter condições melhores e podem criar boas possibilidades de vida. Entretanto, para isso, necessitam de respeito, de igualdade de condições e de tempo para progredir na sua situação material. Sublinhe-se que ela não aceita a diminuição ontológica que a racialização da terra e das relações, reiteradamente, impõe. Ela não fala sobre “faltas” e, sim, acerca das potências que possuem e que são negadas e sequestradas pelas políticas vigentes.

Após o café, no final da reunião, dona Berenice e seu Chico nos convidaram para fazer uma caminhada em direção ao rio Gravataí. Entretanto, antes de sairmos, o professor do IF pediu para apresentar a proposta de arte gráfica da etiqueta da boneca da Anastácia que tinham proposto com base no texto, que relacionava a trajetória da comunidade com o rio Gravataí,¹⁰³ que tive a oportunidade e alegria de fazer a primeira versão que foi aprovada pela comunidade.

Figura 31 – Frente da etiqueta da boneca Anastácia



Fonte: Registro feito em campo (11/11/2021).

¹⁰³ A elaboração da etiqueta por mim também pode ser considerada uma forma minha de diplomacia.

O professor explicou que os traços combinavam o rosto de uma mulher negra com as curvas do rio Gravataí¹⁰⁴, devido à relação que existia entre a comunidade e o corpo d'água. Enquanto ele seguia a argumentação para justificar a escolha feita, dona Berenice o interrompeu e declarou: “Sim, nós somos o rio”. Eu interpretei essa declaração como algo do tipo: nós sempre fomos o rio Gravataí, assim que é. Esta é e sempre foi a realidade. A nossa realidade. No final da reunião, a etiqueta da boneca Anastácia foi aprovada pela comunidade.

Figura 32 – Boneca Anastácia e o verso da etiqueta



Nota: Transcrição da etiqueta da boneca Anastácia: “Nas margens do rio Gravataí resiste a comunidade quilombola Anastácia, com origem na resistência à escravidão da ancestral Anastácia de Oliveira Reis. O quilombo Anastácia é um lugar de encontros dos saberes que são transmitidos desde as mais antigas até hoje, da defesa das terras que foram herdadas pela matriarca. De afirmação do direito de viver, aprender e trabalhar no território ancestral que é constantemente ameaçado pelas barragens que destroem o rio Gravataí e ameaçam outras vidas humanas e não-humanas todos os dias”.

Fonte: Registro feito em campo (11/11/2021).

A boneca Anastácia é feita há bastante tempo pela dona Berenice, “uma boneca preta como nós”, disse-me ela em certa feita. Esse artefato é preparado cuidadosamente por ela, são

¹⁰⁴ Este desenho da etiqueta foi elaborado por uma aluna do IF Viamão que presenteou a comunidade.

feitas as roupas e os cabelos em várias versões e com diversos enfeites. Esta que escolhi e comprei (na imagem acima) possui um turbante. Ocasionalmente a dona Berê usa turbantes, como é o caso da imagem a seguir.

Figura 33 – Dona Berenice com seu turbante



Fonte: Extraída da rede social de Berenice Gomes de Deus (20/02/2022).

A boneca Anastácia pode ser considerada um elemento material mediador pois, se seguida, ela pode levar a outros elementos na rede, a exemplo da identificação da cor da pele e da referência à ancestral Anastácia.¹⁰⁵ O desejo de colocar uma etiqueta na boneca, do que pude acompanhar, surgiu após a exposição dela na Expointer, onde vários exemplares foram vendidos, pois algumas pessoas perguntaram sobre a história da boneca.

Após a conversa sobre a etiqueta, seguimos em direção à beira do rio. Percorri esse trajeto muitas vezes durante a pesquisa e ouvi as narrativas de seu Chico sobre a poluição das

¹⁰⁵ Essa identidade com a cor da pele referida pela dona Berê em relação à boneca me fez recordar de uma situação em que eu estava numa reunião na comunidade quilombola do Cantão das Lombas (Viamão), no dia em que a médica cubana do “Mais Médicos” iria atender no quilombo. Eu estava curiosa para conhecê-la e aí perguntei à minha interlocutora sobre a profissional e ela me respondeu: – “ela parece comigo, se eu colocar o avental dela eu posso atender”. Chamou-me muito a atenção essa identificação dela com a médica que, mais tarde, descobri que tinha a pele preta, pois possivelmente, até então, a minha interlocutora não conhecesse outra pessoa negra que era médica. Ao conhecer, ela se identificou.

águas, escassez do capim Santa Fé e dos peixes, mudanças do curso das águas pelas barragens, etc. A cada caminhada sempre me são acrescentadas novas informações e novos acontecimentos que envolvem a relação do quilombo com a paisagem. No caso dessa ocasião, com a presença do Secretário Viamão, parece-me que não se tratou de um acontecimento fortuito e, sim, que o passeio até a beira do rio teve o firme propósito de demonstrar duas questões:

- a) problemas enfrentados pela comunidade; e
- b) como é viver no quilombo e o que tem de melhor, mesmo que sem (ou com pouco) apoio público.

Nesse sentido, essa visita deve ser lida como parte do movimento de convencimento das autoridades de que é possível viver e desenvolver-se como quilombo no lugar.

Figura 34 – Caminhando em direção ao rio Gravataí



Fonte: Registro feito em campo (11/11/2021).

No meio do caminho até a beira do rio, dona Berenice viu uma cobra próxima de nossos pés, fez menção de pegar uma pedra para se defender, mas seu marido, seu Chico, disse que não precisava, pois ele iria espantá-la para que ela voltasse para o banhado. Na sequência, ele explicou, novamente, que, após a intensificação dos venenos nas lavouras, é raro encontrar cobras. Esses répteis carregam um significado particular para alguns povos.

Exemplar disso é a cobra na cosmologia das rezadeiras amazônicas, conforme assinala Jerônimo Silva (SILVA, 2021). O autor aponta que as cobras são uma “expressão cosmológica da manifestação de encantados e entidades de crenças afro-brasileiras e indígenas” (SILVA, 2021, p. 2). Nesse sentido, é interessante pensar o aparecimento da cobra naquele contexto de uma caminhada que buscava demonstrar como era viver no território, as possibilidades, os riscos e as companhias. Igualmente interessante é pensar o quanto as redes em que o quilombo está associado a todo tempo evidenciam as agências de não humanos que reexistem e agem, no sentido de que produzem efeitos objetivos.

Seguimos e a nossa primeira parada foi na “casinha” que foi construída sobre as ruínas da antiga casa da Anastácia. Quando começou o processo de regularização fundiária no Incra, em 2006, a casa de barro, construída pela mãe da Anastácia, ainda estava em pé. A conservação da moradia da ancestral era uma das principais demandas da comunidade, pedindo apoio e medidas ao Estado brasileiro para que ela fosse conservada (INCRA, 2018). No entanto, em 2016, quando eu conheci o quilombo, só restavam os tijolos das paredes que ruíram.

Figura 35 – Casa da Anastácia



Fonte: Acervo da comunidade quilombola Anastácia.

Figura 36 – Tijolos da casa Anastácia



Fonte: Registro feito em campo (20/10/2019).

Durante a pandemia, a comunidade decidiu edificar uma construção naquele lugar. A princípio ouvi que seria um lugar para guardar ferramentas e utensílios e que era chamado de “casinha”. Quando eu soube de uma nova construção no lugar da ruína da casa da Anastácia, primeiramente, lamentei que na seara burocrática não tivesse sido promovida uma política pública que desse condições para a comunidade restaurar a antiga casa, que era o projeto original. No entanto, em seguida percebi que essa foi a destinação possível, já que não tiveram apoio para conservar o patrimônio material que era a casa antiga. Evidencia-se que esse processo é eivado de violências, na medida em que foram obrigadas a colocar outra edificação, já que a falta de apoio e de políticas públicas levou à ruína do antigo sítio.

Figura 37 – A “casinha” por fora



Fonte: Registro feito em campo (29/08/2021).

Figura 38 – A “casinha” por dentro



Nota: Na foto estamos eu, a dona Berenice e a extensionista da Emater Maristela Ebert.
Fonte: Registro feito em campo (11/11/2021).

Num diálogo que ouvi durante a festa da Consciência Negra, uma professora do curso de Educação do Campo, da UFRGS, perguntou se havia algum museu no local e a dona Berenice respondeu: “Sim, nós temos. Fica na casinha onde era a antiga casa da falecida Anastácia” (Dona Berenice, em 21 de novembro de 2021, comunicação pessoal). Evidencia-se que há uma busca pela rememoração das trajetórias de lutas e resistências no lugar. Isto é, a construção da memória como modo de resistência e de inscrição a partir das ruínas, ou seja, da ocupação das ruínas da paisagem.

Tal perspectiva faz sentido para esta tese, pois para a Teoria Ator-Rede a construção da memória está diretamente associada ao trabalho de diversos atores: dos descendentes da Anastácia, das relações de afinidades. Isto é, do acionamento de diferentes artefatos, tais como documentos, como ficou evidenciado nos capítulos 4 e neste, que constituem formas de inscrição das opressões sofridas e resistências exercidas. Exemplo disso são as várias formas que podem tomar a casa da Anastácia, conforme foi descrito acima. Nesse sentido, os tijolos da ruína da antiga casa compõem este memorial, bem como os documentos das terras que são acionadas pelas quilombolas como provas de suas existências no lugar. Inúmeros artefatos e relações com os outros-que-humanos do lugar, desde o tempo das ancestrais, são acionadas com o propósito de legitimar o reconhecimento existencial e territorial da comunidade.

6.3 E A FESTA ACONTECEU

O dia 21 de novembro de 2021 foi um bonito dia de sol em Viamão. Como o projeto da sede não foi concluído, nem mesmo reiniciado até hoje (agosto de 2022), e como a chuva poderia inviabilizar o trânsito da estrada, havia uma grande expectativa sobre o clima nesse dia, já que a festa se realizaria ao ar livre – no pátio da casa da dona Berenice.¹⁰⁶ Cheguei cedo ao quilombo, pois estava ansiosa pela importância do evento para a comunidade e para o meu campo. Levei comigo a árvore genealógica rascunhada numa cartolina e a deixei no carro.

Com o propósito de situar a ambientação da festa e o seu transcurso, a seguir apresento uma narrativa fotográfica de alguns registros que realizei e de outros que me foram cedidos,

6.3.1 Equipe da cozinha

Como vimos anteriormente, uma das preocupações na preparação desse evento era a de garantir que as pessoas da cozinha tivessem o fardamento necessário: touca, avental e camisetas. Na foto a seguir, vemos dona Berenice posando com sua filha, primos e primas que estavam trabalhando na cozinha e na churrasqueira. Observa-se que a arte gráfica da etiqueta da boneca Anastácia foi utilizada como a marca do quilombo nas roupas dos uniformes. Da reunião de apresentação e aprovação da arte até a festa transcorreram apenas dez dias e, mesmo assim, a comunidade se organizou para garantir que essa distinção estivesse estampada nos uniformes da festa. Também foram feitos bonés com essa mesma estampa. Igualmente, passou a ser a foto de capa do Facebook do quilombo.

¹⁰⁶ Após as inúmeras reclamações verbalizadas pela dona Reinilda, ao secretário da Agricultura de Viamão, na reunião antes da Festa, a estrada estava pavimentada e com muito mais facilidade de trânsito.

Figura 39 – Conjunto de uniforme da cozinha



Fonte: Extraída da rede social do Quilombo Anastácia.

6.3.2 Artesanato quilombola

Na tenda de artesanato quilombola expôs-se a boneca Anastácia, crochês, mudinhas de plantas e ervas medicinais, dentre outros trabalhos. Além disso, também foram expostos os panos de pratos, as bolsas, cadernos, aventais, dentre outros artefatos confeccionados, ou customizados, pela comunidade quilombola Peixoto dos Botinhas.¹⁰⁷

Figura 40 – Tenda de artesanatos



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

¹⁰⁷ A comunidade quilombola Peixoto dos Botinhas situa-se em Viamão.

Figura 41 – Quilombo Peixoto dos Botinhas na tenda quilombola



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

O quilombo Peixoto dos Botinhas já recebeu em suas festividades as quilombolas da Anastácia. Nos Botinhas, como é chamado, há uma diversidade de produção de artesanato há mais de uma década. São utilizados capins locais, especialmente o do tipo taboa. Praticam reciclagem de tecidos e de diversos materiais. Na tenda quilombola da Figura 40 foi servida a sobremesa da Festa que veio de lá.

Figura 42 – Panos de prato e crochês



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

Figura 43 – Bonecas e ervas medicinais



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

6.3.3 Roda de conversas

Após o almoço, ocorreu uma roda de conversa mediada por apoiadores da comunidade. Isto é, pessoas vinculadas a organizações não governamentais, professores e alunas pesquisadoras de várias universidades, dentre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Assim, pude observar que havia várias outras pessoas fazendo pesquisa com a comunidade quilombola Anastácia.

Figura 44 – Diálogos entre quilombolas e apoiadoras



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

Figura 45 – Tia e sobrinhas, após a roda de conversas



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

6.3.4 Trabalhando na árvore genealógica

Após o almoço – que, aliás, foi bem farto e saboroso –, busquei a árvore genealógica no carro e a expus na mesa destinada à papelaria da festa. Assim, pude mostrar como estava o trabalho, ou seja, o mapeamento de seis gerações, desde os avós da Anastácia (nascida em 1893) até os netos e netas das netas e netos da Anastácia. Algumas informações sobre os nomes e idades foram corrigidas pelos familiares e outras foram acrescentadas. Neste contexto de pandemia, em que fiquei dezoito meses afastada presencialmente e sem saber se seria possível realizar o trabalho em campo, é significativo perceber que em pouco tempo, menos de seis meses, foi possível estabelecer laços de confiança e trocas com diversas quilombolas que eu pouco conhecia até então. E, bem como, fortalecer os laços e as trocas com a dona Berenice, dona Reinilda, seu Chico e seu Osvaldo.¹⁰⁸ Os últimos dois citados são o marido e o irmão da dona Berenice, respectivamente.

No que diz respeito à imersão em campo e à pesquisa em Ciências Sociais, essas relações de pesquisa são fundamentais, pois a escrita etnográfica emerge a partir do acompanhamento e descrição das relações cotidianas que são exercidas pelos grupos com os quais pesquisamos. Nesse sentido, os levantamentos genealógicos contribuíram decisivamente para que eu pudesse compreender melhor as dinâmicas e as relações de trocas que são exercidas a partir da referência comum presumida da escravização dos ancestrais da Anastácia e no compartilhamento do território tradicional. Contudo, optei por apresentar as árvores

¹⁰⁸ Osvaldo Gomes, é chamado carinhosamente pelos familiares de “Véio”. Ele mora ininterruptamente no quilombo e é extremamente atento às intervenções que são feitas no banhado e no rio Gravataí.

genealógicas como um anexo da tese, pois penso que isso facilitará a compreensão desses gráficos, que não são exatamente o foco da pesquisa, mas que foram cruciais para a interação com a comunidade. Penso que esse trabalho representa uma forma de retribuição à atenção da comunidade comigo.

Figura 46 – Árvore genealógica em construção



Nota: Na foto estamos: eu e a quilombola Clareci. Ela é neta da Anastácia.
Fonte: Maristela Ebert (21/11/2021).

6.3.5 As crianças

Havia várias crianças na festa. A maioria delas faz parte da sexta geração do quilombo, de acordo com os dados genealógicos levantados. Tive a oportunidade de conversar com algumas delas nas estadas em campo e na festa, a pedido delas, as fotografei¹⁰⁹. Lembremos que no capítulo 4, sobre a Terra, em uma passagem, relato que um operador do Direito havia dito que a ausência de crianças morando no quilombo, que demandariam ir para a escola, poderia “enfraquecer os argumentos no âmbito judicial”. Na ocasião, dona Berenice contra-argumentou que devido às condições da estrada era impossível haver segurança para que as crianças em idade escolar permanecessem no quilombo.

Mas eis que as crianças quilombolas da Anastácia existem e têm naquele lugar um espaço de encontros, brincadeiras e aprendizados. O Jhonatan Gomes, 25 anos, quando o

¹⁰⁹ Opto por não apresentar as imagens das crianças, a fim de protegê-las da exposição. Mas essas imagens me inspiraram e ficarão nos meus alfarrábios de campo. Obrigada, crianças da Anastácia.

entrevistei, relatou-me várias memórias de sua infância no quilombo, as quais permanecem vivas e que são referências cruciais de parentesco e pertencimento com o lugar para ele. Exemplar disso foi o comentário que ele fez sobre a presença dele na pesquisa da Vera Rodrigues da Silva (2006): “[...] na pesquisa da Vera, ela escreveu que chegou numa casa e foi recebida por um pai com uma criança. Essa criança era eu” (comunicação pessoal, junho de 2021).

Figura 47 – Jhonatan com sua avó Cida na janela da antiga casa da Anastácia



Fonte: Gomes e Rodrigues (2021).

6.3.6 A telha nas coxas

Um final de semana antes da Festa, lideranças do quilombo Anastácia estiveram numa atividade de integração dos três quilombos de Viamão e o Assentamento da Reforma Agrária Filhos de Sepé (Viamão). Em retribuição à visita realizada, alguns assentados do assentamento estiveram na Festa do Quilombo. Na roda de conversa, mencionada anteriormente, um dos assentados mais velhos emocionou-se agradecendo a presença das quilombolas no assentamento. Também agradeceu o presente recebido na ocasião: uma telha de barro da antiga casa da Anastácia.

Figura 48 – A telha quilombola



Fonte: Registro feito em campo (21/11/2021).

Conforme relatou dona Cida, essas telhas eram feitas nas “coxas” dos quilombolas, bem como os tijolos eram socados com os pés. “A casa que tinha ali era de um tijolão desse tamanho. A gente via direitinho os tijolos feitos com os pés. A gente via direitinho socado com os pés, que eles faziam os escravos fazer os tijolos com os pés”.

6.3.7 O projeto “Rio Limpo” e o turismo étnico quilombola

Dentre as inúmeras parcerias da comunidade Anastácia, tais como o quilombo do Peixoto dos Botinhas, o IF de Viamão e algumas Organizações Não Governamentais, os vizinhos do Assentamento da Reforma Agrária, presentes na Festa, destaco a presença na Festa do projeto “Rio Limpo”.

Figura 49 – Barco do projeto “Rio Limpo”



Fonte: Projeto Rio Limpo (2021).

Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com a Petrobras desde 2015, através da compra de um barco Catamarã para atividades de turismo e educação ambiental, que é coordenado pela Associação de Proteção à Natureza do Vale do rio Gravataí (APN-VG). Essa organização ambiental tem uma longa trajetória de defesa do rio Gravataí e tem se tornado uma importante aliada do quilombo Anastácia, desde a realização do documentário *Olhos de Hortência*, em 2006. Além disso, a ONG auxilia a comunidade no acesso às reuniões do Conselho da APA do Banhado Grande e do Comitê Gravatahy, nos quais a comunidade tem assento.

Conheci o Projeto Rio Limpo, também conhecido como barco-escola, a partir de um programa turístico que navegava do município de Cachoeirinha até o Quilombo Anastácia. Esse projeto cumpre um importante papel no projeto de turismo étnico que é intentado pelo quilombo, pois antes da pandemia houve diversas viagens saindo do município de Cachoeirinha e chegando ao quilombo, onde eram realizadas caminhadas guiadas, almoços e tendas de artesanato. Em uma das ocasiões em que iria participar do passeio, a atividade foi cancelada, pois o trânsito pelo rio Gravataí não foi possível: o represamento das águas pelas barragens fez com que o rio ficasse seco e fosse impossível navegar. Na entrevista que fiz com o ambientalista Sérgio Cardoso, ele caracterizou o projeto Rio Limpo e a aquisição do

barco catamarã (foto anterior) como a condição de possibilidade para que fossem desenvolvidos projetos e políticas públicas governamentais que buscam alternativas à dependência da vazão do rio das barragens: “Hoje o que se defende é que se tenham mínimos barramentos. O estudo da Metroplan propõe mini barramentos dentro do canal, esse do DNOS, em direção a Glorinha. Já vai ter esse EIA-RIMA da obra, pois já avançamos na política.” (Entrevista com Sérgio Cardoso, em 03 de fevereiro de 2021).

De acordo com ele, os projetos que culminaram em inovações de políticas públicas só foram possíveis porque surgiu o projeto Rio Limpo. Ele relatou o trabalhoso processo que garantiu a aprovação do projeto pela Petrobras em 2014 e que teve como resultado a aquisição do barco catamarã; por meio de uma seleção dentre 720 projetos, em que a APN-VG foi uma das 42 entidades contempladas.

Não erámos amigo de ninguém, mas aconteceu e em abril de 2013 nos chamaram para dizer que tínhamos sido contemplados. Em janeiro de 2014 descobrimos que tinha dado certo porque depositaram o recurso na conta da ONG. [...]. Pensa tu colocares os teus sonhos no papel e alguém te depositar o dinheiro e dizer agora tu fazes? (Entrevista com Sérgio Cardoso, em 03 de fevereiro de 2021).

O projeto com a Petrobrás encerrou em 2016, com a participação de mais de 82.000 pessoas, mas, especialmente, funcionou como um meio para a APN-VG acionar e promover debates sobre políticas públicas de conservação ambiental na APA do Banhado Grande. A exemplo do projetos dos micros barramentos a serem implementados pela Metroplan [Fundação de Planejamento Metropolitano]. Igualmente, foi através desse projeto que a ONG se reaproximou do quilombolas da Anastácia e de suas águas em 2016, alguns anos após ter produzido o documentário “Olhos de Hortência”:

Quando eu comecei a frequentar o rio com o barco, nós voltamos a frequentar o quilombo, porque aí eu comecei a ter mobilidade dentro do rio. Eu era um cara que era militante, mas a minha atividade profissional não me levava a estar todos os dias dentro do rio. Eu conhecia o rio pelo meu conhecimento técnico, hoje eu conheço a mudança dele, o sobe e desce, a água vai e bem, hoje eu vivencio o rio, é bem diferente. Além disso, eu gerencio o barco, então, imagina fazendo gestão do barco no rio, como barco anda dentro do rio: limpa o barco, tira galhos etc. Com o barco eu coloquei o meu corpo, literalmente, dentro do rio. O barco tornou o rio público e eu me aproximei do rio, na verdade, pois entrei literalmente para dentro do rio com o barco (Entrevista com Sérgio Cardoso, em 03 de fevereiro de 2021).

Vemos que a circulação do barco no Gravataí possibilitou que as redes entre humanos e não humanos associados ao rio fossem estendidas e que inúmeros modos de existência do (e com) o rio fossem possibilitados e visibilizados. A própria comunidade quilombola Anastácia

teve mais visibilidade e pode ampliar as suas redes a partir dos agenciamentos que realizou com a existência do barco catamarã e com o, conseqüente, desenvolvimento do projeto Rio Limpo. Nesse contexto, em que a navegação pelas águas amplia e diversifica o acesso ao quilombo e promove turismo até lá, as relações da comunidade quilombola com a APN-VG são atualizadas e fortalecidas no presente. A comunidade quilombola Anastácia leva a sério o projeto de turismo étnico e têm feito vários investimentos nesse sentido e, certamente, esse projeto com o barco-escola do Rio Limpo agencia outros atores e materialidades: novas pessoas que passam a conhecer o quilombo, venda de artesanato, caminhadas-guiadas, gastronomia quilombola, dentre outros.

6.4 SURPREENDIDA ANTES DA CONCLUSÃO

Voltei a trabalhar no Incra em 21 de dezembro de 2021 e em 18 de janeiro de 2022 a minha amada mãe¹¹⁰ sofreu um extenso AVC e ainda está em processo de recuperação. Assim, no retorno ao Incra, dividi o meu tempo entre o trabalho, a conclusão da minha tese e os cuidados com ela. Por isso, desde a festa da Consciência Negra de novembro, não havia voltado ao quilombo. Em 17 de março de 2022, por designação da minha chefia, precisei voltar. Uso o termo “precisei” porque tive dúvidas se era a melhor opção eu ir à comunidade, já que estava em processo de atualização sobre o andamento dos procedimentos administrativos nesses três anos em que estive afastada para o doutorado. Igualmente, tive dúvidas sobre ir sozinha pelo Setor Quilombola da Superintendência, pois o meu trabalho é técnico e não tenho como responder por decisões ou ter iniciativas de gestão. No entanto, como não havia a previsão de participação da minha chefia e, caso eu não fosse, não haveria a participação da autarquia, resolvi atender a solicitação.

Essa reunião – que foi chamada pela Sema entre a comunidade quilombola e os representantes da Fazenda Embireira – foi resultado das denúncias que a comunidade quilombola fez sobre a abertura de novos valos e cortes no banhado em 2020, tratados no capítulo 5 desta tese.¹¹¹ Eu não tinha informações sobre a situação atual da denúncia que tinha sido feita pela comunidade, que tinha se convertido em Processo de Recuperação de Área Degradada, pois quando procurei pelo número inicial, meses atrás, aquele expediente constava como arquivado. Contudo, o tratamento da questão teve prosseguimento junto à

¹¹⁰ Minha mãe é Flávia Marlene Gomes da Silva, ela é uma mulher parda, tem 65 anos e é professora de história.

¹¹¹ Vale lembrar que na época a comunidade fez inúmeras movimentações e denúncias da situação. Por exemplo, a reunião com ambientalistas, movimento negro e Ministério Federal, que relatei no capítulo 3.

Fepam e chegou ao procedimento atual em que, de acordo com as informações prestadas pela Sema, a anuência da comunidade quilombola Anastácia é condição para que os dois valos/canais de armazenamento e captação d'água sejam licenciados e se mantenham abertos. Isso representou uma mudança significativa da situação e colocou os fazendeiros numa condição em que teoricamente são obrigados a negociar com a comunidade.

Do ponto de vista da rede sociotécnica que a comunidade conseguiu acionar, alguns aspectos são emblemáticos da diversidade dessa rede e, ao mesmo tempo, do emaranhamento dos atores e artefatos envolvidos. Quando afirmo que a comunidade acionou essa rede é porque, de fato, essa possibilidade de negociação se coloca como resultado do investimento que a dona Berenice fez por meio da participação nas reuniões sobre questões ambientais, mesmo com inúmeras dificuldades de locomoção e de acesso a recursos técnicos, como foi o caso das reuniões remotas.

Mais especificamente, em relação às associações e mediações realizadas pelos diferentes artefatos, destaco o fato de que, para além da situação da estrada, dos alagamentos, da falta d'água ocasionada pelas intervenções feitas no banhado e no rio Gravataí, uma das alegações da comunidade sobre os prejuízos causados pela situação dos valos é a de que os barramentos feitos no banhado impedem que o barco-escola (do projeto Rio Limpo) atraque no banhado no quilombo. Isto impossibilita que sejam feitos passeios pelo rio Gravataí até lá, o que se torna um grande problema, porque estes passeios são considerados pela comunidade a 'ação' de turismo na qual a comunidade mais investe nos últimos anos. Nesse sentido, o barco é um ponto de passagem importante na rede, pois ele agencia e media sentidos e associações na rede em que está inserido e, por meio dele, poderíamos chegar a toda rede.

Do ponto de vista dos desdobramentos dessa situação, não é possível inferir quais serão as consequências dessa situação excepcional de negociação. Até aqui, final de março de 2022, os responsáveis técnicos ambientais da Fazenda têm aventado inúmeras propostas em benefício do território quilombola, tais como:

- a) retirada dos recursos administrativos contra o RTID do Incra, que tramitam desde 2018;
- b) indenização econômica à comunidade pela passagem de água pelo seu território a partir de agora;
- c) conserto do banhado que possibilite a chegada do barco.

Entretanto, pode ser que os arroteiros optem por dar continuidade ao conflito e tentem manter os valos abertos por liminar judicial, que, aliás, é um instrumento precário, conforme foi definido pela técnica da Fepam responsável pelo licenciamento. Contudo, importa

sublinhar que a luta incessante da comunidade quilombola, das mais diversas maneiras, fez com que uma ‘janela de oportunidades’ para a efetivação de direitos fosse aberta.

6.4.1 O resgate do capim Santa Fé

As quilombolas da Anastácia não ficam à mercê de promessas ou políticas públicas inconclusas, pois, antes de concluir esta tese, fui surpreendida, novamente, pela certificação ecológica do capim Santa Fé que a comunidade recebeu da Sema, no início de maio de 2022.

Figura 50 – Certificação ecológica do capim Santa Fé



Fonte: Rio Grande do Sul (2021).

A partir de agora a comunidade conta com um viveiro de mudas que possibilitará a exploração sustentável do capim.

Figura 51 – Viveiro de mudas do capim Santa Fé



Fonte: Rio Grande do Sul (2021).

A emissão desse certificado, de extrativismo sustentável, permite que a comunidade possa fazer usos comerciais do capim e possibilita alternativas de renda, aliás, resgatando um pouco do passado, como vimos nesta pesquisa. Do ponto de vista da conservação há, conforme afirma a Sema, o objetivo de “valorizar ambientes fragilizados, como as margens da planície de inundação do rio Gravataí, a partir de seu manejo ecológico, além de incentivar a interação entre a comunidade quilombola e a aldeia Guarani do entorno (*Tekoá Jataí'ty*)”.

O órgão ambiental destaca que o vegetal, típico de ambientes de inundação periódica, é um importante fixador de sedimentos nas margens destes cursos d'água e na prevenção de alagamentos, além de servir como abrigo para a fauna silvestre, possibilitando uma cadeia alimentar característica de ambientes alagados (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

6.5 CONCLUSÃO

Por mais trabalhosa que tenha sido a sua organização e que alguns obstáculos tenham criado dificuldades – a exemplo da não disponibilização de um ônibus pela prefeitura para o transporte até o quilombo¹¹² e da não conclusão da sede comunitária –, a Festa da Consciência Negra do Quilombo Anastácia foi exitosa e marcante.

A realização da festa foi possível devido ao acionamento dos conhecimentos quilombolas, no sentido da recuperação e da afirmação de marcos culturais e étnicos

¹¹² Devido a não viabilização do ônibus pela prefeitura, a comunidade quilombola Cantão das Lombas não pode participar da festa.

relevantes à comunidade, expressos, por exemplo, nas comidas, nos passeios pelo quilombo, no artesanato e na lembrança da trajetória de resistência no lugar. Foram construídos novos aprendizados que foram ocasionados, exatamente, pelo compartilhamento das inúmeras tarefas que envolveram a preparação da festa. E esse evento somente pode se realizar enquanto uma afirmação cultural e étnica porque foi feito no quilombo, pois é lá que esses encontros podem acontecer, porque aquelas paisagens os constituem. Participam desses acontecimentos não somente os familiares e seus convidados, mas também outras espécies (ou existências) companheiras (HARAWAY, 2021), tais como o rio Gravataí e as inúmeras vidas que a ele seguem associadas. Por isso, a persistência e reexistência do quilombo enquanto um lugar em que esses encontros seguem sendo possíveis, além de materializar e atualizar as lutas de inúmeras gerações contra as opressões sofridas possibilita a existência de projetos compartilhados de futuro.

Participar desta festa foi um momento privilegiado para eu conhecer as outras alianças que as quilombolas têm construído, por exemplo, da descoberta de muitas outras pesquisadoras que têm feito pesquisas no quilombo. Por outro lado, este capítulo também representa uma espécie de contraponto aos demais, pois privilegia descrições de momentos de fruição de alegrias das quilombolas naquele lugar.

Os acontecimentos posteriores à festa, a necessidade da anuência da comunidade Anastácia para que os valos das lavouras de arroz sejam licenciados – que somente ocorreu porque a comunidade denunciou essas edificações irregulares e, mais recentemente, a retomada do uso para fins produtivos do capim Santa Fé, a partir da certificação ecológica que obtiveram da Sema, demonstra que as quilombolas seguem em ação, independente de supostas promessas de negociação ou de efetivação de seus direitos. É muito animador tomar conhecimento dessa conquista da certificação dos usos do capim, pois vimos ao longo desta pesquisa que este não humano é uma espécie companheira (HARAWAY, 2021) da comunidade, desde muito tempo e gerações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tem como pressuposto analítico a ideia de que as lutas pela titulação do território quilombola Anastácia situam-se em batalhas mais amplas que são as disputas ontológicas. Isto é, os conflitos dizem respeito ao que pode existir na paisagem diante das políticas de desenvolvimento intentadas. Ou ainda, acerca de quais são as existências possíveis em territórios negros e biodiversos que, com a chegada das políticas de “modernização”, passaram a ser considerados funcionais e “legítimos” às políticas de desenvolvimento.

Buscando evidenciar os efeitos das modificações exercidas na paisagem e nas vidas quilombolas resultantes de tais projetos de desenvolvimento intentados, ao longo dos capítulos da tese, procurei responder às duas questões que definem a minha problemática de pesquisa:

- a) quais são as condições de existência da população quilombola e dos inúmeros não humanos que reexistem na paisagem diante das políticas de “desenvolvimento”?;
- b) quais são as estratégias e práticas cosmopolíticas empregadas pelas quilombolas em defesa de seus direitos territoriais e existenciais?

Desde essas perspectivas, no prólogo teórico (capítulo 2) busquei situar os principais marcos analíticos da tese, no sentido de explicitar quais as balizas delimitam a minha pesquisa no âmbito da construção de conhecimento em Ciências Sociais. Para tanto, a linha argumentativa adotada buscou combinar os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCTs) com a crítica ao desenvolvimento, à Colonialidade e ao Racismo. Pensando uma fricção entre essas abordagens, no âmbito desta tese, considera-se que os ESCTs forneceram a base analítica para atentar-me para as alianças que as quilombolas estabelecem não só com outros atores humanos, mas também com os não humanos. Por outro lado, os debates decoloniais críticos ao desenvolvimento e sobre o racismo possibilitaram-me uma descrição crítica, não pluralista (HARAWAY, 2021), das redes sociotécnicas. Pois, para esta pesquisa, a consideração epistemológica das diversas agências que compõem o social (STENGERS, 2003; LATOUR, 2012; TSING, 2019) não pressupõe que sejam abstraídas as relações de poder, a racialização e a colonialidade que perpassam as redes analisadas.

No capítulo 3 (sobre o rio Gravataí) busquei demonstrar que as vidas quilombolas, e muitas outras-que-humanas, têm os seus destinos vinculados às condições de existência do rio, havendo uma correlação direta entre a destruição dele com as políticas de negação das existências e territorialidades quilombolas. O que, aliás, explica porque esse corpo d’água

pode ser considerado como o principal aliado e testemunha da comunidade quilombola Anastácia. Evidencia-se que, da mesma forma que as vidas quilombolas são obstaculizadas e interdidas, esse não humano é deliberadamente modificado, superexplorado e destruído, pois há uma apropriação forçada das águas pelos projetos que promoveram diversas intervenções sociotécnicas que visaram destruir os seus meandros para planificá-lo e torná-lo “reto”. Ao serem observados inúmeros efeitos das modificações exercidas, tais como a destruição da “lagoa” da Anastácia, a escassez de peixes, a poluição dos venenos das lavouras de arroz, evidencia-se a persistência da “normalidade” das práticas e valores racistas nas relações com os usos das águas, banhados, várzeas, etc.

No capítulo 4, sobre as relações com a Terra (e banhado), por um lado, argumenta-se que as conexões territoriais estão intrinsecamente vinculadas às relações de alteridade com a paisagem e seus viventes. Por outro lado, observa-se que esses encontros com a (e na) paisagem miram as materialidades possíveis de serem edificadas mediante a posse da terra. Isto é, as possibilidades de produção da vida que já foram experimentadas pelas antepassadas, como por exemplo, no cultivo de hortas, manuseio de ervas medicinais e do capim Santa Fé, etc. e, destacadamente, intentam os projetos de futuro – a exemplo do turismo étnico com o barco-escola no Projeto Rio Limpo. Isto é, diferentes temporalidades (TSING, 2019) coexistem a partir das relações que são possíveis de serem exercidas no lugar ancestral em que se desenvolvem as lutas do presente.

Constatou-se que inúmeros aparatos técnico-científicos, aliás, desde a primeira medição de terras em 1850, foram acionados para negar direitos. No presente, o registro irregular no Sicar das terras quilombolas pelos arroteiros como se suas fossem – mesmo após o processo de regularização fundiária quilombola – e a indisponibilidade do módulo PCT (desenvolvido pela Conaq) para que o território coletivo da comunidade seja registrado no Sicar, demonstra o quanto esses registros Modernos (sistemas) são excludentes e perseguem a lógica liberal de propriedade privada, exclusivamente. E, além disso, que as supostas confusões, ou “falhas” desses aparatos e os respectivos excessos de normas, têm o propósito de retardar e inviabilizar direitos (FERREIRA; LOWENKRON, 2020; BRUSTOLIN, 2021). Nesse sentido, fica caracterizado o racismo institucional, ao serem produzidas dificuldades e barreiras que impedem as populações negras de acesso a seus direitos ambientais e territoriais (DEL RÉ; SANTOS; KOCH, 2022); ou seja, o racismo estrutura as relações, as políticas e o acesso a elas.

No capítulo 5, sobre as disputas do território quilombola pelas barragens, evidenciou-se que os efeitos das intervenções sociotécnicas repercutem no presente, a exemplo da

permanente ameaça da liberação das comportas, que contribuem decisivamente para que a estrada e caminhos de acesso ao quilombo sejam destruídos. O que, aliás, ocorreu em plena pandemia. Exemplares desses riscos são: poluição das águas, vivenciada cotidianamente pela comunidade quilombola. Como vimos, houve mudanças significativas na vegetação no quilombo – desde o advento da expansão das barragens – onde não se consegue mais haver árvores frutíferas, pois elas deixaram de crescer devido às modificações do banhado e/ou da terra. Poderiam ser repisados inúmeros outros exemplos de afetações ocasionadas pelas transformações exercidas na paisagem, as quais, aliás, foram abundantemente abordados nesta tese. Além do que, observou-se que a falta de acesso às políticas e serviços públicos amplia significativamente a precariedade de condições da população quilombola, a exemplo do fato de que, no meio de tanta água, a comunidade possui um escasso acesso à água potável.

No capítulo 6, sobre a Festa da Consciência Negra, fica nítido que a cosmopolítica quilombola, na luta pelo reconhecimento territorial, é composta por práticas que buscam reafirmar a trajetória de reexistência étnica negra no lugar, e por isso a afirmação da memória a persistência de viver, aprender e morrer no território são decisivas para a comunidade. As suas terras e vidas nunca couberam nos registros oficiais e mesmo quando registradas, no caso da herança recebida pela Anastácia, os direitos não foram concretizados. Portanto, é importante para as gerações em luta a atualização das trajetórias de resistência e a disputa dos registros que são inscritos no presente, para que se possa construir o futuro do (e no) quilombo. Evidencia-se também que os diversos encontros da parentela quilombola são acontecimentos que necessitam das relações que são estabelecidas com aquele (e naquele) lugar.

Do ponto de vista da relevância social desta pesquisa, a temática quilombola segue tendo grande importância, pois cada vez mais há omissão por parte do Estado brasileiro em avançar no direito constitucional de titulação das terras quilombolas. Essa situação fica evidenciada na redução drástica dos orçamentos destinados ao Incra para a regularização fundiária quilombola, na ausência de concursos públicos e na morosidade do andamento dos processos administrativos. Elucidativo disso é o fato que nos três primeiros anos do governo Bolsonaro apenas um território quilombola foi decretado – o das comunidades do Vale da Ribeira de São Paulo – e isso somente ocorreu devido a uma determinação judicial. O tempo vai passando, as quilombolas mais antigas vão morrendo e sem que tenham os seus direitos alcançados. Logo, as suas memórias e aprendizados são desperdiçados e tornados ausentes, ao mesmo tempo em que seus territórios são cada vez mais afetados pela superexploração da

água e outros bens naturais, como é o caso do rio Gravataí e do banhado onde se situam as terras do quilombo Anastácia.

Metodologicamente, esta pesquisa primou pela inserção etnográfica em algumas batalhas que as quilombolas percorrem em defesa de seus direitos territoriais, ambientais e existenciais. Destaca-se que muitas dessas ações se dão em redes institucionais onde as políticas públicas e direitos quilombolas são disputados. Embora, conforme foi amplamente abordado nesta tese, consideram-se essas redes como racializadas e assimétricas nas condições de participação, as quilombolas da Anastácia as identificam como espaços importantes para as disputas que elas estão perseguindo. Logo, novamente, ressalto que a minha decisão por seguir tais redes não tem a ver com qualquer ilusão (minha ou das quilombolas) acerca da natureza das mesmas e, sim, justifica-se pelo fato de que as minhas interlocutoras realizam investimentos pragmáticos nessas conexões, pois as consideram como parte das disputas possíveis de serem feitas. Assim, as narrativas desta tese versam não somente sobre formas de destruição, mas também sobre lutas do presente e esperanças.

Entretanto, além disso, convivi com parte dos cotidianos das quilombolas nas visitas que fiz, nas entrevistas, nas caminhadas no quilombo e nos acontecimentos festivos. Especialmente, por meio da atualização da árvore genealógica da descendência da Anastácia, pude conhecer inúmeros familiares que não eram meus interlocutores habituais. O mapeamento da parentela e das suas relações com o lugar possibilitou-me ter uma melhor noção espacial das presenças negras no lugar, pois as relações de parentesco descritas por minhas interlocutoras rememoram marcos territoriais que reforçaram a descrição da paisagem em diferentes momentos. Especialmente, infelizmente, sobre as modificações ocorridas nos lugares onde as mais antigas viviam; os quais foram sendo transformados a partir da incidência de tecnificação da paisagem e da apropriação das águas e do banhado, como foi amplamente abordado nesta tese.

No que diz respeito aos novos desafios envolvidos na consecução de pesquisas no contexto da pandemia do novo coronavírus, a interação possível, durante mais de quinze meses, deu-se por meio de contatos via telefone, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp e do acompanhamento das reuniões virtuais em que assuntos de interesse da comunidade Anastácia eram tratados, a exemplo dos debates sobre o Plano de Manejo da APA do Banhado Grande. Além disso, intensifiquei a pesquisa documental por meio do processo administrativo de regularização fundiária no Incra e descobri três documentários que me surpreenderam ao perceber que eles poderiam “render” etnograficamente. Destaca-se que a interação *online* era a maneira pela qual as próprias lideranças quilombolas estavam

conseguindo se comunicar (DEL RÉ; SANTOS; KOCH, 2022, p. 4). Essas novas modalidades de interação, embora precárias em relação ao convívio presencial, possibilitaram-me algum conforto em relação às inúmeras angústias e inseguranças que surgiram diante do afastamento presencial compulsório do campo.

Considerando a problemática da pesquisa, relativa às condições de existência e às cosmopolíticas quilombolas diante dos projetos de desenvolvimento, necessitei das discussões dos ESCTs e dos debates decoloniais e críticos ao desenvolvimento, pois foi necessário sublinhar o papel das políticas e valores racistas nas precariedades de condições de existir no quilombo ao longo do tempo, pois a vigência do racismo ambiental viabilizou as apropriações forçadas do território quilombola da Anastácia. Exemplar disso é o fato que desde a primeira barragem do DNOS, construída em 1950, os estudos realizados já demonstravam que não era possível drenar o rio Gravataí naquela altura do quilombo. Contudo, os próprios estudos técnico-científicos contratados foram considerados passíveis de serem ignorados, pois as populações quilombolas afetadas foram tomadas como “administráveis” (ANJOS, 2018¹¹³ *apud* BRUSTOLIN, 2021). Isto é, enquanto passíveis de terem as suas vozes contrárias a essas intervenções contornadas e silenciadas.

Desde então, intensificaram-se inúmeros constrangimentos, ilegalidades e violências contra a presença quilombola, com o firme propósito de fazê-las desistir de existir no lugar. Nesse ponto, evidencia-se que a violência vai assumindo novas formas, ao longo do tempo, por meio de novos artefatos e dispositivos que operacionalizam os projetos de desenvolvimento e materializam as apropriações desses territórios. Logo, cartografar, isto é, seguir esses artefatos/dispositivos e demonstrar o quanto eles estão associados às disputas que são realizadas nas redes sociotécnicas é crucial para que possamos ir além dos enunciados (ou discursos) das políticas de desenvolvimento. Portanto, é necessário considerar o quanto a racialização dos corpos, das terras, da água e da paisagem são decisivas para que a coletividade quilombola, que convive há mais de 200 anos na paisagem, siga sendo subalternizada pelo predomínio das políticas de desenvolvimento. Por outro lado, é salutar sublinhar a continuidade da resistência quilombola, apesar da violência que é ininterrupta desde os tempos coloniais contra as quilombolas e seus direitos.

Destarte, sublinhe-se o quão inócuas são as descrições das redes sociotécnicas envolvidas nos processos de racialização que afetaram e seguem afetando as vidas quilombolas, sem que se considere o contexto da Modernidade e Colonialidade em que as

¹¹³ Não consta referência completa no original.

políticas de desenvolvimento emergiram e são sustentadas, pois, conforme ficou nítido nesta pesquisa, a relação entre Modernidade/Colonialidade e Escravização é atualizada constantemente. E, dessas formas, são estabilizadas as apropriações forçadas (*land grabbings*) dos territórios biodiversos negros. Nesse contexto, as abordagens dos ESCTs ajudaram-me a identificar a materialidade do Racismo, no sentido de demonstrar como os dispositivos e as políticas sociotécnicas reproduzem a normalidade da racialização da paisagem.

No que diz respeito mais especificamente às estratégias e cosmopolíticas envolvidas, constata-se que os processos de resistência da comunidade quilombola Anastácia - que mesmo em condições extremamente inóspitas, não desiste de viver no (e com o) lugar -, são possíveis, exatamente, porque as suas cosmovisões são mobilizadas na organização política contra as opressões sofridas. Como brevemente foi abordado nesta tese, a luta contra a escravização e a Abolição foi fruto da organização política negra e quilombola. Igualmente, o dispositivo constitucional que estabelece o direito à titulação das terras de remanescentes de quilombos (BRASIL, 1988) foi fruto da luta organizada do movimento negro. Especificamente no quilombo Anastácia, evidencia-se que desde as suas ancestrais elas foram buscando jeitos de construir alianças e de manter a parentela unida na convivência no quilombo, e essa foi a base da organização política em defesa do lugar.

Ou seja, reexistir para a comunidade quilombola Anastácia diz respeito à construção de acordos pragmáticos (ALMEIDA, 2021) com a parentela, com outros-que-humanos e com aliados que reconhecem as existências e direitos e, em alguns momentos, até mesmo com aqueles contra os quais se luta para continuar existindo. Essas relações diplomáticas são cotidianamente reinventadas pelas lideranças quilombolas mulheres, que estão à frente da organização política da comunidade em defesa de seus direitos. Tais acordos podem ser compreendidos como encontros com o mundo, ou melhor, com os diferentes mundos humanos e outros-que-humanos que coexistem no lugar. Jornadas essas em que outras histórias, com diferentes temporalidades, podem ser contadas e que formas particulares de fazer política tornam-se possíveis. E nesse sentido, o território quilombola, o quilombo, constitui-se como um refúgio existencial em meio às ruínas que precisa continuar existindo para que as trajetórias de luta contra o racismo, o silêncio e a colonialidade sigam sendo atualizadas e contadas.

Em relação à agenda de pesquisas futuras, considero que algumas questões foram tangenciadas nesta pesquisa, tais como:

- a) corpos negros como territórios, ou as corporalidades possíveis diante das disputas sobre o que pode existir;

- b) desdobramentos da negociação que os arroteiros foram recentemente obrigados a fazer no processo de licenciamento num dos valos na Sema;
- c) acionamento das relações de parentescos no fortalecimento das lutas quilombola;
- d) a retomada dos usos produtivos do capim Santa Fé;
- e) investigações que aprofundem a abordagem dos conflitos ambientais e dos modos de existência quilombola em paisagens cada vez mais dominadas por projetos de “desenvolvimento”.

Tais questões podem ser abordadas em condições melhores de imersão em campo, com abordagens teóricas diversas que considerem outros aspectos desta temática, o que demandaria um novo momento de pesquisa e escrita etnográfica. Por fim, considero que são duas as principais contribuições desta tese para os debates e estudos acerca da temática quilombola:

- a) a abordagem das lutas por direitos territoriais enquanto direitos existenciais, isto é, relativos à continuidade da existência das populações negras remanescentes da escravização nos lugares ancestrais em que são exercidas relações de coexistência cotidiana com outras-vidas-que-humanas da paisagem. Ou seja, das possibilidades de pluralismos ontológicos e acordos pragmáticos, nos quais as diferenças ontológicas não impeçam as conexões parciais e a construção de mundos comuns;
- b) a explicitação do racismo ambiental enquanto um meio eficaz e atual para a naturalização da apropriação de territórios negros quilombolas pela tecnociência e pelas políticas de desenvolvimento, enquanto lugares naturalmente funcionais e legítimos aos projetos de desenvolvimento que superexploram esses lugares negros biodiversos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ivij. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. *Opinión Jurídica*, Medellín, v. 12, n. 24, p. 97-100, 2013. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/723>. Acesso em: 14 maio 2020.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ALMEIDA, Mauro. *Caipora e outros conflitos ontológicos*. São Paulo: Ubu, 2021.
- ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANJOS, José C. Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos: um estudo de caso. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v. 1, n. 42/43, p. 199-220, jan./jul. 2003.
- ARELLANO-HERNÁNDEZ, Antonio; MORALES-NAVARRO, Laura Maria. Where are STS outside Euroamerica? The postcoloniality of the anthropic dimension and the anthropological scope. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 20-25, 2019. DOI:10.1080/25729861.2019.1591255. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25729861.2019.1591255>. Acesso em: 12 maio 2021.
- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA VALE DO GRAVATAÍ - APN-VG. *Olhos de Hortênci*a. 29 maio 2014. (14min44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r4HqDZ4WMUM>. Acesso em: 12 maio 2020.
- ASSUMPCÃO, Jorge Eusébio. *Pelotas, escravidão e charqueadas – 1780-1888*. Porto Alegre: FCM, 2013.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BARTHE, Yannick *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/64185>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BECK, Ulrich. *World at risk*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. *Quando se fala em terra: a constituição de arena pública em torno da titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/213170>. Acesso em: 13 maio 2022.
- BLASER, Mario. *Un relato sobre la globalización desde El Chaco*. Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

BORRAS JR., Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C. *Political dynamics of land grabbing in Southeast Asia: understanding Europe's role*. Amsterdam: Transnational Institute (TNI), 2011. (Discussion paper). Disponível em: 11nq.com/sLSD6. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. *Constituição de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 6, 11 jul. 2002.

BRASIL. Decreto n. 4887/2003, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 4, 21 nov. 2003.

BRASIL. Decreto n. 86.146, de 23 de junho de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de várzeas Irrigáveis – Pró-Várzea nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 11781, 24 jun. 1981.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Coleção das Leis do Brasil*, v. 1, p. 307, 1850.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cadastro Ambiental Rural*. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.car.gov.br/#/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRUSTOLIN, Cíndia. Infraestrutura logística, expansão de fronteiras coloniais e territorialidades quilombolas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, [s.l.]. *Anais [...]*. [S.l.], 2021. Disponível em: 11nq.com/mNBC0. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/26194>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 19, p. 302-321, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000100013>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CAMANA, Ângela. *“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África”*: o desenvolvimento e suas fricções em torno ao acontecimento do Prosavana. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/217710>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Michel Foucault e a colonialidade do poder. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 6, p. 153-172, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892007000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Portugal: Livraria Sá da Costa, 1978.

CEZARINO, Letícia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 41, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000100002>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009. DOI: 10.1086/596640. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/596640>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARÃO -MARQUES, Flávia. *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura: a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18316> . Acesso em 20 de jun. de 2021.

CHARÃO-MARQUES, Flávia *et al.* Desafios analíticos contemporâneos: pós-desenvolvimento e modernidades – Editorial. *Desenvolvimento Rural Interdisciplinar*, Porto Alegre, v 1, n. 2. Disponível em: 11nq.com/96wsA . Acesso em: 12 mar. 2022.

COMITÊ GRAVATAHY. *Comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do Rio Gravataí*. Gravataí, 2021. Disponível em: <http://www.riogravatai.com.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CORTICEIRA. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2005]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corticeira>. Acesso em: 17 maio 2020.

COSTA, Claudia de Lima; FUNCK, Susana Bornéo. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p903>. Acesso em: 17 maio 2020.

COSTA, Luciano Souza. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14697>. Acesso em: 17 maio 2020.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “Politics”. *Cultural Anthropology*, Washington, v. 25, p. 334-370, 2010. Disponível em: 11nq.com/N1ZDU. Acesso em: 22 nov. 2019.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Pólen, 2020.

DEL RÉ, Mégui Fernanda; SANTOS, Vanessa Flores dos; KOCH, Eleandra Raquel da Silva. Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas. *Estudos*,

Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230107, p. 1-30, 7 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-7>. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-1_07. Acesso em: 22 maio 2022.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 18 maio 2020.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar; globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000. (Perspectivas latinoamericanas).

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo*. Caracas: El perro y la rana, 2007.

ESGOTO inutiliza cerca de metade das águas do Rio Gravataí, no RS. *G1 Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 27 abr. 2015. Disponível em: 11nq.com/WfKQp. Acesso em: 13 mar. 2020.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Edição resumida por Eva Gillies. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FAMILY SEARCH. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 12 maio 2022.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do Homem).

FEPAM. *Processo de Recuperação de Área Degradada n. 514290567205*. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://secweb.procergs.com.br/sra/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (Ed.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FERREIRA, Marcelo. Rio Gravataí resiste em meio à estiagem, poluição histórica e lentidão governamental. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 27 jan. 2022. Disponível em: 11nq.com/R2WRL. Acesso em: 13 out. 2022.

FERREIRA, Maria Raquel Dias Sales; EITERER, Carmem Lúcia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. e63121, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>. Acesso em: 13 out. 2022.

FLEURY, Lorena C. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte em perspectiva*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/90184>. Acesso em: 13 out. 2022.

FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 34-82, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>. Acesso em: 13 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. Governmentality. In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. *The Foucault effect*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Jhonatan. A força da mulher quilombola na luta pela preservação de sua história. In: GOMES, Jhonatan. *Gravataí cultural*. Gravataí, 29 maio 2021. Disponível em: 11nq.com/A2cHJ. Acesso em: 17 jun. 2021.

GOMES, Jhonatan; RODRIGUES, Vanessa. *Olhos de Anastácia: conexões quilombolas*. 20 ago. 2021. (24min44s). Disponível em: 11nq.com/gN6eW. Acesso em: 12 ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOOGLE EARTH. *Quilombo Anastácia*. 2021. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@0,0,0a,22251752.77375655d,35y,0h,0t,0r>. Acesso em: 17 maio 2021.

GRAVATÁ. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2015]. Disponível em: encurtador.com.br/lmn03. Acesso em: 17 maio 2020.

HARAWAY, Donna. *Donna Haraway explica por que se deve fazer parentescos em vez de bebês*. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://speciesnae.files.wordpress.com/2021/08/panfleto-species-0-donna-haraway-com-marilene-felinto-cecilia-cavaliere-e-juliana-fausto.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: 11nq.com/GrDWt. Acesso em: 24 fev. 2021.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

HARVEY, David. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, [s.l.], v. 40, p. 95-126, 2004.

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988.

INCRA. *Instrução Normativa 57/2009*. Regulamenta o procedimento para identificação, quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da

Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, 2009.

INCRA. *Portal*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2019.

INCRA. *Processo Administrativo n. 54220.00082-2005-40*. Brasília, 2005. Disponível em: <https://sei.incra.gov.br/sei>. Acesso em: 12 maio 2018.

INCRA. *Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território Quilombola Anastácia-Viamão/RS*. Porto Alegre, 2014.

IRGA. *Conheça o Irga*. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 12 mar. 2020.

JARDIM, Denise Fagundes; LÓPEZ, Laura C. *Políticas da diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ação Civil Pública N° 5031431-91.2019.4.04.7100/RS*. Porto Alegre, 2019.

KERVAN, David Dumoulin; DRAY-KLEICHE, Mina; QUET, Mathieu. Going South. How STS could think science in and with the South? *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, London, v. 1, n. 1, p. 280-305, 2018. DOI: 10.1080/25729861.2018.1550186. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25729861.2018.1550186>. Acesso em: 21 abr. 2021.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação. episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINGDON, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little Brown, 1984.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora XXI, 2002.

LATOURE, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOURE, Bruno. Imaginando gestos que barrem o retorno ao consumismo e à produção insustentável pré-pandemia. *Clima Info, [s.l.]*, 2020a. Disponível em: 11nq.com/ud109. Acesso em: 22 dez. 2021.

LATOURE, Bruno. *Investigação sobre modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOURE, Bruno. *onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador; Bauru: Edufba; Edusc, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis; Brasília: NUER; ABA, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: Nuer/UFSC, 2002.

LIMA, Daniel Vaz. *Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas: uma etnografia a pé na pampa brasileira*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: l1nq.com/pkh1E. Acesso em: 12 maio 2020.

LIMA, Tânia. O campo e a escrita: relações incertas. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 9-23, jul./dez. 2013. Disponível em: l1nq.com/FODgo. Acesso em: 12 jun. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCHIORI, Ricardo; TSING, Anna Lownhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, n.2, p.1-7, 2020. Disponível em: l1nq.com/r03o4. Acesso em: 13 abr. 2022.

MARTINELLI, Rafael. O Rio Gravataí como o Rio Doce após a tragédia da Samarco. *Seguinte*, Gravataí, 20 dez. 2017. Disponível em: https://www.seguinte.inf.br/noticias/coluna-do-martinelli/4013_O-Rio-Gravatai-como-o-Rio-Doce-apos-a-tragedia-da-Samarco. Acesso em: 11 set. 2019.

MBEMBE, Achille. *A era do humanismo está acabando*. São Leopoldo: IHU, 24 jan. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/eventos/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em: 12 maio 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

MELLO, Lorétti Portofé de. *Percepção da paisagem e conservação ambiental no Banhado Grande do Rio Gravataí (RS)*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Perícia em Antropologia no MPF: primeiras contribuições no combate à pandemia da Covid-19*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCRPericiaemAntropologia.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros, e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

NASCIMENTO, Juliano. *40 anos depois, o quilombo de Pedro Cubas resgata o tradicional mutirão*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/40-anos-depois-o-quilombo-de-pedro-cubas-resgata-o-tradicional-mutirao>. Acesso em: 12 out. 2020.

“NEM UM CENTÍMETRO para quilombola ou reserva indígena”, diz Bolsonaro.

Justificando, São Paulo, 4 abr. 2017. Disponível em:

<http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 12 out. 2021.

O'DWYER, Eliane Catarino. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL. *Orientações para o CAR em território quilombola*. São Paulo, 29 jan. 2021. Disponível em:

<https://observatorioflorestal.org.br/orientacoes-para-inscricao-analise-e-validacao-do-car-em-territorio-quilombola/>. Acesso em: 17 maio 2021.

OLHOS DE ANASTÁCIA. *Feliz Dia das Crianças*. Gravataí, 12 out. 2021. Facebook: olhosdeanastacia. Disponível em:

<https://web.facebook.com/olhosdeanastacia/photos/a.722503984910035/888942631599502/>. Acesso em 12 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília, 2011.

PAES E SILVA, Lays Helena. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, [s.l.], set. 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/270118421_Ambiente_e_justica_sobre_a_utilidade_do_conceito_de_racismo_ambiental_no_contexto_brasileiro. Acesso em: 15 jul. 2020.

PÉBAYLE, Raymond. A rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, n. 10-11, p. 45-73, 1965.

PIRES, Victor. Oito anos após criação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda viola direitos quilombolas. In: PIRES, Victor. *Instituto Socioambiental*. São Paulo, 19 nov. 2020.

Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/oito-anos-apos-criacao-cadastro-ambiental-rural-car-ainda-viola-direitos-quilombolas>. Acesso em: 17 maio 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:

https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

PROJETO RIO LIMPO. *Projeto Rio Limpo*. Gravataí, 1 nov. 2021. Facebook: riolimpo.

Disponível em: <https://www.facebook.com/riolimpo/photos/4036337549799647>. Acesso em: 17 dez. 2021.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, fev. 2011.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000100009>. Acesso em: 17 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. *Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande*. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. *Plano da bacia hidrográfica do rio Gravataí: a bacia hidrográfica do rio Gravataí*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Byn_B-4Lg7RGX0Y3U1I5VHhKWW8/view?resourcekey=0-0eojKoFRQyK841bPs4avNg. Acesso em: 12 maio 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. *Portal*. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/sema-certifica-extrativismo-sustentavel-em-comunidade-quilombola>. Acesso em: 12 maio 2022.

RUCKERT, Aldomar; TRINDADE, Vicente. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande*. Geohistória territorial: ocupação e colonização do território da APA Banhado Grande e sua estrutura fundiária. Porto Alegre: Faurgs, [2019].

SALAINI, Cristian; JARDIM, Denise. Batalha dos papéis: notas sobre as tensões entre procedimentos escritos e memória na regularização fundiária de terras de quilombos no Brasil. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 80, p. 189-212, jul./dic. 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/112180?locale=en>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SANTOS, Miltom. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAUTU, Ruth *et al.* *Manual de metodología*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHEREN, Rudimar Schuster. *Urbanização na Planície de Inundação do Rio Gravataí*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHRAMM, Franciele Petry. No atual ritmo, o Brasil levará mil anos para titular todas as comunidades quilombolas. *Terra de Direitos*, [s.l.], 12 fev. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-mil-anos-para-titular-todas-as-comunidades-quilombolas/23023>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Jerônimo Silva e. “A pandemia dos espíritos”: notas cosmológicas sobre o encantado de boto e o novo coronavírus na Amazônia. *Amazônica – Revista de Antropologia*, Belém, v. 13, n. 2, p. 531-576, nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v13i2.10039>. Disponível em: l1nq.com/lsmoh. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. “De gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10183/5794>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 12 abr. 2020.

STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques I*. Paris: La Découvert, 2003.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STRATHERN, Marilyn. *Fora de contexto*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens e multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas, 2019.

VALLE, Lílian do. O idiota, o especialista e o diplomata: reflexões sobre o cosmopolitismo e sobre a prática de formação humana. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.1590/es0101-73302019223225>. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223225>. Acesso em: 12 abr. 2020.

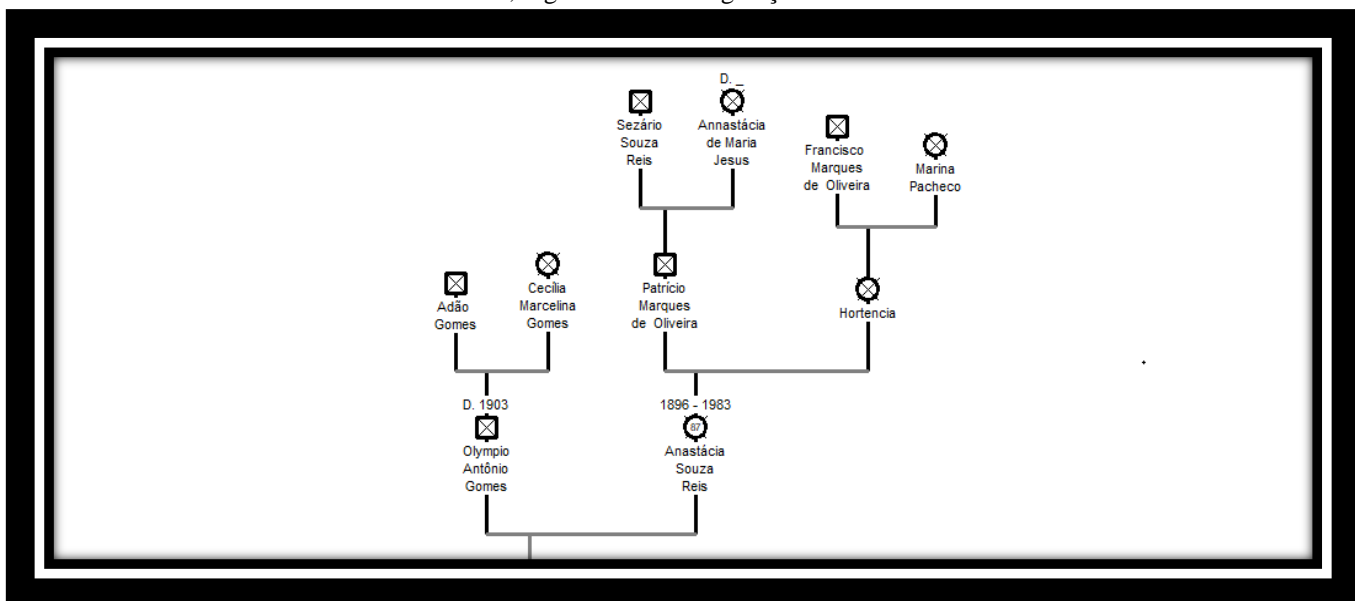
VIAMÃO ANTIGO. *Personagens*. Viamão, 2020. Disponível em:
<http://www.viamaoantigo.com.br/personagens.htm>. Acesso em: 12 set. 2021.

VIAMÃO. Secretaria da Cultura de Viamão. *Raízes de um povo negro*. Viamão, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/smcviamao/videos/349880686723298>. Acesso em: 12 mar. 2022.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

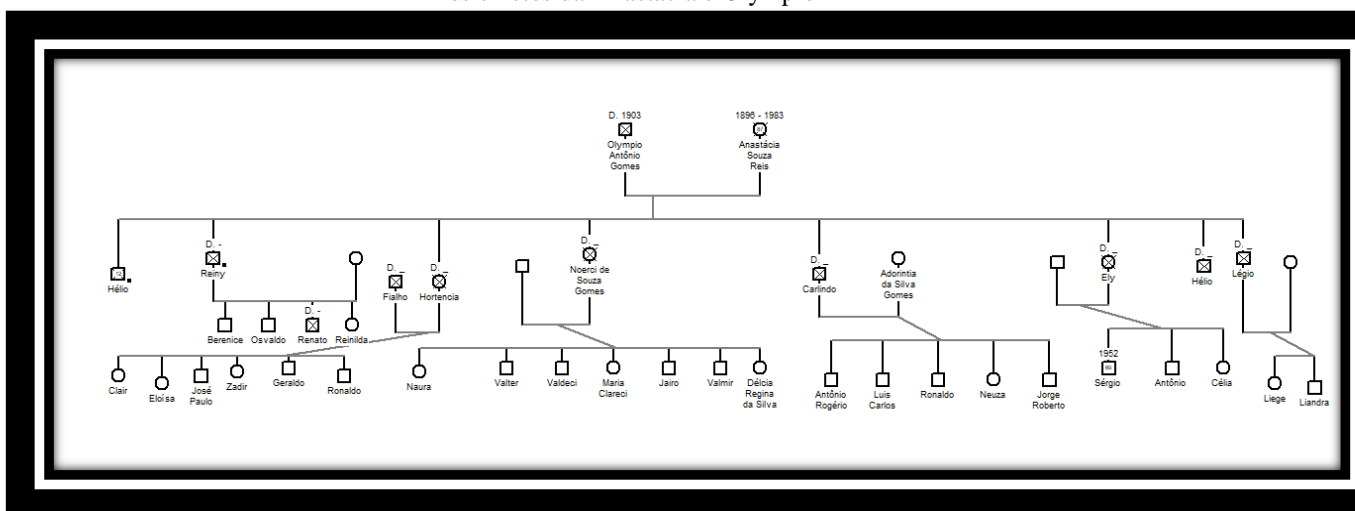
ANEXO A – ÁRVORES GENEALÓGICAS DA FAMÍLIA ANASTÁCIA

Primeira, segunda e terceira geração



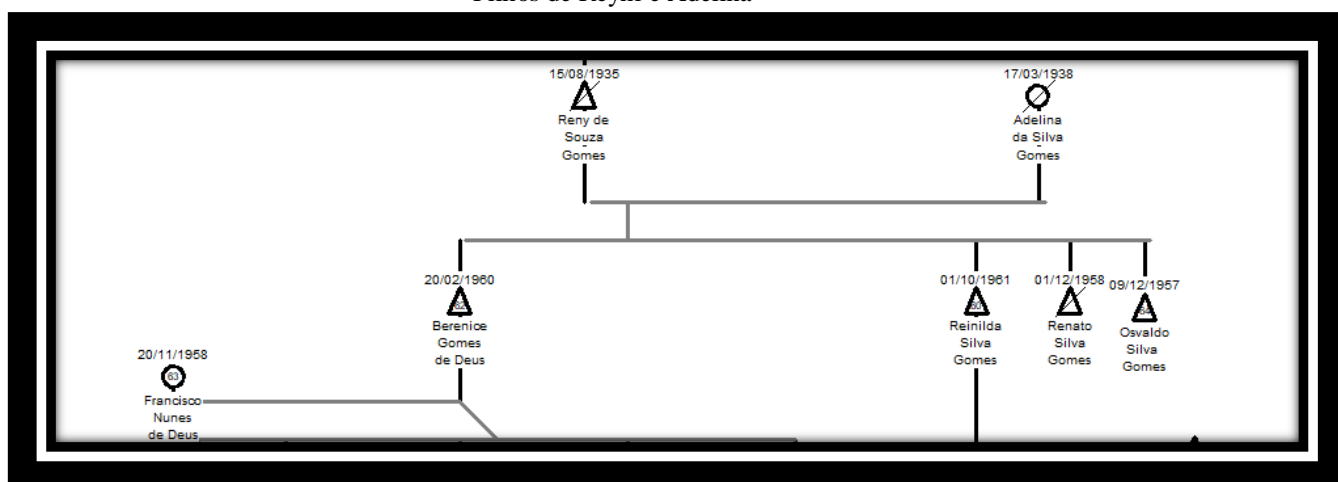
Fonte: Silva (2006).

Filhos e netos da Anastácia e Olympio



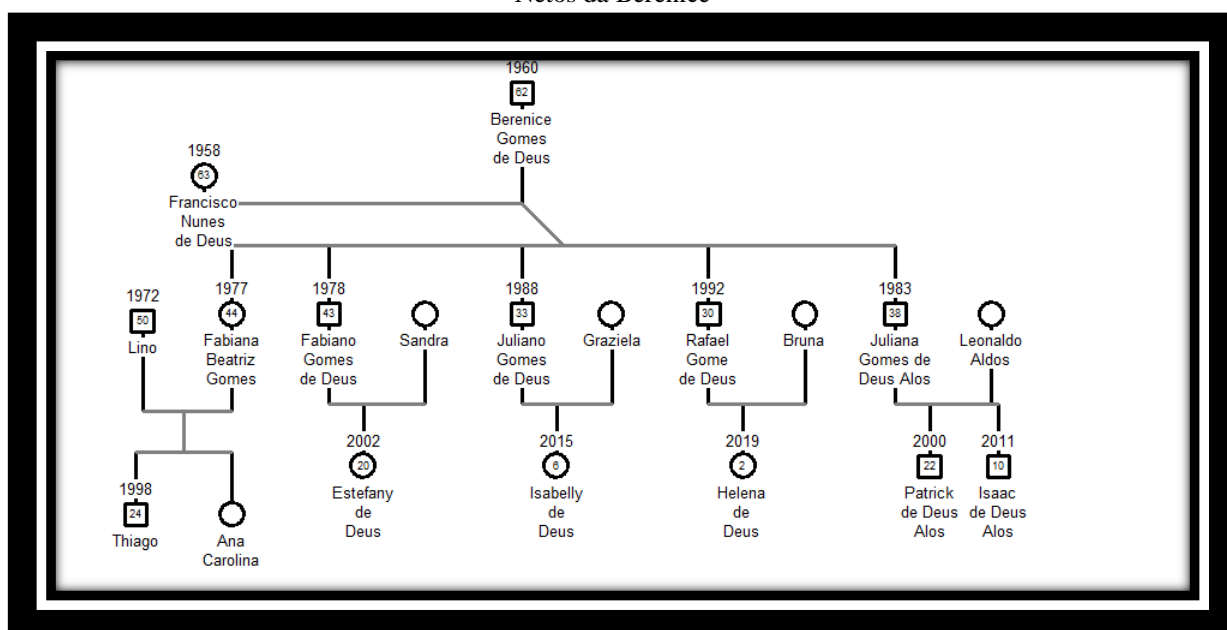
Fonte: acervo da pesquisadora.

Filhos de Reyni e Adelina



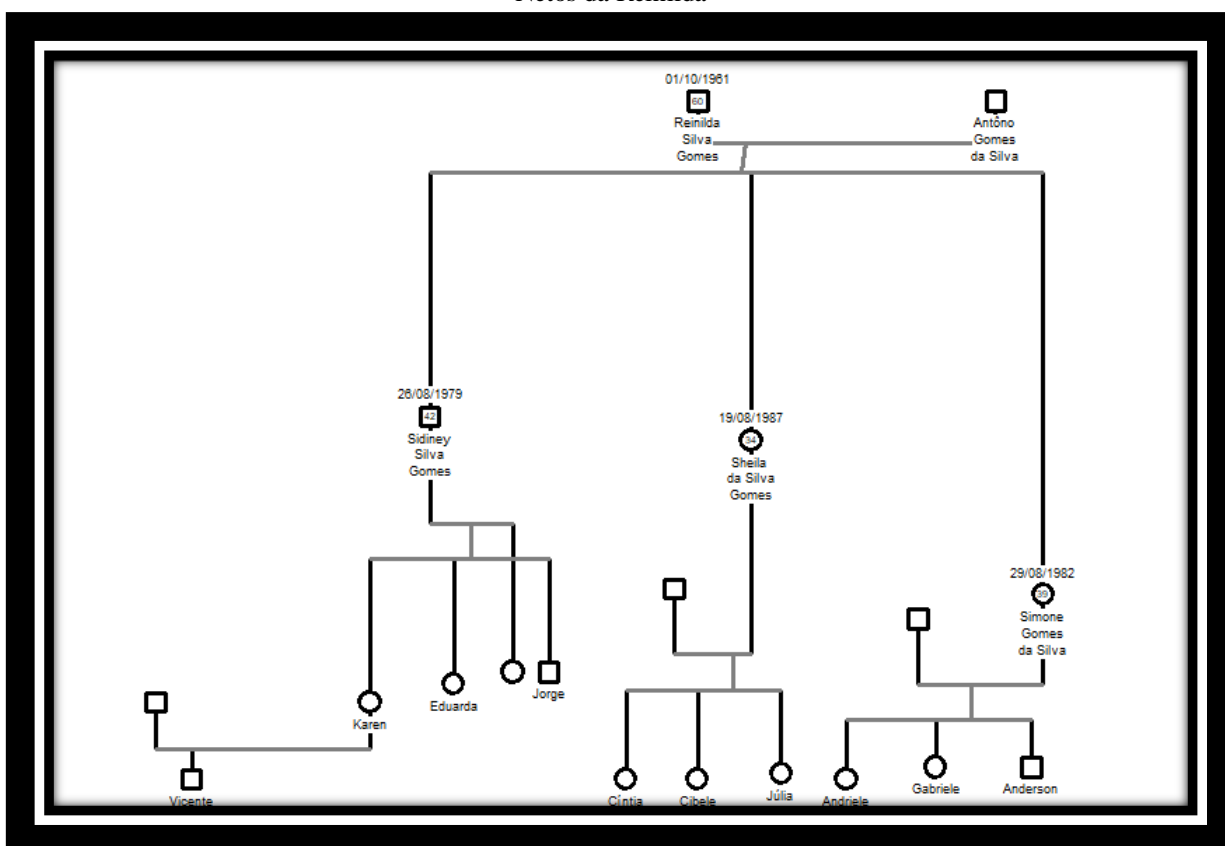
Fonte: acervo da pesquisadora.

Netos da Berenice



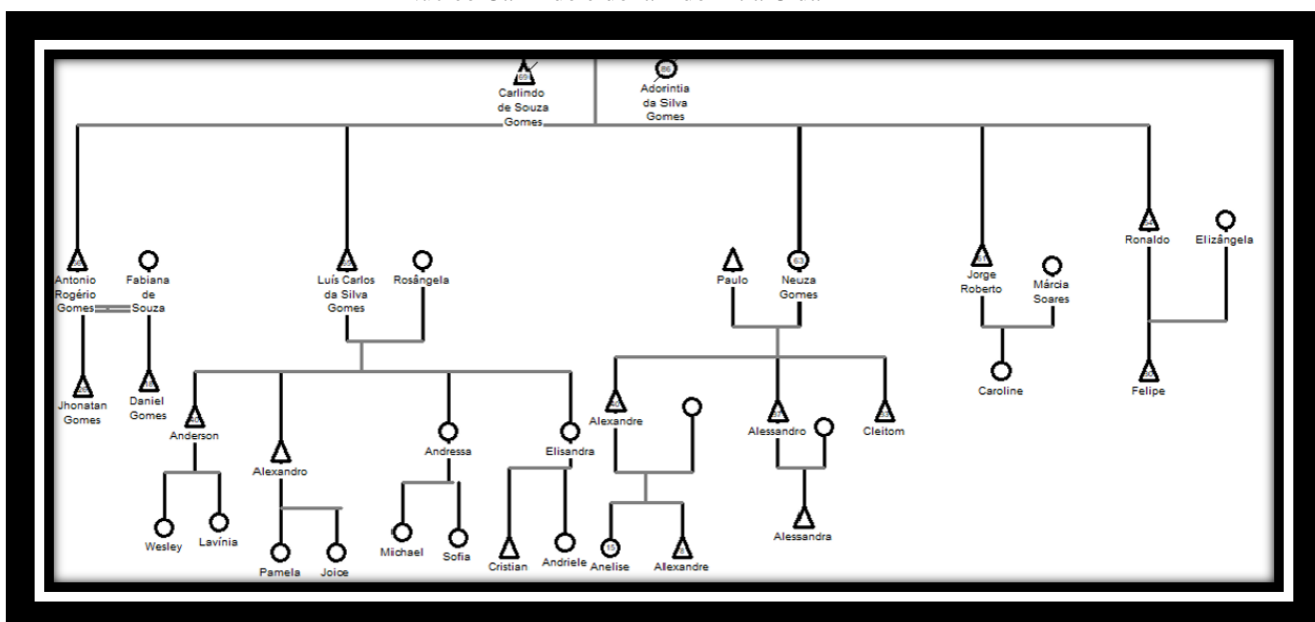
Fonte: acervo da pesquisadora.

Netos da Reinilda



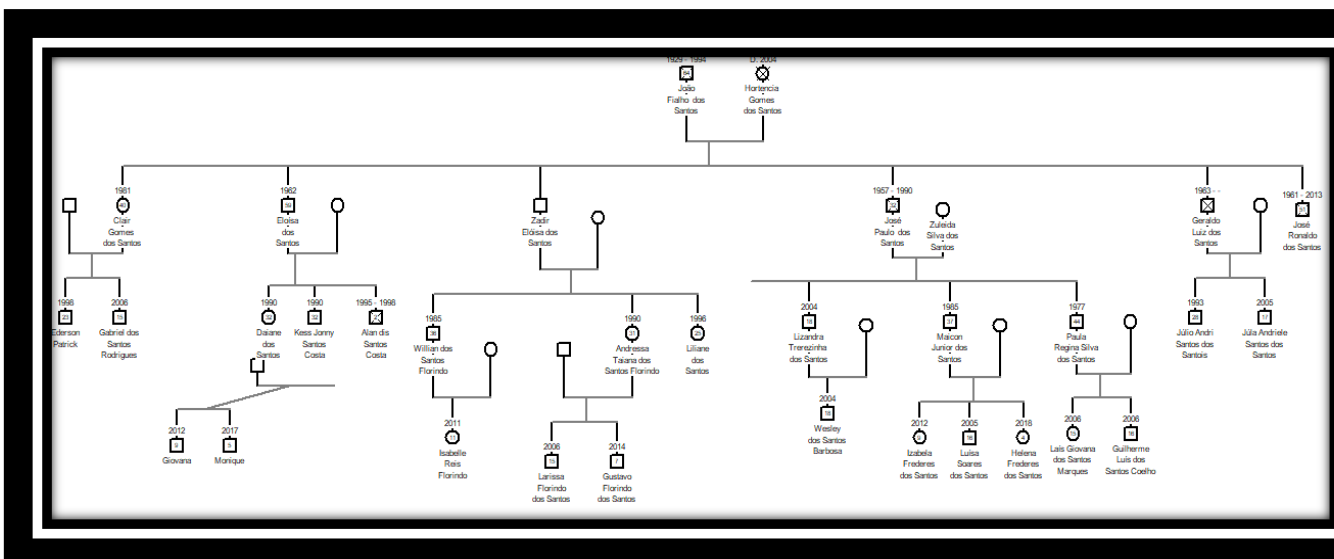
Fonte: acervo da pesquisadora.

Núcleo Carlindo e dona Adorintia Cida



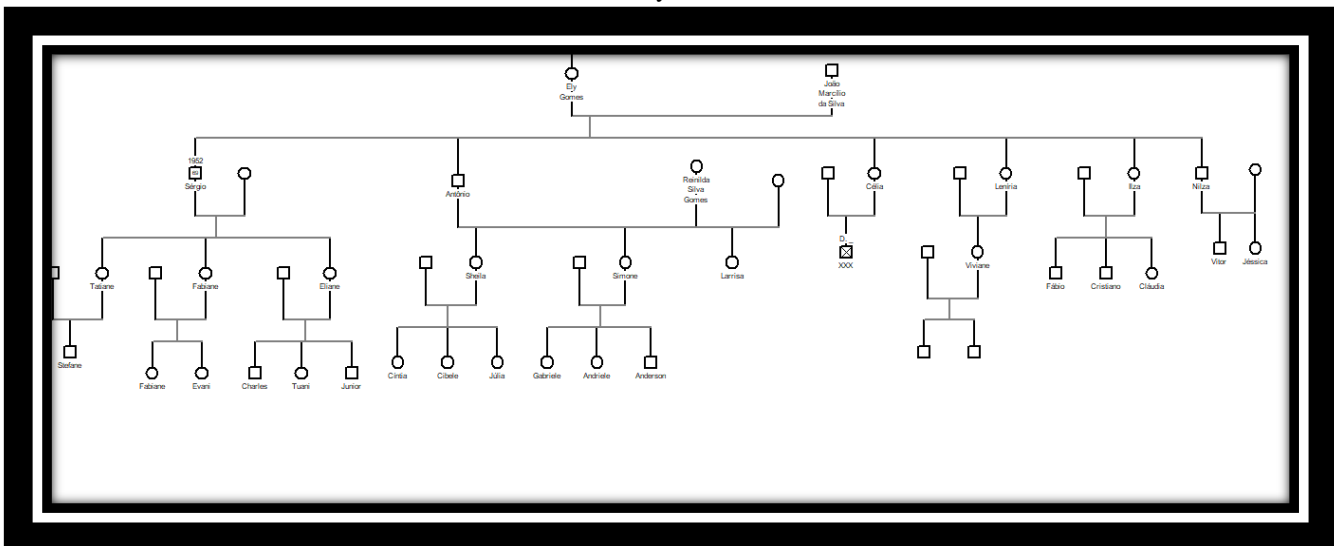
Fonte: acervo da pesquisadora.

Núcleo Hortência e Fialho



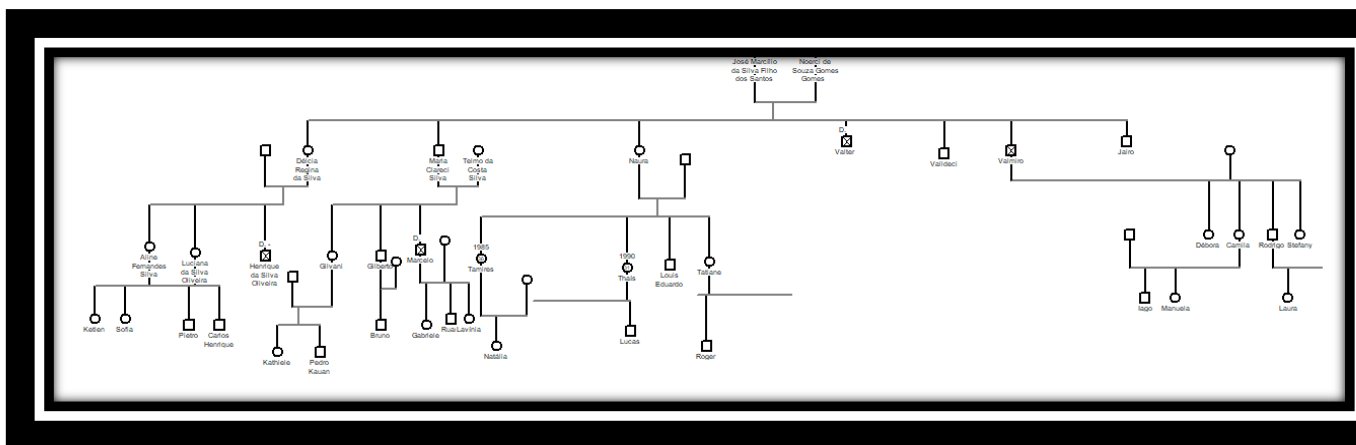
Fonte: acervo da pesquisadora.

Núcleo Ely



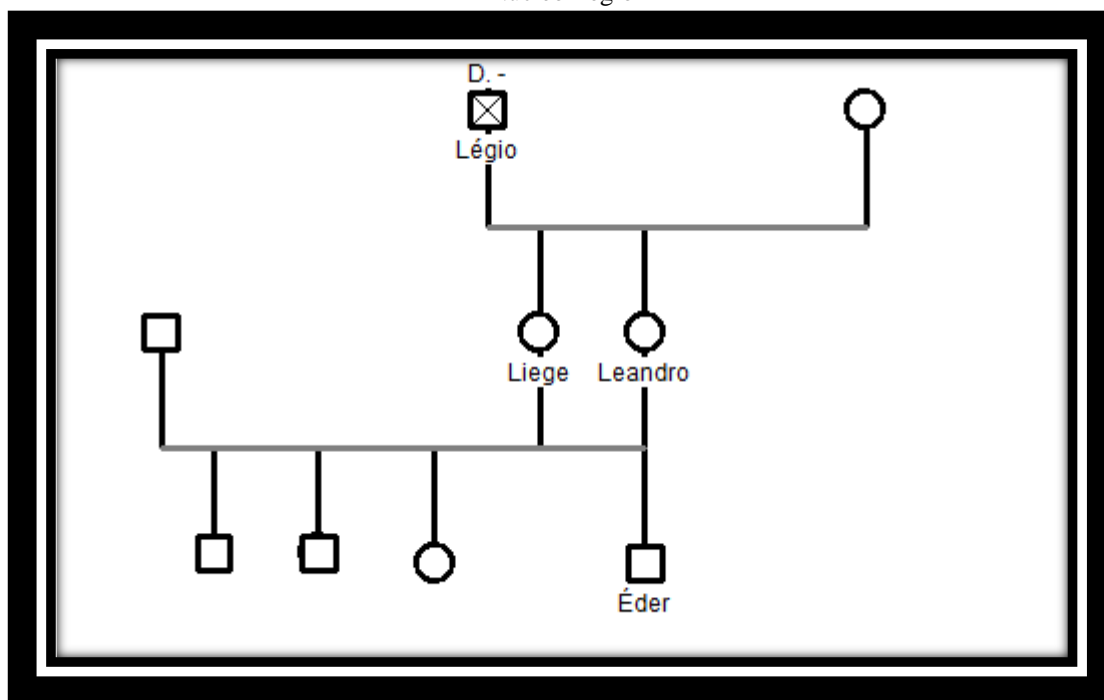
Fonte: acervo da pesquisadora.

Núcleo Noerci



Fonte: acervo da pesquisadora.

Núcleo Légio



Fonte: acervo da pesquisadora.